

**LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR**  
ANÁLISE E RECONSTITUIÇÃO



Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC  
Sob orientação do Professor Doutor Rui Pedro Mexia Lobo  
Coimbra, Julho de 2013  
Tânia Sofia Lopes Antunes





**LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR**  
ANÁLISE E RECONSTITUIÇÃO



*Agradeço ao meu orientador, Professor Rui Lobo, a ajuda, o esforço, a disponibilidade e as críticas.*

*Ao Professor Doutor Nelson Borges pela disponibilidade ao longo de todo o processo em discutir ideias e sugerir hipóteses que tornaram possível esta investigação.*

*Ao Professor José Pisco, guia do mosteiro de Lorvão, à Junta de Freguesia de Lorvão e à Câmara Municipal de Penacova pela ajuda e simpatia, e por todas as informações e materiais que me forneceram sem quaisquer custos.*

*Ao Rodrigo Lopes pela força e cooperação durante toda a tese.*

*A todos os familiares e amigos, pela confiança e por me lembrarem que não existem impossibilidades.*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA DE LORVÃO E DO SEU MONUMENTO</b>	
1. LORVÃO ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO SEU MOSTEIRO	7
1.1 PERÍODO ENEOLÍTICO	9
1.2 PERÍODO ROMANO	9
2. MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO BENEDITINO	17
2.1 PERÍODO DE 547-1211	19
3. MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO CISTERCIENSE	33
3.1 PERÍODO DE 1211-1600	35
3.2 PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII	51
3.3 SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII	63
3.4 SÉCULO XVIII	73
3.5 PERÍODO DE 1800-1887	87
4. LORVÃO DEPOIS DA EXTINÇÃO DO SEU MOSTEIRO	95
4.1 PERÍODO DE 1887-1940	97
4.2 PERÍODO DE 1940-1960	99
4.3 PERÍODO DE 1960-2010	109
4.4 PERÍODO DE 2010-2013	117
5. EVOLUÇÃO DE LORVÃO NA RELAÇÃO COM O MONUMENTO	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	135
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	137
<b>FONTES DAS IMAGENS</b>	159
<b>ANEXOS</b>	177



## INTRODUÇÃO

A maioria dos edifícios que hoje atribuímos o valor de monumento são referências importantes no território, marcos da memória humana onde a sua história se difunde na história do lugar onde se implantam, é nele que o monumento se expressa e identifica, e a sua permanência assegura a identidade do lugar.

O mosteiro de Lorvão é um exemplo claro de um monumento que teve um papel preponderante na morfologia do tecido urbano envolvente, contudo isolado entres os montes e esquecido na memória são hoje poucos os que lhe dão o devido valor, lembrando que foi um dos mais antigos mosteiros beneditinos<sup>1</sup>, tal como o primeiro<sup>2</sup> e um dos mais ricos mosteiros femininos cistercienses de Portugal, e que a sua figura foi em tempos tão diferente da atual.

Implantado no fundo do vale de Lorvão, a sete quilómetros de Penacova e vinte e cinco de Coimbra, o mosteiro é ainda hoje um marco histórico no concelho de Penacova. De acesso restrito e sinuoso, Lorvão cresceu com feições próprias de um lugar habituado às imposições do terreno e do seu mosteiro. É este mundo que faz parte do meu imaginário desde criança pelas suas festas e casamentos e pelas conversas inevitáveis que se tem com os afáveis doentes do hospital psiquiátrico, que não passam sem nos cumprimentarem. E é este mundo que procurarei ao longo desta investigação enaltecer, trazendo à memória pormenores já esquecidos e tempos inalcançáveis.

À medida que a pesquisa se prolongou, descobri coisas novas, descobri tempos e memórias que nem eu (que já tinha visitado o mosteiro de Lorvão várias vezes) conhecia, coisas de que já nenhum laurbanense se lembrava. A constante procura, cruzamento de dados, o avanço e retrocesso em todo o processo, as suposições e hipóteses já estudadas por historiadores e arqueólogos, relativamente ao mosteiro de Lorvão, conjugadas tornavam possível transpor essa informação, inatingível à maioria das pessoas que visita o mosteiro, em representações gráficas, nomeadamente em plantas, cortes e alçados de períodos específicos da história do monumento. Para que de um modo simples, e pela comparação entre as várias representações, todos possam facilmente conhecer a história deste monumento.

Esta análise só se torna possível por haver uma grande bibliografia a fundamentá-la. Podendo, assim, estudar todas as conjeturas e documentos existentes sobre o tema e daí tirar o maior número de ilações, de modo a que a reconstituição em elementos gráficos do monumento e da povoação de Lorvão seja o mais real que me for possível.

---

<sup>1</sup> BORGES, Nelson- Lucêncio, bispo de Conimbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão. *Conimbriga*. Coimbra: Gráfica de Coimbra. 23(1984) 145-158

<sup>2</sup> A ORDEM DE CISTER: O TEMPO E O MODO, S. Pedro do Sul, 1998. OLIVEIRA, Miguel- *Origens da Ordem de Cister em Portugal*: atas. S. Pedro do Sul: Eden Gráfico S.A., 1998. p.25-37





Os primeiros séculos depois da fundação do mosteiro beneditino são os que mais perguntas levantam, por serem poucos os elementos que nos chegam. Contudo destaco a tese de doutoramento<sup>3</sup> do professor Doutor Nelson Borges<sup>4</sup>, por ser um estudo minucioso e fundamentado da história da instituição religiosa de Lorvão onde o historiador, tendo por base alguns dados arqueológicos, conjectura qual seria a forma da basílica e do mosteiro durante o governo dos monges beneditinos, fazendo também uma representação, ainda que esquemática, do mosteiro neste período. Esta tese é assumidamente um elemento de referência para a presente investigação, sobretudo neste momento inicial da história do mosteiro.

Depois das monjas cistercienses ocuparem o mosteiro a reconstituição do monumento, principalmente depois do século XVII, torna-se mais plausível por haver documentos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nomeadamente o *Livro das preladas*<sup>5</sup> e dos tabeliães<sup>6</sup>, onde se faz uma descrição pormenorizada de todas as obras que se desenvolveram no mosteiro durante a permanência das monjas, tornando, assim, possível imaginar a fisionomia do monumento nesta época.

Depois da extinção do mosteiro tornam-se frequentes as representações de Lorvão, sendo que a primeira imagem que disponho corresponde à *Carta militar de Portugal* de 1947. Outros elementos fulcrais para esta investigação são o levantamento topográfico do monumento elaborado pela Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais<sup>7</sup> em 1940, antes de iniciar as obras de restauro, e em 1960 depois de adaptado a hospital psiquiátrico, e o *Plano Geral de Urbanização de Lorvão* de 1983<sup>8</sup>. No que diz respeito às alterações construtivas no monumento depois de extinto as descrições do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças são um elemento de referência.

É importante referir que esta investigação não procurará descrever a história da instituição religiosa laurbanense, uma vez que isso já foi feito, mas sim enumerar todos os documentos, provas arqueológicas, hipóteses e descrições que me foram possíveis recolher, de modo a fundamentar todas as representações que elaborei.

Ao desenvolver estas representações, nomeadamente em plantas, cortes e alçados de diversos períodos da história de Lorvão e do seu mosteiro, num estudo completo desde a sua fundação até aos dias de hoje, procurarei por fim compreender

<sup>3</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. 2vol. 470p. Tese de doutoramento.

<sup>4</sup> Licenciado em História, na pré-especialização de Arqueologia Clássica, em 1976, foi docente História da Arte Moderna e orientador de Seminário de História da Arte desde 1978, na Universidade de Coimbra. Atualmente é presidente da Associação de Pró-defesa do mosteiro de Lorvão.

<sup>5</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladas). nº309, Doc.62

<sup>6</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão. nº164, 176, 177, 186, 202, 206, 213, 220

<sup>7</sup> MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

<sup>8</sup> CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. 185 p.



e analisar de que modo o monumento contribuiu para a identidade do lugar e qual o impacto que este teve no tecido urbano envolvente, de maneira a explicar as relações de continuidade e rutura que se foram estabelecendo ao longo dos tempos.

Este tema como investigação não é inédito, sendo que são vários os estudos que têm como objetivo analisar a evolução histórica da morfologia de uma determinada cidade na relação com o monumento. Relativamente à cidade de Alcobaça e ao seu mosteiro os estudos multiplicam-se, mas destaco a investigação de Cidália Silva<sup>9</sup> por utilizar como metodologia de análise a teoria de *Space Syntax* de Hillier e Hanson<sup>10</sup>, que permite uma clara compreensão da organização espacial do tecido urbano da cidade nas suas várias etapas de transformação. Sobre a cidade de Lisboa foram também elaboradas várias pesquisas destacando um ou mais monumentos, por exemplo Raquel Matela baseia-se nos casos do Convento de São Bento da Saúde e de Nossa Senhora de Jesus para demonstrar a influência dos monumentos na definição da envolvente.<sup>11</sup>

Todavia o caso de Lorvão e do seu mosteiro distancia-se destas investigações já que, ao contrário dos outros exemplos que interpretam o monumento em relação com a cidade, neste caso o monumento está implantado num contexto rural, isolado e com um campo de influência reduzido.

Por serem tantas as alterações que o mosteiro sofreu ao longo da sua vida esta investigação subdivide-se em vários períodos. Num primeiro capítulo será analisado o lugar de Lorvão antes da implantação do seu mosteiro, tentando conjecturar qual seria a imagem do vale quando os primeiros monges chegaram. No segundo capítulo, que corresponderá ao período de 547 a 1200, procurarei representar o mosteiro e o vale durante a permanência dos monges beneditinos. O terceiro capítulo, corresponderá ao tempo em que o mosteiro passou a ser ocupado pelas monjas cistercienses, sendo que este se subdivide em quatro períodos, desde 1200 até 1887, por serem tantas as alterações realizadas nesta época. Num quarto capítulo, analisar-se-á o mosteiro depois da sua extinção enquanto instituição religiosa, que corresponde ao período de 1887 até à atualidade, subdividindo-se em diferentes épocas, de modo a facilitar a compreensão de todas as alterações. Com estes quatro capítulos procura-se dar a conhecer um mosteiro e um lugar a que muitos reconhecem a excelência, mas desconhecem a história.

Por último, procurarei compreender as relações de continuidade e rutura que se foram estabelecendo entre o monumento e o lugar de Lorvão, identificando um conjunto de processos e vicissitudes que levaram à transformação do tecido de Lorvão.

---

<sup>9</sup> CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 2, Lisboa, 1998. SILVA, Cidália- *A abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça*: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. p.553-572

<sup>10</sup> HILLIER, B. e HANSON, J.- *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984

<sup>11</sup> MATELA, Raquel- *O papel dos conventos no crescimento urbano*. Lisboa: Instituto Superior técnico, 2009. 83p. Tese de mestrado em arquitetura



## 1. LORVÃO ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO SEU MOSTEIRO

*“Partida para Lorvão: Duas léguas de montes, aspecto singular. São grandes outeiros formando montanhas, e acumulados uns dos outros sem a intersecção de valles; conhece-se que são arroteação de recente data: cultivados na maior parte até aos cumes: caminhos ladeirentos e tortuosos (...) O vale pode comparar-se ao cálice de um lírio? Rasgado por um lado: é a rotura por onde saem as águas da bacia.”<sup>12</sup>*

---

<sup>12</sup> HERCULANO, Alexandre- *Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem*. Porto: [s.n.], 1957. p. 173-174

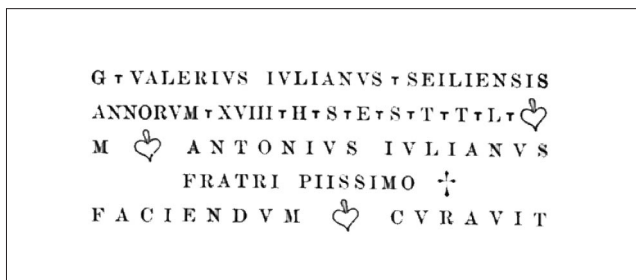


Figura 1. Inscrição da lápide sepulcral romana

## PERÍODO ENEOLÍTICO

A história de Lorvão inicia-se muito antes da fundação do seu mosteiro, na verdade, a descoberta recente de indícios arqueológicos leva a crer que o local já seria ocupado no eneolítico. Trata-se do fragmento de um machado de pedra polida descoberto no ano de 1973 sob o forno de uma casa particular.<sup>13</sup>

Apesar do elevado estado de desgaste o historiador Nelson Borges está convicto de que se trata de um exemplar de um machado cuja cronologia, apesar de difícil de estabelecer com precisão (este utensílio era usado tanto no período do neolítico à Idade do Bronze, como do eneolítico à Idade do Ferro), corresponde ao período eneolítico, provavelmente, entre 2500 e 1500 a. C.<sup>14</sup>

Se é verdade que Lorvão era povoado no eneolítico certamente seria por pastores, que acorriam a esta zona por ser espaço fértil com vários canais de água, e a haver construções seriam pequenas e simples habitações de camponeses dispersas nas encostas.<sup>15</sup>

## PERÍODO ROMANO

As intervenções ocorridas ao longo dos tempos no cenóbio puseram a descoberto vestígios que hoje tornam possível, de um modo mais credível, imaginar como seria Lorvão antes da fundação da instituição monástica. Em 1914, durante as obras de adaptação de uma das alas do mosteiro num posto de registo civil, pôs-se a descoberto uma lápide sepulcral romana<sup>16</sup> embutida na parede onde se poderia ler a seguinte inscrição, publicada pelo Dr. Leite Vasconcelos:

*“G(aius) VALERIUS IVLIANVS SEILIENSIS/ANNORVM XVIII (duodevigintorum) H(ic) S(itus) E(st) A(it) T(ibi) T(erra) L(evis) (hedera)/(Marcus) (hédera) ANTONIVS IVLIANVS / FRATRI PISSIMO / FACEIENDVM (herera) CVRAVIT”*<sup>17</sup>

<sup>13</sup> O machado encontrado está partido pela zona do cabo e o fragmento mede 0.112m de comprimento, 0.053m de largura e pesa 480 gramas. O material utilizado é uma pedra que se julga poder ser de diorito, tem o gume ligeiramente curvo e os lados convexos.

BORGES, Nelson Correia- Crónicas breves: Um machado de pedra polida em Lorvão. Notícias de Penacova. Penacova : [s.n.]. 1989(1973-09) 2

<sup>14</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.54. Vol1

<sup>15</sup> BORGES, Nelson- *O mosteiro de Lorvão*. Coimbra: EPARTUR, 1977. p.5

<sup>16</sup> Lápide calcária com 1.39m de comprimento, 0.66m de largura e 0.12m de espessura, atualmente no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

VASCONCELOS, Leite- Inscrição romana de Lorvão. O Archeólogo Português. Lisboa: [s.n.]. 19(1917) 365-366; sobre este tema ver também: BORGES, Nelson- A inscrição Romana em Lorvão. Notícias de Penacova. Penacova: [s.n.]. 2126(1977-09-) 2

<sup>17</sup> “Gaio Valério Juliano Seiliense, de 18 anos de idade, está aqui sepultado. Que a terra te seja leve. Marco António Juliano mandou fazer este monumento à memória de seu virtuosíssimo irmão”, tradução de Nelson Borges em BORGES, Nelson- A inscrição Romana em Lorvão. Notícias de Penacova. Penacova: [s.n.]. 2126(1977-09-) 2





A descoberta desta inscrição, que corresponde cronologicamente ao princípio ou meados do século I,<sup>18</sup> corrobora a hipótese de que a dita família Juliano possa se ter estabelecido neste vale, naquilo que seria uma *villa* romana<sup>19</sup>. Provavelmente também da época romana, senão mesmo da referida *villa*, corresponde o fuste de coluna e a ara encontrados, respetivamente, no mosteiro e na povoação de Lorvão.<sup>20</sup>

Porventura o próprio nome do lugar de Lorvão talvez tenha sido dado por esta família. Sobre o assunto Joseph Piel acredita “não sofrer dúvidas que os frades laurbanenses vieram instalar-se numa *villa*, que tirava o seu designativo de um antigo «possessor» que se chamava «Norbanus»”.<sup>21</sup> Por sua vez, o Dr. Nelson Borges afirma que o nome de Lorvão deverá ser originário da *laurus vana* (*lauribano*, no latim medieval), que significa loureiro oco, que a tradição refere ter existido junto à ribeira da Vidigueira.<sup>22</sup>

Ao analisar a fundação de alguns mosteiros em Portugal é perceptível que algumas das basílicas e mosteiros rurais surgem no contexto de antigas *villae* romanas. Apesar de esta teoria não estar totalmente provada pode “mesmo falar-se de uma predisposição arquitetónica destas construções para os novos espaços funcionais cristãos”<sup>23</sup>, sendo que, a arqueologia comprova que “associado às necrópoles que se fazem juntos às *villae*, há quase sempre uma basílica ou oratório cemiterial”.<sup>24</sup>

Como seria a *villa* de Lorvão e qual a organização dos espaços são questões que nem a arqueologia sabe responder, por não nos terem chegado elementos suficientes que me permitam sequer imaginá-la. A única coisa que resta é fazer um paralelismo entre outras *villae* romanas portuguesas que foram convertidas em mosteiro e, assim, supor sem grandes certezas como seria a estrutura que mais tarde serviu de alicerces ao cenóbio laurbanense.

<sup>18</sup> BORGES, Nelson- A inscrição Romana em Lorvão. Notícias de Penacova. Penacova: [s.n.]. 2126(1977-09) 2

<sup>19</sup> Uma *villa* romana era uma moradia rural, cujas edificações formavam o centro de uma propriedade agrícola com casa senhorial

<sup>20</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1943. p.194

<sup>21</sup> PIEL, Joseph M.- Sobre a origem do nome do mosteiro de Lorvão. Biblos. Coimbra: Faculdade de letras. 57(1982) 170

<sup>22</sup> BORGES, Nelson- *O mosteiro de Lorvão*. Coimbra: EPARTUR, 1977. p.4

<sup>23</sup> MACIEL, Justino- A arte da antiguidade tardia (séc. III-VIII, ano 711). In PEREIRA, Paulo (dir) - História da Arte Portuguesa. Lisboa: Printe Portuguesa, 1995. p.116. Vol.1; HAUSCHILD, Theodor- Do Paleolítico à arte Visigótica. In ALARCÃO, Jorge de (dir)- História da arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1987. p. 149-169. Vol1

Na Europa existem inúmeros casos de aproveitamento de villae romanas para a implantação de comunidades monásticas, como por exemplo o caso de Lorsch “Altenmunster” (Alemanha), Kergoller (Alemanha), Ligugé (França), entre outras.

<sup>24</sup> MACIEL, Justino- A arte da antiguidade tardia (séc. III-VIII, ano 711). In PEREIRA, Paulo (dir) - História da Arte Portuguesa. 1995. p.116. Vol.1

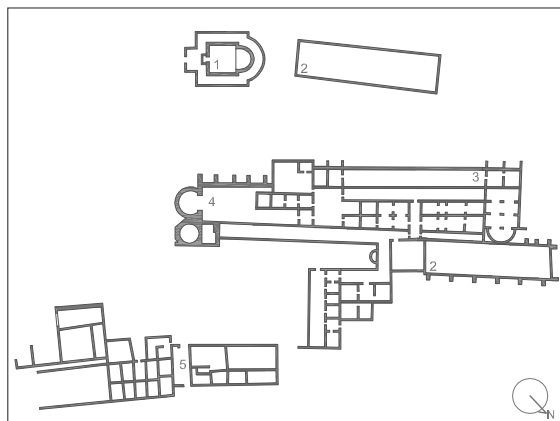


Figura 2. *Villa* romana de S. Cucufate  
Planta piso térreo



Figura 3. Ruínas da basílica de S. Cucufate

LEGENDA DOS ESPAÇOS:

1. Templo religioso
2. Tanque de água
3. Residência senhorial
4. Termas
5. *Pars rustica*

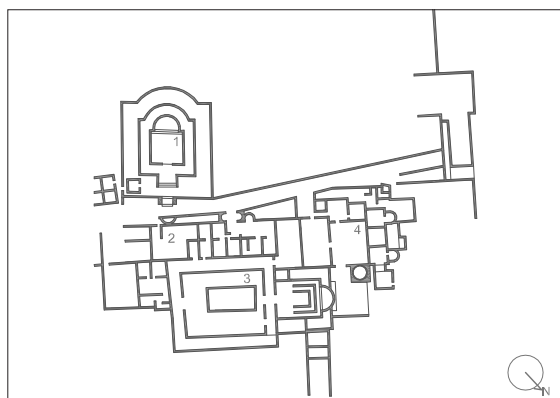


Figura 4. *Villa* romana de Milreu  
Planta piso térreo



Figura 5. Ruínas da basílica da *villa* de Milreu

LEGENDA DE ESPAÇOS:

1. Templo religioso
2. Casa senhorial
3. Átrio com peristilo
4. Termas

No território português conhecem-se vários exemplos deste tipo de construções, sendo que neste caso destaco a *villa* romana de S. Cucufate e a *villa* de Milreu, por serem exemplos onde existiam basílicas que mais tarde foram aproveitadas por religiosos que aí implantaram o seu cenóbio. No entanto, nestes exemplos as *villas* estão implantadas em zonas planas, contrariamente ao que se verifica em Lorvão, o que certamente condicionou a construção da *villa* romana no vale e a distinguiu destes exemplos que por si só são bastante distintos entre si.

A *villa* de São Cucufate, no concelho da Vidigueira, terá sido ocupada inicialmente no século I d.C.. Por sua vez, no final do século II foi demolida e reconstruída uma outra com novo traçado, na qual mais tarde se instalou o convento de frades. Não se sabe ao certo quando se constituiu a casa religiosa, porém, em 1255 esta já existiria há algum tempo, sendo entregue ao convento de S. Vicente de Fora de Lisboa. Nele terão vivido os frades até ao início do século XVII, acabando por entrar em ruínas.<sup>25</sup>

Baseando-se em escavações, Jorge de Alarcão<sup>26</sup> descreve que a zona central da vila tinha a forma retangular e era enquadrada por dois corpos laterais semelhantes. Nas traseiras da *villa* haveria um grande tanque de água alimentado por um reservatório, e na *pars rustica*<sup>27</sup>, a oeste da *villa*, estaria o cemitério e as divisões da criadagem.

A *villa* de Milreu<sup>28</sup>, na freguesia de Estói (Algarve), terá sido construída no século I como uma residência de pequenas dimensões, sendo que nos séculos seguintes adquiriu maiores dimensões, acabando por se transformar, no séc. IV, num santuário de culto cristão.

As diferentes dependências, como os aposentos dos senhores e as termas, organizavam-se em torno do átrio e do jardim, com peristilo. Num nível mais elevado e já afastado da zona central estavam duas estruturas que seriam os mausoléus da família.

A sul do recinto, separado por uma rua, estava o templo que ainda se encontra parcialmente conservado, sendo possível perceber que seria um espaço organizado em galeria com uma abside semicircular. O templo deverá ter servido de igreja durante o domínio dos visigodos, testemunho disso são a piscina batismal e o pequeno mausoléu construído no pátio.

Ao analisar estas *villae* percebemos que são propriedades normalmente sofisticadas e elegantes com as dependências de apoio à atividade agrícola e residência senhorial organizadas em torno de um pátio central. Já as estruturas religiosas eram espaços

<sup>25</sup> ALARCÃO, Jorge- A vila romana de S. Cucufate. *Arqueologia*. Porto: [s.n.], 3(1981-06) 117

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.118-121

<sup>27</sup> Zona com dependências de apoio à atividade agrícola

<sup>28</sup> HAUSCHILD, Theodor- A villa romana de Milreu. *Arqueologia*. Porto: [s.n.], 9(1984) 94-104



simples de abside semicircular e, maioritariamente, de uma só nave onde, em alguns casos, há referência a batistério que se implantava ora diretamente ligado ao pátio ou próximo do edifício religioso.

A *villa* de Lorvão não seria muito diferente, poderia não ter dependências tão ricas como as termas e balneários, mas provavelmente haveria um átrio rodeado por todas as construções necessárias a uma propriedade deste tipo e um templo que terá servido de base à basílica paleolítica.

Não esqueçamos que estes dois casos são meros exemplos e que não existe nenhum elemento que me permita conjecturar como seria a *villa* de Lorvão, tal como há que ter em conta as condicionantes da topografia deste vale que, certamente, influenciaram a planimetria desta estrutura.

Apesar de não haver outros elementos que me permitam desenvolver esta teoria com precisão, o mais provável é que esta *villa* já estivesse desabitada e em ruínas a quando da chegada dos primeiros monges beneditinos a Lorvão.



## 2. MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO BENEDITINO

*“De soberba estrutura, em solidão,  
fabricaram os monjes seu convento,  
e aqui, entre áurea aclamação,  
viveram venerados, com argumento;  
‘té que chegando o de relaxação  
Thereza o reformou, e foi portento;  
mas estes, por louro que a agoa apura  
aqui dão a Lorvão nomenclatura.”<sup>29</sup>*

Poema da Écloga Crisfal. *Laureolas Cristalinas*, canto VI.

---

<sup>29</sup> BORGES, Nelson- Lucêncio e as origens do mosteiro de Lorvão. *Conimbriga*. Coimbra: Gráfica de Coimbra. 23(1984) 153

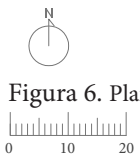


Figura 6. Planta piso térreo [547-1211]

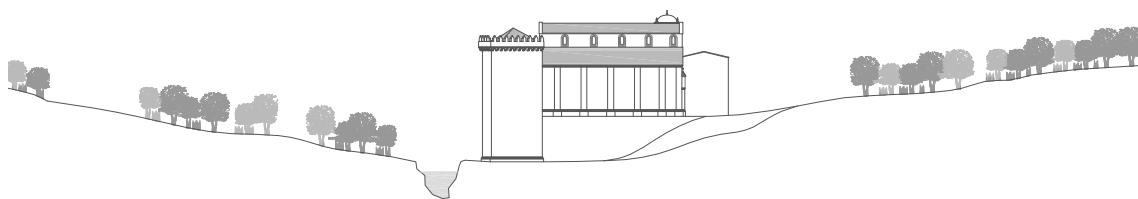
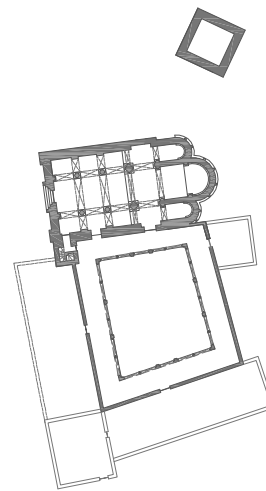
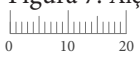


Figura 7. Alçado norte [547-1211]





## PERÍODO DE 547-1211

A regra de S. Bento já estaria implementada em alguns mosteiros da Europa desde o pontificado de Gregório Magno (590-640), quando em 1050 com o Concílio de Coiança surgem as primeiras comunidades monásticas que adotam a regra de S. Bento na Península Ibérica, com o intuito de obter maior unificação religiosa. Até então os monges do ocidente seguiam o sistema designado por *regula mixta*<sup>30</sup> e possuíam *códices regularum* com várias normas monásticas que o abade usava como inspiração para dirigir o seu mosteiro. Depois da invasão árabe tornou-se cada vez mais comum os mosteiros abandonarem o sistema da *regula mixta* para adotar a regra de S. Bento, com expulsão de todas as outras.

Este terá sido o caso de Lorvão que, certamente, antes de adotar por completo a regra de S. Bento, não antes do século XI, terá sido regido pela *regula mixta*.

Que este vale já teria conhecido a presença do homem aquando da fixação dos primeiros monges é dado adquirido pela maioria dos historiadores, que se dedicaram ao tema. O mais provável era a *villa* romana se encontrar já desabitada e em ruínas, mas certamente o que dela restava foi adaptado à nova função religiosa, nomeadamente o templo que poderá ter servido de base à basílica do mosteiro beneditino, no século VI.

Definir cronologicamente uma data para a fundação do mosteiro<sup>31</sup> beneditino de S. Mamede em Lorvão tem sido tema de discórdia por parte de diferentes historiadores, sendo que, apenas recentemente, novos dados permitiram localizá-la com mais certeza no século VI, ainda antes da implantação da nacionalidade portuguesa.

Um das teorias que durante muito tempo foi considerada a mais prudente é a de Rui de Azevedo. Em 1933, com base em documentos do *Livro dos testamentos* de Lorvão, afirma que “só a partir de 907 ou, com mais segurança, de 911 há documentos sobre o mosteiro de Lorvão, os mesmos denunciam a existência em tempos anteriores, mas de forma alguma nos autoriza a recuá-la para além de 878”<sup>32</sup>, ano da conquista de Coimbra pelo conde Hermenegildo, no reinado de D. Afonso III das Austúrias.

Por mais que esta hipótese seja plausível e fundamentada, ignora por completo todas as alusões ao mosteiro antes da reconquista, como referências aos seus abades.

---

<sup>30</sup> Conjunto de regras adotadas num mosteiro “não necessariamente consignadas num texto único, mas o conjunto de costumes, baseado não só em várias regras materialmente agrupadas num *codex regularum*, mas também em tradições locais que até podiam contradizer algumas das prescrições das suas regras”. A este sistema chamaram os historiadores *regula mixta*, a fim de o distinguir do posteriormente adotado com a Regra de São Bento. Matoso, José- *A introdução da regra de S. Bento na Península Ibérica*. Braga: Livraria Cruz, 1976. p.5-8

<sup>31</sup> “Mosteiro (*latim monasterium*): conjunto de edifícios onde vivem monges ou monjas, regidos pela regra de S. Bento, em comunidades subordinadas a regras próprias que influenciam a organização e a disposição das várias construções que constituem o mosteiro.”

RODRIGUES, Maria [et. al.]- *Vocabulário técnico e crítico da arquitetura*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1996. p.190

<sup>32</sup> AZEVEDO, Rui de- Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã. Separata do Arquivo Histórico de Portugal, Lisboa: [s.n.], (1933) 22

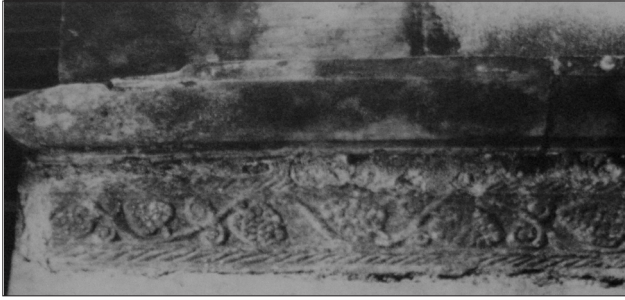


Figura 8. Fotografia da pedra visigótica na cornija inferior da torre dos sinos



Figura 9. Pormenor da pedra visigótica

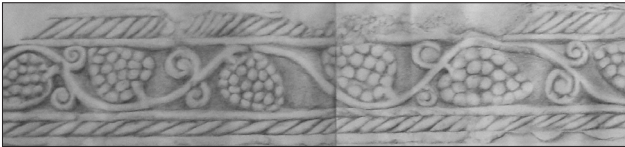


Figura 10. Desenho de Clara Portas da pedra visigótica



Outra teoria que durante muito tempo foi encarada com desconfiança tem por base um códice que Bernardo Brito insiste ter encontrado na livraria de Lorvão, onde se pode ler: “*Domus nostra Lurbani constructa fuit vivête patre nostro Benedicto & dedicata sanctis Martyribus Mameti & Pelaioa, Illi enim qui venerunt deferebant reliquias istorû, propter quod assumpserunt illos patronos, & fuit dedicata ecclesia, illis quarto kal, lunij*”<sup>33</sup>, do qual se conclui que o mosteiro foi fundado ainda em vida do patriarca S. Bento (480-547), sendo o seu fundador o abade Lucêncio, primeiro bispo de Conímbriga.<sup>34</sup>

Como não existe uma prova concreta de que esta transcrição seja autêntica os cronistas questionaram a sua veracidade. A verdade é que, a teoria apontada por Bernardo Brito, acaba por ser comprovada quando em 1983 se proporcionou a descoberta de uma pedra visigótica lavrada no alçado sul da torre sineira.<sup>35</sup>

A pedra visigótica pode ser datada do século VI sendo que, seguramente, já estaria sob a cornija mais baixa da torre dos sinos desde o século XVI, provavelmente reaproveitada de outro local do mosteiro e colocada neste sítio durante as obras na torre. A decoração é típica da arte visigótica sobretudo pelo relevo com motivos vegetalistas, nomeadamente com cachos de uvas e silvas, corroborando a teoria de que a primitiva basílica de S. Mamede já existia em Lorvão desde o século VI, provavelmente alguns anos antes de 547<sup>36</sup>, ano em que S. Bento faleceu.

No documento, datável de entre 572 e 582<sup>37</sup>, onde se enumeram as paróquias que compõem a diocese conimbricense aparece em quarto lugar a de *Lurbine*, que se julga poder afirmar ser a de Lorvão. Este testemunho surge como mais uma prova de que no ano de 572 já os primeiros monges se teriam estabelecido há muito tempo neste vale, formando aí a sua paróquia.

Os cronistas monásticos portugueses falam de Lucêncio e dos primeiros religiosos laurbanenses referindo que “S. Bento teria enviado doze monges para a península Ibérica, dos quais alguns chefiados por Lucêncio, passaram à Lusitânia e, chegados ao território conimbricense (...) foram-se fixar em Lorvão.”<sup>38</sup> Do que os monges encontraram

---

<sup>33</sup> “A nossa casa de Loruaõ foi fundada em vida do nosso padre S. Bento, & dedicada aos santos Martyres Mamede, & Pelagio, porque a quelles que a vieraõ fundar traziaõ reliquias deste santo, & por isto os tomarão por padroeiros, & foy dedicada a igreja em louuor deles aos [29 de maio].”

Tradução em BRITO, Bernardo de- *Primeyra Parte da Chonica de Cister*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1602. p.447. Livro sexto, Cap.XXIX; com correção da data em BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.54. Vol.1

<sup>34</sup> BRITO, Bernardo de- *Segvnda parte da Monarchia Lusitana*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1690. p.263. Livro Sexto, Cap.V

<sup>35</sup> A pedra visigótica de mármore cinzento-escuro mede 0.94m de comprimento e 0.14m de largura. BORGES, Nelson- A pedra visigótica do mosteiro de Lorvão. *Mundo da arte*. Coimbra. 13(1983.03) 57

<sup>36</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.55. Vol.1

<sup>37</sup> *Idem: O mosteiro de Lorvão*. Coimbra: EPARTUR, 1977. p.5-6. Sobre este tema ver também DAVID, Pierre- *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI<sup>e</sup> ao VII<sup>e</sup> siècle*. Lisboa: Portugalia, 1947. p.1-82

<sup>38</sup> BORGES, Nelson- Lucêncio, bispo de Conimbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão. *Conimbriga*. Coimbra: Gráfica de Coimbra. 23(1984) 145-146

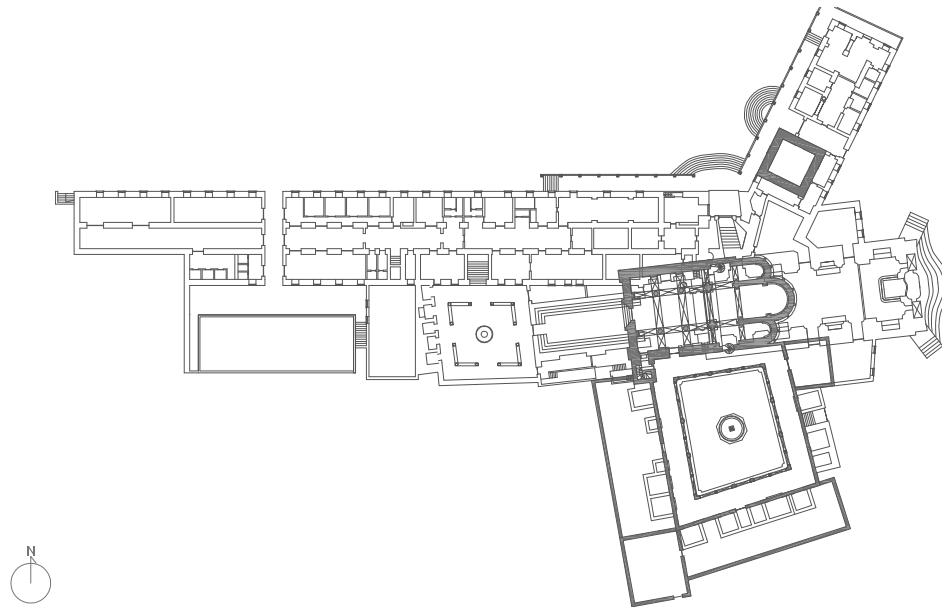


Figura 11. Implantação da igreja românica nas estruturas atuais do mosteiro  
Planta piso térreo



Figura 12. Escavações no antecoro da igreja, 1984

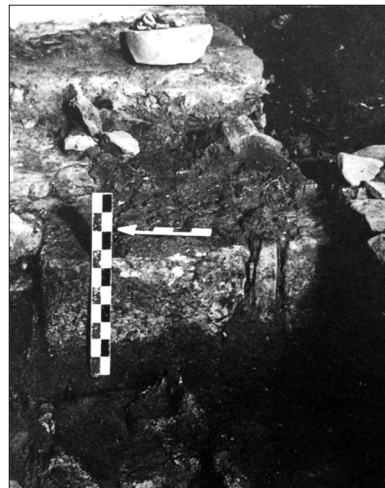


Figura 13. Envasamento de uma das colunas

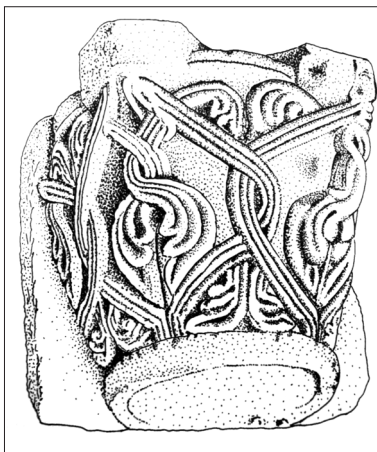


Figura 14. Capitel da igreja românica

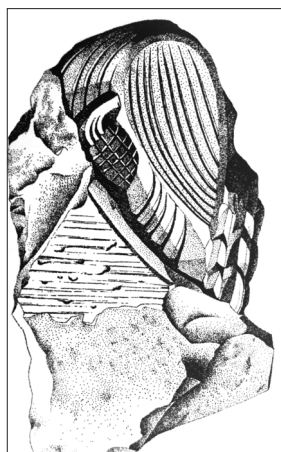


Figura 15. Cachorro da igreja românica

quando entraram no vale e quais as alterações que empregaram é algo que nunca vamos ter resposta rigorosa e firme.

Sabe-se que durante o governo do abade Primo (966-985) veio de Córdova o mestre Zacarias que certamente procedeu a obras no edifício monástico, das quais infelizmente não temos informação.<sup>39</sup> Resta-nos conjecturar tendo por base os poucos exemplos que subsistem desta época, onde o modelo típico da igreja românica era o basilical com três naves de cobertura em madeira (sendo a nave central mais alta e iluminada por clerestório), falso transepto e três capelas na cabeceira.<sup>40</sup>

Até recentemente a única informação concreta que existia sobre o espaço religioso de Lorvão correspondia a um documento do mosteiro, que foi enviado em 1722 à Academia Real da História Portuguesa, onde se pode ler que a “igreja era dividida em três naves por colunas”<sup>41</sup>.

Esta referência apenas recentemente foi comprovada pelas escavações levadas a cabo, em 1984 no antecoro da atual igreja, pelo historiador Doutor Nelson Borges definindo com clareza a organização espacial do edifício basilical beneditino. Destas se concluiu que a basílica se implantava na zona do atual antecoro no alinhamento da torre dos sinos e que tinha três naves divididas em três tramos, com possível iconóstase<sup>42</sup> a separar os monges dos fiéis.<sup>43</sup>

As mesmas escavações revelaram outros pormenores que permitem desenhar com maior firmeza a estrutura da basílica, como por exemplo a nave central tinha de largura entre 5.20m e 5.30m e as laterais 2.60m ou 2.70m, já os tramos mediam 3.20m de comprimento e o pavimento estava 0.45m abaixo do atual.<sup>44</sup> Quanto à altura da basílica o historiador Nelson Borges acredita que corresponderia ao alinhamento da primeira cornija da atual torre dos sinos.<sup>45</sup>

Em meados do século XVIII esta zona do mosteiro foi fortemente alterada com a construção do novo espaço litúrgico, impossibilitando hoje ter uma imagem exata de como seria a cabeceira e o coro dos monges neste período. No entanto, os historiadores Nogueira Gonçalves e Nelson Borges assumem como plausível a hipótese da cabeceira ser composta por três capelas redondas e falso transepto, estando o coro, como é

<sup>39</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.72. Vol.1

<sup>40</sup> RODRIGUES, Jorge- A arquitetura românica. In PEREIRA, Paulo (dir)- *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Printe Portuguesa, 1995. p.216. Vol.1

<sup>41</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.91 e Doc. 50. Vol.1

<sup>42</sup> Parede divisória entre o coro dos fiéis e o altar, decorada com ícones.

<sup>43</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.91-93. Vol.1; PIRES, Fernando- *O mosteiro de Lorvão: Subsídios para a sua história*. Coimbra: FLUC, 1971. Tese de licenciatura. p.26

<sup>44</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.92. Vol.1

<sup>45</sup> *Ibidem*



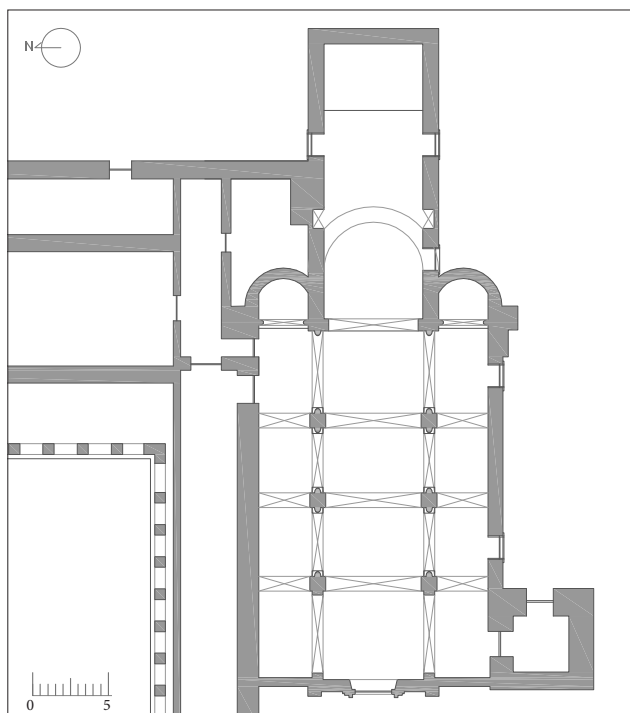


Figura 16. Igreja de S. Salvador de Ganfei  
Planta piso térreo

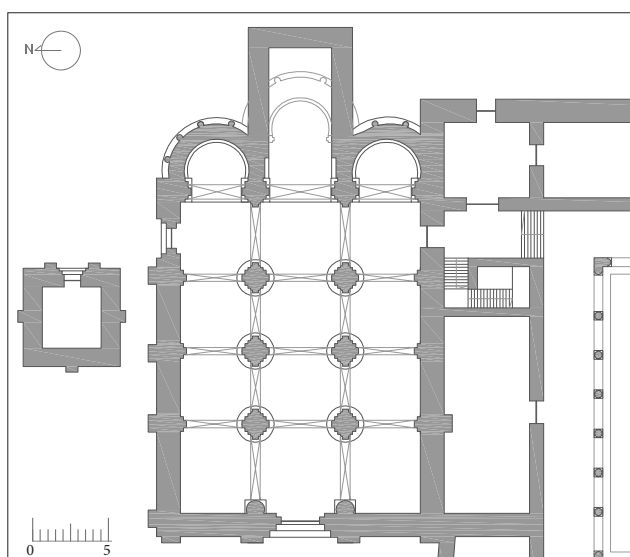


Figura 17. Igreja de S. Salvador Travanca  
Planta piso térreo

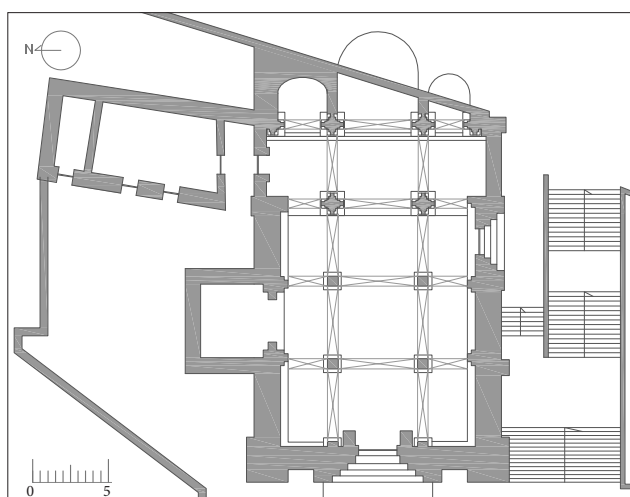


Figura 18. Igreja de S. Tiago  
Planta piso térreo

habitual em mosteiros masculinos, na capela-mor ou próximo do altar separado por iconóstase do coro dos fiéis, que seria na nave central com entrada axial a poente.<sup>46</sup>

Da primitiva igreja os únicos elementos que a arqueologia nos dá a conhecer são um capitel de grés amarelado com motivos vegetalistas e entrelaçados<sup>47</sup> e um cachorro de calcário de Ançã em forma de ave com plumagem segurando pela pata uma pinha.<sup>48</sup>

A cobertura da igreja assume-se que possa ter sido em madeira assente em arcos diafragmas<sup>49</sup>, como acontece na Sé de Braga, S. Salvador de Travanca e no Paço de Sousa.

A igreja dos monges beneditinos de Lorvão, tendo por base toda a informação que chegou aos nossos tempos, seria muito semelhante às suas coevas do românico, das quais destaco a igreja de S. Salvador de Ganfei, S. Salvador de Travanca e S. Tiago.<sup>50</sup>

Na arquitetura românica era frequente que associados às instituições monásticas estivessem construções de carácter defensivo, sejam torres senhoriais, castelos-refúgio ou recintos amuralhados.<sup>51</sup> Este tipo de estruturas implantavam-se próximos da igreja ou faziam mesmo parte da própria construção. Em Portugal muitas igrejas têm uma torre a flanqueá-las com intenções defensivas, como acontece na de S. Salvador de Travanca.

Em Lorvão haveria também uma torre defensiva, que ainda é perceptível na planta do rés-do-chão atual encastrada no corpo nordeste. É uma torre quadrangular com cerca de nove metros de lado que, provavelmente, desempenharia funções defensivas associadas a outras de carácter administrativo como o cartório, podendo também incluir-se nela a residência abacial e a portaria.<sup>52</sup> Teria no período românico cinco pisos sendo que dois deles foram destruídos com o alteamento do terreno no século XVII.<sup>53</sup>

No seu atual segundo piso, na ala este, subsiste ainda uma porta moçárabe de arco ultrapassado, que deverá ser, de acordo com Nogueira Gonçalves, “da segunda [reconquista] e mesmo avançar até ao governo de D. Afonso Henriques”.<sup>54</sup>

No ângulo sudoeste da basílica haveria um campanário com uma imagem construtiva simples e cobertura em cúpula hemisférica, cuja altura deveria corresponder segunda cornija da atual torre dos sinos, construída em substituição deste em 1597.<sup>55</sup>

<sup>46</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.92. Vol.1

<sup>47</sup> Encontra-se atualmente no Museu Machado de Castro. Tem 0.36m de altura e 31.50m de largura.

<sup>48</sup> Encontrado durante as escavações de 1984.

<sup>49</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.92. Vol.1

<sup>50</sup> Sobre este assunto ver: REAL, Manuel luís- A organização do espaço arquitetónico entre beneditinos e Agostinhos no séc. XII. *Arqueologia*. Porto. 6(1982) 118-132; ALMEIDA, Carlos Alberto- Primeiras impressões sobre a arquitetura românica Portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. 2(1971) 65-116

<sup>51</sup> RODRIGUES, Jorge – A arquitetura românica. In PEREIRA, Paulo (dir)- *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Printe Portuguesa, 1995. p.215-216. Vol1

<sup>52</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.89-90. Vol.1

<sup>53</sup> *Ibidem*, p.90-91

<sup>54</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1943. p.194. Vol.4

<sup>55</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.92. Vol.1



Figura 19. Porta monçárabe, antes das obras de restauro de 1940

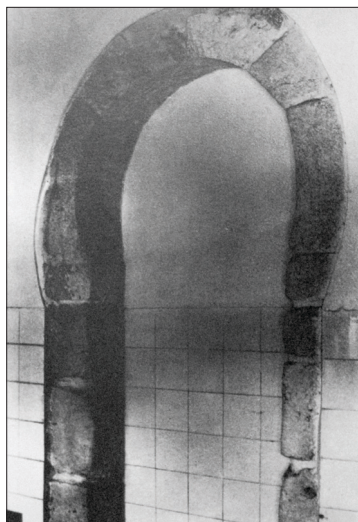


Figura 20. Porta monçárabe, depois de 1960

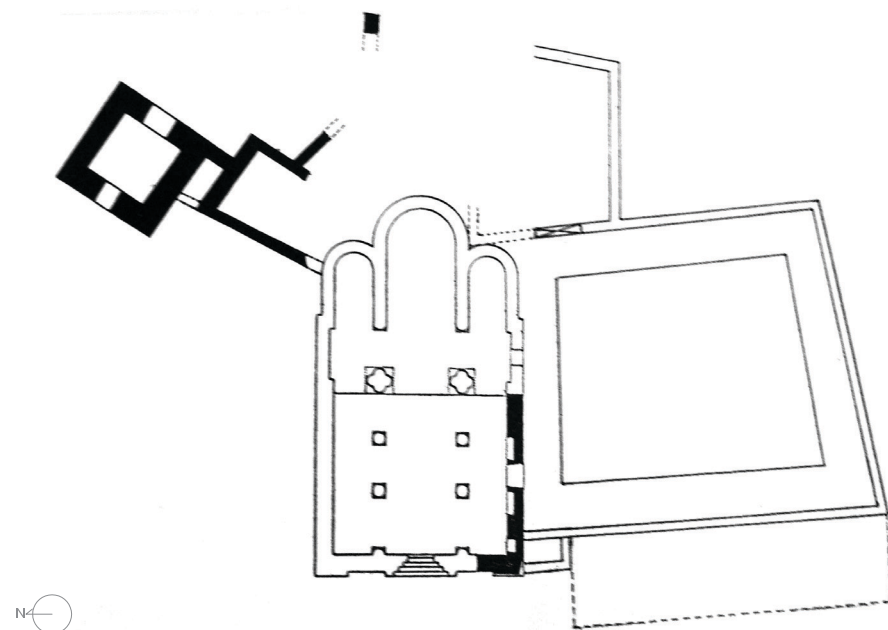


Figura 21. Planta parcial do mosteiro de Lorvão no século XII, elaborada pelo historiador Nelson Borges

0 20 40



Quanto ao claustro, apesar de não se saber quando foi construído, é certo que a implantação e o desenho irregular do claustro atual advém já deste período, uma vez que quando se procedeu à sua remodelação, no século XVII, se encontraram ossadas dos monges sepultados nas paredes.<sup>56</sup>

O historiador Nelson Borges sugere que seria de “um só piso térreo e de dimensões semelhantes ao atual, tendo em atenção o comprimento da igreja e o facto de lhe passar no ângulo sudoeste, ou mesmo por dentro, o riacho da Vidigueira”<sup>57</sup>, o que aliado à topografia do vale justifica a sua atual forma trapezoidal. Admite ainda que “o claustro românico se situasse em cota um pouco superior (...) tendo em conta que a porta de acesso ao refeitório (...) se implanta sobre um degrau com 21 centímetros de altura”.<sup>58</sup>

Como já referi as escavações de 1984 sugerem que a igreja românica estaria 0.45m abaixo da atual e o claustro 0.21m acima, como hoje a igreja e o claustro estão ao mesmo nível conclui-se que nesta época haveria um desnível de 0.66m, estando a igreja mais baixa. Como acontece na Sé Velha de Coimbra este desnível é facilmente justificado pela topografia do terreno.

As casas monásticas beneditinas organizam-se com a igreja como ponto central à qual se encosta o claustro, maioritariamente a sul, e em torno do qual se ordenam outras dependências indispensáveis ao funcionamento da vida em comunidade, como o refeitório e o dormitório. Além da igreja e do claustro que podemos desenhar com alguma dose de probabilidade, as restantes dependências foram de tal modo alteradas ao longo dos tempos que não me é possível definir, de forma concreta, a sua localização e forma. Contudo, as hipóteses que sugiro, apesar de serem falíveis são as que considero mais prováveis e racionais tendo em conta o modo como outros mosteiros beneditinos se organizavam, mas principalmente baseando-me no estudo do Doutor Nelson Borges, que faz uma análise cuidada do mosteiro nesta época<sup>59</sup>.

Sabe-se que o refeitório se implanta, por norma, e nas casas beneditinas, ao longo do claustro na ala sul, paralelamente à igreja, e que geralmente é uma sala abobada alta que fica no piso térreo, comunicando diretamente com o claustro.<sup>60</sup> Suponho que no caso de Lorvão este se implantava no lado oposto à igreja anexo ao claustro (tal como a cozinha que lhe estaria anexa a oeste) e seria uma “sala abobadada, espaçosa e luxuosa”<sup>61</sup>.

<sup>56</sup> Cfr. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]– Mosteiro de Lorvão (livro das preladadas), nº309, fol.5v, Doc. 62

<sup>57</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.93. Vol.1

<sup>58</sup> *Ibidem*, p.210

<sup>59</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737*. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. 2vol. 470 p. Tese de doutoramento

<sup>60</sup> *Idem*: A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. *Revista Museu*. Coimbra: [s.n.]. IV/7(1998) 50

<sup>61</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº417, fol.132. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.412. Vol.1



Por sua vez, a cozinha implantava-se sobre a linha de água da Vidigueira, teria planta retangular com uma ou várias chaminés e seria uma sala abóbada com ligação direta com o refeitório e os terrenos a sul da instituição onde estaria o forno, a casa do sal, a tulha e o celeiro.<sup>62</sup> Outras estruturas indispensáveis a uma comunidade religiosa, não se implantariam muito longe, como os armazéns<sup>63</sup>, banhos, latrinas, enfermaria, scriptorium, hospedaria e, ainda, os espaços próprios dos noviços.

Perpendicular à igreja, a poente, implantava-se o dormitório num plano superior com ligação ao claustro.<sup>64</sup> De acordo com a regra de S. Bento seria um espaço aberto, sem separações individuais de celas, e o abade deveria ficar no meio do dormitório a fim de atestar o silêncio e descanso de todos os monges.<sup>65</sup>

Indispensável era, também, a sala do capítulo que estaria na ala nascente do claustro, no ângulo nordeste, junto à cabeceira do templo. Deveria ocupar o espaço da atual mas, certamente, teria menores dimensões.<sup>66</sup> A sala do capítulo era um local de reunião da comunidade que, regra geral, se erguia no prolongamento do lado sul do transepto, algo que neste caso não se verifica, porque a igreja de S. Mamede tinha um comprimento semelhante ao do claustro.

No que respeita à imagem do vale neste período sabe-se que, de acordo com o estudo do historiador Nelson Borges, a topografia do terreno seria diferente com maior desnível a norte da igreja, uma vez que a cota estava pelo menos seis metros abaixo da atual, correspondendo aos dois pisos da torre que foram aterrados no século XVII. Por sua vez, a ribeira seria mais funda fazendo uma curvatura mais suave para sul, passando próxima da torre defensiva.<sup>67</sup>

Sabe-se também que a poente terá existido durante séculos o cemitério dos monges beneditinos, já que nesta zona quando se procedeu a construção do dormitório, no século XVII, se pôs a descoberto um conjunto de ossadas.<sup>68</sup>

Nas imediações do cenóbio, provavelmente a norte, haveria casas de camponeses, nomeadamente os casebres dos servidores do mosteiro, estrebarias e estábulos.<sup>69</sup>

---

<sup>62</sup> BORGES, Nelson- *A arquitetura monástica portuguesa na época moderna*. Coimbra, 1998. p.51. Vol.1

<sup>63</sup> MARQUES, Maria Fernandes- Inocência II e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de história económica e social FLUC. 18(1980) 275

<sup>64</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.314. Vol.1

<sup>65</sup> *Idem*: *A arquitetura monástica portuguesa na época moderna*. Coimbra, 1998. p.47. Vol1

<sup>66</sup> *Idem*: *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.244. Vol.1

<sup>67</sup> *Ibidem*, p.90

<sup>68</sup> *Ibidem*, p.92

<sup>69</sup> OS BENEDITINOS NA EUROPA, 1, Santo tirso, 1995. MARQUES, Maria Fernandes- *Vida e morte de um mosteiro beneditino: o caso do mosteiro de Lorvão*: atas. Santo tirso: Câmara Municipal de Santo tirso, 1998. p.53

## LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR

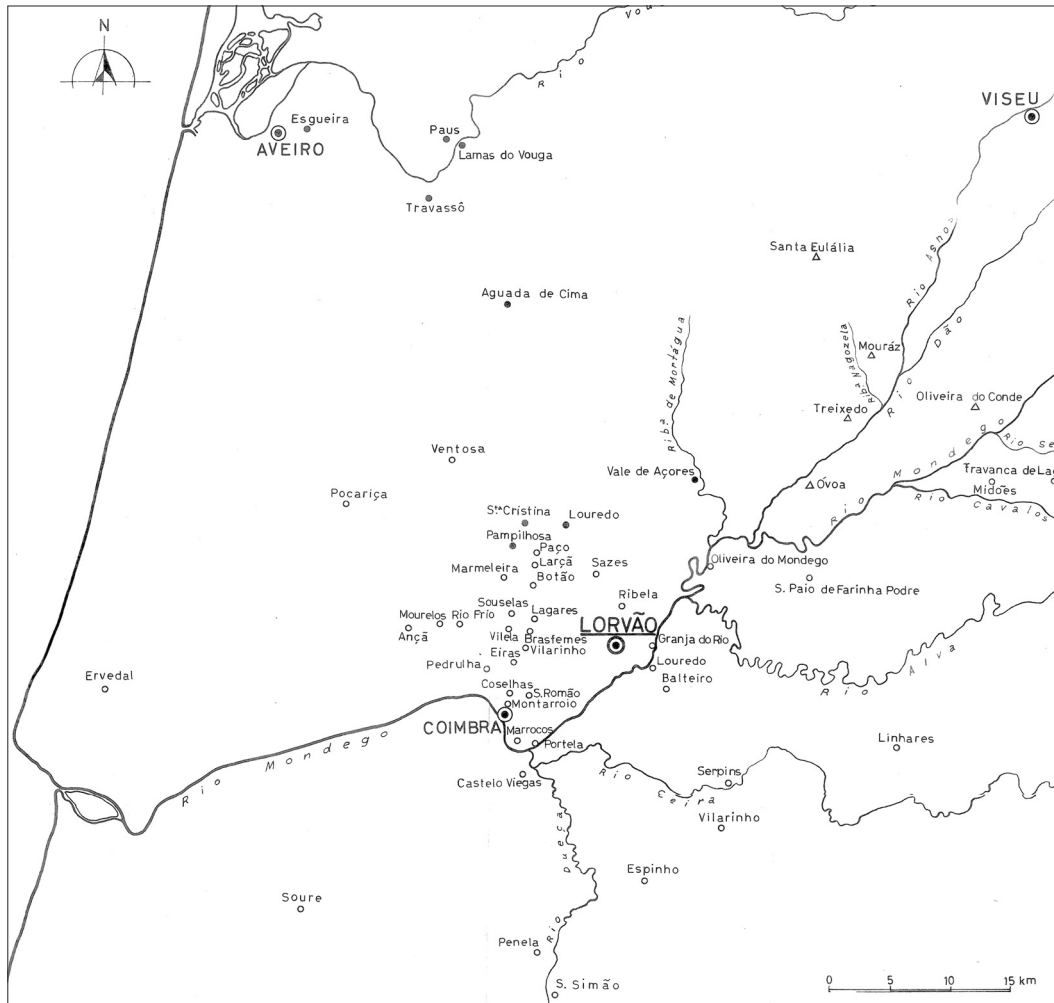


Figura 22. Propriedades do mosteiro de Lorvão, entre 1126 e 1181

### LEGENDA:

- Distrito
- Propriedades do distrito de Aveiro
- Propriedades do distrito de Coimbra
- △ Propriedades do distrito de Viseu

A comunidade religiosa laurbanense não seria muito grande e certamente como outras terá sofrido as suas crises que foram sendo superadas, acabando no século XII por assumir um papel fulcral no desenvolvimento económico da região e no contexto cultural da Idade Média, como um dos primeiros grandes centros de cultura, onde parte do clero conimbricense deve ter feito a sua formação<sup>70</sup>.

Desde cedo que é perceptível o poder e influência do mosteiro sobre as zonas mais ou menos próximas do lugar onde se implantava. Rui de Azevedo dá conta que no século X os lugares de Vila Cova<sup>71</sup>, Penacova, Figueira de Lorvão, Telhado, Palmazes, Sazes, Alcaixa<sup>72</sup> e Cávemes eram povoados que se ligavam ao mosteiro, vivendo sob a sua tutela.<sup>73</sup>

Tendo também alargado a sua esfera de ação a Coimbra, Aveiro, Viseu e a várias terras a sul do Mondego, onde possuía essencialmente propriedades rurais como “*villae*, casais, vilares, herdades, leiras, vinhas, bacelos, pomares, hortas, (...) moinhos, cubas e animais”<sup>74</sup>. Detinha também algumas propriedades urbanas em Penacova, Penela, Abrantes, Serpins, Covilhã e Coimbra, e ainda igrejas, nomeadamente, a igreja de Santa Eulália, S. Pedro de Molelos e S. Pedro de Coimbra, entre outras.<sup>75</sup>

Contudo os tempos de glória não se mantiveram por muito tempo e, no limiar do século XIII, a vida dos monges beneditinos laurbanenses sofre uma grande investida, sendo obrigados a abandonar a sua casa no vale, para aí passarem a viver religiosas da regra de Cister sob o governo de D. Teresa, filha de D. Sancho I.

---

<sup>70</sup> Nesta época produziam-se, em Lorvão, obras litúrgicas de qualidade, como o “Livros das Aves” (1183), o “Comentário do Apocalipse” (1189), “Comentário de Agostinho aos salmos” e “Leccionário do officio divino e o Antifonário”.

<sup>71</sup> Nomeada atualmente por Cheira.

<sup>72</sup> Provavelmente corresponderá à atual Arrifana.

<sup>73</sup> AZEVEDO, Rui de- *Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*. Lisboa, 1933. p.39-42, docs. I e II

<sup>74</sup> OS BENEDITINOS NA EUROPA, 1, Santo tirso, 1995. MARQUES, Maria Fernandes- *Vida e morte de um mosteiro beneditino: o caso do mosteiro de Lorvão*: atas. Santo tirso: Câmara Municipal de Santo tirso, 1998. p.57

<sup>75</sup> *Ibidem*



### 3. MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO CISTERCIENSE

*“É um regalo ouvir cantar  
as freirinhas em latim!*

*É um regalo ver bordar  
as freirinhas em cetim!”<sup>76</sup>*

---

<sup>76</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992, p. 43. Vol.1

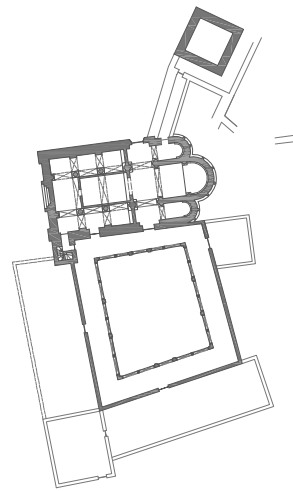


Figura 23. Planta piso térreo [1211-1600]

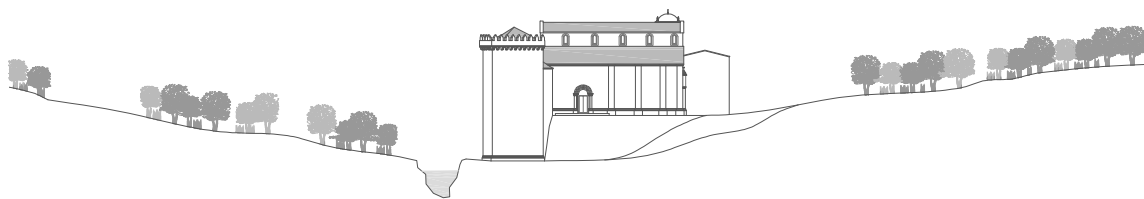


Figura 24. Alçado norte [1211-1600]





## PERÍODO DE 1211-1600

D. Julião (1204-1211) era então o abade do mosteiro, e haveria de ser o último, quando a rainha D. Teresa regressa a Portugal, depois do seu casamento com Afonso IX, rei de Leão, ter sido anulado por ordem do Papa Celestino III. Em 1195 quando retorna a Portugal deixando para trás marido e filhos, demonstra o desejo de se retirar para um mosteiro com a sua própria corte, onde ocuparia funções de administração e de serviço a Deus. Lorvão pareceu a escolha certa pelo seu prestígio, pelas boas relações no passado com o reino e a alta nobreza e, apesar de não estar na cidade de Coimbra onde a corte sedava com frequência, era próximo e de fácil acesso.<sup>77</sup>

Desde 1109 que o mosteiro de Lorvão e todos os seus pertences eram governados pela Sé de Coimbra, algo que nunca foi bem aceite pela comunidade religiosa. daí que a diocese há muito procura-se um pretexto para tomar por completo o mosteiro. Agora que D. Teresa queria ocupar o cenóbio surgia o motivo tão desejado, por isso, em 1205 D. Pedro Soares, o bispo da diocese de Coimbra, concede a D. Teresa o mosteiro laurbanense<sup>78</sup> argumentando que “(...)não consente que os monges negros, atendendo à sua vida escandalosa e mau governo, ali continuem a habitar”<sup>79</sup>, motivo este que se considera pouco plausível visto que “a vida económica era desafogada (...) quer pelo quadro de compras efetuadas pelo mosteiro, quer pela sua situação cultural”<sup>80</sup>. A rainha poderia então governar o cenóbio de acordo com a ordem religiosa que melhor lhe conviesse, mas sempre procurando o conselho da santa Sé.

Uma vez deslocados os monges para o Mosteiro de Pedroso o bispo institui ali monjas beneditinas “por ser a única forma de o salvar”<sup>81</sup>. Mas, os monges não se resignaram a abandonar a casa onde viveram durante tantos anos e queriam morrer, por isso, dirigiram-se ao Papa Inocêncio III expondo a ilegalidade que tinham sofrido. No entanto, a 28 de dezembro de 1206 os bispos do Porto e Lisboa confirmam que o mosteiro de S. Mamede deveria passar a ser governado por D. Teresa.<sup>82</sup>

Contudo este período de transição não estaria ainda concluído tendo os monges, reivindicando os seus direitos, mais uma vez recorrido ao Papa que, só em novembro de 1210, depois de analisar todos os elementos deu o seu parecer final pela bula *Causam*

---

<sup>77</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Coimbra: França Amado, 1899. p.14-15; COMEMORAÇÃO DO OITAVO CENTENÁRIO DA ENTRADA DAS MONJAS NO MOSTEIRO, 1, Paredes. MARQUES, Maria Fernandes- *Rainhas e santas: as filhas de D. Sancho I e o mosteiro de Lorvão*: atas. Paredes: Reviver Editora, 2007. p.21-23

<sup>78</sup> BRITO, Bernardo de- *Primeyra Parte da Chonica de Cister*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1602 . p.450-452v.

<sup>79</sup> MARQUES, Maria Fernandes- Inocêncio II e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de história económica e social FLUC. 18(1980) 263-264 e doc.7

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.97

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 264 e doc. 8

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.267 e doc.11; BRANCO, Teresa- A saída dos monges negros do mosteiro de Lorvão, Cronologia e Documentos. *Munda*. Coimbra: [s.n.]. 14(1987) 10



Figura 25. Escultura de D. Teresa, 1662

*que vertebatur*<sup>83</sup>, decidindo que os monges deviam ser reconduzidos ao mosteiro, por dele terem sido afastados à força e coagidos pelo medo, e a rainha deveria indemnizá-los das despesas efetuadas. Contudo os monges seriam apenas restituídos *ad plenum*, ou seja, o abade e os religiosos reocupavam a habitação, mas se quisessem exercer funções administrativas não teriam poder decisório, sendo os ministros guardiães que tomariam todas as decisões.<sup>84</sup> As condições impostas eram inadmissíveis prevendo-se a recusa dos religiosos, que acabaram por abandonar o mosteiro sendo restituídos noutras casas, depois de receberem da rainha o pagamento de todas as suas despesas.<sup>85</sup>

Consumando-se assim, a julho de 1211<sup>86</sup>, a reforma do mosteiro beneditino masculino em cisterciense feminino, como permaneceu até à sua extinção em 1887.

D. Teresa dedicou a sua vida a Lorvão embora se saiba que nunca foi abadessa e apenas passou os primeiros anos no vale, ao qual depois apenas acorria esporadicamente. Contudo terá sido a rainha a eleger a primeira abadessa, Dona Goda (1213-1230), e as que lhe sucederam.<sup>87</sup> Não se sabe quais os seus critérios de escolha, provavelmente convidou monjas de outros mosteiros, nomeadamente de Espanha, que já estivessem familiarizadas com a ordem de Cister feminina.

Em documentos oficiais era referida como “patrona, procuratore et defensore”<sup>88</sup>, sendo todos os contratos feitos em seu nome e com a sua autorização até falecer a 18 de Junho de 1250<sup>89</sup>.

Havia muito tempo que a ordem de Cister masculina tinha chegado à Península Ibérica, inicialmente na Espanha com o mosteiro de Fitero, em Navarra, documentado de 1140. Poderá ter havido outros precedentes, mas a falta de provas históricas não o permite afirmar.<sup>90</sup> No decorrer da década de 1140 sucedera-se as fundações e filiações em terreno espanhol.

Já em Portugal a primeira prova concreta surge em 1143<sup>91</sup>, referindo o mosteiro

<sup>83</sup> Dirigida ao Arcebispo de Compostela a 10 de Novembro de 1210. MARQUES, Maria Fernandes- *Alguns aspetos das relações de Portugal com a Santa Sé no Pontificado de Inocêncio III*. Coimbra: FLUC, 1974. Tese de licenciatura em História. doc. 143, p.385-387

<sup>84</sup> *Idem*: Inocêncio II e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de história económica e social FLUC. 18(1980) 273-275 e doc.15

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.276-277 e doc. 16-17

<sup>86</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p. 108. Vol.1

<sup>87</sup> CIÊNCIAS GENEALÓGICA E HERÁLDICA, 17, Lisboa, 1986. BRANCO, Teresa- *As abadessas medievais de Lorvão: cronologia e esboço de identificação*: atas. Lisboa: Editora Gráfica portuguesa, 1990. p.1-18

<sup>88</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Coleção especial), maço 9, nº18. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p. 111-116. Vol.1

<sup>89</sup> MARQUES, Maria Alegria Fernandes- *Um mosteiro e um lugar: Lorvão nos finais do século XIII*. Lorvão: Associação pró-defesa do mosteiro de Lorvão,1999. p.13

<sup>90</sup> COCHERIL, Maur- L' implantation des abbayes cisterciennes dans la Peninsule Ibérique. *Anuário de studios medievales*, Barcelona. 1(1964) 229-230; MARQUES, Maria Fernandes- A introdução da ordem de Cister em Portugal. *La Introduction del Cister en Espanha y Portugal*. Coimbra: FLUC, (1991) 165-195

<sup>91</sup> COCHERIL, Maur- Recherches sur l'ordre de Cîteaux au Portugal. *Bulletin des études Portugaises*. Paris. 22(1960) 33-34

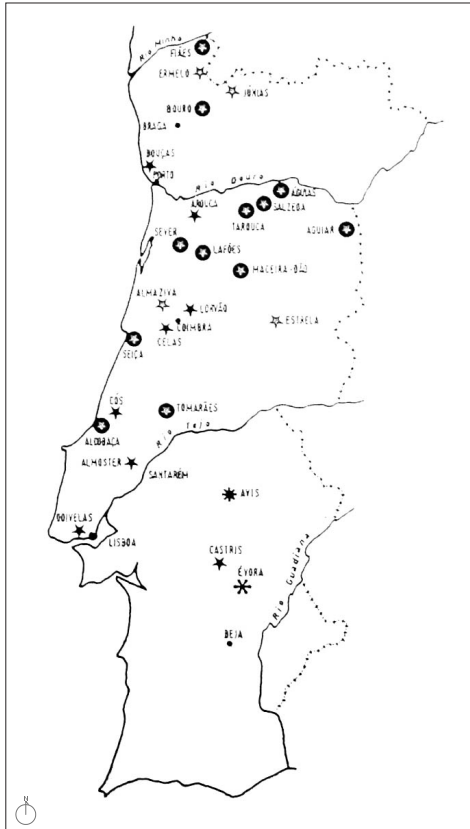


Figura 26. Mosteiros cistercienses Portugeses, século XII e XIII

LEGENDA:

- Mosteiros masculinos- século XII
- ☆ Mosteiro masculino- século XIII
- ★ Mosteiros femininos- século XIII
- ✱ Edifício de Ordem Militar- século XII
- ✱ Edifício de Ordem Militar- século XIII

de S. João de Tarouca como o primeiro mosteiro masculino cisterciense de Portugal, ter-lhe-á sucedido o mosteiro de S. Tiago de Sever (1143-1144), S. Pedro de Mouraz (1151-1152) e Santa Maria de Alcobaça em 1153, seguidos por muitos outros.<sup>92</sup>

Os mosteiros cistercienses femininos na Europa eram raros, principalmente pelas condições impostas pelo Capítulo Geral. Na verdade só no ano de 1125 é que foi autorizada a introdução de monjas em Cister, possibilitando que no final do século já a ordem possuísse dezoito mosteiros femininos em França.<sup>93</sup> Em Portugal as primeiras abadias cistercienses datam dos primórdios do século XIII, todas por iniciativa das filhas de D. Sancho I.<sup>94</sup> Sob o governo de D. Teresa, em 1211, S. Mamede de Lorvão torna-se a mais antiga casa feminina da ordem de Cister em Portugal,<sup>95</sup> mas muitos outros lhe seguiram como o mosteiro de Santa Maria de Celas, em Coimbra, que foi fundado em 1215 por D. Sancha<sup>96</sup>, e o mosteiro de S. Pedro Arouca que, em 1224, sob direção de D. Mafalda, mudaria também para mosteiro de Cister feminino.<sup>97</sup>

Não era caso raro as casas monásticas a dada altura mudarem a ordem pela qual eram regidas, passando os religiosos beneditinos a cistercienses<sup>98</sup>, já pouco comum era que nestes casos se altera-se também o género dos religiosos, como aconteceu em Lorvão, Arouca e Bouças. Nestes casos as estruturas do cenóbio teriam que facilmente se adaptar à dita *planta cisterciense*, sendo que a própria localização era alvo de análise, designadamente, pelo seu afastamento do mundo exterior e existência de água.<sup>99</sup>

Apesar das dificuldades iniciais, depois da saída dos monges beneditinos, Lorvão rapidamente se tornou uma comunidade de prestígio à qual acorriam mulheres da alta nobreza, pelas vastas propriedades e localização geográfica do mosteiro. No entanto, por mais que a casa monástica satisfizesse as diretrizes do Capítulo Geral de Cister, viu-se forçosamente obrigada a sofrer obras de ajuste que contemplaram essencialmente “adaptações no dormitório, mudança de local do coro e o locutório”.<sup>100</sup>

<sup>92</sup> MARQUES, Maria- *Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.p.47; ver também : COCHERIL, Maur- *Recherches sur l'ordre de Cîteaux au Portugal*. Paris: Fundação Caloust Gulbenkian, 1960. p.30-102; *Idem: Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Caloust Gulbenkian, 1978. p.200

<sup>93</sup> OLIVEIRA, Edmar- O mosteiro de Lorvão e a ordem de Cister, *Notícias de Penacova*, Penacova. 1191(1957-06-01) 3

<sup>94</sup> RÊPAS, Luís Miguel- As abadessas cistercienses na idade média: identificação, caracterização e estudo de trajetória individual e familiares. *Lusitana Sacra*. 17(2005) 64-66; A ORDEM DE CISTER: O TEMPO E O MODO, S. Pedro do Sul, 1998. OLIVEIRA, Miguel- *Origens da ordem de Cister em Portugal*: atas. S. Pedro do Sul: Eden Gráfico S.A., 1998. p.35-37

<sup>95</sup> OLIVEIRA, Miguel- *Origens da ordem de Cister em Portugal*, 1998, p.35-37; COMEMORAÇÃO DO OITAVO CENTENÁRIO DA ENTRADA DAS MONJAS NO MOSTEIRO, 1, Paredes. MARQUES, Maria Fernandes- *Rainhas e santas: as filhas de D. Sancho I e o mosteiro de Lorvão*: atas. Paredes: Reviver Editora, 2007. p.22-24

<sup>96</sup> Sobre este tema ver: BRITO, Bernardo de- *Primeyra Parte da Chonica de Cister*. Lisboa, 1602. p.457v-458

<sup>97</sup> MARQUES, Maria Fernandes- *Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p.63; COCHERIL, Dom Mau- Les infantes Teresa, Sancha et Mafalda et l'Ordre de Cîteaux au Portugal. *Revista portuguesa de história*, Coimbra: Inst. de História Económica e Social. (1978) 33-49

<sup>98</sup> Sobre o assunto ver: COCHERIL, Maur- *Recherches sur l'ordre de Cîteaux au Portugal*. Paris, 1960. p.30-120

<sup>99</sup> COCHERIL, Maur- *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris, 1972. p.11-12

<sup>100</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p. 123. Vol.1



Figura 27. Escavações no antecoro da igreja, 1984



Figura 28. Coluna da igreja e paredes divisórias das nove introduzidas no século XIII, lado sul

As quarenta monjas que agora ocupavam o vale<sup>101</sup> deveriam viver em clausura, por isso a igreja teve que sofrer obrigatoriamente algumas alterações. Enquanto o coro dos homens se localizava, salvo exceção, na capela-mor junto ao altar, as monjas não poderiam estar próximas do celebrante. Daí que, o coro das monjas se tenha provavelmente instalado na nave central, nos dois tramos junto ao transepto, e se tenha feito uma divisória separando-o do altar, como ainda é visível no mosteiro de Almoester.

As escavações que o Dr. Nelson Borges realizou no atual coro, em 1984, “revelaram as paredes que se construíram encostadas, por dentro da nave central, isolando-a assim das laterais. O primeiro tramo da igreja foi igualmente separado com parede, fronteira ao altar-mor. Este intervalo entre colunas, nas naves laterais, veio a ser preenchido por altares”<sup>102</sup> e no espaço envolvente do coro funcionaria o denominado antecoro. Por sua vez, o coro das conversas estaria no “tramo junto à fachada, onde se detetou um altar”<sup>103</sup>.

Reservado aos fiéis estaria apenas a zona do transepto e as capelas ao lado da cabeceira. A capela matriz paroquial de S. Sebastião e S. Vicente estaria numa das capelas colaterais, provavelmente do lado da Epístola (a sul), onde funcionaria até 1640<sup>104</sup>.

Durante os vários séculos que se seguiram à implantação de Cister em Lorvão sabe-se que as monjas continuaram a utilizar as dependências monásticas dos beneditinos, até que estas se tornaram insuficientes para o número cada vez maior de religiosas. Assim o claustro, refetório, cozinha e dormitório não terão sofrido grandes alterações, mantendo as características anteriores, podendo certamente ter sofrido obras de manutenção da volumetria e dos espaços interiores. O único elemento que nos chega deste período é um capitel *crochet* de tipo arcaico, datado do início do século XIII, que deveria pertencer ao claustro.<sup>105</sup>

Já o campanário dos monges foi destruído em 1597 para no seu lugar ser construída uma torre dos sinos, cuja cobertura era em cúpula hemisférica, “com a grimpia a cerca de quinze metros acima do piso do claustro”<sup>106</sup> e aberturas nas paredes, voltadas para o claustro e cemitério beneditino, que mostravam dois sinos. Esta construção sofreu ainda outras modificações no século XVIII, tomando então a forma que conhecemos.

Numa comunidade de religiosas era imprescindível um local onde as monjas pudessem contactar com o exterior do cenóbio e aí receber, visitar ou celebrar atos públicos. Daí que tenham construído um locutório ou grade, que estaria provavelmente

<sup>101</sup> De acordo com as instruções de Inocêncio III deveria ocupar o vale no máximo 40 monjas.

MARQUES, Maria- Inocêncio II e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de história económica e social FLUC. 18(1980)277 e doc.17

<sup>102</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p. 124. Vol.1

<sup>103</sup> *Ibidem*

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 296

<sup>105</sup> Capitel com 0.31m de altura e 0.343m de largura máxima, de calcário oolítico branco.

<sup>106</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.210. Vol.1



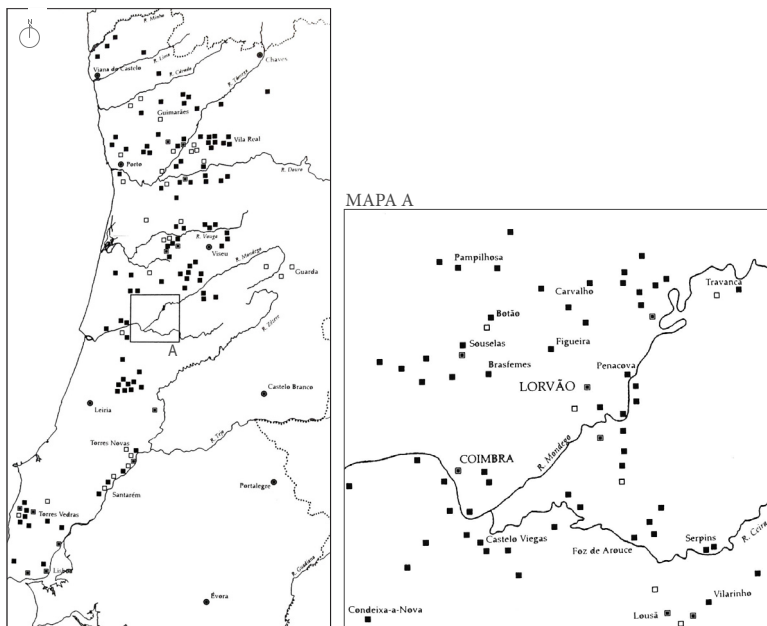


Figura 29. Património do mosteiro e das monjas, no século XIV

LEGENDA:

- Património do mosteiro
- Património das monjas



implantado no piso térreo da torre defensiva ou em construções anexas, mas sempre próximo da portaria, que funcionaria no mesmo piso, e de fácil acesso à igreja. Nos pisos superiores da torre continuaria a existir o cartório e os serviços administrativos.<sup>107</sup>

Também em Saint-Florentin de Bonneval<sup>108</sup> se faz o aproveitamento da torre, que anteriormente tinha funções defensivas, para aí introduzir novos espaços do mosteiro.

As abadessas de Lorvão, “senhoras donatárias de vilas, com jurisdição própria, donas de vastas propriedades espalhadas pelas comarcas a norte do Mondego, foram no tempo e na sociedade em que viveram personagens importantes”.<sup>109</sup>

Deste período, destaco o abadessado de D. Constança Soares (1290-1317) por ser o que trouxe maior vida ao mosteiro, “revelando-se uma excelente gestora, como atestam os inúmeros instrumentos de compra, aforamentos e empraçamento celebrados durante o período em que governou Lorvão”.<sup>110</sup>

Um mosteiro tem uma vida e costumes próprios, “mas num qualquer lugar, um mosteiro, mesmo cisterciense e feminino, a que foi imposto uma clausura rigorosa, não era um mundo absolutamente estanque, havia canais de relação entre a comunidade religiosa e a comunidade humana na envolvente”<sup>111</sup> e D. Constança sabia-o bem, por isso, a 27 de Abril de 1298, concedeu aos moradores de Lorvão a sua própria Carta de Foral.<sup>112</sup>

Seria um foral simples, como simples seriam as gentes e as relações dos homens com o mosteiro, que estabelecia o termo de Lorvão aos lugares de Vale Maior, Vale da Cruz e Almoinha de Cima, correspondendo mais ou menos os limites atuais. Com este foral o mosteiro apresenta-se como proprietário e senhor da terra, com capacidade de fazer emanar normas jurídicas de conveniência, sejam de caráter económico, jurídico, de direito público ou segurança. Não carece enumerar todos os itens da carta foral, mas a título de exemplo os camponeses que cultivavam as terras do mosteiro teriam que pagar a dízima ao senhorio, que consistia na décima parte dos seus rendimentos.

A casa monástica era assim o centro da vida económica da região, tornando-se rapidamente uma das casas mais ricas do reino, o que só foi possível graças ao contato permanente com a corte, que auxiliou em muito a comunidade nos primeiros anos, e

<sup>107</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.125. Vol.1

<sup>108</sup> ROBIN, Réne- *L'abbaye Saint-Florentin de Bonneval*. *Bulletin de la Société Archéologique d'Euro-et-Loir*. Chartres. 92(1982) 18-22

<sup>109</sup> CIÊNCIAS GENEALÓGICA E HERÁLDICA, 17, Lisboa, 1986. BRANCO, Teresa- *As abadessas medievais de Lorvão: cronologia e esboço de identificação*: atas. Lisboa: Editora Gráfica portuguesa, 1990. p.4

<sup>110</sup> FERNANDES, Aires- *O mosteiro de Lorvão: um breve olhar sobre o abadessado de D. Constança Soares (1290-1317)*. *Separata de Itinerarium*. L/178-179(2004)79

<sup>111</sup> MARQUES, Maria- *Um mosteiro e um lugar: Lorvão nos finais do século XIII*. Lorvão, 1999. p.7

<sup>112</sup> “Uma carta foral era o documento pelo qual se instituía ou legalizava um concelho. Através dele o poder público, régio, ou particular regulava as relações entre si e a comunidade que tanto podia ser urbana ou rural. Essas normas passavam a ser o penhor das liberdades e garantias das populações contra qualquer arbitrariedade, ao mesmo tempo que lhes permitia uma participação mais ou menos ativa na gestão dos problemas locais”. *Ibidem*, p.21



à ajuda de pessoas externas à instituição como procuradores, laicos e eclesiásticos que administravam os bens imóveis.<sup>113</sup>

O lugar de Lorvão não passaria de um pequeno povoado localizado no vale onde os habitantes cultivavam as terras do mosteiro que seriam bastante férteis e com uma vegetação abundante de árvores de fruto, castanheiros, azevinhos e medronheiros, que gradualmente foram substituídos pelos eucaliptos, acácias e pinheiros bravos.<sup>114</sup>

Haveria no vale também alguns prédios do cenóbio construídos com o intuito de aí receber viajantes e mendigos que chegavam a Lorvão, tal como mulheres que não pertenciam ao mosteiro, mas se ligavam a este por questões espirituais ou por serem familiares das monjas que permaneciam próximos da instituição durante algum tempo.

É de lembrar, ainda, que haveria casas para hospedar homens essenciais ao funcionamento do mosteiro, como os padres procuradores, o escrivão, tabelião, advogado, provedor dos bens e criados<sup>115</sup> que não estariam muito longe do mosteiro, provavelmente, mesmo dentro do próprio paço de Lorvão, que referirei mais à frente. Também do mosteiro haveria outros imóveis como a adega e ecónoma, que provavelmente já existiam desde o tempo dos monges, mas não o podemos precisar.

Contudo a vida das monjas laurbanenses nem sempre foi pacífica e no século XIV a peste negra e a guerra afetaram a casa religiosa que, tal como muitas outras da Ordem, viram diminuídos drasticamente os seus efetivos, levando mesmo em alguns casos ao desaparecimento de casas monásticas.<sup>116</sup>

Antes da peste de 1348 contavam-se um total de cinquenta e quatro monjas em Lorvão, mencionadas na documentação como tendo vivido no mosteiro durante esta centúria, sendo que apenas nove são referenciadas entre 1349 e 1400.<sup>117</sup> A abadessa D. Guiomar Panha (1344-1349) escreveu uma carta ao rei D. Afonso IV onde se pode ler que “na derradeira peste haviam falecido a maior parte das freiras (...)e, em virtude das disposições legais, foram para a hasta pública as propriedades das finadas.”<sup>118</sup>

Só o dinamismo, a astúcia e a coragem das monjas e abadessas, que agiram em defesa dos interesses do mosteiro, permitiu a Lorvão sobreviver e chegar ao final do século apresentando prenúncio de recuperação.

<sup>113</sup> CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 1, Lisboa, 2000. SANTOS, Maria- *A intervenção das monjas na gestão dos bens terrenos: Lorvão século XIV*: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000 p. 115-120

<sup>114</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.338-339

<sup>115</sup> SANTOS, Maria- *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa nacional, 2001. Apêndice III e IV

<sup>116</sup> CONGRESSO HISTÓRICO DE PORTUGAL MEDIEVO, 4150-564, Porto, 2003. BARROCA, Mário Jorge- *A peste negra na epigrafia medieval portuguesa*: atas. Porto: Via Panorâmica, 2003. p.1160-1166

<sup>117</sup> SANTOS, Maria- *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa nacional, 2001. p.18

<sup>118</sup> COELHO, Maria Helena - *Um testamento redigido em Coimbra no tempo da peste negra*. Lisboa, 1960. p.60. Vol.1

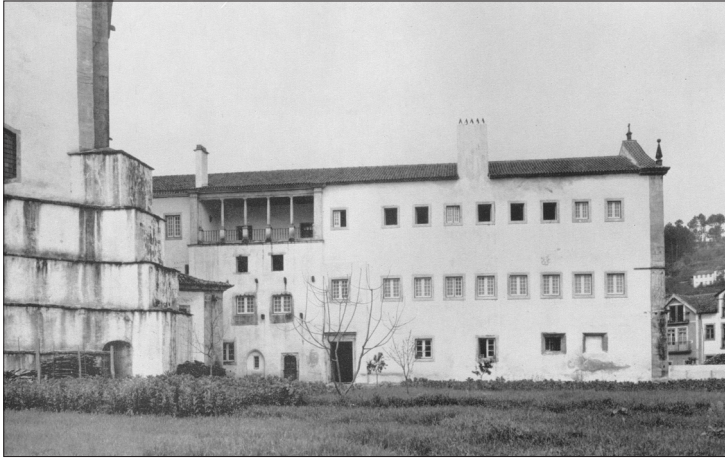


Figura 30. Alçado nascente do mosteiro onde são visíveis, sob a varanda, as janelas manuelinas e as portas do Paço de Lorvão

Durante o abadessado de D. Catarina d'Eça (1472-1521) construiu-se o paço abacial de Lorvão, uma das obras mais importantes, deste período, no mosteiro. O paço desempenhava certamente as funções de hospedaria, enfermaria e aposentos da abadessa, correspondendo a uma ampliação a nascente da torre medieval, sendo possível que se alastrasse para a zona atrás da capela-mor, já que comparando com o conforto e tamanho do paço do Botão este não seria menor em qualidade.<sup>119</sup> Em termos estilísticos seria muito semelhante com o paço do Botão, perceptível pelos elementos que ainda restam do manuelino, designadamente “duas janelas de vergas recortadas, e ainda duas portas, ao nível do solo, uma de arco pontado e entaipada e outra de cantarias simples chanfradas”.<sup>120</sup>

A construção no século XVIII da igreja, que hoje subsiste, amputou parte deste paço, sendo difícil, senão impossível, ter uma ideia concreta da sua fisionomia. O historiador Nelson Borges acredita ser “possível que algumas das grossas paredes subsistentes na zona da atual sacristia pudessem ter pertencido a outras construções adjacentes à torre, fazendo a ligação com a igreja e daí com o claustro”,<sup>121</sup> tal como “um muro que ficou absorvido nos baixos da cabeceira da igreja atual e de que é visível um silhar junto à entrada norte do túnel aberto sob a capela-mor”<sup>122</sup>. O contrato de 1636<sup>123</sup>, relativo a obras na torre, dá a entender que haveria um corredor a ligar o paço à cabeceira, lembrando uma espécie de *loggia*, que poderia corresponder então às subsistentes paredes da sacristia.

No mosteiro de alcobaça existiria também, a norte do conjunto monástico, o paço do abade, que no século XVII foi convertido em hospedaria.<sup>124</sup>

No século XVI o mosteiro de Lorvão teria um número cada vez maior de propriedades fora de Lorvão, que mantiveram da herança beneditina e às quais acrescentaram o património das monjas laurbanenses, que era oferecido como dote ou em testamento à instituição quando estas entravam para a clausura monástica.<sup>125</sup>

Do seu património construído destaca, pela importância que adquiriu, o paço das abadessas de Lorvão, no Botão, que serviria como “residência de veraneio ou retiro às freiras do mosteiro”<sup>126</sup> e teria a “finalidade de centralizar as atividades agropecuárias das

<sup>119</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.156. Vol.1

<sup>120</sup> *Ibidem*, p.293; GONÇALVES, Nogueira- O tesouro de D. Catarina de Eça. *Mundo da Arte*. Coimbra 12(1982) 4

<sup>121</sup> *Ibidem*, p.91

<sup>122</sup> *Ibidem*

<sup>123</sup> Cfr.: ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº186, fol.25, Doc.15

<sup>124</sup> FERREIRA, Maria- *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*. Lisboa, 1987. p.20

<sup>125</sup> SANTOS, Maria- *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa nacional, 2001. p.54

<sup>126</sup> DIAS, Pedro- A arquitetura de Botão e Lorvão entre 1490-1540. In *A arquitetura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1400-1540*. Coimbra: EPARTUR,1982. p.290



Figura 31. Arco Passadiço do Paço do Botão, 1992



Figura 32. Paço do Botão, 1945

propriedades que ali tinham”.<sup>127</sup> Localizado numa grande via que ligava Coimbra a Viseu era o ponto preferencial dos viajantes que se deslocavam a Lorvão.

Sabe-se da sua existência desde século X, sendo que não passaria de uma pequena casa,<sup>128</sup> quando sob ordem da abadessa D. Catarina d’Eça (1472-1521), no século XVI, foi completamente reformado de uma forma grandiosa. Tornando-se um edifício amplo de planta retangular com três pisos. No andar térreo, sustentado inicialmente por arcaria ogival, estariam lojas ligadas à produção agrícola; no primeiro andar, onde estaria a entrada, estavam as zonas de apoio aos serviços da casa; e no último, que seria um andar nobre, reserva-se a área habitacional. A norte, afastado da casa, haveria um celeiro que apoiava os terrenos de cultura.

Esta construção está profundamente adulterado, reconhecendo-se como manuelino, somente os vãos pelo teor das cantarias, com vergas meramente chanfradas ou de recortes simples e uma janela dupla de mainel médio. Todos os elementos que se conservam denotam uma arquitetura de caráter utilitário e estilisticamente dentro de um tipo tardo gótico que precedeu o manuelino propriamente dito.<sup>129</sup>

O paço albergava ainda a igreja paroquial de S. Mateus que inicialmente seria “duma só nave, com o campanário que ainda se conserva,”<sup>130</sup> passando, no século XVI, a ter três naves divididas por arcadas, com “abside de planta retangular e três contrafortes exteriores”<sup>131</sup> e “o interior coberto por uma abobada de cruzaria gótica, estrelada, de cinco chaves”.<sup>132</sup> Da igreja só resta da época manuelina a capela-mor e a entrada na sacristia, mandadas construir pela abadessa D. Catarina d’Eça (1472-1521).

A igreja ameaçava grande ruína quando, entre 1941 e 1944, se procedeu ao seu restauro pela comissão do culto católico do Botão, com colaboração do Estado.

---

<sup>127</sup> DIAS, Pedro- A arquitetura de Botão e Lorvão entre 1490-1540. In *A arquitetura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1400-1540*. Coimbra: EPARTUR, 1982. p.290

<sup>128</sup> GONÇALVES, Nogueira- *O restauro da igreja do Botão*. Coimbra, 1944. p.3

<sup>129</sup> DIAS, Pedro- A arquitetura de Botão e Lorvão entre 1490-1540. In *A arquitetura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1400-1540*. Coimbra: EPARTUR, 1982. p.290

<sup>130</sup> GONÇALVES, Nogueira- *O restauro da igreja do Botão*. Coimbra, 1944. p.3

<sup>131</sup> DIAS, Pedro- A arquitetura de Botão e Lorvão entre 1490-1540. In *A arquitetura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1400-1540*. Coimbra: EPARTUR, 1982. p.290

<sup>132</sup> *Ibidem*, p.292

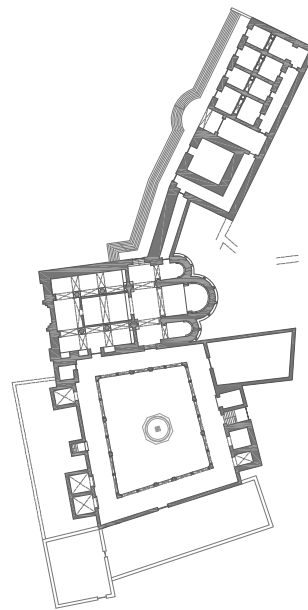


Figura 33. Planta piso térreo [1600-1650]

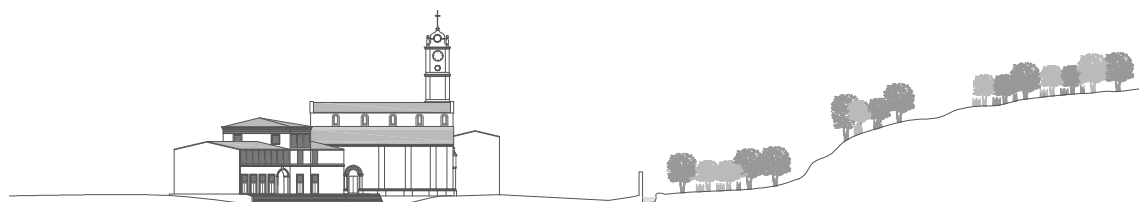
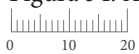


Figura 34. Alçado norte [1600-1650]





## PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

O século XVII trouxe “um autêntico renascimento da força e do prestígio que parecia condenado”,<sup>133</sup> dando um novo alento às instituições cistercienses portuguesas com a reabertura dos noviciados e maior produção literária e cultural. Neste período novos mosteiros da ordem foram fundados e outros que estavam em ruínas puderam ser renovados por completo.<sup>134</sup>

No caso da instituição laurbanense o século XVII e princípio do século XVIII foi um claro período de esplendor e reorganização da casa religiosa, novas estruturas muito desejadas pelas monjas foram construídas e outras completamente reformuladas numa tarefa minuciosa e revigorante, que ainda hoje impressiona. Finalmente as mongas de Cister poderiam usufruir de um mosteiro que expressasse na plenitude o seu esplendor.

As campanhas de obras foram tantas e de tal plenitude que optei por subdividi-las em períodos de meio século, para assim ser mais fácil compreender o crescente poder deste mosteiro que se refletiu na nova imagem da instituição. Construíram-se novos espaços como o dormitório, igreja, coro, enfermaria e reorganizou-se o cartório, entre muitas outras dependências que possibilitaram o crescimento do número de religiosas e da sua riqueza, o que conseqüentemente se refletiu no crescer demográfico do lugar de Lorvão.

No limiar do século um dos primeiros sinais de evolução no cenóbio de Lorvão foi a eleição trienal das abadessas. Doravante passaria a ser a comunidade religiosa a eleger a sua tutelar durante três anos, o que se concretizou numa maior quietude e melhor governo do mosteiro.

Uma das primeiras preocupações da comunidade, que fazia “tantas dívidas como as [casas] muito pobres”,<sup>135</sup> foi organizar o seu património material mandando fazer o tomo, demarcando as terras pertencentes ao mosteiro e reorganizando totalmente o cartório. A reestruturação administrativa, chefiada pela abadessa D. Leonor de Noronha (1605-1608), trouxe conseqüentemente benefícios financeiros tornando-se uma das casas mais ricas de Ordem em Portugal, a seguir ao mosteiro de Alcobaça.<sup>136</sup>

Graças a este desafogo financeiro as monjas laurbanenses tiveram a possibilidade de encetar obras no seu mosteiro, que lhes trouxe o conforto tão desejado e a imagem de esplendor e ostentação que refletia a soberania desta comunidade.

<sup>133</sup> GUSMÃO, Artur- Os mosteiros de Cister na época moderna. *Lusíada*. Porto:[s.n.]. 10(1957) 6

<sup>134</sup> COCHERIL, Maur- *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Caloust Gulbenkian, 1986. p.34

<sup>135</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.192. Vol.1

<sup>136</sup> PEREIRA, Fernando - Cistercienses. In *Dicionário de história da igreja em Portugal*. Lisboa, 1981. p.625-642. Vol.2



Figura 35. Cerca monástica Junto da Capela de Santo António



Figura 36. Cerca monástica, atualmente



Figura 37. Fotografia atual onde é visível parte da capela de Santo António



Figura 38. Vista poente da capela de Santo António, atualmente



Figura 39. Parte da imagem de Pascoal Parente da aparição da virgem a São Bernardo, 1782

Perante o número cada vez maior de casas de populares na encosta do Monte<sup>137</sup>, defronte ao mosteiro, a clausura teve que ser fortalecida com o intuito de consolidar o sentimento comunitário e de obediência da castidade<sup>138</sup>, daí que em 1623, sob o governo de D. Margarida da Silveira (1621-1624), se tenha construído o muro de clausura, uma barreira ao mundo exterior que em parte ainda subsiste. Sabe-se que mais tarde passaria na “esquina do dormitório [de 1681] (...) e dali pela encosta acima”<sup>139</sup> até ao Bitorão<sup>140</sup>, voltando a descer até à ribeira de Lorvão, que usaria como limite. O muro seria de pedra e cal com o cume revestido a telha, teria a altura de dezasseis palmos [3.52m] e a largura de dois palmos e meio [0.55m].<sup>141</sup>

Dentro da cerca, a sul, o terreno estaria disposto em socalcos onde haveria hortas, jardins, pomares e arvoredos servidos por várias fontes.<sup>142</sup> Tal como noutros mosteiros também havia capelas devocionais dispostas na encosta, sendo que os registos dão-nos notícia da existência de pelo menos cinco capelas dentro do muro monástico. No entanto, poderiam haver muitas mais que não passassem de “pequenos oratórios, de arquitetura muito simples,”<sup>143</sup> que o tempo fez desaparecer. As ditas capelas seriam, provavelmente, construções do século XVIII dedicadas a Santa Rosália<sup>144</sup>, Santa Bárbara do Monte<sup>145</sup>, Senhora do Monte Alto<sup>146</sup> e ao Padre Eterno<sup>147</sup>. Haveria ainda outra capela cujo contrato de obra de 1623<sup>148</sup> refere como sendo a Ermida do bem-aventurado Santo António, que certamente já existiria a algum tempo e é a única que ainda subsiste apesar de muito adulterada.

Numa pintura de Pascoal Parente de 1782 são visíveis algumas destas edificações dispersas na encosta, simples e acanhadas por entre o arvoredos.

<sup>137</sup> Em contratos de obras do início do século XVII faz-se referência à ajuda de moradores de Lorvão nas empreitadas do mosteiro. *Cfr.*: ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº176, fol. 80v-82

<sup>138</sup> BORGES, Nelson- A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. *Revista Museu*. Coimbra. IV/7(1998)45

<sup>139</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº177, fol. 27v-30, Doc. 12. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.257. Vol.1

<sup>140</sup> Nome que se dava à zona do vale da Moita onde passava um riacho

<sup>141</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº176, fol. 80v-82, Doc. 9. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.257. Vol.1

<sup>142</sup> HERCULANO, Alexandre- *Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem*. Porto, 1957. p.176. Vol2

<sup>143</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.348-349

<sup>144</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº430, fol. 6v.,9v.,4v. e 18. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.350. Vol.1

<sup>145</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº432, fol. inum. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.350. Vol.1

<sup>146</sup> Arquivo Histórico do Ministério das Finanças [AHMF]- Conventos suprimidos e extintos, Caixa 40: Convento de Santa Maria de Lorvão, IV/i/80 (70)

<sup>147</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº319, fol. 94. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.352. Vol.1

<sup>148</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº176, fol. 80v., Doc. 9. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.349. Vol.1





Figura 40. Porta do pátio vista do adro do mosteiro, antes das obras de restauro de 1940



Figura 41. Antiga porta do pátio vista do jardim público do mosteiro, atualmente



Figura 42. Portaria do mosteiro, vista do jardim



Figura 43. Portaria do mosteiro

Ainda dentro da cerca haveria casas de apoio à instituição como os armazéns, cavalariças, forno do pão, casa do alambique, hospedaria e noviciado.<sup>149</sup>

Com a construção da cerca, a separar o burgo da casa monástica, em 1636 ergueu-se a porta do pátio, a norte da instituição, “associada a pequena ponte de pedra, lançada em arco sobre o curso de água.”<sup>150</sup> O Portal ainda hoje existe associado ao muro que o complementa, com o contorno recortado em arcos e o vão da porta moldurado por cantarias almofadadas, rematado no topo por uma cartela recortada com enrolamentos exibindo o escudo partido de Leão e Portugal.<sup>151</sup>

Na instituição monástica propriamente dita as renovações principiaram-se por introduzir novas estruturas junto à torre medieval na direção da ribeira, linha de água que foi regularizada, afundada e desviada para norte<sup>152</sup>, tomando a posição que ainda hoje ocupa. As novas estruturas implementaram-se praticamente ao mesmo nível da basílica, o que obrigou ao “alçamento e nivelamento do pátio”<sup>153</sup> e que a torre perdesse, pelo menos, dois dos pisos baixos.<sup>154</sup> Com esta alteração a estrutura medieval perde o destaque de que usufruía, acabando no final do século por ser completamente absorvida com o crescer das construções nesta zona, que por agora teriam apenas dois andares, onde se implementaram os locutórios no piso térreo e a enfermaria no primeiro piso.

Com o encurtar da torre a antiga portaria herdada dos beneditinos foi totalmente destruída, passando a implantar-se, em 1630, ao nível do piso térreo a norte da torre e cujo acesso era assegurado por “escadaria de oito degraus, em meia laranja”<sup>155</sup>, provavelmente muito semelhante à ilustrada por Pascoal Parente em 1782<sup>156</sup>.

A portaria era o local por excelência onde qualquer pessoa que se deslocasse a Lorvão seria recebida com preceito. Apesar das inúmeras campanhas que se encetaram nesta zona do mosteiro, a portaria manteve até hoje a imagem desta época com arco abatido assente em pilastras dóricas e abóbada abatida de quartelas com painéis moldurados.<sup>157</sup> Em Portugal estes espaços têm uma imagem discreta harmonizando-se com o restante edifício<sup>158</sup>, tal como se verifica no mosteiros de Arouca.

---

<sup>149</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.291.Vol.1

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.290

<sup>151</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1953. p.195. Vol4

<sup>152</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.275.Vol.1

<sup>153</sup> *Ibidem*

<sup>154</sup> *Ibidem*, p.90-91

<sup>155</sup> *Ibidem*, p.276

<sup>156</sup> RODRIGUES, Mara- *Pascoal parente e a pintura setecentista em Portugal*, Coimbra: Faculdade de Letras, 2011. Tese de mestrado em história da arte, património e turismo. p.77-80

<sup>157</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1953. p.196. Vol4

<sup>158</sup> BORGES, Nelson- A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. *Revista Museu*. Coimbra. IV/7(1998) 43

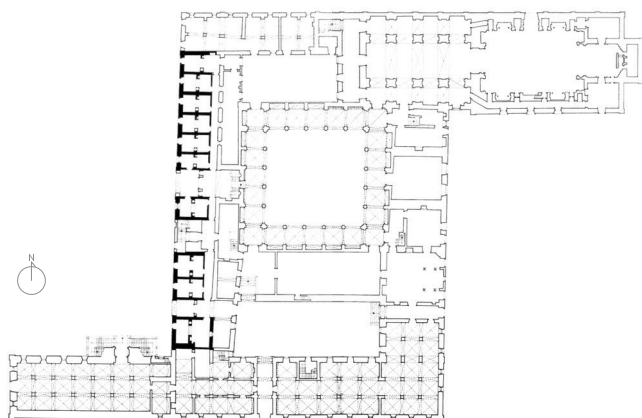


Figura 44. Mosteiro de Arouca, planta primeiro piso

0 20



Figura 45. Mosteiro de Arouca, parte da fachada dos locutórios

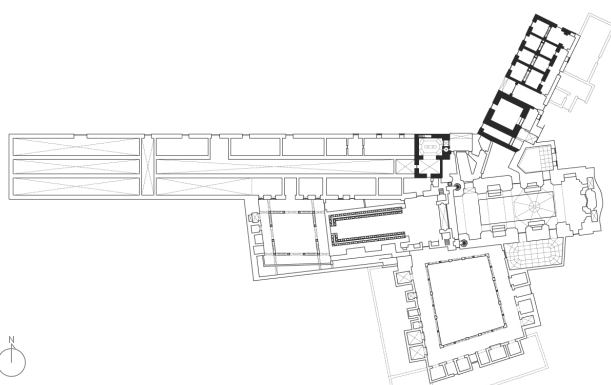


Figura 46. Mosteiro de Lorvão, planta piso térreo, 1940

0 20



Figura 47. Mosteiro de Lorvão, parte da fachada dos locutórios, 1930



Figura 48. Grade do locutório próximo da ribeira, vista da sala das visitas, 1992



Nas casas monásticas femininas associado à portaria estava o locutório ou grade, que seria o único espaço onde era permitido às monjas falar e receber objetos de pessoas estranhas à instituição.<sup>159</sup> O locutório era uma sala dividida por grades de ferro separadas entre si por um metro, impossibilitando qualquer contato físico, e com uma roda de passagem de objetos no interior da parede.<sup>160</sup>

No mosteiro laurbanense assume-se que o locutório até então funcionasse no piso térreo da torre medieval ou em espaço anexo.<sup>161</sup> No entanto, o crescimento populacional das religiosas e a necessidade de demonstrar o fulgor desta comunidade fez com que fossem construídos, inicialmente, quatro locutórios no piso térreo entre a portaria e a ribeira. Apesar de no século XX nesta zona se ter instalado a residência paroquial e o posto dos correios, ainda hoje é perceptível a disposição destas quatro dependências.<sup>162</sup> Os locutórios eram espaços muito simples com pouco mobiliário, que se disponham uns ao lado dos outros, e aos quais os visitantes acediam diretamente do pátio por portas particulares e as monjas a partir de um corredor abobadado a nascente da construção.

Numa época posterior, que não me é possível precisar, foram adaptadas mais duas salas a esta função uma na “parte baixa da torre medieval, e outra mais estreita, aproveitando o espaço disponível entre a torre e o corpo que atualmente contém a sacristia”<sup>163</sup>. No final do século XVII com a construção do dormitório novo, também aí se traçaram mais dois locutórios próximos da nova portaria que ligava à igreja, um no piso térreo reservado à abadessa e outro aberto para o arco da igreja num plano superior.<sup>164</sup>

O mosteiro laurbanense teria assim um total de oito grades, sendo apenas superado pelo mosteiro de Arouca onde se contam dez.<sup>165</sup> Em Arouca estes espaços são mais coerentes entre si e estão dispostos de um modo mais harmonioso, ao se implantarem contíguos e em contato direto uns com os outros.

Outra dependência exclusiva das casas femininas, onde a clausura é uma imposição, é o miradouro ou mirante de desafogo. Um local destinado ao arejamento e entretenimento das monjas, geralmente, implantado em pontos altos e próximos da portaria, podendo assumir a forma de torreões como no Convento de Tentúgal (1633) ou de galerias como acontece no Mosteiro de Santa Maria de Celas em Coimbra (1630-33), em qualquer um dos casos são espaços iluminados por múltiplas janelas ou varandas.<sup>166</sup>

<sup>159</sup> BENTO, Santo- *Regra do glorioso patriarca S. Bento*, Lisboa: Congregação Sam Bento, 1586, p.66

<sup>160</sup> BORGES, Nelson- A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. *Revista Museu*. Coimbra. IV/7(1998) 44

<sup>161</sup> *Idem- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.125. Vol.1

<sup>162</sup> *Ibidem*, p.279

<sup>163</sup> *Ibidem*, p.281

<sup>164</sup> *Ibidem*

<sup>165</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Aveiro, Zona do noroeste*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991. p.40

<sup>166</sup> BORGES, Nelson- A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. *Revista Museu*. Coimbra. IV/7(1998) 44

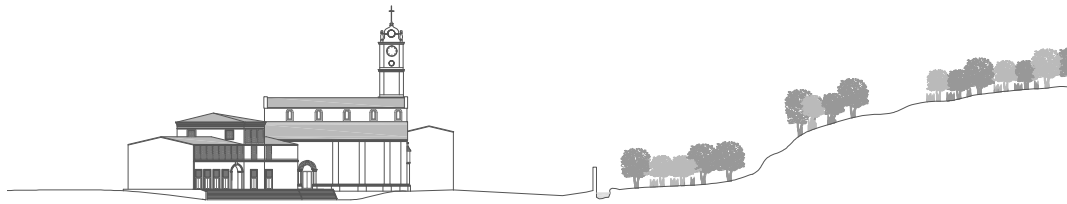


Figura 49. Alçado norte [1600-1650]

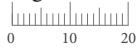


Figura 50. Alçado nascente [1600-1650]

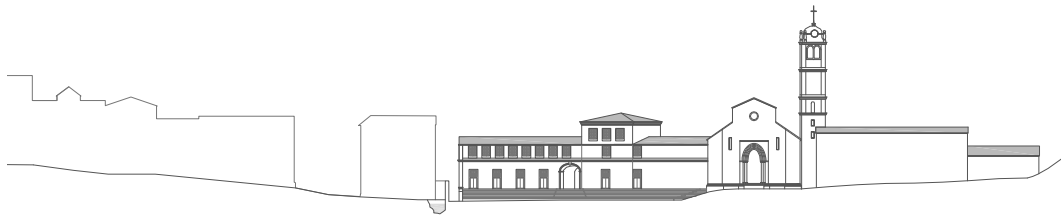
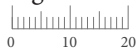


Figura 51. Alçado poente [1600-1650]





No mosteiro de Lorvão em 1636 o mestre-de-obras Manuel Marques dá início a reformas na torre medieval de modo a adaptá-la à nova função de mirante, que ocupou os dois pisos superiores da dita torre.<sup>167</sup> De acordo com este contrato na fachada poente da torre o miradouro teria no primeiro piso uma janela a meio e no segundo seriam acrescentadas duas janelas a igual distância dos cunhais, complementando-se com uma outra que já existiria ao centro. De acordo com o historiador Nelson Borges, provavelmente, na fachada norte, no segundo piso, haveria duas janelas e no lado sul apenas uma.<sup>168</sup> Já a nascente acredita-se que pudesse haver uma varanda, de colunas dórica em cinco vãos.<sup>169</sup> Tal como ficou descrito no contrato a torre seria coroada em telhado de quatro águas com lanternim e grimpas, que demonstra-se a vitalidade da casa.<sup>170</sup>

Comparativamente a outros mosteiros o miradouro laurbanense é um espaço muito clausurado e fechado sobre si, com apenas algumas aberturas.

Ainda neste período, no segundo piso sobre os locutórios se instalou a nova enfermaria, por ser um espaço suficientemente afastado do núcleo central, bem iluminado, arejado e de fácil acesso ao restante edifício, ideal para o espaço de cura de acordo com os requisitos da regra de S. Bento.<sup>171</sup>

Da antiga enfermaria nada se sabe a não ser que, aquando da visita dos padres Frei Bernardo e Frei Tomás em 1536, esta se encontrava em muito mau estado e com um número excessivo de doentes para o seu espaço reduzido.<sup>172</sup> A construção da nova enfermaria em 1637<sup>173</sup> acabou com a opressão que a anterior trazia. Inicialmente seria uma sala comum com as camas dispostas perpendicularmente à parede, sendo que mais tarde poderá ter sido dividida em celas individuais separadas por taipas de madeira.<sup>174</sup>

A nova enfermaria não duraria mais do que meio século, já que com a construção do novo dormitório esta veio a implantar-se noutra espaço, o que impossibilita definir com exatidão a organização deste espaço, neste período em particular.

Referências em contratos de obras dão a entender que haveria outras enfermarias no cenóbio<sup>175</sup>, provavelmente a antiga enfermaria foi recuperada servindo agora para as

<sup>167</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº186, fol. 25-26, Doc. 15. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.282. Vol.1; CISTER EN PORTUGAL YEN GALICIA, 2, Braga e Oseira, 2002. BORGES, Nelson- *Lorvão e Arouca: arte e glorificação de Cister*: atas. Braga e Oseira, 2009. p.649

<sup>168</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.282. Vol.1

<sup>169</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1953. p.196. Vol4

<sup>170</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº186, fol. 25-26, Doc. 15. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.282. Vol.1

<sup>171</sup> BENTO, Santo- *Regra do glorioso patriarca S. Bento*, Lisboa: Congregação Sam Bento, 1586, p.49

<sup>172</sup> GOMES, Saul- *Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal: século XV e XVI*. Lisboa: IPPAR, 1998. p.353

<sup>173</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladadas), nº309, fol. 5, Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.284. Vol.1

<sup>174</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.284. Vol.1

<sup>175</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladadas), nº309, fol. 22, Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em*



Figura 52. Sala do capítulo, atualmente é onde funciona o museu do mosteiro



Figura 53. Claustro do silêncio, ao fundo a capela de Nossa Sr. da Coluna, antes da reconstrução de 1940



Figura 54. Claustro do silêncio, ala oeste, antes da reconstrução de 1940

criadas ou noviças, tal como certamente haveria outra afastada da casa monástica para os hóspedes, padres e viajantes.

A última construção deste período corresponde mais propriamente ao ano de 1648<sup>176</sup>, a quando da edificação da nova sala do capítulo no local da sua precedente. Seria uma sala ampla de planta trapezoidal, em muito semelhante à atual, que tomava agora uma dimensão superior à da antiga de modo a dar resposta ao número crescente de religiosas.<sup>177</sup>

Outras dependências do mosteiro como o dormitório, cozinha, refeitório, claustro e igreja mantiveram a imagem que traziam do século anterior durante mais algumas décadas. No entanto, o facto de o dormitório estar num piso superior permitiu que a rodear o claustro, no piso térreo, se pudessem construir algumas capelas devocionais. Eram salas pequenas e simples com um altar dedicado ao santo escolhido pela monja que cuidaria deste espaço. Em 1650 o claustro já seria abrangido por sete capelas, contudo ainda foram construídas algumas mais na seguinte campanha de obras.<sup>178</sup>

Por ter sido neste período que as monjas sentiram necessidade de fortalecer a sua clausura ao construírem a cerca monástica, supõem-se que tenha sido também nesta época que as casas do burgo, a norte do mosteiro e ao longo da antiga rua, comesçassem a ser cada vez mais. Não seriam, certamente, mais que algumas dezenas de casas de construção singela abrangidas pela tutela do mosteiro e da sua Carta Foral.

Também no vasto terreiro monástico haveria casas de auxílio ao mosteiro tais como os “aposentos de criados e seculares, depósitos e cavaliças, forno de pão para hóspedes, padres e criados, a casa do alambique e a fonte”<sup>179</sup> que estariam provavelmente no cângulo norte (na zona que mais tarde foi ocupada pela casa dos padres), mas que o tempo fez desaparecer.

---

*Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.286. Vol.1

<sup>176</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.661. Vol.1; BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA [BNL] - Fundo Geral, cód. 1494, nº29, fol. 220

<sup>177</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.244.Vol.1

<sup>178</sup> *Ibidem*, p.226-242

<sup>179</sup> *Ibidem*, p.291

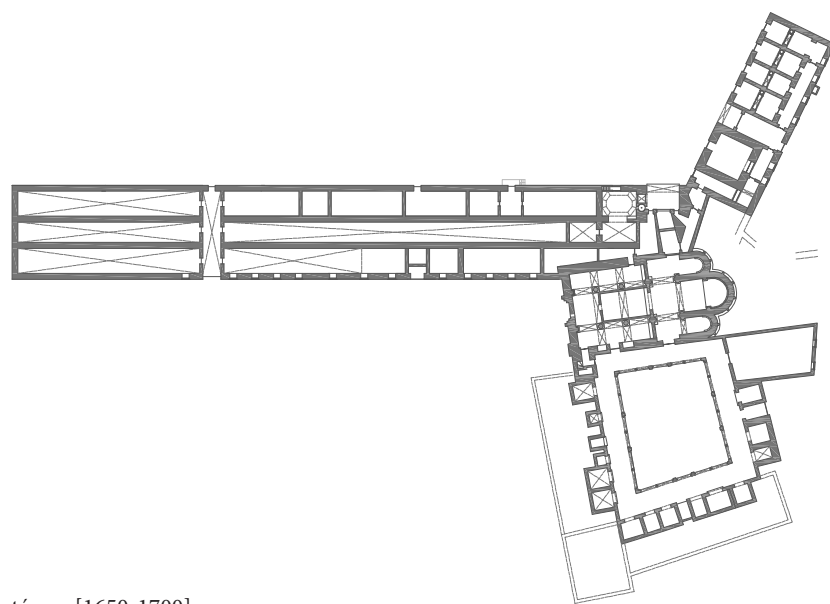


Figura 55. Planta piso térreo [1650-1700]

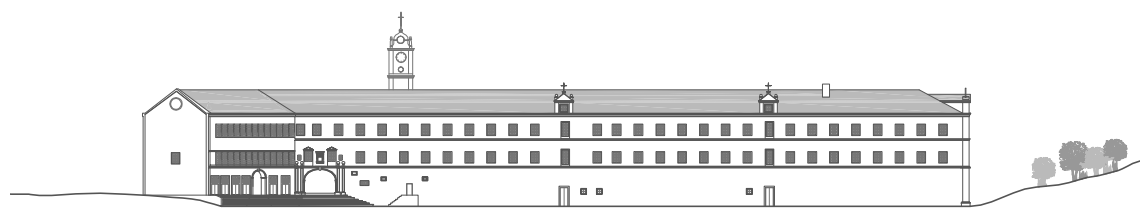


Figura 56. Alçado norte [1650-1700]



## SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVII

No início do século XVIII contavam-se 124 monjas na instituição laurbanense<sup>180</sup>, uma consequência clara das reformas empregadas na segunda metade do século XVII, em que foi construído um novo dormitório, refeitório, cozinha e o segundo piso do claustro.

As grandes reestruturações deste período tiveram o seu início no abadessado de D. Serafina da Câmara (1677-1680) que em 1677 “refez o claustro, que pela sua antiguidade estava arruinado”.<sup>181</sup> A reforma na zona claustral de Lorvão baseou-se nos claustros comumente designados da Renascença Coimbrã,<sup>182</sup> que estão ligados à tradição do gótico tardio e manuelino caracterizando-se pelas arcadas sobre colunas que se submetem à divisão em tramos, marcada por botaréis ou pilares.<sup>183</sup>

No caso particular do claustro de Lorvão, no piso térreo cada lanço subdivide-se em três tramos, marcados por contrafortes salientes, de dois arcos assentes em colunas dóricas que descarregam diretamente no pavimento, dando a imagem de um espaço aberto para o pátio interior. Já no sobreclaustro optou-se pela solução avarandada, onde cada tramo divide-se por três colunas dóricas levantadas em pedestais, correspondendo ao parapeito que é aberto em balaústres.<sup>184</sup> Uma solução semelhante foi também empregue nos claustros da Sé de Viseu e no Colégio do Carmo de Coimbra.

A irregularidade da planta do claustro laurbanense foi astutamente superada ao introduzir uma pequena variação nos vãos e nos pontos de descarga dos arcos,<sup>185</sup> nomeadamente nos alçados norte e sul, de um modo tão natural que quando se entra no recinto se tem uma “sensação de harmonia e proporcionalidade”.<sup>186</sup>

Nestas reformas ter-se-à também revestido o interior das galerias e de algumas capelas com azulejos de padrão azul e branco<sup>187</sup>.

Décadas depois da reforma de 1677 já a ruína ameaçava o piso superior do claustro e o telhado, onde as obras foram constantes, o que se justifica principalmente pelo facto do claustro estar implantado sobre a linha de água da Vidigueira.<sup>188</sup>

<sup>180</sup> CASTRO, José- *Portugal em Roma*. Lisboa: União Gráfica, 1938. p.239. Vol1

<sup>181</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladadas), nº309, fol. 5v., Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.212. Vol.1

<sup>182</sup> O nome advém do facto de terem sido amplamente utilizados nos colégios de Coimbra no século XVI, no entanto também existem referências deste tipo de claustros noutras zonas a sul do Mondego.

<sup>183</sup> ESPAÇOS, PATRIMÓNIO EDIFICADO, ESPIRITUALIDADE, São Cristóvão de Lanfães, 2005. BORGES, Nelson- *O claustro: força centrípeta nos espaços da vida comunitária: atas*. São Cristóvão de Lanfães, 2006. p.65

<sup>184</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.220-221

<sup>185</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1953. p.196. Vol4

<sup>186</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.220.Vol.1

<sup>187</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº417, fol. 151. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.225. Vol.1

<sup>188</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº417, fol. 7, Doc.62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.225. Vol.1



Figura 57. Claustro do silêncio onde são visíveis as capelas no piso térreo, 1957



Figura 58. Claustro do silêncio ala sul, 1953

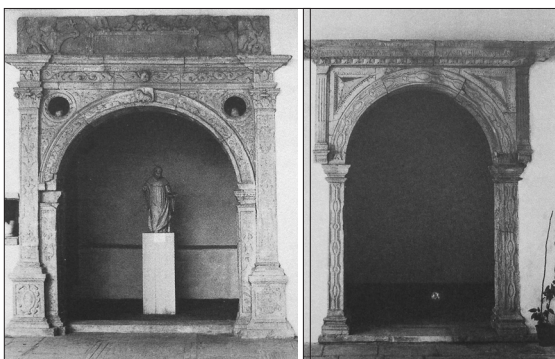
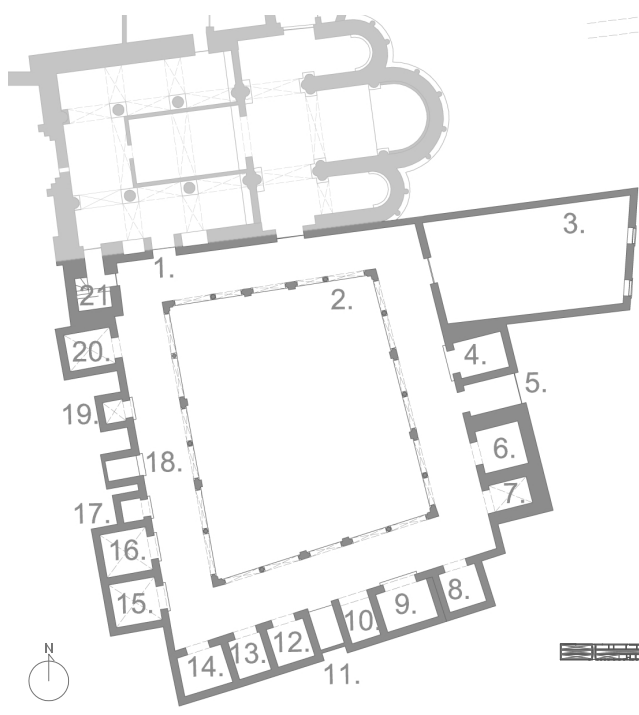


Figura 59. Capela de S. João Batista e de N. Sr. da Coluna



LEGENDA DOS ESPAÇOS:

1. Entrada das monjas na igreja
2. Claustro do silêncio
3. Sala do capítulo
4. Capela da Nazaré
5. Acesso aos terrenos
6. Capela dos Santos Reis
7. Capela da Santa Clara
8. Capela de N. Sr. do Amparo
9. Capela do Sr. dos Passos
10. Capela de N. Sr. da Soledade
11. Acesso ao refeitório
12. Capela de S. João de Deus
13. Acesso às dependências a sul
14. Capela de N. Sr. da Coluna
15. Capela do Sr. do Calvário
16. Capela de Sr. do Horto
17. Capela de S. Maria Madalena
18. Acesso ao dormitório
19. Capela de S. João Batista
20. Capela do Sr. dos Remédios
21. Torre dos sinos

Figura 60. Planta piso térreo do claustro do silêncio [1650-1700]  
ESCALA 1:500



Com a construção do novo piso no claustro tornou-se possível reformular o refeitório e a cozinha que há muito oprimiam uma comunidade cada vez maior.<sup>189</sup> A opção mais vantajosa de modo a tirar maior partido da topografia foi a de deslocar estes espaços para o sobreclaustro, mantendo mais ou menos a mesma área que teriam, mas com maior comodidade, luz natural e facilidade no acesso .

Esta alteração obrigou a que o riacho da Vidigueira, que atravessava a cerca e servia a cozinha, em 1681 fosse completamente encanado, dentro dos limites da cerca monástica, com uma galeria abobadada num impressionante projeto de hidráulica, que alimentava tanto o mosteiro como os terrenos agrícolas dentro da cerca.<sup>190</sup>

Uma vez livre o piso sob o refeitório tornou-se possível ocupá-lo com capelas devocionais, preenchendo por completo o espaço desocupado em torno do claustro com um total de treze capelas.<sup>191</sup> Era o local ideal para meditar onde cada religiosa tinha a seu cargo uma capela.<sup>192</sup> Este tipo de espaços é uma constante em todo o mosteiro, tendo sido construídas outras na claustrina, na igreja, enfermaria e no dormitório.

Fora dos limites monásticos, sob a alçada de D. Serafina da Câmara (1677-1680), em 1677 foi construída uma nova igreja paroquial no burgo e “com ela livrou [as religiosas] da opressão que davam os fregueses, com a assistência dos sacramentos.”<sup>193</sup> Até então a sede paroquial continuava a funcionar numa das capelas do altar da igreja monástica, o que não seria conveniente nem para os fiéis. Daí que em 1640 o Papa Urbano VIII tenha permitido que as monjas laurbanenses pudessem extinguir a igreja paroquial e erguer uma nova onde achassem mais conveniente.<sup>194</sup> .

O local escolhido correspondia ao espaço da antiga Ermida da Nossa Senhora da Esperança do século XVI que se encontraria em ruínas,<sup>195</sup> era uma zona soalheira à entrada de Lorvão junto à antiga estrada (passaria sensivelmente no mesmo sítio da atual mas a cota mais baixa). Na escritura de 1677<sup>196</sup> da igreja é descrito que a nova sede paroquial deveria ter torre campanário, casas de cura, sacristia e capela-mor, e que a manutenção ficaria a cargo do mosteiro. Ainda hoje a capela existe como apoio ao cemitério, mas todas as outras dependências foram destruídas no século XIX.

---

<sup>189</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladadas), nº309, fol. 6v., Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.212. Vol.1

<sup>190</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.316. Vol.1

<sup>191</sup> CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 2, Lisboa, 1998. BORGES, Nelson- *As capelas do claustro de Lorvão: percurso devocional e artístico*: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. p. 473-488

<sup>192</sup> HERCULANO, Alexandre- *Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem*. Porto, 1957. p.175. Vol.2

<sup>193</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladadas), nº309, fol. 5v., Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.212. Vol.1

<sup>194</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992, p.195. Vol.1

<sup>195</sup> CÂMARA MUNICIPAL- *Plano diretor municipal de Penacova: estudo de caracterização*. Penacova, 1993-99. p.50

<sup>196</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº206, fol. 100v.-103v. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.225. Vol.1



Figura 61. Burgo de Lorvão, onde ao fundo é visível a torre da antiga igreja paroquial, 1999



Figura 62. Alçado poente da atual Capela de Nossa Sr. da Esperança



Figura 63. Dormitório visto do burgo, antes das obras de 1940



Figura 64. Alçado norte do dormitório, antes das obras de 1940

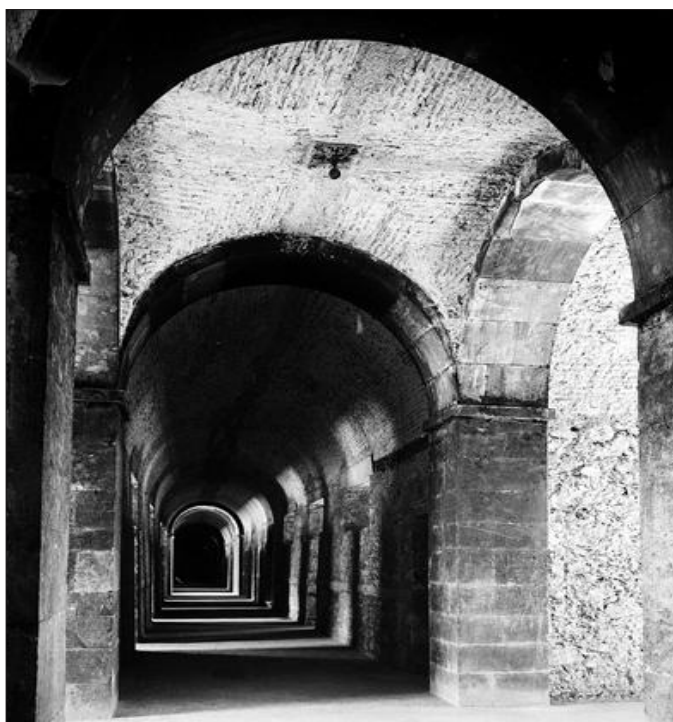


Figura 65. Corredor central do dormitório no primeiro piso, antes das obras de adaptação a hospital psiquiátrico



Neste período uma das grandes alterações na instituição, que veio beneficiar em muito as monjas, foi a construção do novo dormitório, principado em 1681 no abadessado de D. Theofila de Alvim (1680-1683) “por ser do tempo dos padres Bentos e estar incapaz de assistir as religiosas”<sup>197</sup>. O novo dormitório implantou-se com a direção nascente/poente, a norte da igreja, sendo que primeiramente teria apenas dois andares e que o terceiro só estaria concluído dez anos depois, em 1691, no segundo abadessado de D. Teófila de Alvim (1688-1691).<sup>198</sup>

Visto do povoado o mosteiro passava a ser definido por esta construção majestosa de três pisos, ritmada pelas inúmeras janelas que marcam a sua horizontalidade, todas elas foram providas de grades de ferro na maioria projetadas para o exterior, símbolo da clausura e isolamento.<sup>199</sup> Com o dormitório a dominar o terreiro deixar-se-ia para segundo plano a igreja, que não teria nenhuma expressão por de trás do novo edifício. Certamente as monjas laurbanenses optaram por esta organização para assim “esconderem”, atrás de um edifício exuberante que demonstra todas as virtudes e poder desta casa, as dependências obsoletas que herdaram dos beneditinos.

Esta opção de colocar o dormitório em primeiro plano tornou-se comum nas casas monásticas, sendo também utilizada no mosteiro de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra.

Os dormitórios eram salas comuns até que, em 1601, o Capítulo Geral permitiu que fossem organizados em celas individuais com o mobiliário reduzido ao essencial e cobertas em madeira, com uma galeria central abobadada a dar-lhes acesso.<sup>200</sup>

Tal como é perceptível nas plantas da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) o dormitório novo de Lorvão teria uma galeria abobadada central com celas de ambos os lados, que seriam organizadas em conjuntos de oito, entre os quais se abriam corredores transversais, com a largura de uma cela, rasgados por grandes janelas que permitiam iluminar o corredor central. No último piso foram projetados volumes de iluminação no telhado, com uma janela e um pequeno frontão triangular. Conjugados com a luz transversal, davam vivacidade ao espaço interno, exprimindo uma grande sensibilidade perante os valores da luz.<sup>201</sup> Esta mesma solução arquitetónica já tinha sido testada por Frei João Turriano no dormitório do mosteiro de Santa Clara-a-Nova, de Coimbra.

<sup>197</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladadas), nº309, fol. 5v., Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.314. Vol.1

<sup>198</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº456, fol. 66v. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.319. Vol.1

<sup>199</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº213, fol. 82v.-83v.. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.328. Vol.1

<sup>200</sup> COCHERIL, Maur- *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris, 1972. p.32

<sup>201</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.322. Vol.1



Figura 66. Alçado poente da zona dos locutório, antes das obra de 1940



Figura 67. Vista norte do conjunto monástico



Figura 68. Portaria de acesso à igreja, atualmente

Em 1691 o dormitório tinha um total de 87 celas, divididas em dois pisos, haveria também uma câmara para a abadessa, no primeiro piso sobre a entrada da igreja, que seria um espaço maior, mais cómodo e sumptuoso, com acesso direto ao terreiro e igreja, e locutório privado com roda para troca de objetos.<sup>202</sup> No piso térreo do dormitório organizavam-se, em grandes salas com um corredor central abobadado, espaços de carácter utilitário como “armazéns, cocheiras e açougue”<sup>203</sup>.

No século XVIII Lorvão dispunha de “quatro dormitórios, dois mais modernos e dois antigos, e em todos eles 140 celas”<sup>204</sup>, os primeiros correspondem aos dois pisos do dormitório novo e os “antigos” ao dormitório das noviças e o das criadas, que deverá ter passado a funcionar no antigo dormitório beneditino. Apesar de não se saber quem foi o delineador do projeto do dormitório, é definitivamente uma obra bem estruturada e harmoniosamente inserida no vale, que resistiu a mais de três séculos antes de ser adaptada.

Com a construção do novo dormitório o acesso à igreja passou a fazer-se no ângulo nascente do dormitório por um arco abatido assente em pilastras dóricas emparelhadas. Depois do portal havia um nártex abobadado em arestas, por onde se acedia aos locutórios e à igreja.<sup>205</sup>

Com o intuito de harmonizar a imagem construtiva da zona dos locutórios com a nova construção optou-se por colocá-las todas com a mesma altura, acrescentando-se assim mais um piso ao corpo dos locutórios. Com esta alteração a enfermaria pôde ser transferida para o segundo piso, passando a beneficiar de melhores condições de conforto, insolação e arejamento.<sup>206</sup> O espaço da unidade de saúde organizava-se de um modo ordenado e funcional com oito celas individuais e uma sala comum de repouso, cujo acesso era assegurado por um corredor abobadado.<sup>207</sup>

Esta campanha de obras retirou por completo o prestígio da torre medieval, que ficou então absorvida pelas novas construções, deixando de ser perceptível no exterior. No entanto, na planta continuou a ser legível a sua preexistência onde se incluíram espaços de apoio à enfermaria, nomeadamente a sala de convalescença. Já a zona onde se guardavam os remédios e plantas medicinais, denominada por botica, estaria provavelmente na “divisória maior no ângulo de intersecção deste corpo com o dormitório”<sup>208</sup>.

<sup>202</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.325-326

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 327

<sup>204</sup> Cfr.: BNL- Fundo Geral, cód. 1493, nº 18-18v, Doc. 80; ANTT- Mosteiro de Lorvão (maço de papeis), nº28 e 29

<sup>205</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra. Lisboa*, 1953. p.196. Vol4

<sup>206</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.283-284

<sup>207</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº396, fol. 10v., 12.-12v., 14-15. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.285. Vol.1

<sup>208</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº309, fol.13, Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.286. Vol.1

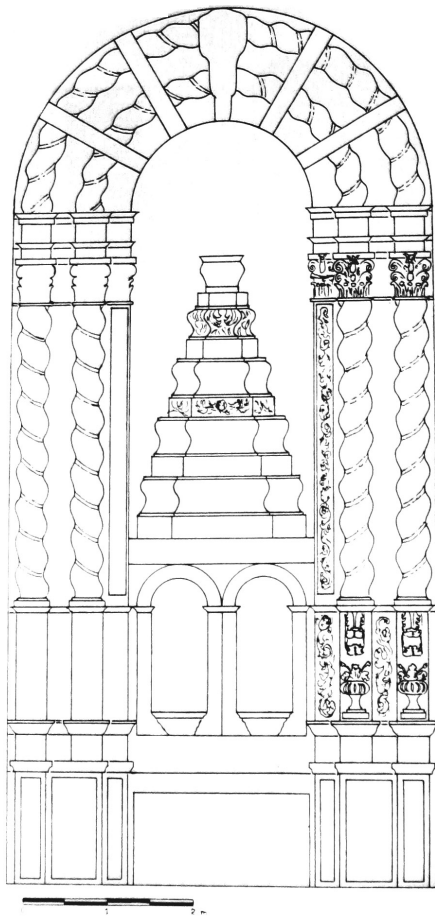


Figura 69. Representação hipotética do altar de 1698, elaborada pelo historiador Nelson Borges

Com a deslocação da enfermaria para o segundo piso, sobre os locutórios, o primeiro piso passou a ser utilizado como cartório ocupando a grande divisória do lado da ribeira, anexa ao qual estaria a livraria.<sup>209</sup> No século XIX o número crescente de livros e documentos obrigou à ampliação do cartório para a divisória da torre medieval e para a sala sobre a sacristia.<sup>210</sup>

Apesar das várias tentativas de modernizar e atualizar a igreja laurbanense, esta manteve durante séculos a forma herdada dos beneditinos. Uma das primeiras reformas teve lugar em 1622 quando a abadessa D. Margarida Silveira (1621-1624) mandou remodelar por completo a capela-mor com talha dourada, lavrada por Simão da Mota.<sup>211</sup> Infelizmente todos os elementos desta reforma desapareceram impossibilitando que se possa fazer uma leitura da sua imagem, por mais simples que fosse.

Certo é que volvidos 76 anos “as monjas laurbanenses sentiam [a igreja] já obsoleta, face às novas formas que ao tempo se tinham desenvolvido e às novas expressões de culto”<sup>212</sup>. Daí que, em 1698, sob ordem da abadessa D. Teófila Alvim (1697-1700) tenham contratado o entalhador Manuel Ferreira para refazer a tribuna da capela-mor, com “colunas retorcidas de capitéis coríntios, arquitrave, friso e cimalha torsos à volta”<sup>213</sup>.

Desta última imponente reforma o historiador Nelson Borges identificou alguns fragmentos do retábulo “amontoados numa arrecadação”<sup>214</sup>, que o levaram a supor que teria “dois pares de colunas por banda (...), os nichos com os patriarcas ocupariam o espaço central, na base do camarim (...)e o trono assumiria a primazia da composição”<sup>215</sup>.

Perante este investimento na igreja nada fazia prever que poucas décadas depois este espaço fosse integralmente destruído, para que no seu lugar se projetasse outra com uma imagem muito mais moderna.<sup>216</sup>

---

<sup>209</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.288. Vol.1

<sup>210</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº553, fol.14v.,34. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.289. Vol.1

<sup>211</sup> CISTER EN PORTUGAL YEN GALICIA, 2, Braga e Oseira, 2002. BORGES, Nelson- *Lorvão e Arouca: arte e glorificação de Cister*: atas. Braga e Oseira, 2009. p. 648-649

<sup>212</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.370. Vol.1

<sup>213</sup> *Cfr.*: ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº202, fol.84-85v., Doc. 30; ANTT- nº220, fol.179v-180v., Doc. 31

<sup>214</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.371. Vol.1

<sup>215</sup> *Ibidem*

<sup>216</sup> CISTER EN PORTUGAL YEN GALICIA, 2, Braga e Oseira, 2002. BORGES, Nelson- *Lorvão e Arouca: arte e glorificação de Cister*: atas. Braga e Oseira, 2009. p. 652

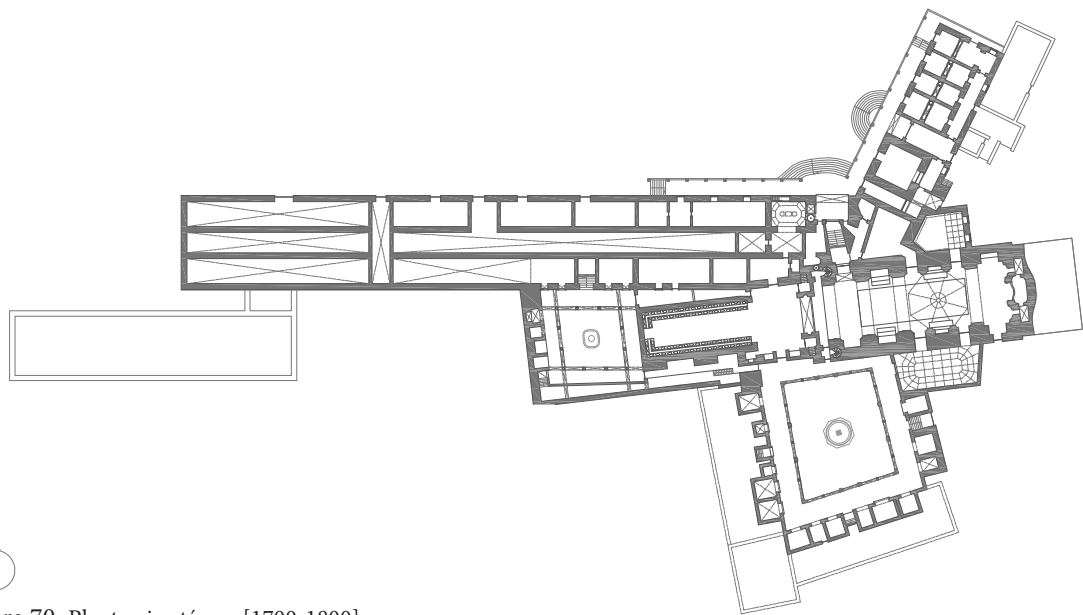


Figura 70. Planta piso térreo [1700-1800]

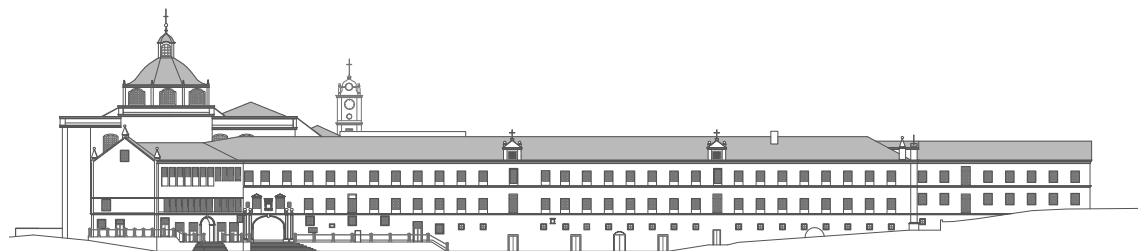
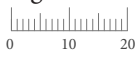


Figura 71. Alçado norte [1700-1800]



## SÉCULO XVIII

Uma comunidade tão grande como a laurbanense tinha a necessidade de ampliar e reparar dos agravos do tempo a sua casa, por isso, é compreensível que com a viragem de século as reformas continuassem e novas dependências tenham sido construídas.

No limiar do século XVIII uma das primeiras preocupações das monjas foi receber com a dignidade devida os seus convidados em novas casas de hospício. Apesar de haver referências de que houvessem “hospedarias velhas”<sup>217</sup> sob o governo do mosteiro, tanto no interior da cerca monástica, próximas da entrada, como no exterior. Em 1702<sup>218</sup> durante o abadessado de D. Catarina de Melo (1700-1703) construiu-se uma nova casa de residências de padres e de hospedagem de visitantes, dentro da cerca monástica, a noroeste da instituição.

Apesar de muito adulterada é a única casa do tipo, dentro da cerca, que sobreviveu durante séculos e que, até recentemente, era utilizada como casa dos médicos do hospital psiquiátrico. Formalmente é uma construção simples que virava ao terreiro uma fachada severa de dois andares com janelas e sacadas, marcada ao centro, no primeiro piso, por um pórtico de três arcos sobre pilares cujo acesso se faz por uma escadaria.<sup>219</sup> No piso térreo funcionaria o “armazém, celeiro, adega, cavalariças e quiçá outros aposentos mais modestos”<sup>220</sup>, já no primeiro piso haveria as celas dos padres, câmara dos hóspedes, cartório ou casa de despacho do feitor e, ainda, o refeitório.<sup>221</sup>

Mesmo depois de extintas as ordens esta casa continuou a albergar a hospedaria, até que em meados do século XIX, sob ordem das próprias monjas, passou aí a funcionar a escola primária para os habitantes da freguesia de Lorvão<sup>222</sup>.

Apesar da construção recente do hospício e de haver outras casas no mosteiro para acolher os visitantes e pessoas exteriores à instituição, a abadessa D. Bernarda de Teles (1712-1715) achou que estas não seriam suficientes perante o número cada vez maior de peregrinos que se deslocavam a Lorvão, com a beatificação e transladação das santas rainhas D. Teresa e D. Sancha para o mosteiro.<sup>223</sup> Por isso, mandou construir novas casas de acolhimento fora da cerca monástica, tanto em frente à porta do pátio como na encosta fronteira ao mosteiro.

<sup>217</sup> Cfr.: ANTT- Mosteiro de Lorvão, n.º164, fol.16v.-18, 29v.-30v., Doc. 3 e 4

<sup>218</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (livro das preladadas), n.º309, fol.6, Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.361. Vol.1

<sup>219</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1953. p.195. Vol4

<sup>220</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.359. Vol.1

<sup>221</sup> *Ibidem*, p.360

<sup>222</sup> AHMF- Conventos suprimidos e extintos, caixan.º40: Convento de Santa Maria de Lorvão, IV/i/80 (30)

<sup>223</sup> CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 2, Lisboa, 1998. GARCIA, Wifredo- *Iconografia de la Santidade cisterciense en el arte portugués: las beatas Teresa, Sancha y Mafalda*: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. p. 451





Figura 72. Casa dos padres, 1950



Figura 73. Casa dos padres, atualmente



Figura 74. Antigas casas de hospedaria em frente à porta do pátio (à esquerda)



Figura 75. Antigas casas de hospedaria na encosta do Monte (ao centro)



Figura 76. Vista poente do conjunto monástico, onde à esquerda ainda é visível a noviciaria, 1880



Em frente ao terreiro, para lá da antiga Rua Direita, teriam sido construídas três casas de hospício.<sup>224</sup> Por sua vez, na encosta em frente ao mosteiro foram edificadas outras duas residências que teriam “lojas e cavalariças no piso térreo”<sup>225</sup> e no primeiro andar “largo corredor central, com divisórias de um e de outro lado, situando-se as de tipo utilitário nas traseiras”<sup>226</sup>.

Quando a vida esplendorosa do mosteiro começou a desvanecer-se, no século XIX, estes espaços tornaram-se supérfluos para o mosteiro, acabando por cair no abandono ou por serem vendidos a particulares que os demoliram ou alteraram por completo.

Depois da construção das hospedarias no burgo e da casa dos padres no terreiro do mosteiro tornou-se imprescindível dar continuidade ao muro da cerca monástica ao longo do Vale de Fora, que começou a ser construído em 1712.<sup>227</sup> Infelizmente o traçado desta cerca desvaneceu-se com o tempo, impossibilitando-me supor os seus limites.

A instituição vivia um dos períodos de maior prestígio apresentando-se cada vez mais atualizada e moderna, tanto em termos das estruturas materiais como a nível cultural. Daí que seja compreensível que o número de noviças a engrajar na instituição tenha sido cada vez maior, tornando necessário prover o cenóbio com uma nova noviciaria.

Nos mosteiros femininos de Cister é comum implantar a noviciaria numa zona afastada do mosteiro, sendo imprescindível que esta estivesse provida de todos os espaços necessários às noviças como celas, sala de estudo, sala capitular, capelas, cozinha, refeitório e lavabos.<sup>228</sup>

A noviciaria de Lorvão principiou-se no abadessado de D. Filipa da Cunha (1727-1730), mais propriamente em 1727<sup>229</sup>, mas só estaria pronta dez anos depois<sup>230</sup>. O projeto é do arquiteto cisterciense Frei Alexandre de S. João que idealizou um “edifício amplo e funcional, perfeitamente harmonizado com o já existente dormitório,”<sup>231</sup> com o qual partilha muitas semelhanças tanto na imagem exterior, nomeadamente na altura e na dinâmica das janelas, como na organização interior, com celas individuais acessíveis por um corredor longitudinal. O edifício implanta-se no extremo poente do conjunto, paralelamente ao dormitório que lhe dá acesso, por detrás deste, estando provido além

---

<sup>224</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC]- Mosteiro de Lorvão, nº105, fol. 52-54v., Doc. 38

<sup>225</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.418. Vol.1

<sup>226</sup> *Ibidem*

<sup>227</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº319, fol.7v., Doc. 67. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.338. Vol.1

<sup>228</sup> BORGES, Nelson- A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. *Revista Museu*. Coimbra. IV/7(1998) 50

<sup>229</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (livro das preladadas), nº309, fol.7, Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.454. Vol.1

<sup>230</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (livro das preladadas), nº309, fol.47, Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.458. Vol.1

<sup>231</sup> CISTER EN PORTUGAL Y EN GALICIA, 2, Braga e Oseira, 2002. BORGES, Nelson- *Lorvão e Arouca: arte e glorificação de Cister*: atas. Braga e Oseira, 2009. p.650



Figura 77. Alçado nascente, onde é visível a antiga escada de acesso à enfermaria e cartório



Figura 78. Porta do carro, atualmente



Figura 79. Igreja do mosteiro de Arouca



Figura 80. Coro monástico do mosteiro de Arouca

de todas as dependências necessárias às futuras monjas. E com um total de quinze celas individuais.<sup>232</sup>

Com a construção da nova noviciaria além dos limites da antiga cerca monástica foi necessário construir em 1734<sup>233</sup> uma outra cerca, a rodear a nova construção, que ficou a cargo do pedreiro Bento Rodrigues.

Ainda na primeira metade do século XVIII as monjas empreenderam no seu mosteiro um conjunto de outras obras de menor escala como, por exemplo, em 1714 construiu-se um novo acesso do claustro aos terrenos a sul da instituição, situado sob o refeitório,<sup>234</sup> e em 1727 uma escada na fachada nascente dos locutórios que conduzia ao cartório e enfermaria nos pisos superiores.<sup>235</sup> Ainda neste período abriu-se a porta do carro, sob o locutório próximo da ribeira, que permitia o acesso de carros de bois às traseiras do edifício onde estaria o celeiro, a tulha e outras dependências de apoio<sup>236</sup>.

Teríamos que esperar por meados do século XVIII para assistir às últimas grandes reformas no mosteiro, que vieram consolidar a imagem de uma comunidade de prestígio preocupada em modernizar a sua casa de acordo com a época. O primeiro passo deu-se no abadessado de D. Teresa de Carvalho (1742-1745) quando a comunidade religiosa opta por destruir a tão venerada igreja herdada dos fundadores beneditinos, para no seu lugar construir algo completamente novo com uma imagem muito mais esplendorosa e monumental. Esta decisão tão radical justifica-se essencialmente por motivos funcionais, na procura de maior comodidade ao número crescente de religiosas, mas também por motivos financeiros já que os recursos assim o permitiam.<sup>237</sup>

Uma comunidade como a laurbanense precisava de um espaço litúrgico que espelhasse o seu estatuto, por isso escolheu o arquiteto António de Andrade para projetar a nova igreja e coro. Antes de iniciar a construção o autor ter-se-á deslocado ao mosteiro de Arouca em 1745<sup>238</sup>, provavelmente para se inspirar na obra do arquiteto Carlos Gimac, a quem foi encomendado, em 1703, o projeto do novo espaço litúrgico de Arouca, que nesta época já estaria concluído.<sup>239</sup>

---

<sup>232</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº28, Doc.80. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.459. Vol.1

<sup>233</sup> AUC- Mosteiro de Lorvão, nº77, fol. 105v.-106v., Doc.64

<sup>234</sup> Anteriormente esta passagem fazia-se pelo interior do refeitório. ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº309, fol.6v., Doc.62

<sup>235</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº405, fol. 85v. e 87

<sup>236</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.419. Vol.1

<sup>237</sup> ARTE E ARQUITETURA NAS ABADIAS CISTERCIENSES NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII, Lisboa, 1994. BORGES, Nelson- *O programa iconográfico do coro do mosteiro de Lorvão: atas*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. p.254

<sup>238</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº319, fol. 16v. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.617. Vol.1

<sup>239</sup> TAROUCA E CISTER: ESPAÇO, ESPÍRITO E PODER, Tarouca, 2002. BORGES, Nelson Correia- *A exaltação da ordem de Cister em Arouca e Lorvão, no século XVIII: atas*. Tarouca: [s.n.], 2004. p.280-281



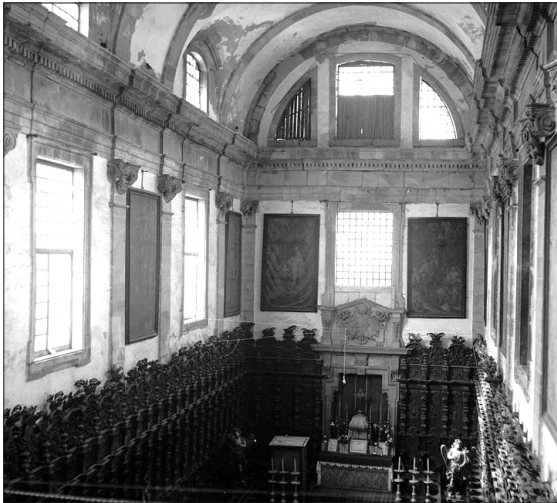


Figura 81. Coro monástico, antes das obras de 1940

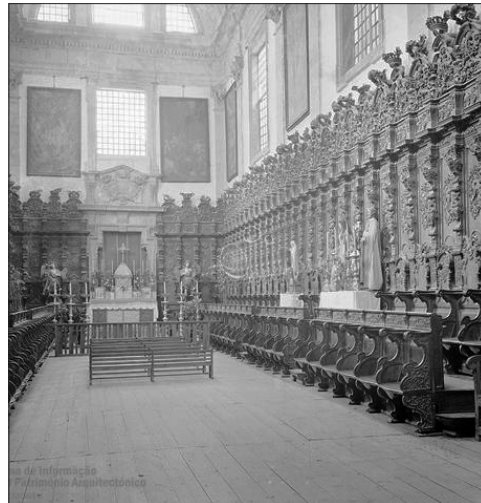


Figura 82. Coro monástico, atualmente



Figura 83. Grade e órgão do coro monástico, 1952

No risco de Andrade, tal como acontece em Arouca, a nova igreja manteve a axialidade da precedente, sendo que só o coro das monjas seria maior em comprimento que a antiga igreja,<sup>240</sup> demonstrando a intenção do projetista em monumentalizar a obra, num projeto que revelava que “não só conhecia tratados de arquitetura como sabia pôr em prática, de uma forma sóbria e monumental, os seus ensinamentos e estava em dia com as formas estéticas mais vanguardistas”.<sup>241</sup>

As obras iniciaram-se pelo coro em meados de 1744<sup>242</sup> sob direção do construtor e arquiteto Gaspar Ferreira, que seria responsável pela obra de arquitetura bem como pela talha e construção do cadeiral, que em 1748<sup>243</sup> estaria quase terminado.

O coro monástico implantava-se, tal como ainda se mantém, no lado oposto ao altar a oeste e está subdividido em duas zonas distintas, uma projetada para o cadeiral e outra mais larga onde funciona o antecoro.

O espaço do cadeiral organiza-se com duas ordens de cadeiras bastante decoradas que, à semelhança do coro de Arouca, impressiona pela vastidão e pela delicadeza do ornamento em madeira exótica, cheia de simbolismo e significado,<sup>244</sup> e onde as paredes são repartidas por pilastras jónicas, rasgadas por janelas em cada banda.<sup>245</sup>

Na zona do antecoro abrem-se várias portas assegurando a ligação ao claustro, dormitório, claustrina e telhado. É um espaço de transição para a igreja que, tal como é comum na Ordem de Cister, se implanta ao mesmo nível e cuja separação se faz através de um arco abatido, com uma magnífica grade de ferro e bronze.<sup>246</sup> Mais tarde, no abadessado de D. Madalena Caldeira (1783-86) traçaram-se nos topos do antecoro tribunas, com características neoclássicas num trabalho minucioso em madeira entalhada, sob as quais se ergueram altares.<sup>247</sup> Por sua vez, em 1795<sup>248</sup>, a prelada D. Maria Albuquerque (1793-1796) mandou instar, sobre a grade da igreja, o órgão desenhado por António Cerveira, que particularmente tem duas fachadas, tanto para o coro como para a igreja, num sóbrio Barroco tardio.

<sup>240</sup> JORGE, Virgolino- Mosteiros cistercienses femininos em Portugal: notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas. *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Tomo 2 Vol.4 94(2003) 10

<sup>241</sup> BORGES, Nelson- *As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no mosteiro de Lorvão*. Porto: Departamento ciências e tecnologias do património FLUP, 2003. p.617-624

<sup>242</sup> ARTE E ARQUITETURA NAS ABADIAS CISTERCIENSES NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII, Lisboa, 1994. BORGES, Nelson Correia- *O programa iconográfico do coro do mosteiro de Lorvão*: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. p.254

<sup>243</sup> TAROUCA E CISTER: ESPAÇO, ESPÍRITO E PODER, Tarouca, 2002. BORGES, Nelson Correia- *A exaltação da ordem de Cister em Arouca e Lorvão, no século XVIII*: atas. Tarouca: [s.n.], 2004. p.281

<sup>244</sup> ARTE E ARQUITETURA NAS ABADIAS CISTERCIENSES NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII, Lisboa, 1994. BORGES, Nelson Correia- *O programa iconográfico do coro do mosteiro de Lorvão*: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. p.101

<sup>245</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1953. p.198. Vol.4; ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Coimbra: França Amado, 1899. p.11-12

<sup>246</sup> BORGES, Nelson- A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. *Revista Museu*. Coimbra Vol.4 7(1998)55

<sup>247</sup> Ibidem; ARTE E ARQUITETURA NAS ABADIAS CISTERCIENSES NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII, Lisboa, 1994. BORGES, Nelson Correia- *O programa iconográfico do coro do mosteiro de Lorvão*: atas. Lisboa, 2000. p.254-256

<sup>248</sup> BORGES, Nelson- *Monumentos de interesse histórico e turístico no conselho de Penacova*. Penacova: Câmara Municipal, 1980. p.3



Figura 84. Altar da igreja de Lorvão, atualmente



Figura 85. Zimbório da igreja de Lorvão, atualmente



Figura 86. Grade do coro monástico e órgão vistos da igreja, 2012



Contrariamente ao coro que impressiona no desenho e organização a igreja esboçada por António de Andrade seria modesta. De acordo com o contrato de 1750, era um espaço centralizado com antecoro, transepto e capela-mor um pouco mais profunda do que o transepto.<sup>249</sup> As monjas, sob governo da abadessa D. Eugénia de Vasconcelos (1748-1751), pouco impressionadas com o desenho da igreja optaram por contratar um novo projetista, por não considerarem a proposta suficientemente digna.

O novo projeto para a igreja não deveria ser uma adaptação do já proposto, mas algo completamente novo, digno de uma casa com tanta história e prestígio. Daí que tenham optado por uma orientação voltada para Lisboa e para a corte ao escolherem o arquiteto Mateus Vicente de Oliveira, discípulo de João Ludovice e Jean Robillon durante a construção do Palácio de Mafra, onde riscou alguns pormenores como a sacristia.<sup>250</sup>

Quando foi convidado pelas monjas laurbanenses, para desenvolver o projeto da sua nova igreja, detinha o cargo de arquiteto da Casa do Infantado num período em que desenvolveu as suas maiores obras como o Palácio Real de Queluz (1742-52) e a Basílica da Estrela (1778-85).<sup>251</sup> Contudo, apesar de muito promissor, não tinha experiência na construção de mosteiros, o que felizmente não o demoveu e em junho de 1750<sup>252</sup> desloca-se duas vezes a Lorvão, provavelmente para avaliar o terreno e estudar a articulação como projeto do coro de António de Andrade, que já estaria concluído. Alguns meses depois dá início à construção da igreja, num projeto em que o arquiteto conseguiu de um modo exuberante harmonizar o que idealizou com o que já estava construído, sem faltar ao respeito com a obra de António de Andrade, imprimindo-lhe a sua marca construtiva e “dominando as proporções e a gramática decorativa do classicismo, dando emotividade aos entablamentos”<sup>253</sup>.

Abdica, assim, do sentido primitivo cisterciense em favor da monumentalidade, definindo o conjunto do coro com a igreja uma junção de dois corpos retangulares de igual comprimento e largura desigual, em que o mais largo corresponde ao coro dos leigos e o mais estreito ao coro monástico, mantendo-se ambos ao mesmo nível.

A igreja condicionada pelas construções que a envolvem era de uma só nave com três tramos, falso transepto marcado no cruzeiro por alto zimbório e capela-mor de um tramo com a largura da nave.<sup>254</sup> A meia altura em torno da igreja existe uma galeria de circulação dentro da parede com ligação direta ao sobreclaustro, dormitório, enfermaria

<sup>249</sup> AUC- Mosteiro de Lorvão, nº84, fol. 197v.-199; BORGES, Nelson- *As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no mosteiro de Lorvão*. Porto: FLUP, 2003. p.618

<sup>250</sup> PEREIRA, José- O barroco do século XVIII. In PEREIRA, Paulo (dir)- *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Printe Portuguesa, 1995. p.59-68. Vol3

<sup>251</sup> PEREIRA, José- O barroco do século XVIII. In PEREIRA, Paulo (dir)- *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Printe Portuguesa, 1995. p.82-86. Vol3

<sup>252</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº374, fol. inum. *Apud.*: BORGES, Nelson- *As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no mosteiro de Lorvão*. Porto: FLUP, 2003. p.620

<sup>253</sup> BORGES, Nelson- *As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no mosteiro de Lorvão*. Porto: FLUP, 2003. p.620

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 620-622



Figura 87. Pintura de Pascoal Parente, 1782



e cartório. Sendo a igreja um espaço encerrado por três fachadas cegas a questão da luz era uma prioridade que o projetista resolveu sabiamente, ao idealizar o zimbório com altura igual ao comprimento da igreja que, juntamente com as janelas na fachada sul e as janelas na cabeceira, possibilita a inexistência de ângulos mortos de luz no interior.<sup>255</sup>

O arquiteto foi responsável tanto pelo traçado da igreja como por toda a sua decoração, que é proporcional à construção com os tramos marcados por grupos de pilastras compósitas, que continuam para a cobertura em arcos de volta inteira e que estão assentes em pedestais, entre os quais se abrem capelas e janelas altas. O entablamento percorre todo o edifício englobando os retábulos do transepto e da capela-mor.<sup>256</sup>

O espaço litúrgico de Arouca e Lorvão são muito semelhantes diferenciando-se apenas pela mudança de estilo, com a passagem do barroco para o rococó.<sup>257</sup>

No abadessado de D. Mariana de Vasconcelos (1760-1763) a igreja já estaria praticamente pronta, sendo sagrada a 1761, contudo o zimbório só estaria terminado durante o governo da prelada D. Maria Maldona (1763-1766).<sup>258</sup> Estava concluída assim a maior obra desta centúria que apesar de ilegível ao nível da estrutura térrea, além do grande zimbório que se destaca pela altura, funciona em contraponto com a massa construída do dormitório, numa inserção paisagística em perfeita concordância com a imagem construída e natural.

A construção destes novos espaços obrigou a pequenos ajustes nas dependências justapostas à nova igreja, já que esta veio encurtar em parte a sala do capítulo e a ala norte do claustro. A primeira ocupava agora a posição mais comum implantando-se no prolongamento do transepto no lado sul da igreja.<sup>259</sup> De acordo com o relatório de contas do ano de 1762<sup>260</sup> a sala capitular sofreu algumas alterações, nomeadamente na disposição das epígrafes funerárias de abadessas (estariam nas paredes e foram deslocadas para o chão numa fileira central), nas paredes que foram decoradas com azulejos seiscentistas de fabrico lisboeta e no teto que foi revestido em madeira com caixotões em gamelas.<sup>261</sup>

Por sua vez, no claustro reconstruiu-se a galeria e varanda norte do recinto depois de ter sido em parte estreitada pela nova igreja,<sup>262</sup> que se implantava agora ao mesmo nível

<sup>255</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1953. p.197. Vol.4; ASSUMPCÃO T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Coimbra: França Amado, 1899. p.12

<sup>256</sup> BORGES, Nelson- *As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no mosteiro de Lorvão*. Porto: FLUP, 2003. p.622-623

<sup>257</sup> CISTER EN PORTUGAL Y EN GALICIA, 2, Braga e Oseira, 2002. BORGES, Nelson- *Lorvão e Arouca: arte e glorificação de Cister*: atas. Braga e Oseira, 2009. p. 653

<sup>258</sup> BORGES, Nelson- *As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no mosteiro de Lorvão*. Porto: FLUP, 2003. p.620

<sup>259</sup> Idem- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.197. Vol.1

<sup>260</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, n.º435, fol. Inum. Apud.: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.244. Vol.1

<sup>261</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.244. Vol.1

<sup>262</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. Doc. 76



Figura 88. Sala do tesouro, atualmente



Figura 89. Sacristia, atualmente



Figura 90. Piso térreo da *claustrina*, 1960



Figura 91. Vista noroeste da *claustrina*, 2012



Figura 92. Vista poente do conjunto monástico, 1880

do claustro, já que a nova construção está 0.45m acima da precedente, o que possibilitou que em 1765 numa das portas que liga o claustro à igreja se mandasse “fazer um confessionário”<sup>263</sup>. No final do século, em 1796, reparou-se também o pátio central revestindo-o com grandes lajes calcárias e um tanque central sobre alto pedestal.<sup>264</sup>

Numa época posterior à construção do novo espaço litúrgico, ter-se-á aproveitado algumas paredes do antigo paço de Lorvão,<sup>265</sup> que foi completamente absorvido pela nova igreja, para instalar no lado oposto à sala do capítulo a sacristia e a sala do tesouro. A sacristia tinha o teto em madeira com desenho estrelado e o pavimento com desenhos setecentistas em pedra de Ançã.<sup>266</sup> Já a sala do tesouro era um espaço austero pouco trabalhado, onde se guardavam as relíquias do mosteiro.<sup>267</sup>

Provavelmente deste período, senão antes, ter-se-á construído no topo do coro monástico (paralelamente ao dormitório) a *claustrina*. Com acesso ao dormitório e ao coro das monjas este espaço claustral tem um único piso com três arcos sobre pilares em cada ala, sendo que numa delas se abrem singelas e irregulares capelas devocionais.

Entre a *claustrina* e a noviciaria em algumas fotografias, anteriores às obras da Direção Geral de Edifício e Monumentos Nacionais (DGEMN), são visíveis outros três edifícios, a sul do dormitório de 1681. Nestes poderiam talvez funcionar dependências de apoio à noviciaria. Contudo o historiador Nelson Borges não arrisca a sua finalidade, pelo seu elevado estado de degradação e pela inexistência de referências documentais.

Com a chegada do final do século XVIII as monjas laurbanenses não voltariam a desenvolver novas obras no seu mosteiro, que ficava então com total de quatro dormitórios, noviciaria, seis hospedarias, coro, igreja, dois claustros, refeitório, cozinha, enfermaria, botica, cartório, livraria, oito locutórios, oficinas, celeiro, entre outras.

Da primitiva construção beneditina os únicos elementos que sobreviveram foram tão adulterados e camuflados, que torna impossível ao viajante, ignorante da história desta grande instituição, supor que o mosteiro foi em tempo algo diferente.<sup>268</sup>

---

<sup>263</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (livro das preladas), nº309, fol.12, Doc. 62

<sup>264</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº434, fol. Inum. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.216

<sup>265</sup> BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.91

<sup>266</sup> GONÇALVES, Nogueira- *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra*. Lisboa, 1953. p.198. Vol.4

<sup>267</sup> *Ibidem*, p.199

<sup>268</sup> Na descrição da viagem que José Saramago fez a Lorvão é visível a sua decepção perante uma construção tão adulterada. SARAMAGO, José- *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editora Caminho, 1994. p.101

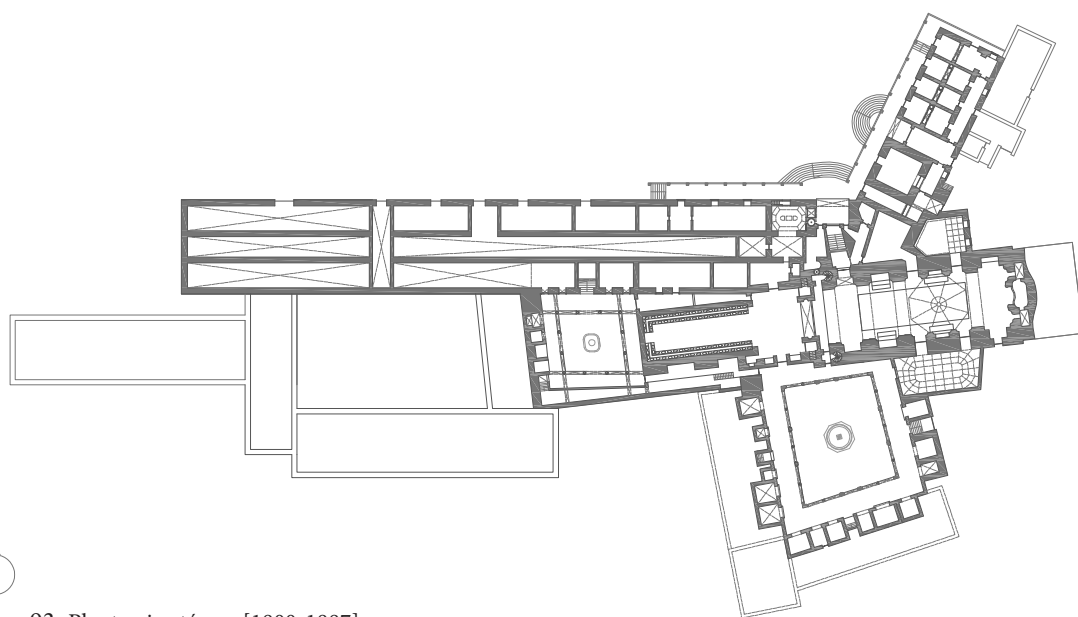


Figura 93. Planta piso térreo [1800-1887]

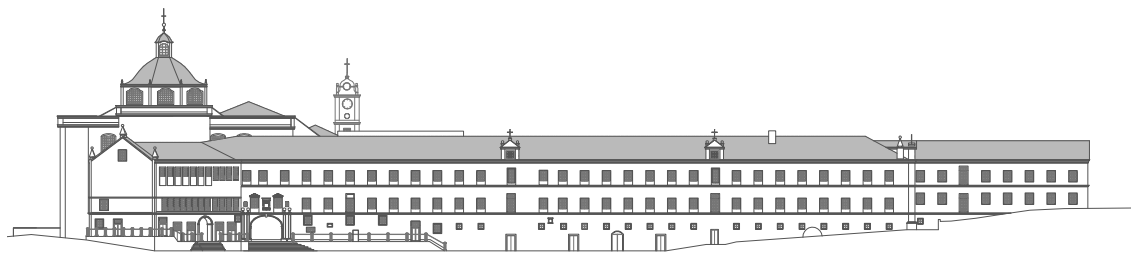
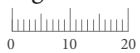
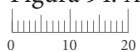


Figura 94. Alçado norte [1800-1887]





## PERÍODO DE 1800-1887

Todavia a época de ouro das ordens religiosas em Portugal esgotou-se no final do século XVIII e o seguinte trouxe horas de perturbação e desassossego. Uma das primeiras manifestações do declínio surgiu com a proibição de D. José de ingressarem novas noviças nos mosteiros. Particularmente em Lorvão essa situação veio a refletir-se apenas alguns anos depois, já que a prelada D. Maria Inácia (1777-1780) conseguiu “alcançar uma licença para entrarem noviças”<sup>269</sup> no mosteiro, no entanto, em 1780 a rainha D. Maria I definiu que o número de religiosas em Lorvão não devia ser superior a cem<sup>270</sup>, o que continuou a limitar a instituição e a degradá-la lentamente.

Mas foi o início do século XIX que maior aflição e angústia trouxeram à instituição laurbanense com as sucessivas invasões francesas. Com o aproximar do inimigo as monjas foram obrigadas a contribuir com quase toda a prata para a guerra<sup>271</sup> e a alojar na sua casa dos padres o general Wellington, em 1811.<sup>272</sup> Os soldados franceses não terão chegado a passar do alto da serra, mas o medo obrigou a que a maioria das monjas abdicasse da clausura, saindo do cenóbio.<sup>273</sup>

O mosteiro nunca terá ficado completamente abandonado, mas a instabilidade deste tempo afetou em muito as finanças da instituição, que com a extinção das ordens em 1834<sup>274</sup> e com a noviciaria desativada entrou numa decadência irremediável. Desapareceram os dízimos, principal rendimento do mosteiro, e os direitos senhoriais também, eram agora os liberais que destituíam e elegiam as abadessas num momento em que o mosteiro teria uma dívida de quase oito contos de reis.<sup>275</sup> Os frades bernardos que governavam o cenóbio mandaram derrubar todas as árvores dentro da cerca na encosta e vender a madeira para pagar as dívidas, ainda assim, as monjas ficaram com uma honesta substância.<sup>276</sup>

<sup>269</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (livro das preladas), nº309, fol.60, Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.454. Vol.1

<sup>270</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº28, Doc.80. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.454. Vol.1

<sup>271</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Coimbra: França Amado, 1899. p.117; CASTRO, Augusto- *Mosteiro de Lorvão e as invasões francesas*. *O Instituto*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 73(1926) 605

<sup>272</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Coimbra: França Amado, 1899, p.118. Vol 2, Tomo I

<sup>273</sup> BORGES, Nelson- *O mosteiro de Lorvão*. Coimbra: EPARTUR, 1977. p.22; CASTRO, Augusto *Mosteiro de Lorvão e as invasões francesas*. *O Instituto*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 73(1926) 607

<sup>274</sup> O decreto régio, publicado a 30 de maio de 1834, preparado pelo Ministério da Justiça, por Joaquim de Aguiar, determinava a total e imediata extinção das casas independentemente da sua denominação, instituto ou regra e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, à exceção dos vasos sagrados e paramentos que seriam entregues aos Ordinários das dioceses. No caso dos mosteiros femininos as monjas poderiam continuar a viver no mosteiro até à morte da última religiosa, sendo proibido receber novas noviças.

ENCONTROS DE ALCOBAÇA E SIMPÓSIO DE LISBOA, 9, Braga, 1990. MARQUES, José- *Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII*: atas. Braga: Câmara Municipal de Alcobaca, 1991. p. 351-380

<sup>275</sup> HERCULANO, Alexandre- *As freiras de Lorvão*. *Opusculos*. Lisboa: Bertrand. Tomo1. 1(1873-1908) 201

<sup>276</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Coimbra: França Amado, 1899. p.125

LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR

Porém, passado apenas um ano o fisco arrebatou-lhes quase tudo como paga de uma dívida de vinte e cinco contos de reis.<sup>277</sup>

“Sem rendas nem privilégios a miséria bateu à porta do mosteiro”<sup>278</sup> dando início à depravação de todas as riquezas acumuladas durante séculos. Depois de pagas as dívidas ao estado os credores particulares arremataram os restantes bens do mosteiro e outros foram mesmo roubados<sup>279</sup>, restavam apenas algumas propriedades dispersas por diversos distritos cuja cobrança era difícil, perdendo-se o seu valor.

Perante o sequestro dos bens dos mosteiros, cada vez mais frequentes, o Ministério das Finanças em Portaria de 20 de Julho de 1857 mandou que fossem organizados inventários dos edifícios, incluindo nos casos em que ainda houvessem religiosas no cenóbio. Era urgente ter um conhecimento particular e exato do estado de conservação e bens materiais dos mosteiros nacionais, por isso, a Repartição dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça expediu ordens a todas as dioceses mandando executar inventários, para se poder decidir sobre o destino a dar às casas e atender às necessidades da comunidade. Assim, as abadessas dos mosteiros forneceram os documentos às pessoas e autoridades eclesásticas da comissão; e os delegados do tesouro dos distritos disponibilizaram empregados de fazenda para as escrituras.<sup>280</sup>

No caso particular do inventário do mosteiro de Lorvão, iniciado em 1860, são enumerados bens imóveis (prédios rústicos e urbanos)<sup>281</sup>, objetos de culto e profanos, elementos roubados e vendidos, bens móveis e documentos do cartório. Tal como é feita uma descrição e avaliação do mosteiro e anexos.<sup>282</sup>

Procurando salvar o que restava das riquezas acumuladas durante séculos naquele mosteiro, o Decreto de 2 de Outubro de 1862 e a Portaria de 9 de Julho de 1863 definem que um total de mil quatrocentos e oitenta documentos fossem transferidos do cartório laurbanense para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.<sup>283</sup> Os livros, desnecessários à administração da casa religiosa, foram também entregues ao Inspetor dos Arquivos, a Bibliotecas Públicas ou outras instituições.

<sup>277</sup> HERCULANO, Alexandre- *As freiras de Lorvão*. *Opusculos*. Lisboa: Bertrand. I/1(1873-1908) 201

<sup>278</sup> BORGES, Nelson- *O mosteiro de Lorvão*. Coimbra: EPARTUR, 1977. p.22

<sup>279</sup> Notícias diversas. *O Conimbricense*. Coimbra. 659(1860-05-19) 3; ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Bertrand, 1899. p. 132. Vol 2, Tomo I

<sup>280</sup> Processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal. In *ANTT: Ministério das Finanças*. [Em linha]. (1834-1961). [Consult. 20 Março 2013]. Disponível em [www: <URL:http://digitarq.dgarq.gov.pt/DetailForm.aspx?id=4224376](http://digitarq.dgarq.gov.pt/DetailForm.aspx?id=4224376)

<sup>281</sup> A documentação menciona bens situados nos concelhos de Penacova, Coimbra, Braga, Covilhã, Torres Vedras, Montemor-o-Velho, Viseu, Vila do Conde, Lousã, Vila Nova de Gaia, entre outros.

<sup>282</sup> Inventário de extinção do convento de Santa Maria de Lorvão de Coimbra. In *ANTT: Ministério das Finanças*. [Em linha]. (1860-1935). [Consult. 20 Março 2013]. Disponível em [www: <URL:http://digitarq.dgarq.gov.pt/DetailForm.aspx?id=4224376.html](http://digitarq.dgarq.gov.pt/DetailForm.aspx?id=4224376.html)

<sup>283</sup> *Ibidem*. Era então abadessa a D. Maria da Graça Freire Pessoa (1861-1864). Mais tarde no abadessado D. Luísa Madalena (1876-1887), em virtude da Portaria do Ministério do Reino de 5 de Agosto de 1879, foram novamente enviados documentos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR



Relativamente ao património artístico, o Bispo Conde de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina, em 1877, de acordo com as instruções da Direção Geral dos Próprios Nacionais, providenciou que, pelo menos as peças mais valiosas, fosse enviadas para o Museu Nacional da Academia de Belas Artes e Arqueologia de Lisboa e para o Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra. Por sua vez, os objetos de culto foram entregues a confrarias e paróquias ou então vendidos em hasta pública.<sup>284</sup>

Despojadas dos seus bens as décadas que se seguiram foram de dor e miséria, vacilantes entre a vida e a morte as monjas de Lorvão “acabaram velhas e sozinhas pedindo esmola”<sup>285</sup>, num edifício “cada vez mais sombrio e deserto, onde as vozes eram cada vez mais fracas.”<sup>286</sup>

Em 1853 quando Alexandre Herculano<sup>287</sup> visitou o mosteiro contou um máximo de vinte monjas moribundas, “que foram ricas na mocidade e na velhice têm fome”<sup>288</sup>, e em nome das quais se dirigiu ao amigo António de Serpa Pimentel para pedir esmola.

Numa descrição emocionante retrata o declínio que se vivia dentro dos muros da cerca, “no fundo desta espécie de poço perdido no meio da turba dos montes que o rodeiam”<sup>289</sup>. Não deixa de referir que foi “nesses corredores húmidos e sombrios, que vi passar ao pé de mim muitos vultos, cujas faces eram pallidas, cujos cabelos eram brancos (...) e que morrem aqui lentamente umas poucas de mulheres, fechadas n’um tumba de pedra e ferro, (...) cuja sua voz é demasiado fraca, e os muros de Lorvão demasiado espessos (...) gemidos, brandos, prantos, nada disso chega aos ouvidos dos homens que exercem o poder nestas terras; nada disso os incómoda.”<sup>290</sup> Contudo, tal como muitos outros que visitaram Lorvão e se depararam com esta lamentável situação viu-se obrigado a abandonar o vale sem nada poder fazer para impedir o fim certo da casa religiosa.

Nem monges nem monjas ninguém mais lutava por esta casa, que morria lentamente perante os olhos impotentes da povoação.

Como era de prever, o mosteiro não resistiu muito mais tempo e com a morte de D. Luísa Tudela, a última monja de Lorvão, a 3 de Julho de 1887<sup>291</sup> findava-se assim

---

<sup>284</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Bertrand, 1899. p.30e 169. Vol.2, Tomo1; Processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal. In *ANTI: Ministério das Finanças*. [Em linha]. (1834-1961). [Consult. 20 Março 2013]. Disponível em www: <URL:<http://digitara.dgarq.gov.pt/DetailForm.aspx?id=4224376>

<sup>285</sup> BORGES, Nelson- *O mosteiro de Lorvão*. Coimbra: EPARTUR, 1977, p.22

<sup>286</sup> DIOCESE DO PORTO: TEMPOS E LUGARES DE MEMÓRIA, 1, Porto, 1998. BORGES, Nelson Correia- *Lorvão e Arouca: relações artísticas de mosteiros irmãos*: atas. Porto: Academia de belas artes, 2002. p.444

<sup>287</sup> Alexandre Herculano (1799-1954) era poeta e romancista.

<sup>288</sup> HERCULANO, Alexandre- *As freiras de Lorvão. Opusculos*. Lisboa: Bertrand. I/1(1873-1908) 205

<sup>289</sup> *Ibidem*, p.197

<sup>290</sup> *Ibidem*, p.198-199

<sup>291</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Bertrand, 1899, p.131; BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.652

LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR

naquele vale, deste modo tão trágico e conturbado, a instituição cisterciense com quase sete séculos. Despojado de todos os seus bens e à mercê do tempo o mosteiro teve que esperar mais de um século, “como figura muda declarando a glória antiga e a miséria presente”<sup>292</sup>, até que se apercebessem da sua importância e dentro destes corredores voltasse a haver vida.

A ordem de S. Bernardo, em Portugal, sucumbiu-se verdadeiramente em 1909 com a morte da última monja cisterciense, D. Carolina Augusta de Castro e Silva, do Mosteiro de Nossa Senhora de Nazaré do Mocambo, hoje denominado por Convento das Bernardas, em Lisboa.<sup>293</sup>

Embora em algumas nações europeias, no século XIX, os monges tenham retomado à sua antiga morada e o gosto pelo romantismo das ruínas tenha gerado um novo sentimento de consciencialização perante as abadias cistercienses, em Portugal desde então nunca mais as casas monásticas foram ocupadas por religiosos, ficando inevitavelmente os antigos edifícios monásticos à mercê de particulares, do estado ou pura e simplesmente ao abandono.<sup>294</sup>

---

<sup>292</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Bertrand, 1899, p.31

<sup>293</sup> PATRIMÓNIO EM CONSTRUÇÃO: CONTEXTOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO, 1, Lisboa, 2011. MARTINS, Ana Maria- *Património arquitetónico cisterciense: um continuo testemunho*. Lisboa: LNEC, 2011. p.27

<sup>294</sup> *Ibidem*



#### 4. LORVÃO DEPOIS DA EXTINÇÃO DO SEU MOSTEIRO

*“Mais que o adeus incomensurável da vista, mais que a simples recordação sobrepõem-se na interminável planície da alma portuguesa a amargura da nostalgia. Forças de um sentir, permanências de um estado de espírito luso característico, sibila mais alto o sopro da saudade, esse sopro que nos derruba o hábito a que já nos tínhamos habituado, essa ventania que nos expulsa do passado e apenas nos deixa uma leve fragrância dos encontros temporários.”<sup>295</sup>*

---

<sup>295</sup> FERNANDES, Aires- O mosteiro de Lorvão: um breve olhar sobre o abadessado de D. Constança Soares (1290-1317). Separata de Itinerárioim. L/178-179(2004) 78-79



Figura 95. Museu de Lorvão na sala do capítulo



Figura 96. Museu de Lorvão na sala do tesouro

## PERÍODO DE 1887-1940

Santa Maria de Lorvão, uma das casas mais ricas do reino no século XVII e XVIII, era agora, no século XIX, um amontoado de escombros à mercê do tempo e da sociedade. Os tempos que se seguiram não foram generosos para o edifício, que foi saqueado, vandalizado e destruído por particulares incapazes de o reconhecer como património a ser preservado além do seu potencial construtivo e económico.

Numa tentativa fugaz de tentar revitalizar a antiga casa monástica, pouco tempo depois da sua extinção, aproveitaram-se alguns dos seus espaços para funções de carácter social e público. Designadamente o antigo dormitório que foi ocupada por habitações familiares e por pequenas unidades de indústria artesanal de palitos.<sup>296</sup> Ou a própria igreja monástica que passou a paroquial por Decreto de 4 de Agosto de 1887, passando a ser a Junta de Freguesia de Lorvão encarregue da sua manutenção.<sup>297</sup> Apesar dos tempos agitados que se viveram a seguir na instituição a igreja continuou a ser visitada por fiéis e por turistas<sup>298</sup>, que acorriam ao vale tanto pela sua dimensão estética como espiritual.

Orgulhosos da sua história e das suas heroínas (D. Teresa e D. Sancha) e insatisfeitos com os recentes roubos<sup>299</sup>, os laurbanenses construíram um museu nas antigas salas do capítulo e tesouro, onde ainda hoje se podem ver algumas peças, como alfaias, livros, telas e esculturas que nos reportam para os tempos monacais.<sup>300</sup>

Pouco tempo depois, em 1922, a antiga zona dos locutórios das monjas foi convertida em Posto dos Correios dos CTT e residência paroquial.<sup>301</sup> Também a antiga casa dos padres, no terreiro monástico, foi apropriada para apoio da população quando em meados do século XIX, sob ordem das próprias monjas, passou aí a funcionar a escola primária da freguesia de Lorvão<sup>302</sup>. Mais tarde, em 1960, passou a albergar a Repartição das Finanças<sup>303</sup>, sendo que dois anos depois foram-lhe reconhecidas as “melhores condições para a residência de familiares e de clínicos”<sup>304</sup>. Recentemente este edifício foi aproveitado para a Unidade de saúde de Lorvão.

<sup>296</sup> TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. Vol.1 2(2003) 706

<sup>297</sup> CARVALHO, Joaquim- Mosteiro de Lorvão. *O Conimbricense*. Coimbra: [s.n.]. 5231(1897-12)

<sup>298</sup> Em 2010 o mosteiro recebeu 5.300 visitas, de acordo com o guia do mosteiro José Pisco.

<sup>299</sup> SILVA, Manoel Joaquim- Graves acontecimentos em Lorvão. *O Conimbricense*. Coimbra: [s.n.]. 5230(1897-12). Nesta publicação faz-se referência ao manifesto elaborado pela Freguesia de Lorvão e seus populares para que não sejam retiradas mais relíquias do mosteiro.

<sup>300</sup> O museu de Lorvão foi construído em 1921. Grande parte das peças do mosteiro encontram-se dispersas por vários museus, principalmente no Museu Machado de Castro e no Museu Nacional de Arte Antiga. Os distúrbios em Lorvão. *O tribuno popular*. Coimbra: B.L.C. Carvalhães. 4405(1898-07)

<sup>301</sup> Mosteiro de Lorvão. In *Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa, 1960-03.p.33

<sup>302</sup> *Cfr.*: AHMF- Conventos suprimidos e extintos: Convento de Santa Maria de Lorvão. IV/i/80 (30), caixa 40

<sup>303</sup> BORGES, Nelson Correia - Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737, 1992, p.365

<sup>304</sup> ADGEMN- Mosteiro de Lorvão (processo de obras). Documento de 22 de Dezembro de 1959



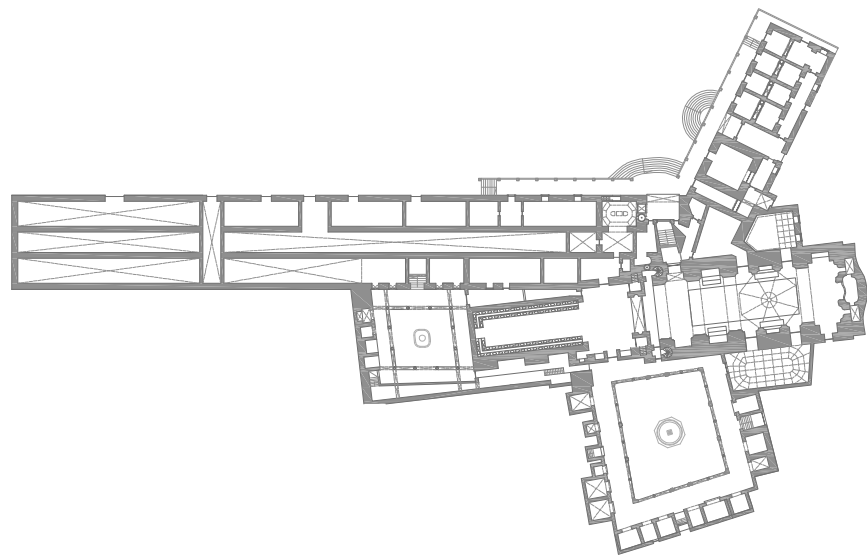


Figura 97. Planta piso térreo [1940-1960]

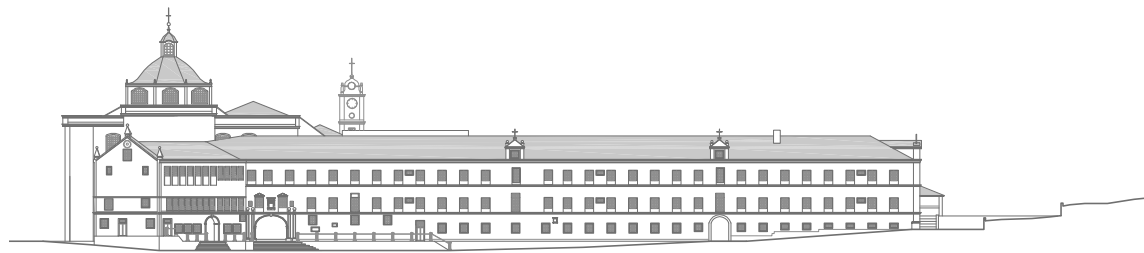


Figura 98. Alçado norte [1940-1960]



## PERÍODO DE 1940-1960

Apesar destas intervenções por particulares terem impedido que o edifício ficasse ao completo abandono, outros espaços, principalmente a sul, longe do olhar alheio, foram-se degradando com o passar dos anos. A cerca, os claustros e a antiga noviciaria tornaram-se autênticas ruínas, no início do século XX o claustro do silêncio estava irreconhecível com o sobreclaustro praticamente todo destruído.<sup>305</sup> Os telhados, cantarias e paredes das antigas dependências monacais desapareciam a olhos vistos, era urgente reconhecer a esta casa a sua dimensão de monumento e protegê-la antes que se perde-se por completo.

A salvaguarda e defesa do património<sup>306</sup> nacional eram questões que desde cedo fizeram parte das preocupações do Estado. Na Idade Média, período desenvolveram-se alguns planos de proteção, no entanto, abrangiam essencialmente edifícios militares, por serem fundamentais para a defesa do território nacional.<sup>307</sup> Mas, outras ações se seguiram, como a definição de legislação régia para a manutenção de castelos e construções antigas durante o reinado de D. Afonso V.<sup>308</sup> Apesar das medidas se focarem sobretudo na vertente utilitária dos imóveis, foram também incluídos outras áreas de intervenção, como o interior dos espaços religiosos.

O rei D. Afonso V teve particular cuidado perante este problema ao implementar normas para a proteção de ponte antigas e outros edifícios ou mesmo objetos considerados relevantes para a história nacional.<sup>309</sup>

Durante o domínio filipino<sup>310</sup>, que se prolongou por mais de 60 anos, a arte portuguesa entra progressivamente em decadência. Apenas no limiar do século XVIII o sistema nacional de proteção do património começa a dar os primeiros passos com o Alvará Régio de 20 de Agosto de 1721, em que D. João V atribui à Real Academia de História a tarefa de que “nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, possa desfazer ou destruir em todo nem em parte, qualquer edifício”<sup>311</sup>, que revelasse qualidades arquitetónicas. Contudo este despacho nunca foi eficazmente implementado.

---

<sup>305</sup> Mosteiro de Lorvão. *Resistência*. Coimbra: [s.n.]. 348(1898-06)

<sup>306</sup> De acordo com Françoise Choay, *Património* é um “conceito que serve para designar bens pertencentes à nação e suscetíveis de um novo tipo de conservação” CHOAY, Françoise- *A alegoria do Património*. Lisboa. 2008. p.119

<sup>307</sup> SOROMENHO, Miguel, SILVA, Nuno- Salva-guarda do património/antecedentes históricos: Da Idade Média ao século XVII. In *Dar futuro ao passado*. Lisboa: IPPAR, 1993. p.25

<sup>308</sup> *Ibidem*

<sup>309</sup> *Ibidem*

<sup>310</sup> O *Domínio Filipino* corresponde ao domínio espanhol sobre Portugal entre 1580-1640, depois do desaparecimento de D. Sebastião (1578) e do cardeal-rei D. Henrique (1580), que não deixaram herdeiros.

<sup>311</sup> MATELA, Raquel- *O papel dos conventos no crescimento urbano*. Lisboa: Instituto Superior técnico, 2009. Tese de mestrado em arquitetura. p.45



Contudo, seguiram-se-lhe outras políticas de manutenção do património ainda no século XVIII, “condensadas agora num único quadro conceptual e acompanhadas por uma ampla produção legislativa, pelo aperfeiçoamento dos suportes técnicos de intervenção, pelo aparecimento da ideia de «restituição» e de um discurso integrador do objeto no seu contexto histórico”<sup>312</sup>. Surgem, assim, neste período oficinas especializadas e gramáticas específicas que abordam processos científicos de restauro.

Apesar da tomada de consciência da importância do património arquitetónico nacional, esta só surge efetivamente durante o século XIX. Com a instauração do Regime Liberal<sup>313</sup> e a extinção das ordens religiosas, as perdas culturais tornaram-se constantes pela profanação, destruição, roubo e venda abusiva. Os edifícios ficaram à mercê de particulares, do Estado ou simplesmente ao abandono. Perante as dificuldades orçamentais a proteção dos imóveis foi lenta e pouco acautelada, contudo, começava-se assim a dar os primeiros passos na salvaguarda do património histórico e artístico dos imóveis nacionais. O primeiro edifício de valor patrimonial a ser restaurado pelo Estado foi o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha.<sup>314</sup>

Em 1863 fundou-se a primeira associação portuguesa com o objetivo de proteger os monumentos nacionais, a Associação dos Arquitetos Cívicos<sup>315</sup>, que teve um papel ativo na reflexão teórica e prática sobre a conservação do património.<sup>316</sup> Na Portaria de 24 de Outubro de 1880 é solicitado pelo Estado a esta associação que elabore um relatório e mapa dos edifícios que possam vir a ser considerados monumentos nacionais.

O mosteiro de Santa Maria de Lorvão figura neste relatório por ser um “monumento da nossa história moderna”<sup>317</sup> e por “achar-se desfigurado da sua fábrica primitiva pelas diferentes reedificações que tem tido, devendo conservar-se pelas muitas memórias históricas que lhe dizem respeito”<sup>318</sup>. Consequentemente, Lorvão faz assim parte da primeira lista de Monumentos Nacionais publicada em Diário do Governo, de acordo com o Decreto de 16 de Junho de 1910.<sup>319</sup>

No entanto, a instauração do Regime Republicano<sup>320</sup> revelou-se um retrocesso das políticas de salvaguarda do património. Com a separação entre o Estado e a igreja os

---

<sup>312</sup> SOROMENHO, Miguel, SILVA, Nuno- Salvaguarda do património/antecedentes históricos: Da Idade Média ao século XVII. In *Dar futuro ao passado*. Lisboa: IPPAR, 1993. p.28

<sup>313</sup> Iniciado em 1820 pretendia o fim do absolutismo e da sociedade de ordens, ideais do Antigo Regime.

<sup>314</sup> Sobre este assunto ver: NETO, Maria- *Memórias propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1829-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura UP, 2001

<sup>315</sup> Mais tarde designada por Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses.

<sup>316</sup> CUSTÓDIO, Jorge- Salvaguarda do Património/Antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964). In *Dar futuro ao passado*. Lisboa: IPPAR, 1993. p.46

<sup>317</sup> Cfr.: *Portaria do Ministério das obras públicas de 24 de Outubro de 1880*. Lisboa: Lallemente frères, 1881.

<sup>318</sup> *Ibidem*

<sup>319</sup> CÂMARA MUNICIPAL- Plano diretor municipal de Penacova. *Diário da República*. 1º série-B, 210(1999) 6246-6247

<sup>320</sup> Implantado em Portugal a 5 de Outubro de 1910.

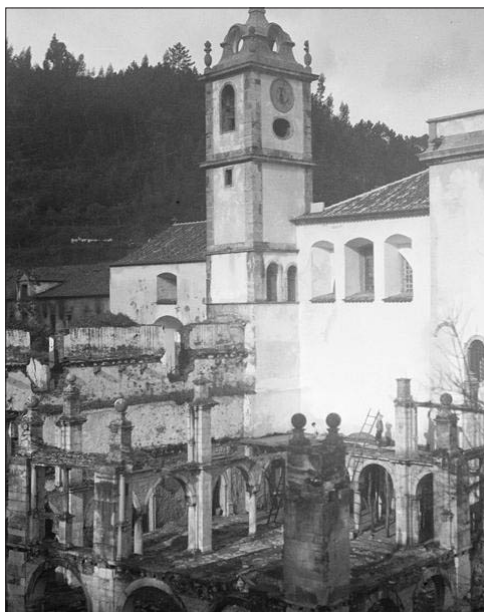


Figura 99. Claustro do silêncio, antes das obras



Figura 100. Conjunto monástico a sul, antes das obras



Figura 101. Telhado do dormitório, antes das obras



Figura 102. Zona da antiga noviciaria, antes das obras

edifícios apropriados pelo primeiro foram reutilizados sem ter em conta a sua história ou identidade, sendo convertidos em escolas, unidades de saúde ou quartéis militares.

Portugal teve que esperar pelo Estado Novo<sup>321</sup> para que os mal tratados edifícios de outrora fossem recuperados tendo em conta o seu valor patrimonial. A grande mudança surge com a fundação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)<sup>322</sup>, que tinha como objetivo elaborar projetos completos, executá-los e fiscalizar todos os trabalhos de reparação, restauro e conservação dos monumentos nacionais, entre outros, sempre com o intuito de proteger o património nacional.<sup>323</sup>

Durante o regime do Estado Novo os restauros baseavam-se em moldes nacionalistas de reconhecimento dos feitos passados. Assim, tudo o que não reforçasse o espírito da nacionalidade, ou seja, o que não fosse de cariz românico ou gótico devia ser removido, para assim devolver aos edifícios a sua beleza primária, ainda que fosse depurada ou fantasiada por conceitos historicistas.<sup>324</sup> O que se refletiu inevitavelmente na transformação dos edifícios em algo que nunca foram verdadeiramente. De facto, vários erros de interpretação artística foram cometidos nesta época sobre os monumentos nacionais, tal como aconteceu no mosteiro de Santa Maria de Aguiar ou em Alcobaça.<sup>325</sup>

Apenas em 1960, com uma nova administração, a DGEMN começa progressivamente a assimilar os conceitos internacionais de restauro e salvaguarda do património, o que aliado a uma equipa multidisciplinar de arquitetos, arqueólogos e historiados possibilitou a modernização dos critérios e filosofias de intervenção<sup>326</sup>, o que diga-se beneficiou em muito os nossos monumentos.

Apesar de, no início, as políticas de intervenção adotadas não serem consideradas as mais corretas, há que ter em conta que se não fossem elas, provavelmente muitos dos edifícios estariam em ruína, senão mesmo desaparecido, como foi o caso do mosteiro de Santa Maria de Lorvão, onde a intervenção era urgente.

---

<sup>321</sup> Estado Novo era um regime político autoritário e corporativo do Estado, que vigorou em Portugal de 1933 a 1974.

<sup>322</sup> A DGEMN foi criada a 30 de Abril de 1929 pelo Decreto 16791, integrada no Ministério do Comércio e Comunicação (depois, Ministério das Obras Públicas). Foi extinta em 2007.

RODRIGUES, Jorge- A Direção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo. In ALÇADA, Margarida (dir)- *Caminhos do património/ DGEMN*. Lisboa: livro horizonte, 1999. p.69-82; NETO, Maria- A Direção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitetónico em Portugal (1929-1960). In *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN, 1999. p. 23-43

<sup>323</sup> PATRIMÓNIO EM CONSTRUÇÃO: CONTEXTOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO, 1, Lisboa, 2011. MARTINS, Ana Maria- Património arquitetónico cisterciense: um contínuo testemunho. Lisboa: LNEC, 2011. p. 28-29

<sup>324</sup> GOMES, Paulo Varela- Arquitetura de mulheres, mundo de homens, intervenção da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950). In ALÇADA, Margarida (dir)- *Caminhos do património/ DGEMN*. Lisboa: livro horizonte, 1999. p.83-98; CUSTÓDIO, Jorge- Salvaguarda do Património/Antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964). In *Dar futuro ao passado*. Lisboa: IPPAR, 1993. p.46

<sup>325</sup> Sobre este assunto ver: MARTINS, Ana- *As arquiteturas de Cister em Portugal: A atualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Sevilha, 2011. Tese de doutoramento

<sup>326</sup> NETO, Maria- *Memórias propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitetura UP, 2001.p.38; ALBA, António- *Teoria e história de la restauracion*. Madrid: Editorial Munilla, 1997





Figura 103. Interior da igreja, durante as obras de reparação da estrutura



Figura 104. Contrafortes estruturais da igreja



De acordo com o relatório elaborado pelo Comércio do Porto, em 1932, o edifício laurbanense tinha preocupantes patologias estruturais na zona da igreja, sendo imprescindível a sua recuperação a fim de evitar a ruína completa.<sup>327</sup>

Contudo, ainda antes de se poder iniciar a intervenção no setor conventual, situações referentes à tutela, propriedade e utilização do mosteiro tiveram que ser resolvidas, nomeadamente o realojamento das pessoas que ocupavam o dormitório e das indústrias artesanais de palitos<sup>328</sup>. Só na década de quarenta, uma vez resolvidas estas questões, se puderam principiar finalmente as reformas no mosteiro de Lorvão desenvolvidas no âmbito da DGEMN, que se organizaram em três momentos específicos ao longo do século XX.<sup>329</sup>

A DGEMN deu o seu primeiro contributo ao mosteiro laurbanense a partir de 1943 e ao longo de toda a década ao desenvolver tarefas inadiáveis de conservação e reparação de patologias graves, especificamente na estabilização estrutural do cunhal norte da cabeceira da igreja, em situação de rutura iminente por cedência das fundações<sup>330</sup>, que provocou danos ao nível das abóbadas do transepto, do zimbório e da cabeceira.

Esta operação foi coordenada pelo arquiteto Amoroso Lopes<sup>331</sup> e executadas pelo empreiteiro Manuel Cardoso. Todo este processo obrigou à remoção total das cantarias da igreja e de todas as suas peças, para que assim se pudessem construir fortes cintamentos de betão e amplos contrafortes no topo nascente da igreja.<sup>332</sup>

Numa segunda fase, que se estendeu até aos anos 60, as intervenções decorreram no sentido de reconstruir e consolidar os espaços monacais, tendo por base o intuito de repor a traça seiscentista ao monumento.

Nesse sentido foram recuperadas todas as dependências do antigo mosteiro, no que diz respeito às paredes, coberturas, pavimentos e vãos. Para tal, muitas das construções a nascente dos antigos locutórios e a sul do dormitório foram demolidos, tanto pelo seu

<sup>327</sup> TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. 1(2003) 709

<sup>328</sup> A produção de palitos em Lorvão tornou-se rapidamente uma das atividades mais lucrativas, apoiando a economia local. Nesta época foram construídos duas fábricas de produção de palitos na entrada nascente de Lorvão, que hoje estão já abandonadas.

CARVALHO, Joaquim- A Indústria dos palitos. *O Conimbricense*. Coimbra: [s.n.]. 4621(1891-12); COLAÇO, Magalhães- Palitos de Lorvão. *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: [s.n.]. 15/364(1913-02) 169-173

<sup>329</sup> CUNHA, João Pedro- *Metodologias de intervenção no património cisterciense em Portugal*. Lisboa Universidade técnica, 2003. Dissertação de mestrado em reabilitação da arquitetura. p.87-92

<sup>330</sup> A questão das fundações da igreja já teria sido abordada anteriormente pela Direção Geral das Obras Públicas e Minas na sequência da vistoria efetuada em 1916 e pela DGEMN em 1923, contudo o contexto de dificuldades orçamentais levaram ao adiamento da sua intervenção.

TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. 1/2(2003) 727

<sup>331</sup> Da secção de Coimbra da DGEMN.

<sup>332</sup> TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. 1(2003) 711-712



Figura 105. Conjunto monástico, antes das obras



Figura 106. Conjunto monástico, depois das obras



Figura 107. Alçado nascente do mosteiro, 1953

elevado estado de degradação, como por não se saber ao certo a sua função inicial, mas também pelo facto de assim se poder restaurar as fachadas e valorizar visualmente os elementos dos séculos XVI e XVII, como o miradouro e as janelas manuelinas.<sup>333</sup>

Concluídas estas obras a recuperação avançou com o objetivo de valorizar os conjuntos retabulares, pinturas e esculturas retiradas do interior da igreja com as obras. Infelizmente a necessidade de resultados rápidos e económicos levou conseqüentemente à desvalorização das peças, principalmente por não se ter tomado atenção à especificidade dos objetos.<sup>334</sup>

Estas obras de revitalização do antigo mosteiro cisterciense foram encaradas pela população laurbanense com apoio e satisfação, tal como pelo próprio Ministério das Obras Públicas, que após visita às obras de Lorvão em 1957 assume “de facto considerar-se assegurada pela melhor forma a recuperação desta excelente peça do património histórico-monumental da nação”<sup>335</sup>. Também os órgãos de comunicação, que durante muito tempo criticaram a intervenção da DGEMN “pela desordem arquitetónica” e “assasino artístico” nos monumentos nacionais, referiam agora que “há toda a conveniência no aproveitamento destes monumentos destinando-lhe uma função de utilidade”<sup>336</sup>.

Contudo, houve também vozes de discórdia perante a possível adaptação do mosteiro em Hospital Psiquiátrico, argumentando que “é triste sinal de miséria ver reduzidos a asilos para velhos, mosteiros que foram altíssimos expoentes da cultura nacional, núcleos de intensa vida espiritual, alicerces sobre que se construiu a grandeza Pátria”<sup>337</sup>.

---

<sup>333</sup> Mosteiro de Lorvão. In *Boletim da direção geral dos edifícios e monumentos nacionais*. Lisboa, 1960-03. p.34. Vol. 99

<sup>334</sup> TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. 1(2003) 712

<sup>335</sup> *Ibidem*, p.724

<sup>336</sup> *Diário Ilustrado*. Lisboa [s.n.]. (1957-01-15). *Apud.*:TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. 1(2003) 724

<sup>337</sup> *O Debate*. Lisboa [s.n.]. (1959-04-11). *Apud.*:TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. 1(2003) 724

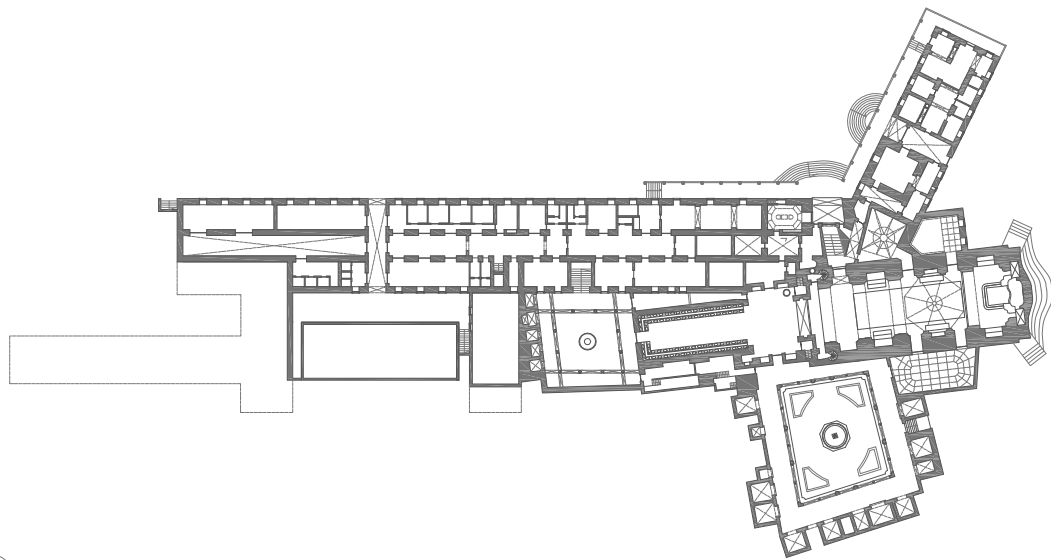


Figura 108. Planta piso térreo [1960-2010]

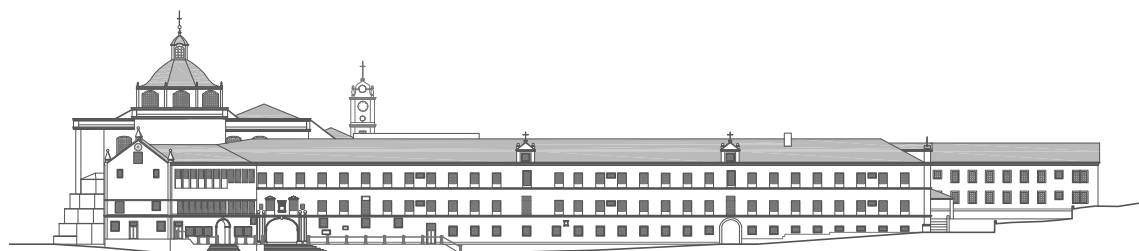
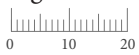
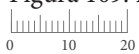


Figura 109. Alçado norte [1960-2010]



## PERÍODO DE 1960-2010

Durante os anos 60 procedeu-se, por fim, à última fase de intervenção com a adaptação do edifício do antigo dormitório em Hospital Psiquiátrico, cujo programa foi desenhado pelo engenheiro Bissaya Barreto.<sup>338</sup> Uma vez concluída a reestruturação do mosteiro este foi entregue ao Ministério da Saúde e Assistência, que se encarregou de todos os encargos pela sua manutenção.<sup>339</sup>

Em 1984 o hospital psiquiátrico teria um total de 330 camas e empregava mais de 170 pessoas, das quais mais de setenta por cento eram do lugar de Lorvão ou arredores, o que valorizou em muito a região, consolidando o sucesso da escolha por um hospital naquele lugar.<sup>340</sup>

De facto, os antigos mosteiros cistercienses proporcionavam espaços expectantes, plausíveis de serem adaptados a novas situações e a novos usos, desde que calculados e pensados para cada lugar particularmente.<sup>341</sup> As reabilitações do século XIX e XX, sejam executadas por particulares ou com apoio do Estado, tornaram possível inscrever nestes espaços atividades tão diversas como escolas ou instituições do Estado (S. Bento de Cástris, Arouca), hospitais (Lorvão, N. Sr<sup>a</sup> do Desterro, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Celas), o Ministério da Agricultura (Almoster) ou pousadas (St<sup>a</sup> Marinha da Costa, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> do Bouro).<sup>342</sup>

Ainda na segunda metade do século XX houve a preocupação em consolidar e reavivar a envolvente próxima do antigo mosteiro, com particular atenção aos terrenos dentro da cerca monástica, que durante anos foram devastados pelos proprietários particulares, que derrubaram árvores e deixaram crescer mato alto.

O terreno a sul do edifício, com mais de dois hectares, foi aproveitado para a construção de uma *Colónia Agrícola Psiquiátrica*, destinada a atividades terapêuticas complementares do hospital. O próprio projeto de Bissaya Barreto admitia a possibilidade de “ocupação de doentes em Ergoterapia agrícola, tanto mais que é dos meios campestinos a origem de grande parte dos afetados mentalmente”<sup>343</sup>. Assim, nesta zona foram construídas estufas, armazéns e outros edifícios de apoio, que mais tarde foram aproveitadas para o funcionamento do *Programa de integração socioprofissional de pessoas com deficiência*. De acordo com este projeto foram edificadas ateliês e oficinas

<sup>338</sup> ADGEMN- Mosteiro de Lorvão (processo de obras). Doc. 11-4-1961

<sup>339</sup> MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

<sup>340</sup> CEIA, Isabel, FERAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.66

<sup>341</sup> Sobre este assunto ver: MARTINS, Ana- *As arquiteturas de Cister em Portugal: A atualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Sevilha: Escola técnica Superior de Arquitetura, 2011. Tese de doutoramento

<sup>342</sup> MARTINS, Ana- *Espaço monástico: Da cidade de Deus à cidade do Homem*. Sevilha: Escola técnica Superior de Arquitetura, 2011.p. 85-107

<sup>343</sup> ADGEMN- Mosteiro de Lorvão (processo de obras). Doc. 11-4-1961



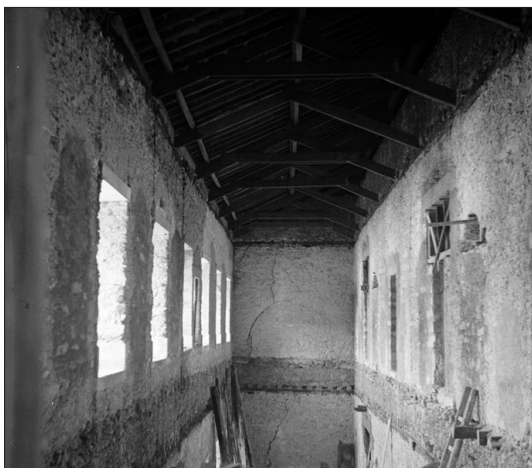


Figura 110. Interior do antigo dormitório, durante as obras



Figura 111. Interior do antigo dormitório, depois das obras de adaptação a hospital psiquiátrico



Figura 112. Terrenos a sul do antigo dormitório, durante as obras



Figura 113. Terrenos a sul do antigo dormitório, depois das obras



Figura 114. Edifícios do Programa de integração socioprofissional de pessoas com deficiência



Figura 115. Vista atual do vale de Lorvão

onde os doentes do hospital psiquiátrico poderiam aprender e exercer atividades variadas desde horticultura, jardinagem, metalúrgica, carpintaria, pedreiro ou pintor.

Estas construções só foram possíveis com a modelação do terreno e construção de muros de suporte. Na imediação próxima do dormitório, a sul, os terrenos foram afundados, de modo a tirar novamente partido do piso térreo do edifício.

Também a pequena capela de Santo António, a única que ainda resta do tempo das monjas, foi intervencionada de acordo com as diretrizes do programa da *Colónia Agrícola*, à margem de qualquer controlo por parte da DGEMN, o que certamente levou à depuração da imagem original da capela.<sup>344</sup>

Por sua vez, no espaço a norte, o terreiro monástico foi convertido em jardim público<sup>345</sup>, um espaço aberto à povoação. O que obrigou à demolição da fonte pública e da antiga casa do forno, tal como ao encanamento parcial da ribeira de Lorvão e à destruição parcial da cerca monástica<sup>346</sup>, sendo de enaltecer a preocupação em manter o portal seiscentista. Na minha opinião, esta intervenção paisagística no terreiro não valoriza o monumento, pelo contrário, a multiplicação de árvores e canteiro impossibilita a leitura arquitetónica do conjunto monástico, que por si só já está asfixiado com tantas casas de habitação, que não se implantaram ainda mais próximas da instituição porque a antiga cerca monástica não o permitiu.

Se o antigo mosteiro se adaptou bem à nova função e ao frenesim de um hospital o mesmo não se pode dizer do lugar de Lorvão. O seu desenho urbano com casas construídas umas sobre as outras e com ruas estreitas tornou-se um entrave nos tempos modernos, especificamente para o hospital, que para poder passar as ambulâncias se viu obrigado a demolir parte de algumas casas ao longo da rua Bissaya Barreto<sup>347</sup> e a colocar semáforos de sinalização. Mas, outras questões como o estacionamento continuaram a ser um impedimento para o bom funcionamento do hospital.<sup>348</sup>

Apenas recentemente foi proposto um novo traçado viário pelo Gabinete de Apoio Técnico de Coimbra, que engloba um estacionamento público, antes da zona antiga de Lorvão, e um desvio da via principal para norte, permitindo assim o acesso e a articulação rápida do hospital com lugares vizinhos ou mesmo com Coimbra.

Apesar da entrave no âmbito das acessibilidade o desfecho foi claramente positivo tanto a nível económico como social. De facto, “o monumento mesmo que desligado da sua função inicial, mantém a sua importância como fator urbano e contribui para a

<sup>344</sup> TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. *Revista da faculdade de letras ciências e tecnologias do património*, Porto. 1(2003) 722

<sup>345</sup> *Ibidem*

<sup>346</sup> As cercas da noviciaria e do vale de Fora foram demolidas com as obras de adaptação a Hospital Psiquiátrico.

<sup>347</sup> Rua principal que atravessa a zona antiga do lugar de Lorvão, próxima do monumento.

<sup>348</sup> CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.157





Figura 116. Aglomerado habitacional visto do mosteiro, atualmente



Figura 117. Vista poente do Bairro Novo



Figura 118. Doentes do hospital Psiquiátrico no jardim

dinâmica da forma do lugar.”<sup>349</sup> No final do século XX era inegável a energia que o hospital imprimiu na vida económica da região, perceptível no número crescente de habitantes no lugar de Lorvão e Lavatodos, sendo que em 1970 havia 1101 residentes.<sup>350</sup>

Também ao nível da construção este dinamismo era claro no número cada vez maior de habitações, que agora se implantavam mais dispersas e afastadas do centro histórico, principalmente ao longo da Rua Evaristo Lopes<sup>351</sup> ou em aglomerados urbanos como o Bairro Novo, projetado pela Câmara Municipal de Penacova, que muita polémica gerou pela sua implantação numa encosta.<sup>352</sup>

Embora inicialmente tenha sido muito criticada e aceite com apreensão a opção de colocar doentes mentais no vale de Lorvão, tanto por questões turística como sociais, certo é que os utentes rapidamente passaram a fazer parte desta família. Tornou-se hábito ver alguns deles, maioritariamente homens, a passear nas ruas de Lorvão ou sentados nos bancos de jardim, nos cafés ou mesmo em casa de particulares com quem partilhavam a mesa e comida.

Apesar dos laurbanenses não terem qualquer dúvida dos benefícios do hospital neste lugar, houve sempre vozes contra que argumentavam que esta tentativa “não conduz senão à destruição deliberada do monumento”<sup>353</sup> e que “em realidade os monumentos não podem receber novos usos com eles incompatíveis sem que se verifiquem, como no caso do mosteiro de Lorvão, atropelos arquitectónicos profundos e acrescentamentos altamente adulterantes e comprometedores, como são os acrescentos nova ala hospitalar e de um sem número de novos pavilhões em seu redor e junto das traseiras do altar-mor da igreja, deste antigamente venerável mosteiro. De facto, e neste caso, é evidente a incompatibilidade de novo uso proposto.”<sup>354</sup>

Seja-se a favor ou contra certo é que pouco mais de meio século depois da sua adaptação chegou o momento de optar definitivamente entre o monumento e o hospital naquele vale.

Coube ao final do século XX e ao início do século XXI fazer ressaltar o que de melhor tem este legado, preservando a sua memória como bem nacional, que merece ser preservado, visitado e lembrado. Por isso, em 1990 o mosteiro de Santa Maria de Lorvão passa a integrar a Rede Internacional de Mosteiros da Ordem de Cister.<sup>355</sup>

<sup>349</sup> PORTAS, Nuno- A cidade como arquitetura. Lisboa: Livro Horizonte, 1969. p.9

<sup>350</sup> Em 1940, quando se iniciou a intervenção da DGEMN, havia 828 residentes em Lorvão e Lavatodos. Hoje corresponde a 25.7% da população do concelho. CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.31

<sup>351</sup> Refere-se à continuação da Rua Bissaya Barreto para norte.

<sup>352</sup> CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.151-155

<sup>353</sup> *Ibidem*, p.138

<sup>354</sup> *Ibidem*

<sup>355</sup> MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20



Em 1992 por Decreto-lei 106F/92 a instituição laurbanense passa a ser abrangida pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)<sup>356</sup>, com o objetivo de dar continuidade às intervenções de recuperação e valorização dos monumentos, requalificar os espaços ao definir programas de utilização e reutilizar os espaços recuperados.<sup>357</sup>

No entanto, as intervenções tardaram e a degradação na instituição agravou-se. Indignado com a situação o historiador Nelson Borges<sup>358</sup> enviou um memorando ao Presidente da República, no final do ano de 1999, onde se pode ler que esta foi “uma intervenção muito aquém do necessário, fazendo com que, de ano para ano, se venham tornando mais prementes as necessidades de intervenção”<sup>359</sup>, acusando o próprio Estado de ter contribuído para esta degradação, “com a venda ou distribuição pelas diversas aldeias de componentes do seu património ou o aluguer de celas e lojas do grande edifício monástico”<sup>360</sup>.

As operações do IPPAR em Lorvão demoraram, mas acabaram por se desenvolver ao longo dos anos de 2000 a 2006 no âmbito do Programa Operacional de Intervenções no Património (POIP) e do Programa Operacional da Cultura (POC), no III Quadro Comunitário destinado a apoiar o Património Cisterciense.<sup>361</sup> O financiamento, no caso particular de Lorvão, de cerca de 240 mil contos destinou-se essencialmente à reforma da instalação elétrica (30 mil contos), restauro de peças artísticas (50 mil contos), limpeza e conservação de paredes (20 mil contos) e, ainda, consolidação da torre sineira, claustro do Silêncio, restauro do órgão da igreja e reestruturação do museu.<sup>362</sup>

---

Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

<sup>356</sup> O IPPAR funcionava sob tutela do Ministério da Cultura com o objetivo de salvaguardar e valorizar o património. Atualmente denominado por IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

<sup>357</sup> PATRIMÓNIO EM CONSTRUÇÃO: CONTEXTOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO, 1, Lisboa, 2011. MARTINS, Ana Maria- *Património arquitectónico cisterciense: um contínuo testemunho*. Lisboa: LNEC, 2011. p. 29

<sup>358</sup> Presidente da Associação Pró-defesa do Mosteiro de Lorvão.

<sup>359</sup> Mosteiro de Lorvão vai ser restaurado. *Diário de Coimbra*. Coimbra. (2000-02-26) 10

<sup>360</sup> *Ibidem*. Ver também: Recuperação avança no Mosteiro de Lorvão. *Diário das Beiras*. Coimbra. (2000-03-15) 63

<sup>361</sup> Sobre as intervenções que abrangem estes programas, devidamente planificadas ver: aa.vv. *Intervenções no património-1995/2000*. Lisboa: IPPAR, 1996; aa.vv. *Património, Balanço e Perspetivas-2000/2006*. Lisboa: IPPAR, 2001

<sup>362</sup> CALADO, Luís, PEREIRA, Paulo- O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos. *Estudos/ Património*. IPPAR. 2(2002); MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)



Figura 119. Órgão da igreja de Lorvão durante as obras de restauro, 2012

## PERÍODO DE 2010-2013

No ano de 2010 foi dado mais um passo de valorização e recuperação deste importante símbolo patrimonial do concelho de Penacova, com o investimento global de três milhões de euros de verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)<sup>363</sup>. Parte deste dinheiro foi utilizado na recuperação do órgão de tubos da igreja, construído em 1795 por António Cerveira<sup>364</sup>, que há mais de meio século não tocava e evidenciava forte degradação. Tal como o Diretor Regional da Cultura do Centro, António Pedro Pita, lembrou “desde que devidamente bem restaurado, pode constituir um pólo de atração importante para a realização de eventos culturais, nomeadamente concertos”<sup>365</sup>. Este restauro está a cargo da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) e dos empreiteiros Nova Conservação (restauro e conservação do património artístico-cultural, Lda) e de Dinarte Machado (Atelier português de organaria, Lda) que trabalharam em consórcio, com um orçamento total de 648.615,90 euros.<sup>366</sup> Os trabalhos ainda não estão concluídos, mas espera-se que ainda este ano se volte a ouvir o som deste órgão no mosteiro.

As restantes verbas tinham como finalidade construir estruturas adequadas onde pudesse funcionar o museu do mosteiro<sup>367</sup> e assim, finalmente, trazer de volta o espólio do monumento que no século XIX foi transferido para outros museus.<sup>368</sup>

O objetivo era assim concretizar o concurso promovido pelo IPPAR, em 2004, de, tal como aconselhado pelo historiador Nelson Borges, adaptar o claustro do silêncio a um espaço museológico. O próprio historiador hoje admite que se nesta altura soubesse que o hospital psiquiátrico iria abandonar o monumento, provavelmente, teria tirado partido da antiga zona do dormitório para aí construir o museu.<sup>369</sup> No entanto, era inevitável intervir no claustro pelos seus graves problemas de infiltrações nos telhados.

O concurso foi ganho pelo gabinete do arquiteto Mendes Ribeiro<sup>370</sup>, sendo que o próprio IPPAR admitiu que o projeto teria que ser revisto depois de se realizarem as sondagens e escavações no claustro do mosteiro. Contudo, em Julho de 2010<sup>371</sup> as

<sup>363</sup> Arranca a requalificação do mosteiro de Lorvão. *Diário de Coimbra*. Coimbra. (2010-06-23)

<sup>364</sup> BORGES, Nelson- *Monumentos de interesse histórico e turístico no conselho de Penacova*. Penacova, 1980. p.3

<sup>365</sup> Arranca a requalificação do mosteiro de Lorvão. *Diário de Coimbra*. Coimbra. (2010-06-23)

<sup>366</sup> Informação fornecida pela Junta de Freguesia de Lorvão.

<sup>367</sup> O museu do mosteiro até então continua a funcionar nas antigas salas do tesouro e capítulo.

<sup>368</sup> Penacova arranca a requalificação do mosteiro de Lorvão. *Notícias de arqueologia*. [Em linha]. (2010-07) [Consult. 10 Abril 2012]. Disponível na internet: <http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=comcontent&task=view&id=7783&Itemid=114>

<sup>369</sup> Conversa com o historiador Nelson Borges em Junho de 2013.

<sup>370</sup> Licenciado na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, atualmente o arquiteto Mendes Ribeiro é professor da disciplina de projeto III no Departamento de Arquitetura de Coimbra. Ao longo da sua carreira desenvolveu inúmeros projetos em estruturas seculares, como o restauro do claustro de D. Afonso V e a casa de chá nas ruínas do Paço das Infantas no Catelo de Montemor-o-velho.

<sup>371</sup> Arranca a requalificação do mosteiro de Lorvão. *Diário de Coimbra*. Coimbra. (2010-06-23)





Figura 120. Claustro do silêncio de Lorvão durante as escavações e obras de adaptação a museu, 2012



Figura 121. Claustro do silêncio, com as obras de adaptação a museu quase terminadas, 2013

escavações e as obras de adaptação avançaram quase em simultâneo, o que inevitavelmente condicionou o resultado final, que teve de ser várias vezes revisto sobre pressão de manter o tempo e os custos previstos.

Em conversa com o arquiteto Mendes Ribeiro este definiu que os objetivos desta intervenção foram por um lado resolver os problemas estruturais do claustro, tal como introduzir elementos modernos que o tornassem funcional sem esquecer a história do monumento.<sup>372</sup> Esta intervenção procurou assim refazer a estrutura do claustro, uma vez que quando a DGEMN, em 1940, interveio neste espaço fê-lo de um modo bastante evasivo ao introduzir elementos em betão, que conjugados com os que se mantiveram afetaram a estrutura geral. Assim, o projeto contempla reintroduzir os elementos estruturais em madeira, tal como funcionava no tempo das monjas. Era também inadiável encontrar uma solução para os telhados do claustro que durante séculos foram um problema pelas inúmeras infiltrações, principalmente a norte. Apesar de muito criticada a solução encontrada pelo arquiteto de usar chapas metálicas na cobertura, tal como é comum em claustros na Europa, parece ser a mais favorável a longo prazo.

As escavações e as obras no claustro deveriam estar concluídas em 2012, mas os sucessivos atrasos em todo o processo adiaram a inauguração por tempo indefinido. Tal como o arquiteto Mendes Ribeiro afirma, “o problema desta intervenção foi não haver uma metodologia, fez-se tudo ao mesmo tempo, o que inevitavelmente conduziu a que alguns pormenores fossem descurados”<sup>373</sup>.

Neste momento para que a obra possa estar concluída falta ainda desenvolver o projeto de Filipe de Alarcão, que define a organização espacial interior e o modo como as peças estarão dispostas. No entanto, a falta de verbas faz prever que este plano não se concretize. O arquiteto Mendes Ribeiro reafirma que “sem ele o nosso projeto continua em bruto e incapaz de funcionar”<sup>374</sup>.

Embora as vozes conservadoras que se fazem ouvir em relação a esta intervenção argumentem que “há uma clara preocupação em impor a marca do arquiteto em favor da imagem geral do monumento, demonstrando o seu claro desconhecimento da história desta instituição”<sup>375</sup>, na minha opinião, esta é uma intervenção que, apesar de todas as dificuldades ao longo do processo, resultou numa imagem simples e limpa dos alçados do claustro, sem se impor no conjunto monástico, ao mesmo tempo que resolveu os problemas estruturais que sempre afetaram este espaço.

---

<sup>372</sup> Entrevista com o arquiteto Mendes Ribeiro a 4 de Junho de 2013.

<sup>373</sup> *Ibidem*

<sup>374</sup> *Ibidem*

<sup>375</sup> Opinião do historiador Nelson Borges, em entrevista com este a 4 de Junho de 2013.



O ano de 2012 foi um período atribulado para a instituição, com as obras na igreja e no claustro e com a notícia do encerramento do Hospital Psiquiátrico. Apesar da tentativa admitida pelo presidente da Câmara de Penacova, Humberto Oliveira, de implementar naquele espaço uma Unidade de Cuidados Continuados<sup>376</sup>, certo é tal como admitiu o Secretário de Estado da Saúde, o hospital de Lorvão acabaria por fechar portas nesse mesmo ano e os seus 88 doentes transferidos para outras unidades de saúde.<sup>377</sup>

Depois de mais de cinco décadas a fazer de Lorvão a sua casa em Junho de 2012 começaram a ser deslocados os primeiros doentes, sendo que os 58 homens internados em Lorvão foram para a Fundação de Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo e as 30 mulheres para a Casa de Saúde Rainha Santa Isabel de Condeixa-a-Nova. De acordo com a administração do Centro Hospital da Universidade de Coimbra também os postos de trabalho de todos os empregados estão assegurados, sendo readmitidos em várias casas na zona centro.<sup>378</sup>

Contudo esta decisão não foi bem atendida por todos, principalmente pelos laurbanenses que saíram em defesa dos doentes, admitindo que “isto é uma família que aqui se criou, porque a integração dos utentes com a população é total. Esta decisão é o caos. Para estes seres humanos que aqui habitam saírem de Lorvão será uma morte”<sup>379</sup>.

O presidente da Câmara de Penacova, Humberto Oliveira, perante esta situação argumentava que “é, sem dúvida, um impacto negativo para a população e para as pessoas que habitam e trabalham em Lorvão. E a alternativa não é melhor ao que agora existe”<sup>380</sup> Realmente a unidade de Lorvão, de acordo com as pessoas que lá trabalhavam, tinha muito boas condições de higiene e conforto, mas adaptar um edifício que já existia a uma nova função traz sempre condicionantes a uma instituição deste tipo. E mais tarde ou mais cedo todos sabiam que este seria o final da unidade psiquiátrica.

Uma vez deslocados os utentes e funcionários do monumento o vale voltou à solidão de outros tempos, trazendo à memória o momento em que também os monges beneditinos tiveram que abandonar o vale contra a sua vontade. O que o futuro ainda reserva a este monumento que durante séculos teve tantas faces e acolheu tantas funções é algo que só o tempo nos dirá, mas não há dúvida que o monumento continua com vida.

---

<sup>376</sup> Lorvão mostra indignação pelo fecho do hospital. Diário de Coimbra. Coimbra. (2012-03-06) 15

<sup>377</sup> Pacientes do hospital de Lorvão começam a ser transferidos. Diário de Coimbra. Coimbra. (2012-06-29) 8(região)

<sup>378</sup> *Ibidem*

<sup>379</sup> Testemunho de António Marques, enfermeiro reformado. Lorvão mostra indignação pelo fecho do hospital. Diário de Coimbra. Coimbra. (2012-03-06) 15

<sup>380</sup> *Ibidem*



## 5. EVOLUÇÃO DE LORVÃO NA RELAÇÃO COM O MONUMENTO

*“Anichada em profundo vale por entre as vertentes ocidentais da serra do Buçaco e as mais distantes encostas da serra da Aveleira, situa-se Lorvão, povoação que no seu traçado antigo denota o acanhado lugar, onde o casario se comprime e expande pela encosta.”<sup>374</sup>*

---

<sup>374</sup> CÂMARA MUNICIPAL- *Plano diretor municipal de Penacova: estudo de caracterização, 1993-99*, p.46

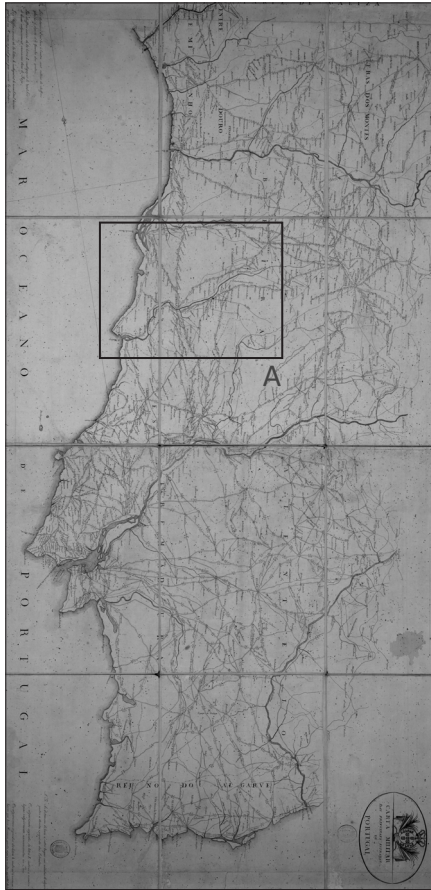


Figura 122. Carta militar das principais estradas de Portugal, 1808

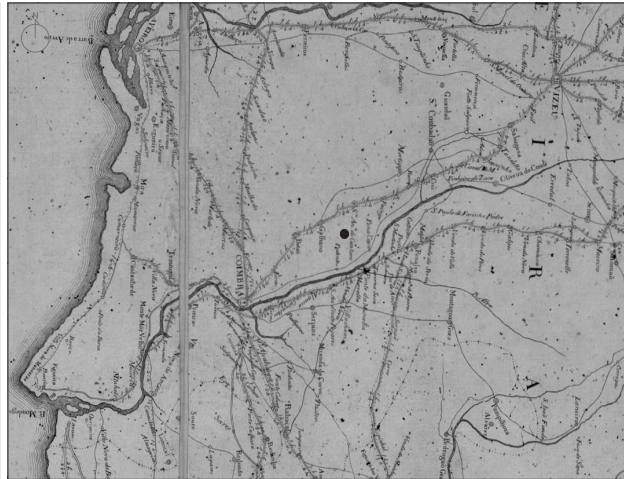


Figura 123. Principais estradas na zona de Coimbra. Mapa A  
● Lugar de Lorvão. Escala 1:470000



Depois de completar a análise e representação exaustiva e pormenorizada da evolução construtiva do mosteiro em períodos específicos da sua história, torna-se imprescindível avaliar de que modo o crescimento da instituição religiosa, tanto ao nível financeiro como construtivo, determinou a implantação e desenvolvimento do tecido construtivo no vale de Lorvão. Aferindo assim a influência mútua entre o lugar e o mosteiro, de maneira a explicar as relações de continuidade e ruptura que se foram estabelecendo ao longo dos tempos, desde a fundação do cenóbio até aos dias de hoje.

Para se compreender a evolução morfológica de Lorvão há que se ter em conta dois aspetos fundamentais que se relacionam mutuamente, a sociedade e o espaço físico. Com efeito, as ordens religiosas, sejam de beneditinos ou cistercienses, que durante séculos ocuparam o vale deram-lhe vida ao influenciarem os processos de crescimento e retração do tecido construído, e na definição e orientação do seu traçado.

Por outro lado, o espaço edificado deste vale está intimamente ligada com as suas características físicas, seja a topografia acidentada, a exposição solar ou a presença da ribeira, que foram ao mesmo tempo condicionantes na implantação do mosteiro e na sua fisionomia, como também fatores decisivos na escolha deste vale por parte dos monges beneditinos que aí construíram a sua casa. De facto, no século VI, quando os primeiros monges dirigidos pelo abade Lucêncio se fixaram no vale<sup>381</sup>, este era um espaço apelativo tanto por motivos geográficos (por se localizar próximo de uma importante via de ligação de Viseu a Coimbra, mas ao mesmo tempo por estar isolado e protegido no vale), como pela sua beleza natural com encostas íngremes rasgadas pelos cursos de água e vegetação rica<sup>382</sup>, mas sobretudo pela sua capacidade de fornecer todos os elementos imprescindíveis a uma comunidade que retira da natureza tudo o que precisa,<sup>383</sup> nomeadamente o facto de existir água em abundância, terrenos que permitem a produção agrícola e pastorícia, e uma boa exposição solar.

Apesar da história de Lorvão se ter iniciado muito antes do século VI, não me irei debruçar no período anterior à fundação do mosteiro, por não ter elementos concretos e explícitos que me permitam tirar conclusões das interferências que os povos exerceram no vale.

Nos primeiros séculos depois da implantação do mosteiro, independentemente de haver ou não uma *villa* em Lorvão aquando da chegada dos primeiros monges, certo é que estes tiveram um papel preponderante na definição da identidade deste lugar.

Caracterizados por serem uma comunidade singela e autossuficiente, capaz de subsistir do seu próprio trabalho, eram os monges que cultivavam e administravam as

<sup>381</sup> BORGES, Nelson- Lucêncio, bispo de Conimbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão. *Conimbriga*. Coimbra: Gráfica de Coimbra. 23(1984) 145-146

<sup>382</sup> Recordo que nesta época predominavam os castanheiros, azevinhos e medronheiros nas encostas do vale. BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.338-339. Vol.1

<sup>383</sup> BENTO, Santo- *Regra do glorioso patriarca S. Bento*, Lisboa: Congregação Sam Bento, 1586. p.6-19



suas terras.<sup>384</sup> Por isso, ainda que se possa admitir que nas encostas do vale houvesse algumas casas de servidores do mosteiro, que apoiavam os monges na agricultura ou pastorícia, neste período Lorvão seria um lugar caracteristicamente rural, silencioso e pouco habitado, com a Torre defensiva a impor-se no vale.

No século XIII, quando as monjas cistercienses se apropriaram do mosteiro dos beneditinos, muitas coisas tiveram de obrigatoriamente mudar. Além das alterações no próprio cenóbio a vida no vale transformou-se, desde logo por ser uma comunidade feminina, que condicionada pela clausura precisava necessariamente da ajuda de outros exteriores à instituição, tanto para administrar os seus bens, como para presidir missas e distribuir o sacramento aos fiéis, mas também para cultivarem e explorarem os terrenos do mosteiro.<sup>385</sup> Assim, o vale que até então era silencioso começou a ser visitado por cada vez mais pessoas que se deslocavam a Lorvão sejam advogados, padres ou familiares das religiosas que as vinham visitar, mas também pessoas que escolheram o vale para aí se fixarem e construírem a sua casa.

Cada vez mais rico e poderoso<sup>386</sup> o cenóbio tornou-se um polo de atração urbana e foi “neste pequeno mundo, que o laurbanense criou o seu «habitat» em função da ribeira, fonte de toda a vida local, e à sombra tutelar do mosteiro”<sup>387</sup>. Lorvão, durante o governo das monjas de Cister, estava subordinado ao cenóbio, eram elas que administravam o vale, os laurbanenses teriam que lhes pagar para poderem viver e explorar as suas terras, mas em contrapartida viviam protegidos jurídica e financeiramente, de acordo com a *Carta Foral* de 1298<sup>388</sup>. A instituição monástica condicionava assim o traçado e crescimento do burgo em Lorvão, o que conseqüentemente ditou uma tímida evolução do tecido construído em torno do cenóbio.

Apenas, no século XVII começam a surgir os primeiros indícios de que a população laurbanense, na envolvente do mosteiro, se tornava excessivamente numerosa oprimindo as monjas. Desde logo pela necessidade que estas sentiram de em 1623<sup>389</sup> erguer o muro da clausura em torno do mosteiro, criando assim um elemento de rutura entre o “mundo de Deus” e o “mundo dos Homens”. De um lado estava a riqueza da abadia cisterciense protegida pela cerca, do outro as casas extramuros na encosta norte, defronte ao mosteiro, zona com melhor exposição solar. A rutura entre estes dois mundos

---

<sup>384</sup> “Se a necessidade do lugar ou a pobreza exigirem que os monges se ocupem por si mesmos nas colheitas, não se entristeçam, pois então é que serão verdadeiros monges, se viverem do trabalho de suas mãos, como os nossos pais e apóstolos”. *Cfr.: Regra do glorioso Patriarca S. Bento*, Singeverga, 1951. p.59-61

<sup>385</sup> SANTOS, Maria- *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa nacional, 2001. Apêndice III e IV

<sup>386</sup> *Ibidem*, p.101

<sup>387</sup> CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.21.

<sup>388</sup> MARQUES, Maria- *Um mosteiro e um lugar: Lorvão nos finais do século XIII*. Lorvão, 1999. p.21

<sup>389</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão, nº177, fol. 27v.-30, Doc. 12. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.257. Vol.1



tornou-se inequívoca quando em 1677<sup>390</sup> as monjas mandaram construir uma nova igreja paroquial fora dos limites da cerca.

Separados pela ribeira, cerca e terreiro monástico criaram-se duas escalas urbanas. Por um lado, a escala do núcleo edificado, que surgiu da relação mosteiro/lugar e que tem como elo estruturante a rua principal. Por outro, a escala do monumento que pela sua complexidade é uma cidade dentro de outra cidade com elevado poder de atração, contendo dentro dos seus limites todos os usos essenciais a uma vida desafogada e luxuosa, ao mesmo tempo que transformava e adaptava o território às suas necessidades.

Os séculos XVII e XVIII foram um período favorável às monjas ao nível financeiro e construtivo, o que certamente potenciou o crescimento populacional na envolvente próxima do mosteiro. O primeiro elemento de que disponho refere que em 1864<sup>391</sup> havia no vale de Lorvão mais de uma centena de casas, e uma população de 2.453 residentes na freguesia de Lorvão.<sup>392</sup>

Com a extinção do mosteiro, em 1887<sup>393</sup>, dá-se início a uma nova fase na vida social e económica de Lorvão, com consequências imediatas na evolução física do aglomerado construído e no número de habitantes.

Um dos momentos charneira surge com a destruição, ainda que parcial, da cerca monástica<sup>394</sup>, originando uma nova configuração urbana em Lorvão ao diluírem-se os dois núcleos (o lugar e o mosteiro), desenhando-se assim o espaço de forma única e global. O terreiro monástico, que era antes um espaço vazio de distanciamento entre o burgo e o mosteiro, converteu-se num espaço de interface de encontro cívico e social. A “cidade de Deus” abriu definitivamente as suas portas à “cidade do Homem”, não havia mais nada a separa estes dois mundos, Lorvão e o seu monumento tornavam-se um só.

Além do terreiro também o antigo mosteiro foi apropriado por funções públicas como os correios, residências privadas e indústrias artesanais de palitos. Estas indústrias tornaram-se rapidamente uma das atividades mais lucrativas e o foco da economia desta região, com consequências inequívocas no crescimento demográfico. Em 1911 dá-se conta de um total de 1083 residentes só no lugar de Lorvão.<sup>395</sup>

De acordo com descrições que nos chegam da época, no século XIX, o povoado seria “pouco mais do que uma estreita rua de casas pequenas, de um andar, a que algumas

<sup>390</sup> ANTT- Mosteiro de Lorvão (Livro das preladadas), nº309, fol. 5v., Doc. 62. *Apud.*: BORGES, Nelson- *Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737*. Coimbra, 1992. p.194. Vol.1

<sup>391</sup> CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.27

<sup>392</sup> A freguesia de Lorvão é composta pelos lugares da Aveleira, Caneiro, Chelinho, Chelo, Lorvão, Paradela, Rebordosa, Roxo e São Mamede.

<sup>393</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Bertrand, 1899, p.131

<sup>394</sup> Não existe uma referência exata, mas como o monumento passou pouco tempo depois a ser ocupado por funções públicas, a cerca deve ter sido destruída, senão em 1887, poucos anos depois.

<sup>395</sup> CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.31





outras se sobrepunham”<sup>396</sup>, teriam as “telhas negras, gretadas, desaprumadas, com o aspeto miserável da maior parte das aldeias da beira”<sup>397</sup>.

Este aglomerado próximo do monumento é hoje denominado de zona histórica de Lorvão, que, infelizmente, não passa de um conjunto de casas degradadas, que se sobrepõem umas contra as outras ao longo da estreita estrada.

A partir dos anos 40 o desenvolvimento do lugar afasta-se cada vez mais do seu núcleo histórico, expansão esta acompanhada pela descentralização das principais funções que abandonam o monumento e passam a ocupar o burgo. Refiro-me principalmente às indústrias de palitos, maior fonte de rendimento da região, que passam a funcionar em armazéns a nascente de Lorvão. Apenas com a função religiosa o antigo mosteiro torna-se um organismo funcional quase morto, que subsiste como memória de um tempo passado.

Com o seu monumento em ruínas e sem ninguém a impor regras o desenho urbano tornou-se desordenado e descaracterizado, as novas construções afastavam-se cada vez mais da zona histórica, seja ao longo da rua principal ou na encosta dos montes, novos aglomerados foram criados como a zona do Lavatodos, que não seria mais que um “encarrilhamento pitoresco de casas feitas de schisto, com telhados musgosos de pouca inclinação”<sup>398</sup>.

Apesar de nas décadas que se seguiram ter havido um decréscimo populacional, foi a partir da segunda metade do século XX, com as intervenções da DGEMN e a adaptação do monumento a hospital psiquiátrico, que os laurbanenses se viram regenerados com uma nova economia a apoiar o seu crescimento.

No final do século XX era inegável a energia que o hospital imprimiu na vida económica da região, empregava cerca de 170 pessoas da freguesia e arredores, dos quais mais de 70% eram do lugar de Lorvão. Nesta altura o antigo mosteiro era encarado como mais do que um simples monumento, era claramente um edifício que depois de um século sem função continuava a ter um papel preponderante na morfologia do vale. De facto, tal com Nuno Portas afirma “o monumento mesmo que desligado da sua função inicial, mantém a sua importância como fator urbano e contribui para a dinâmica da forma do lugar”<sup>399</sup>. Do mesmo modo também o lugar vai continuar a influenciar o monumento.

Ao comparar a planta cartográfica de 1947 à de 1982, é facilmente perceptível que neste período houve um acréscimo de construções, principalmente ao longo da Rua

<sup>396</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Editora Caminho, 1899. p.5

<sup>397</sup> HERCULANO, Alexandre- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Bertrand. p.195-196. Vol.2, Tomo.1

<sup>398</sup> ASSUMPÇÃO, T. Lino- *As freiras de Lorvão*. Lisboa: Editora Caminho, 1899. p.4

<sup>399</sup> PORTAS, Nuno- *A cidade como arquitetura*. Lisboa: Livro Horizonte, 1969. p.9



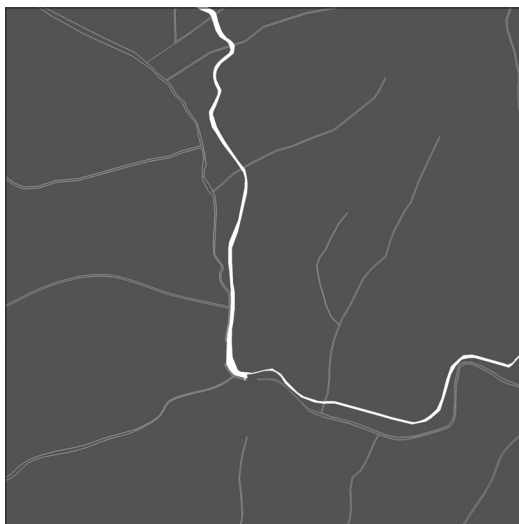


Figura 126. Até 1600



Figura 127. Séculos XVII e XVIII



Figura 128. Século XIX



Figura 129. Primeira metade do século XX



Figura 130. Depois de 1960

Evaristo Lopes<sup>400</sup> ou em aglomerados urbanos, como o Bairro Novo<sup>401</sup>. Também o volume populacional cresceu consideravelmente, enquanto em 1940 havia 828 residentes em Lorvão e Lavatodos, apenas trinta anos depois os registos dão conta de 1101 habitantes.<sup>402</sup> Em 2011 Lorvão corresponde a 25.3% da população de todo o concelho de Penacova, com um total de 3.928 residentes.<sup>403</sup>

Assistiu-se nesta época a um crescimento periférico que afasta, definitivamente, as novas construções do núcleo genético. Passou-se a construir por somatório sem espaços de referência e encontro social o que implica, conseqüentemente, a desqualificação do espaço edificado e que a rua seja pensada apenas em termos de acessibilidades. É de lamentar que esta expansão não tenha sido controlada ou regida por algum plano, que mais do que enumerar problemas encontre respostas, principalmente para o facto do antigo terreiro monástico se ter tornado num espaço de ninguém, destinado quase exclusivamente à ligação ao hospital ou estacionamento automóvel.

Se compararmos as plantas de períodos específicos de Lorvão, em que a preto se representam os espaços de carácter privado, sejam edifícios ou não, e a branco os espaços públicos, é facilmente perceptível a influência que o monumento exerceu no vale.

Até ao século XVII o burgo formado por apenas algumas casas tinha como eixo orientador a rua medieval, sendo o mosteiro o elemento tutelar do vale. Durante os séculos XVII e XVIII o mosteiro vive o período de maior esplendor, com significativas alterações na sua fisionomia, e mesmo separado fisicamente do povoado pela cerca e ribeira, continua claramente a influenciá-lo o que se refletiu na expansão do tecido construído. Só no século XIX, com a extinção do mosteiro é que as barreiras físicas se quebram, com os laurbanenses a apropriarem-se do terreiro e do próprio mosteiro, os dois mundos passam a ser um. O burgo poderia expandir-se livremente. Contudo até 1940 o crescimento populacional decresce, sendo poucas as novas construções. Apenas a partir de 1960, com a adaptação a hospital psiquiátrico, Lorvão renasce tal como o seu monumento com um acréscimo considerável de habitantes e novas construções, comprovando que, ainda que afastados do núcleo histórico, para os laurbanenses o monumento continua a ser o centro gerador de vida de Lorvão.

Esperemos que mesmo agora, depois extinto o hospital psiquiátrico, Lorvão continue a ser um pólo de atração no concelho de Penacova.

---

<sup>400</sup> Refere-se à continuação da Rua Bissaya Barreto para norte.

<sup>401</sup> Projetado pela Câmara Municipal de Penacova na segunda metade do século XX gerou muita polémica pela sua implantação na encosta e sobre uma linha de água. CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- *Plano Geral de Urbanização de Lorvão*. Lisboa [e.a.], 1984. p.151-155

<sup>402</sup> *Ibidem*, p.31

<sup>403</sup> Informação fornecida pelo Instituto Nacional de Estatísticas tendo por base os censos de 2011.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reproduzir o mosteiro e o lugar de Lorvão em diferentes momentos da sua história era sem dúvida um objetivo demasiado ambicioso, por serem poucos os elementos gráficos de que disponha. Contudo tornou-se possível graças aos estudos de historiadores e arqueólogos, que se dedicaram a tentar compreender qual a fisionomia do mosteiro, e aos vários documentos deixados pelas monjas, onde fazem uma descrição minuciosa de todas as obras que desenvolveram no seu cenóbio.

O resultado final desta investigação não é de maneira nenhuma cem por cento certo e incontestável, principalmente por ter trabalhado com suposições e especulações, e por continuarem a haver perguntas sem resposta. No entanto, procura ser um complemento a todos os estudos teóricos e mais um passo na divulgação da memória deste monumento.

Uma vez concluída a reconstituição do monumento e do lugar de Lorvão em diferentes períodos da sua história, apercebi-me que, contrariamente ao que se possa imaginar à primeira vista quando se visita o monumento, este foi em tempos algo completamente diferente, que as sucessivas reconstruções e adaptações fizeram desaparecer. Tornando-se o que é hoje graças às monjas que lutaram pela sua casa até ao último folgo, fazendo dela uma das mais ricas do reino, e aos laurbanenses que mesmo depois de verem o seu monumento desligado da sua função inicial continuaram a encará-lo como o centro gerador de vida de Lorvão.

Pela comparação entre as diferentes representações de Lorvão em diversos períodos é facilmente perceptível o quanto este monumento cresceu e se soube adaptar às necessidades dos seus ocupantes, e como isso se refletiu no lugar. Ainda que continuem a existir questões em aberto sobre a evolução morfológica de Lorvão e a fisionomia do mosteiro nas suas várias fases, e que este tema não se esgote nesta investigação, não há dúvida, de que em Lorvão a morfologia do tecido construído é o resultado de um processo contínuo de sedimentação de diferentes momentos marcantes na evolução do lugar, processo este em que o monumento teve um papel preponderante.

Com esta tese espero ter contribuído, com os resultados que atingi e sobretudo com as peças gráficas, para demonstrar um pouco melhor a história deste lugar e a importância deste monumento, ao lembrar que apesar dos tempos de glória terem acabado há muito, ainda assim a sua história não deve ser esquecida, porque continua a ser um espaço merecedor de visita demorada.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Monografias:**

ALBA, António [et. al.]- **Teoria e história de la restauracion**. Madrid: Editirial Munilla, 1997. 269 p. ISBN 84-89150-15-X

ASSUMPÇÃO, T. Lino- **As freiras de Lorvão**. Coimbra: França Amado, 1899. 287 p.

AZEVEDO, Rui de- Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã. In Separata do Arquivo Histórico de Portugal. Lisboa: [s.n.], 1933. 61 p.

BORGES, Nelson Correia- **As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no mosteiro de Lorvão**. Porto: Departamento Ciências e Tecnologias do Património, 2003. p.617-624

BORGES, Nelson Correia- **Monumentos de interesse histórico e turístico no conselho de Penacova**. Penacova: Câmara Municipal, 1980. p.1-5

BORGES, Nelson Correia- **O mosteiro de Lorvão**. Coimbra: EPARTUR, 1977, 64 p.

BORGES, Nelson Correia- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. 2vol. 470 p. Tese de doutoramento. ISBN 9723108852 (policopiado)

BRITO, Bernardo de- **Primeyra Parte da Chonica de Cister**. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1602. p.447-457. Livro sexto, Cap. XXIX

BRITO, Bernardo de- **Segvnda parte da Monarchia Lusitana**. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1690. p.263. Livro Sexto, Cap. V

CÂMARA MUNICIPAL- **Plano Diretor Municipal de Penacova: estudo de caraterização**. Penacova: Câmara Municipal, 1993-99. p.45-50

CASTRO, José- **Portugal em Roma**. Lisboa: União Gráfica, 1938. p.239. Vol.1

CEIA, Isabel, FERRAZ, António [et. al.]- **Plano Geral de Urbanização de Lorvão**. Lisboa [e.a.], 1984. 185 p.

CHOAY, Françoise- **A alegoria do Patromónio**. Lisboa: Edições 70, 2008. 306 p. ISBN 978-972-44-1274-0

COCHERIL, Maur- **Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal**. Paris: Fundação Caloust Gulbenkian, 1972.





COCHERIL, Maur- **Routier des abbayes cisterciennes du Portugal**. Paris: Fundação Caloust Gulbenkian, 1978. 487 p.

COELHO, Maria Helena- **Um testamento redigido em Coimbra no tempo da peste negra**. Lisboa: [s.n.], 1960. p.60. Vol.1

CUNHA, João Pedro- Metodologias de intervenção no património cisterciense em Portugal. Lisboa Universidade técnica, 2003. Dissertação de mestrado em reabilitação da arquitetura. p.87-92

CUSTÓDIO, Jorge- **Salvaguarda do Património/Antecedentes históricos**. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964). In Dar futuro ao passado. Lisboa: IPPAR, 1993. Depósito Legal nº63 086/93. p.33-71

DAVID, Pierre- **Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe ao VIIe siècle**. Lisboa: Portugalia, 1947. p.1-82

DIAS, Pedro- **A arquitetura de Botão e Lorvão entre 1490-1540**. In A arquitetura de Coimbra na transição do gótico para a renascença 1400-1540. Coimbra: EPARTUR, 1982. p.289-293

GOMES, Paulo Varela- **Arquitetura de mulheres, mundo de homens, intervenção da DGEMN em edifícios de mosteiros femininos extintos (1930-1950)**. In ALÇADA, Margarida (dir)- Caminhos do património. Lisboa: livro horizonte, 1999. ISBN 9729763828. p.83-98

GOMES, Saul António- **Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal: século XV e XVI**. Lisboa: IPPAR, 1998. ISBN 972-8087-55-1. p.348-359

GONÇALVES, Nogueira- **Inventário artístico de Portugal: Distrito de Aveiro, Zona do noroeste**. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991. p.40

GONÇALVES, Nogueira- **Inventário artístico de Portugal: Distrito de Coimbra**. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1943. p.194-200. Vol.4

GONÇALVES, Nogueira- **O restauro da igreja do Botão**. Coimbra: [s.n.], 1944. p.3-8

HAUSCHILD, Theodor- **Do Paleolítico à arte Visigótica**. In ALARCÃO, Jorge de (dir)- História da arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, 1987. p.149-169. Vol.1

HERCULANO, Alexandre- **Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem**. Porto: [s.n.], 1957. p.128-135 e 189. Vol.2

MACIEL, Justino- **A arte da antiguidade tardia (séc. III-VIII, ano 711)**. In PEREIRA, Paulo (dir)- História da Arte Portuguesa. Lisboa: Printe Portuguesa, 1995. ISBN 972-42-1143-6. p.103-176. Vol.1



MARQUES, Maria Fernandes- A introdução da ordem de Cister em Portugal. In La Introduction del Cister en Espanha y Portugal. Coimbra: FLUC, 1991. p.165-195

MARQUES, Maria Fernandes- **Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal**. Lisboa: Edições Colibri, 1998. 354 p. ISBN 972-772-019-6

MARQUES, Maria Fernandes- **Um mosteiro e um lugar: Lorvão nos finais do século XIII**. Lorvão: Associação pró-defesa do mosteiro de Lorvão, 1999. p.9-29

MARQUES, Maria Fernandes- Alguns aspetos das relações de Portugal com a Santa Sé no Pontificado de Inocêncio III. Coimbra: FLUC, 1974. Tese de licenciatura em História. p.385-387

MARTINS, Ana- **Espaço monástico: Da cidade de Deus à cidade do Homem**. Sevilha: Escola técnica Superior de Arquitetura, 2011. p.85-107

MATELA, Raquel- O papel dos conventos no crescimento urbano. Lisboa: Instituto Superior técnico, 2009. 83 p. Tese de mestrado em arquitetura

MATOSO, José- **A introdução da regra de S. Bento na Península Ibérica**. Braga: Livraria Cruz, 1976. p.6-19

Mosteiro de Lorvão. In Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 1960-03. 36 p. Vol.99

NETO, Maria- A Direção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitetónico em Portugal (1929-1960). In Caminhos do Património. Lisboa: DGEMN, 1999. ISBN 972-97638-2-8. p.23-43

NETO, Maria- **Memórias propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)**. Porto: Faculdade de Arquitetura UP, 2001. 362 p. ISBN 972-9483-45-0

PEREIRA, Fernando Jasmins- Cistercienses. In Dicionário de história da igreja em Portugal. Lisboa, 1981. p.625-642. Vol.2

PEREIRA, José- O barroco do século XVIII. In PEREIRA, Paulo (dir) - História da Arte Portuguesa. Barcelona: Printer, 1995. ISBN 972-42-1225-4. p.51-107. Vol.3

PIRES, Fernando Garcia- O mosteiro de Lorvão: Subsídios para a sua história. Coimbra: FLUC, 1971. 293p. Tese de licenciatura em história

PORTAS, Nuno- **A cidade como arquitetura**. Lisboa: Livro Horizonte, 1969. p.9



RODRIGUES, Jorge- A Direção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo. In ALÇADA, Margarida (dir)- Caminhos do património. Lisboa: livro horizonte, 1999. ISBN 9729763828. p.69-82

RODRIGUES, Jorge- A arquitetura românica. In PEREIRA, Paulo (dir)- História da Arte Portuguesa. Lisboa: Printe Portuguesa, 1995. ISBN 972-42-1143-6. p.183-262. Vol.1

RODRIGUES, Mara Raquel- Pascoal Parente e a pintura setecentista em Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras, 2011. Tese de mestrado em História da Arte, Património e Turismo. p.77-80

RODRIGUES, Maria João [et. al.]- **Vocabulário técnico e crítico da arquitetura**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1996. ISBN 972-589-051-5. p.190

BENTO, Santo- **Regra do glorioso patriarca S. Bento**, Lisboa: Congregação Sam Bento, 1586, 49 p.

Restauro de órgãos. In Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 1965-09. 19 p. Vol.121

SANTOS, Maria Leonor- **O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário**. Lisboa: Imprensa nacional, 2001. 195 p. ISBN 972-27-1103-2

SARAMAGO, José- **Viagem a Portugal**. Lisboa: Editora Caminho, 1994. ISBN 972-21-0047-5. p.100-101

SOROMENHO, Miguel, SILVA, Nuno- Salvaguarda do património/antecedentes históricos: Da Idade Média ao século XVII. In Dar futuro ao passado. Lisboa: IPPAR, 1993. Depósito Legal nº63 086/93. p.22-31

#### **Periódicos e revistas:**

ALARCÃO, Jorge de- A vila romana de S. Cucufate. Arqueologia. Porto: [s.n.]. 3(1981-06) 117-120

ALMEIDA, Carlos- Primeiras impressões sobre a arquitetura românica portuguesa. Revista da Faculdade de letras. Porto: [s.n.]. 2(1971) 65-116

Arranca a requalificação do mosteiro de Lorvão. Diário de Coimbra. Coimbra. (2010-06-23) 15

BAIÃO, António- As freiras de Lorvão e a peste de 1348. O Instituto. Coimbra: [s.n.]. 100(1942) 734-737



- BRANCO, Teresa- A saída dos monges negros do mosteiro de Lorvão. Cronologia e Documentos. Munda. Coimbra: [s.n.]. 14(1987) 3-15
- BORGES, Nelson Correia- A arquitetura monástica portuguesa na época moderna. Revista Museu. Coimbra: [s.n.]. IV/7(1998) 31-59
- BORGES, Nelson Correia- A inscrição Romana em Lorvão. Notícias de Penacova. Penacova: [s.n.]. 2126(1977-09-02) 2
- BORGES, Nelson Correia- A pedra visigótica do mosteiro de Lorvão. Mundo das artes. Coimbra: [s.n.]. 16(1983-03) 57-58
- BORGES, Nelson Correia- Crónicas breves: Um machado de pedra polida em Lorvão. Notícias de Penacova. Penacova: [s.n.]. 1989(1973-09-29) 2
- BORGES, Nelson Correia- Lucêncio, bispo de Conimbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão. Conimbriga. Coimbra: Gráfica de Coimbra. 23(1984) 145-158
- BORGES, Nelson Correia- O órgão do mosteiro de Lorvão. Separata do Arquivo Coimbrão. Coimbra. 35(2002) 285-309
- CALADO, Luís, PEREIRA, Paulo- O regresso dos monges: Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos. Estudos Património. IPPAR. 2(2002) 20. ISSN 1645-2453
- CARVALHO, Joaquim- A Indústria dos palitos. O Conimbricense. Coimbra: [s.n.]. 4621(1891-12-15)
- CARVALHO, Joaquim- Mosteiro de Lorvão. O Conimbricense. Coimbra: [s.n.]. 5231(1897-12-21)
- CASTRO, Augusto Mendes- Mosteiro de Lorvão e as invasões francesas. O Instituto. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 73(1926) 604-610
- COCHERIL, Dom Mau- Les infantes Teresa, Sancha et Mafalda et l'Ordre de Cîteaux au Portugal. Revista portuguesa de história. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. (1978) 33-49
- COCHERIL, Maur- L'implantation des abbayes cisterciennes dans la Peninsule Ibérique. Anuário de studios medievales. Barcelona: [s.n.]. 1(1964) 218-287
- COCHERIL, Maur- Recherches sur l'ordre de Cîteaux ao Portugal. Bulletin des études Portugaises. Paris: [s.n.]. 22(1960) 30-102
- COLAÇO, Magalhães- Palitos de Lorvão. Ilustração Portuguesa. Lisboa: [s.n.]. 15/364(1913-02-10) 169-173





FARIA, Américo- De rainha a monja, uma filha de D. Sancho I. O primeiro de Janeiro. Porto: [s.n.]. (1962-05-27)

FRAZER, Alfred- Modes of European Courtyard design before the medieval cloiser. Gesta. Nova Iorque: [s.n.]. 12(1973) 1-12

FERNANDES, Aires Gomes- O mosteiro de Lorvão: um breve olhar sobre o abadesado de D. Constança Soares (1290-1317). Separata de Itinerário. L/178-179(2004) 78-79

GONÇALVES, Nogueira- O tesouro de D. Catarina de Eça. Mundo da Arte. Coimbra: [s.n.]. 12(1982) 4

GUSMÃO, Artur- Os mosteiros de Cister na época moderna. Lusíada. Porto: [s.n.]. 10(1957) 13

HAUSCHILD, Theodor- A villa romana de Milreu, Estói (Algarve). Arqueologia. Porto: [s.n.]. 9(1984) 94-104

HELENO, Manuel- A villa Lusitana-romana de Torre de Palma (Monforte). O Archeologo Português. Lisboa: [s.n.]. 4(1962) 313-338

HERCULANO, Alexandre- As freiras de Lorvão (Carta a António de Serpa Pimentel, 1853). Opusculos. Lisboa: Bertrand. I/1(1873-1908) 193-206.

JORGE, Virgolino Ferreira- Mosteiros cistercienses femininos em Portugal: notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas. Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa: [s.n.]. II/4(2003) 3-12

Lorvão mostra indignação pelo fecho do hospital. Diário de Coimbra. Coimbra. (2012-03-06) 15

MARQUES, Maria Fernandes- Inocêncio II e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister. Revista Portuguesa de História. Coimbra: Instituto de história económica e social FLUC. 18(1980) 231-279

MARQUES, Maria Fernandes- O mosteiro de Lorvão: ainda a saída dos monges e a entrada das freiras. Revista de história da Sociedade e da Cultura. Coimbra: CHSC. 11(2011) 57-74. ISSN 16452259

Mosteiro de Lorvão. Resistência. Coimbra: [s.n.]. 348(1898-06-23)

Mosteiro de Lorvão vai ser restaurado. Diário de Coimbra. Coimbra. (2000-02-26) 10

Notícias diversas. O Conimbricense. Coimbra. 659(1860-05-19) 3



OLIVEIRA, Edmar Guimarães- O mosteiro de Lorvão e a ordem de Cister. Notícias de Penacova. Penacova: [s.n.]. 1191(1957-06) 3

Os distúrbios em Lorvão. O tribuno popular. Coimbra: B.L.C. Carvalhães. 4405(1898-07)

Pacientes do hospital de Lorvão começam a ser transferidos. Diário de Coimbra. Coimbra. (2012-06-29) 8

PIEL, Joseph M.- Sobre a origem do nome do mosteiro de Lorvão. Biblos. Coimbra: Faculdade de letras. 57(1982) 167-170

REAL, Manuel luís- A organização do espaço arquitetónico entre beneditinos e Agostinhos: no séc. XII. Arqueologia. Porto: [s.n.]. 6(1982) 118-132

Recuperação avança no Mosteiro de Lorvão. Diário das Beiras. Coimbra. (2000-03-15) 63

RÊPAS, Luís- As abadessas cistercienses na idade média: identificação, caracterização e estudo de trajetória individual e familiares. Lusitana Sacra. 17(2005) 63-91

ROBERT, Étienne, ALARCÃO, Jorge- Les villes romaines de S. Cucufate. Académie des Inscriptions & Belles-Lettres Comptes Rendues. Paris: Diffusion de Bocard. (1989) 232

ROBIN, Réne- L'abbaye Saint-Florentin de Bonneval. Bulletin de la Société Archéologique d'Euro-et-Loir. Chartres: [s.n.]. 92(1982) 18-22

SILVA, Manoel Joaquim- Graves acontecimentos em Lorvão. O Conimbricense. Coimbra: [s.n.]. 5230(1897-12-18)

TOMÉ, Miguel Jorge- A intervenção dos “monumentos nacionais” nos extintos monumentos de Arouca, Lorvão e S. Bento de Cástris. Revista da Faculdade de Letras Ciências e Tecnologias do Património, Porto: [s.n.]. 1(2003) 703-734

VASCONCELOS, J. Leite de- Inscrição Romana de Lorvão. O Archeologo Português. Lisboa: [s.n.]. 19(1914) 365-366

#### **Atas de congressos:**

ARTE E ARQUITETURA NAS ABADIAS CISTERCIENSES NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII, Lisboa, 1994. BORGES, Nelson Correia- O programa iconográfico do coro do mosteiro de Lorvão: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. ISBN 972-8087-78-0. p.253-290

AS BEIRAS E A PRESENÇA DE CISTER- ESPAÇOS, PATRIMÓNIO EDIFICADO E ESPIRITUALIDADE, São Cristóvão de Lanfães, 2005. BORGES, Nelson Correia- O claustro: força centrípeta



nos espaços da vida comunitária: atas. São Cristóvão de Lanfães, 2006. Depósito Legal nº 242734/06PT. p.65-72

A ORDEM DE CISTER: O TEMPO E O MODO, S. Pedro do Sul, 1998. OLIVEIRA, Miguel- Origens da Ordem de Cister em Portugal: atas. S. Pedro do Sul: Eden Gráfico S.A., 1998. p.25-37

CISTER EN PORTUGAL Y EN GALICIA, 2, Braga e Oseira, 2002. BORGES, Nelson Correia- Lorvão e Arouca: arte e glorificação de Cister: atas. Braga e Oseira: [s.n.], 2009. p.647-666

CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 2, Lisboa, 1998. BORGES, Nelson Correia- As capelas do claustro de Lorvão: percurso devocional e artístico: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. ISBN 972-8087-78-0. p.473-488

CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 2, Lisboa, 1998. SILVA, Cidália- A abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. ISBN 972-8087-78-0. p.553-572

CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 2, Lisboa, 1998. GARCIA, Wifredo- Iconografía de la Santidade cisterciense en el arte portugués: las beatas Teresa, Sancha y Mafalda: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. ISBN 972-8087-78-0. p.451-464

CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 1, Lisboa, 1988. SANTOS, Maria Leonor- A intervenção das monjas na gestão dos bens terrenos: Lorvão século XIV: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. ISBN 972-8087-78-0. p.115-120

CONFERÊNCIA DO GABINETE DE INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Alcobaça, 2001. MARQUES, Maria Fernandes- A ordem de Cister em Portugal na transição da Idade Média aos tempos modernos. Coimbra: FLUC, 2001. p.123-137

CONGRESSO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE, 2, Coimbra, 1990. CORREIA, José Horta- A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses: atas. Coimbra, 1991. p.269-290

COMEMORAÇÃO DO OITAVO CENTENÁRIO DA ENTRADA DAS MONJAS NO MOSTEIRO, 1, Paredes. MARQUES, Maria Fernandes- Rainhas e santas: as filhas de D. Sancho I e o mosteiro de Lorvão: atas. Paredes: Reviver Editora, 2007. 31 p. ISBN 978-989-8021-03-8

DIOCESE DO PORTO: TEMPOS E LUGARES DE MEMÓRIA, 1, Porto, 1998. BORGES, Nelson Correia- Lorvão e Arouca: relações artísticas de mosteiros irmãos: atas. Porto: Academia de belas artes, 2002. p.437-444

DOS MONGES DE SÃO MAMEDE ÀS MONJAS DE SANTA MARIA DE LORVÃO. Lisboa, 2010. Continuidades e ruturas na cultura do mosteiro laurbanense: atas. Lisboa: FCSH, UNL. 2010





ENCONTROS DE ALCOBAÇA E SIMPÓSIO DE LISBOA, 9, Braga, 1990. MARQUES, José- Os mosteiros cistercienses nos finais do século XVIII: atas. Braga: Câmara Municipal de Alcobça, 1991. ISBN 9729430128. p.351-380

OS BENEDITINOS NA EUROPA, 1, Santo tirso, 1995. MARQUES, Maria Fernandes- Vida e morte de um mosteiro beneditino: o caso do mosteiro de Lorvão: atas. Santo tirso: Câmara Municipal de Santo tirso, 1998. Depósito Legal nº 128837/98PT. p.45-76

PATRIMÓNIO EM CONSTRUÇÃO: CONTEXTOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO, 1, Lisboa, 2011. MARTINS, Ana Maria- Património arquitetónico cisterciense: um contínuo testemunho. Lisboa: LNEC, 2011. ISBN 9789724922317. p.25-32

SIMPÓSIO PATRIMÓNIO EM CONSTRUÇÃO. CONTEXTOS PARA A SUA PRESERVAÇÃO, Lisboa, 2011. SILVA, José Miguel- O arquitecto e o projecto contemporâneo na transformação dos lugares patrimoniais: actas. Lisboa: LNEC/IHA, 2011. ISBN: 978-972-49-2231-7. p.215-222

TAROUCA E CISTER: ESPAÇO, ESPÍRITO E PODER, 1, Tarouca, 2002. BORGES, Nelson Correia- A exaltação da ordem de Cister em Arouca e Lorvão, no século XVIII: atas. Tarouca: [s.n.], 2004. p.279-310

#### **Documentos eletrónicos:**

EÇA, Lourenço da Cunha de - Carta militar das principais estradas de Portugal. [Em linha]. Lisboa : [s.n.], 1808. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na www: <URL: <http://purl.pt/6302>

Inventário de extinção do convento de Santa Maria de Lorvão de Coimbra. In ANTT: Ministério das Finanças. [Em linha]. (1860-1935). [Consult. 20 Março 2013]. Disponível em www: <URL:<http://digitalq.dgarq.gov.pt/DetailForm.aspx?id=4224376.html>

SILVA, José Miguel- A evolução do tecido urbano na relação com o monumento. O caso da Abadia de Santa Maria de Alcobça. [Em linha]. [Consult. 8 Novembro 2012]. Disponível em www: <URL:<http://jms-arquitecto.blogspot.pt/2011/11/evolução-do-tecido-urbano-na-relação.html>

SILVA, José Miguel- Património, identidade e representação: A transformação do tecido monumental em Portugal no Século XX. [Em linha]. [Consult. 8 Novembro 2012]. Disponível em www: <URL:<http://jms-arquitecto.blogspot.pt/2011/11/património-identidade-representação.html>



MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em www :<URL [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)>

MOSTEIRO DE LORVÃO- Infopédia. [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$mosteiro-de-lorvao](http://www.infopedia.pt/$mosteiro-de-lorvao)>

Penacova arranca a requalificação do mosteiro de Lorvão. Notícias de arqueologia. [Em linha]. (2010-07) [Consult. 10 Abril 2012]. Disponível na internet: <http://www.diariocoimbra.pt/index.php?option=comcontent&task=view&id=7783&Itemid=114>

Processos de extinção das casas religiosas femininas em Portugal. In ANTT: Ministério das Finanças. [Em linha]. (1834-1961). [Consult. 20 Março 2013]. Disponível em www: <URL:<http://digitarq.dgarq.gov.pt/DetailForm.aspx?id=4224376>>

Regulamento do Plano Diretor Municipal de Penacova. [Em linha]. 210(1999) 6246-6247 [Consult. 26 Setembro 2012]. Disponível em www: <URL:<http://www.cm-penacova.pt>>

SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO- Carta Militar de Portugal. [Em linha]. 1º ed. Lisboa: S.C.E. , 1947. nº231. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na www: <URL: [http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231\\_1947.jpg](http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231_1947.jpg)>

SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO- Carta Militar de Portugal. [Em linha]. 2º ed. Lisboa: S.C.E. , 1982. nº231. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na www: <URL: [http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231\\_1982.jpg](http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231_1982.jpg) ISBN 972-764-244-6

### **Arquivo:**

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS [AHMF]- Conventos suprimidos e extintos: Convento de Santa Maria de Lorvão. IV/i/80 (30), caixa40

ARQUIVO DA DIREÇÃO-GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS [ADGEMN]- Mosteiro de Lorvão (processo de obras). Doc. 22-12-1959

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA [AUC]- Próprio Nacionais: Mosteiro de Lorvão.  
 . Tabelião João Veiga. nº71, 73, 77.  
 . Tabelião Manuel de Figueiredo. nº105-107.  
 . Tabelião João Castro. nº110.

ARQUIVO NACIONAL DE LISBOA [ANL]- Fundo Geral.  
 . Manuel de Figueiredo (1493-94). nº3, 29.  
 . Caixa 223, nº1, Fol. 189-191v.  
 . Caixa 223, nº2, Fol. 150-177.



## ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]- Mosteiro de Lorvão.

- . nº28, Doc.80.
- . Tabelião Bernardo Luís. nº164, fol.16v.-18, 29v.-30v., Doc.3-4.
- . Tabelião Manuel Ribeiro. nº176, fol.80v.-82, Doc.9.
- . Tabelião Manuel Ribeiro. nº177, fol.27v.-30, Doc.12.
- . Tabelião Manuel Ribeiro. nº186, fol.25-26, Doc.15.
- . Tabelião João Ribeiro. nº202, fol.84-85v., Doc.30.
- . Tabelião João Ribeiro. nº206, fol.100v.-103v.
- . Tabelião Lourenço Quaresma. nº213, fol.82v.-83v.
- . Tabelião Manuel Silva. nº220, fol.179v.-180v., Doc.31.
- . Livro das perladas. nº309, Doc.62.
- . Livro de Óbitos (1733-1854). nº319, fol.7v., 16v., 94, Doc.67.
- . Livro de Óbitos (1750-1752). nº374, fol. *Inum*.
- . Livro de Óbitos (1789-1792). nº396, fol.10v., 12-12v.,14-15.
- . Folhas do mosteiro (1706-1735). nº405, fol.85v., 87.
- . Livro da mordomia. nº417, fol.7, 132, 151, Doc.62.
- . Livro de obras (1727). nº430, fol.6v., 9v., 4v., 18.
- . Livro de obras (1758-1762). nº432, fol. *Inum*
- . Livro de obras (1792-1795). nº434, fol. *Inum*
- . Livro de obras (1762-1765). nº435, fol. *Inum*
- . Livro da feitoria (1673-1706). nº456, fol. 66v.
- . Folhas do mosteiro (1807-1831). nº553, fol. 14v., 34.
- . Coleção especial. maço 9, nº18.
- . Maço de papéis diversos. nº28-29.



## FONTES DAS IMAGENS

**Figura 1.** VASCONCELOS, J. Leite de- Inscrição Romana de Lorvão. O Archeologo Português. Lisboa: [s.n.]. 19(1914) 365

**Figura 2.** Reprodução da autora desta dissertação a partir de: *VILLA ROMANA DE S. CUCUFATE*- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em www: <URL [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1044](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1044)

**Figura 3.** Os romanos na Península Ibérica, villa romana de São Cucufate- Arqueo.org, Portal da arqueologia Ibérica. [Em linha]. [Consult. 2012-11-28]. Disponível em www: <URL <http://algarvivo.com/arqueo/romano/cucufate.html>

**Figura 4.** Reprodução da autora desta dissertação a partir de: *VILLA ROMANA DE MILREU*- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. PT050805020001. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em www:<URL [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2883](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2883)

**Figura 5.** Os romanos na Peninsula Ibérica, villa de Milreu- Arqueo.org, Portal da arqueologia Ibérica [Em linha]. [Consult. 2012-11-28]. Disponível em www: <URL- <http://algarvivo.com/arqueo/romano/milreu.html>

**Figura 6.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 7.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 8.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.64. Vol.2

**Figura 9.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.64. Vol.2

**Figura 10.** Desenho exposto no museu do mosteiro de Lorvão.

**Figura 11.** Reprodução da autora desta dissertação a partir de: PIRES, Fernando Garcia- O mosteiro de Lorvão: Subsídios para a sua história. Coimbra: FLUC, 1971. Tese de licenciatura em história. p.26

**Figura 12.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.68. Vol.2

**Figura 13.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.72. Vol.2





**Figura 14.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.75. Vol.2

**Figura 15.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.75. Vol.2

**Figura 16.** Reprodução da autora desta dissertação a partir de: IGREJA DE S. SALVADOR DE GANFEI- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em [www:<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5244](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5244)

**Figura 17.** Reprodução da autora desta dissertação a partir de: IGREJA DE S. SALVADOR DE TRAVANCA- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em [www:<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3954](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3954)

**Figura 18.** Reprodução da autora desta dissertação a partir de: IGREJA DE S. TIAGO- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em [www:<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1626](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1626)

**Figura 19.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.65. Vol.2

**Figura 20.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.66. Vol.2

**Figura 21.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.67. Vol.2

**Figura 22.** PIRES, Fernando Garcia- O mosteiro de Lorvão: Subsídios para a sua história. Coimbra: FLUC, 1971. Tese de licenciatura em história. p.42

**Figura 23.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 24.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 25.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.206. Vol.2

**Figura 26.** MARQUES, Maria- Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal. Lisboa: Edições Colibri, 1998. p.73



**Figura 27.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.68. Vol.2

**Figura 28.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade: das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.72. Vol.2

**Figura 29.** SANTOS, Maria Leonor- **O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV: gestão feminina de um património fundiário**. Lisboa: Imprensa nacional, 2001. p.34-35

**Figura 30.** Mosteiro de Lorvão. In Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 1960-03. Fig.38. Vol.99

**Figura 31.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.89. Vol.2

**Figura 32.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.88. Vol.2

**Figura 33.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 34.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 35.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 36.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 37.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 38.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 39.** Pintura exposta na igreja do mosteiro de Lorvão.

**Figura 40.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monu-mentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103524

**Figura 41.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 42.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 43.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 44.** GONÇALVES, Nogueira- **Inventário artístico de Portugal: Distrito de Aveiro, Zona do noroeste**. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1991. p.40

**Figura 45.** MOSTEIRO DE AROUCA- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em [www:<URL http://www.](http://www.)



[monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1039](http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1039). Fotografia 00071028

**Figura 46.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

**Figura 47.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103203

**Figura 48.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.195. Vol.2

**Figura 49.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 50.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 51.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 52.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 53.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103174

**Figura 54.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103194

**Figura 55.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 56.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 57.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103449

**Figura 58.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103446

**Figura 59.** CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, 2, Lisboa, 1998. BORGES, Nelson Correia-As capelas do claustro de Lorvão: percurso devocional e artístico: atas. Lisboa: Ministério da Cultura, 2000. p.475-476





**Figura 60.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 61.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.48. Vol.2

**Figura 62.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 63.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103414

**Figura 64.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103484

**Figura 65.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103474

**Figura 66.** Mosteiro de Lorvão. In Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 1960-03. Fig.14. Vol.99

**Figura 67.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 68.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 69.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. p.263. Vol.2

**Figura 70.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 71.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 72.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103345

**Figura 73.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 74.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 75.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 76.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. p.41. Vol.2



**Figura 77.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103377

**Figura 78.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 79.** MOSTEIRO DE AROUCA- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em [www:<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1039](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1039). Fotografia 00507767

**Figura 80.** MOSTEIRO DE AROUCA- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em [www:<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1039](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1039). Fotografia 00507768

**Figura 81.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103374

**Figura 82.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103296

**Figura 83.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103399

**Figura 84.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 85.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 86.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 87.** Pintura exposta na igreja do mosteiro de Lorvão.

**Figura 88.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 89.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 90.** Mosteiro de Lorvão. In Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 1960-03. Figura.76. Vol.99

**Figura 91.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 92.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. p.41. Vol.2



**Figura 93.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 94.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 95.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 96.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 97.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 98.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 99.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103178

**Figura 100.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103381

**Figura 101.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103357

**Figura 102.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103493

**Figura 103.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103371

**Figura 104.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103383

**Figura 105.** BORGES, Nelson- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Fig.20. Vol.2

**Figura 106.** Mosteiro de Lorvão. In Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 1960-03. Figura 13. Vol.99

**Figura 107.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103380



**Figura 108.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 109.** Reconstituição produzida pela autora desta dissertação.

**Figura 110.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103427

**Figura 111.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 112.** MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598). Fotografia 00103403

**Figura 113.** Mosteiro de Lorvão. In Boletim da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa, 1960-03. Fig.32. Vol.99

**Figura 114.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 115.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 116.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 117.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 118.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 119.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 120.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 121.** Fotografia da autora desta dissertação.

**Figura 122.** EÇA, Lourenço da Cunha de - Carta militar das principais estradas de Portugal. [Em linha]. Lisboa : [s.n.], 1808. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na [www: <URL: http://purl.pt/6302](http://purl.pt/6302)

**Figura 123.** EÇA, Lourenço da Cunha de - Carta militar das principais estradas de Portugal. [Em linha]. Lisboa : [s.n.], 1808. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na [www: <URL: http://purl.pt/6302](http://purl.pt/6302)

**Figura 124.** SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO- Carta Militar de Portugal. [Em linha]. 1º ed. Lisboa: S.C.E. , 1947. nº231. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na [www: <URL: http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231\\_1947.jpg](http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231_1947.jpg)





**Figura 125.** SERVIÇO CARTOGRÁFICO DO EXÉRCITO- Carta Militar de Portugal. [Em linha]. 2º ed. Lisboa: S.C.E. , 1982. nº231. [Consult. 27 Setembro 2012]. Disponível na www: <URL: [http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231\\_1982.jpg](http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/231_1982.jpg) ISBN 972-764-244-6

**Figura 126.** Representação elaborada pela autora desta investigação.

**Figura 127.** Representação elaborada pela autora desta investigação.

**Figura 128.** Representação elaborada pela autora desta investigação.

**Figura 129.** Representação elaborada pela autora desta investigação.

**Figura 130.** Representação elaborada pela autora desta investigação.



## **ANEXOS**

**I.** Livro dos abades e das abadessas do mosteiro de lorvão

**II.** Desenhos do mosteiro no século XX, elaborados pela DGEMN

II.I Planta de implantação do mosteiro, 1940

II.II Planta de implantação do mosteiro, 1960

II.III Plantas do mosteiro

II.IV Alçados e cortes do mosteiro

**III.** Reconstituição do monumento e do lugar de Lorvão



<b>NOME DAS ABADESSAS</b> [ABADESSA VITALÍCIAS]	<b>DATAS DOS ABADESSADOS</b> [REFERÊNCIAS EM DOCUMENTOS]
<b>Vierna</b>	1213-1229
<b>D. Goda</b>	(1229)-1230
<b>D. Sancha Gonçalves</b>	1231-1237
<b>D. Maria Afonso</b>	1237-1255
<b>D. Marinha Gomes</b>	1257-1271
<b>D. Urraca Rodrigues</b>	1276-(?)
<b>D. Maria Joanis</b>	1280-1288
<b>D. Constança Soares</b>	1290-1317
<b>D. Urraca Raimundo</b>	1318-1332
<b>D. Teresa Mendes</b>	1333-1343
<b>D. Guiomar Fernandes</b>	1344-1349
<b>D. Mécia Lopes</b>	1350-1388
<b>D. Grácia Mendes</b>	1395-(?)
<b>D. Mécia Vasques da Cunha</b>	1401-1448
<b>D. Maria da Cunha</b>	1452-(?)
<b>D. Leonor da Cunha</b>	1456
<b>D. Brites da Cunha</b>	1457-1468
<b>D. Catarina d'Eça</b>	1472-1521
<b>D. Margarida d'Eça</b>	1522-1537
<b>D. Filipa d'Eça</b>	1537
<b>D. Melícia de Melo [regedora]/ D. Ana Coutinho</b>	1538-1559
<b>D. Bernarda de Alencastre</b>	1560-1564
<b>D. Briolanja de Melo</b>	1566-1574
<b>D. Catarina de Albuquerque</b>	1574-1604
<b>NOME DAS ABADESSAS</b> [ABADESSA TRIENAIIS]	
<b>D. Leonor de Noronha</b>	1605-1608
<b>D. Margarida da Silva</b>	1608-1611
<b>D. Maria da Silva</b>	1611-1612
<b>D. Leonor de Noronha [2ºvez]</b>	1613-1616
<b>D. Maria de Mendonça</b>	1616-1618
<b>D. Inês de Castro</b>	1618-1621
<b>D. Margarida da Silveira</b>	1621-1624
<b>D. Inês de Noronha</b>	1624-1627
<b>D. Inês de Castro [2º vez]</b>	1627-1630
<b>D. Maria de Sousa</b>	1630-1633
<b>D. Inês de Noronha [2º vez]</b>	1633-1636
<b>D. Isabel Coelho</b>	1636-1639
<b>D. Inês de Castro [3º vez]</b>	1639-1642
<b>D. António de Sousa de Alvim</b>	1642-1644
<b>D. Paula de Castelo Branco</b>	1645-1646
<b>D. Filipa da Silva [presidente in capite]</b>	1646
<b>D. Inês de Noronha [presidente in capite]</b>	1647
<b>D. Francisca de Vilhena</b>	1647-1650
<b>D. Filipa da Silva</b>	1650-1653
<b>D. Madalena de Moura</b>	1653-1656



<b>D. Maria de Carvalho</b>	1656-1659
<b>D. Luísa de Brito</b>	1659-1661
<b>D. Filipa da Silva</b> [2ª vez]	1662-1665
<b>D. Maria de Carvalho</b> [2ª vez]	1665
<b>D. Madalena de Castro</b>	1665-1668
<b>D. Inês de Albuquerque</b>	1668-1671
<b>D. Filipa da Silva</b> [3ª vez]	1671-1674
<b>D. Antónia Coelho</b>	1674-1677
<b>D. Serafina da Câmara</b>	1677-1680
<b>D. Teófila de Alvim</b>	1680-1683
<b>D. Luísa de Castelo Branco</b>	1683-1685
<b>D. Antónia Coelho</b> [2ª vez]	1685-1688
<b>D. Teófila de Alvim</b> [2ª vez]	1688-1691
<b>D. Isabel da Silva e Melo</b>	1691-1694
<b>D. Joana Sarmiento</b>	1694-1697
<b>D. Teófila de Alvim</b> [2ª vez]	1697-1700
<b>D. Catarina de Melo</b>	1700-1703
<b>D. Mariana Freitas de Albuquerque</b>	1703-1706
<b>D. Bernarda Maria de Albuquerque</b>	1706-1709
<b>D. Ângela Pereira de Sampaio</b>	1709-1712
<b>D. Bernarda Teles</b>	1712-1715
<b>D. Mariana Borges de Castro</b>	1715-1718
<b>D. Cecília de Sá e Castro</b>	1718-1721
<b>D. Bernarda Teles</b> [2ª vez]	1721-1724
<b>D. Maria da Trindade</b>	1724-1727
<b>D. Filipa da Cunha e Meneses</b>	1727-1730
<b>D. Cecília de Sá e Castro</b> [2ª vez]	1730-1733
<b>D. Teresa Josefa</b>	1733-1736
<b>D. Teresa Josefa</b> [2ª vez]	1736-1739
<b>D. Paula Marcelina da Silva</b>	1739-1742
<b>D. Teresa Luísa de Carvalho</b>	1742-1745
<b>D. Teresa Luísa de Carvalho</b> [2ª vez]	1745-1748
<b>D. Eugénia Jacinta</b> [presidente in capite]	1748-1749
<b>D. Eugénia Jacinta</b>	1749-1751
<b>D. Ana Maria de Lemos</b>	1751-1754
<b>D. Helena Maria de Quadros</b>	1755-1758
<b>D. Leonor de Mendonça</b>	1758-1760
<b>D. Mariana de Vasconcelos Coutinho</b>	1760-1763
<b>D. Maria Xavier Maldonado</b>	1763-1766
<b>D. Francisca Angélica de Moura</b>	1766-1769
<b>D. Josefa Meneses</b>	1769-1770
<b>D. Josefa Meneses</b>	1770-1773
<b>D. Josefa Meneses</b> [presidente in capite]	1773-1774
<b>D. Josefa Meneses</b> [2ª vez]	1774-1777
<b>D. Maria Inácia Brandão</b>	1777-1780
<b>D. Maria de Mendonça</b>	1780-1783
<b>D. Maria de Mendonça</b> [presidente in capite]	1783
<b>D. Madalena Caldeira</b>	1783-1786
<b>D. Madalena Caldeira</b> [presidente in capite]	1786
<b>D. Maria Eufrásia Coutinho</b>	1786-1789



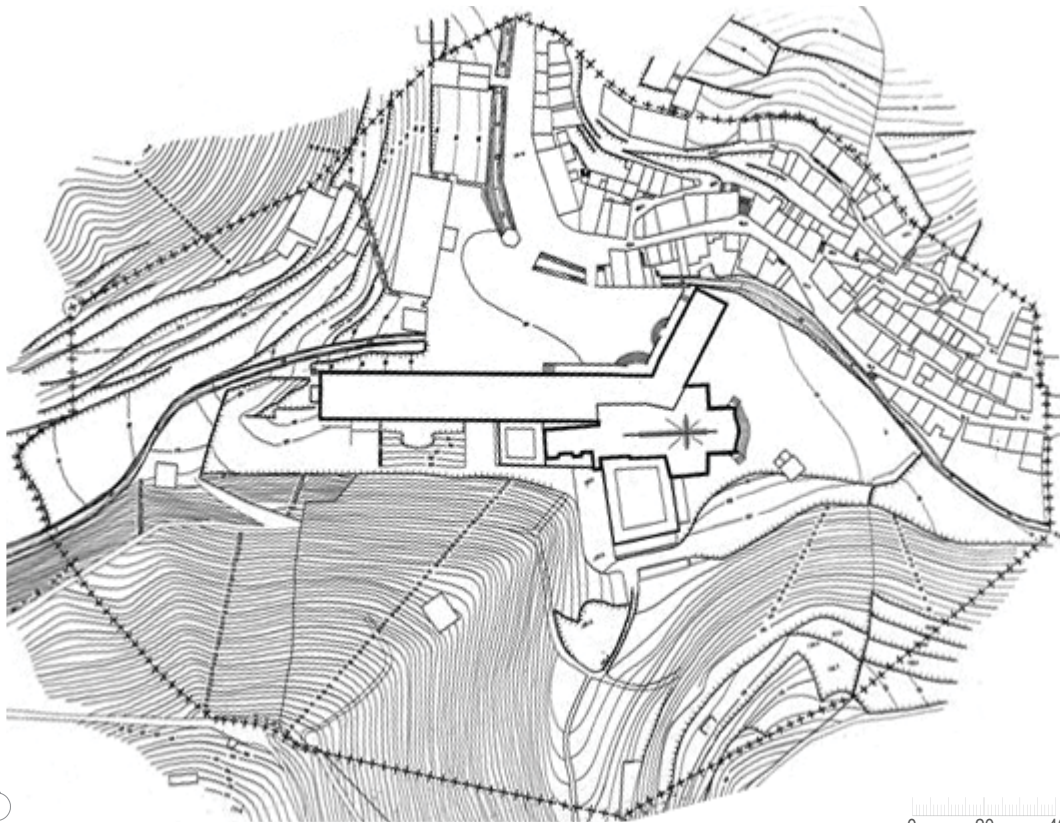


<b>D. Maria Coutinho</b> [presidente in capite]	1789
<b>D. Bárbara Vasconcelos</b>	1789-1790
<b>D. Madalena Quadros</b>	1790-1793
<b>D. Madalena Quadros</b> [presidente in capite]	1793
<b>D. Maria de Albuquerque</b>	1793-1796
<b>D. Maria de Albuquerque</b> [presidente in capite]	1796
<b>D. Maria Corte Real</b>	1796-1799
<b>D. Ana Coutinho</b>	1799-1802
<b>D. Maria Albuquerque</b> [2º vez]	1802-1805
<b>D. Maria Meneses e Ataíde</b>	1805-1808
<b>D. Ana Coutinho</b> [2º vez]	1808-1811
<b>D. Maria Albuquerque</b> [3º vez]	1811-1814
<b>D. Teresa Meneses</b>	1814-1817
<b>D. Maria Lacerda Coutinho</b>	1817-1820
<b>D. Ana Bárbara Faria</b>	1820-1823
<b>D. Ana Bárbara Faria</b> [2º vez]	1823-1826
<b>D. Maria Bourbon</b> [presidente in capite]	1826
<b>D. Maria da Penha Gusmão</b>	1826-1829
<b>D. Teresa Proença</b>	1829-1832
<b>D. Teresa Proença</b> [presidente in capite]	1832-1833
<b>D. Joaquina Bourbon</b>	1833-1834
<b>D. Auta José de Abreu</b>	1834-1837
<b>D. Auta José de Abreu</b> [2º vez]	1837-1839
<b>D. Custódia Almeida</b>	1839-1842
<b>D. Custódia Almeida</b> [presidente in capite]	1842
<b>D. Custódia Almeida</b> [2º vez]	1842-1845
<b>D. Custódia Almeida</b> [presidente in capite]	1845
<b>D. Custódia Almeida</b> [3º vez]	1845-1847
<b>D. Teresa Proença</b> [2º vez]	1847-1848
<b>D. Maria Bourbon</b>	1848-1851
<b>D. Maria Bourbon</b> [2º vez]	1851-1854
<b>D. Maria Bourbon</b> [3º vez]	1854-1855
<b>D. Maria Freire Pessoa</b>	1855-1858
<b>D. Maria Freire Pessoa</b> [presidente in capite]	1858
<b>D. Luísa Castilho</b>	1858-1861
<b>D. Maria Freire Pessoa</b> [2º vez]	1861-1864
<b>D. Luísa Castilho</b>	1864-1887

Em casos em que não se conhecem os limites cronológicos exatos dos abades ou das abadessas as datas indicadas são correspondem a referências documentais.

FONTE: BORGES, Nelson Correia- Arte monástica em Lorvão: Sombras e realidade das origens a 1737. Coimbra: Secção de textos FLUC, 1992. Tese de doutoramento. p.647. Vol.1

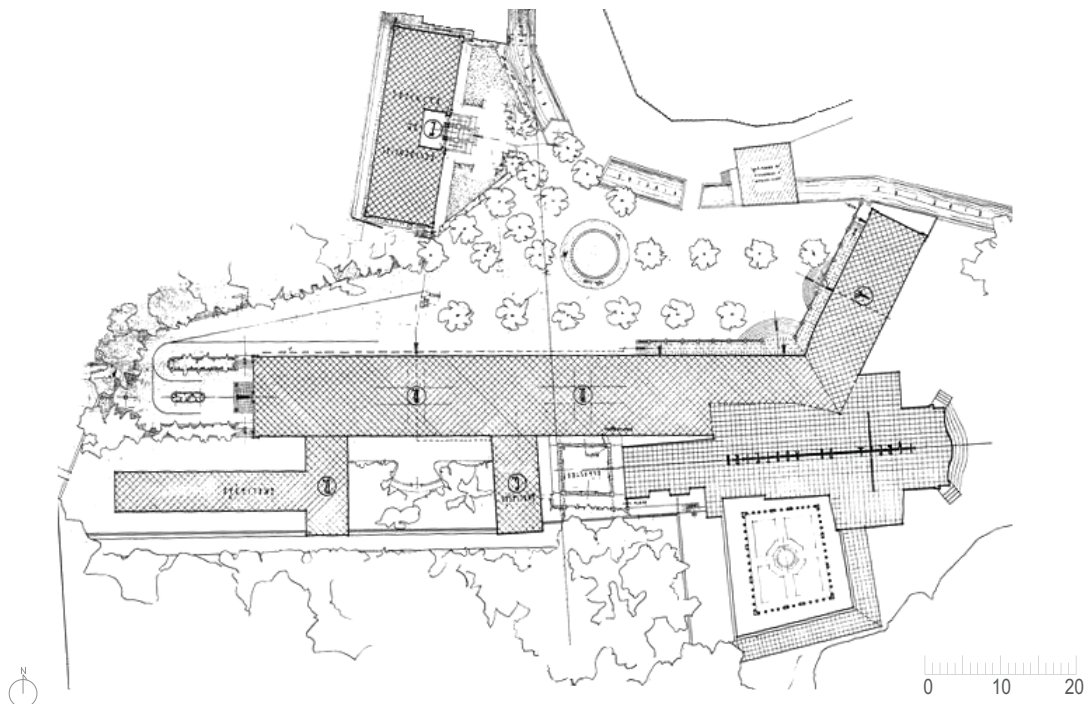
LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR



**Anexo II.I. Planta de implantação do mosteiro de Lorvão, 1940**

+ Zona de proteção do monumento

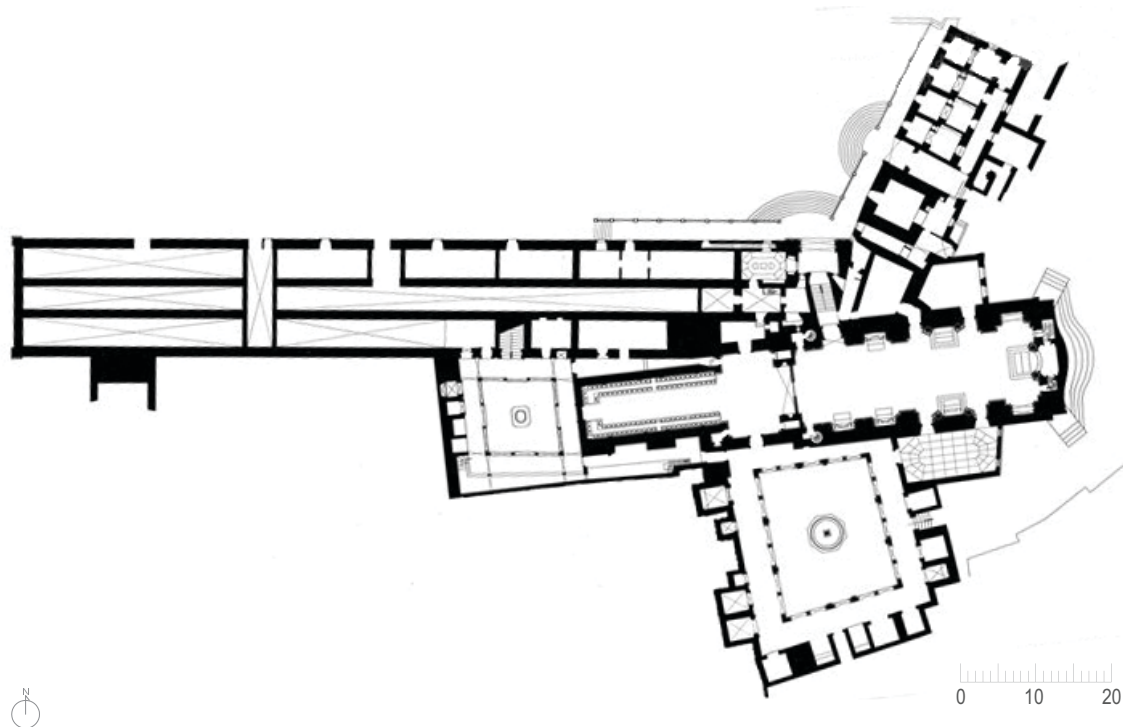
FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)



**Anexo II.II. Planta de implantação do mosteiro de Lorvão, depois da adaptação a Hospital Psiquiátrico em 1960.**

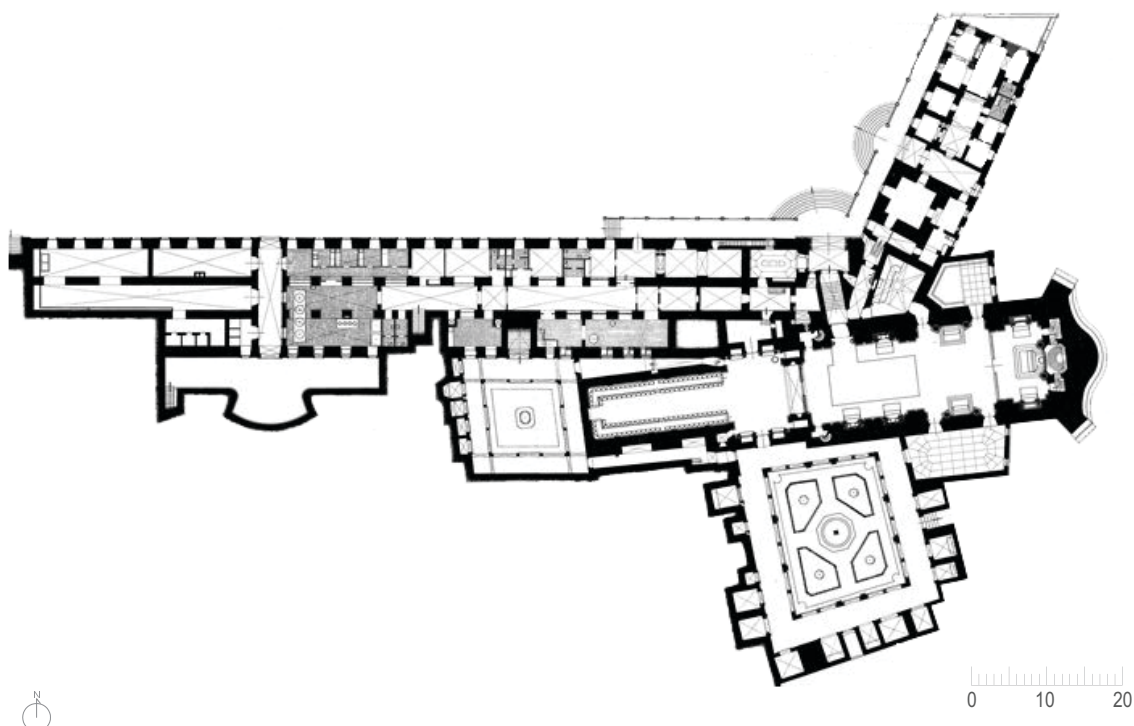
FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)





**Anexo II.III Planta do piso térreo do mosteiro antes de ser adaptado a hospital psiquiátrico**

FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

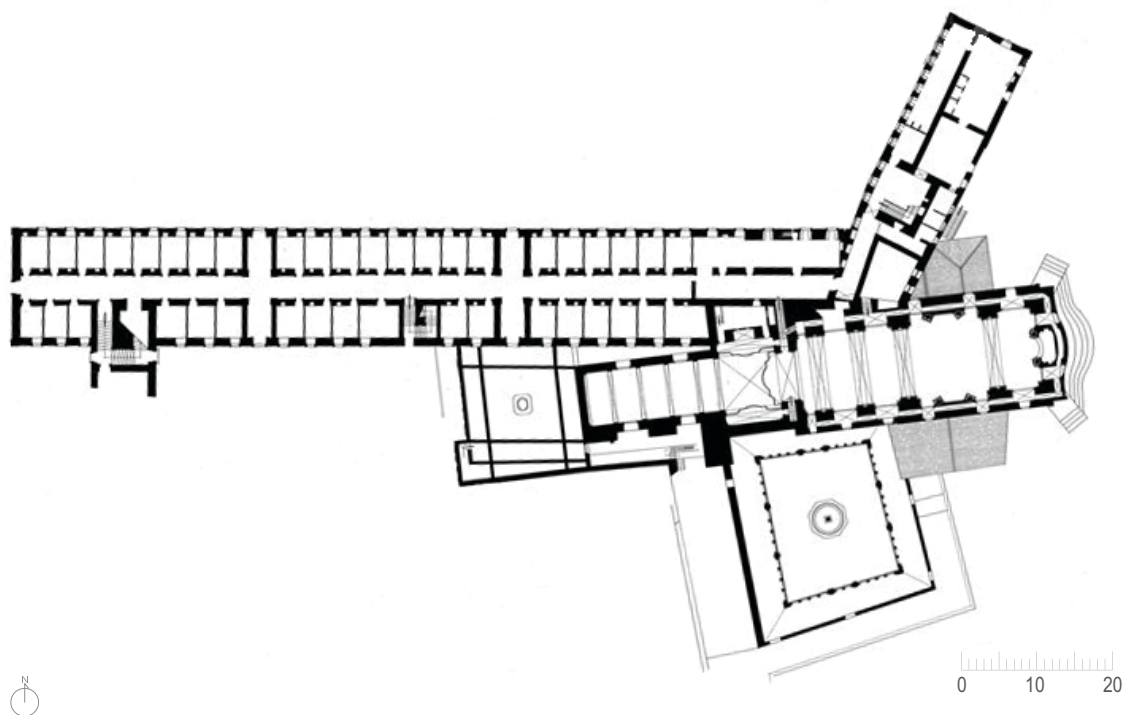


**Anexo II.III Planta do piso térreo do mosteiro depois de ser adaptado a hospital psiquiátrico**

FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

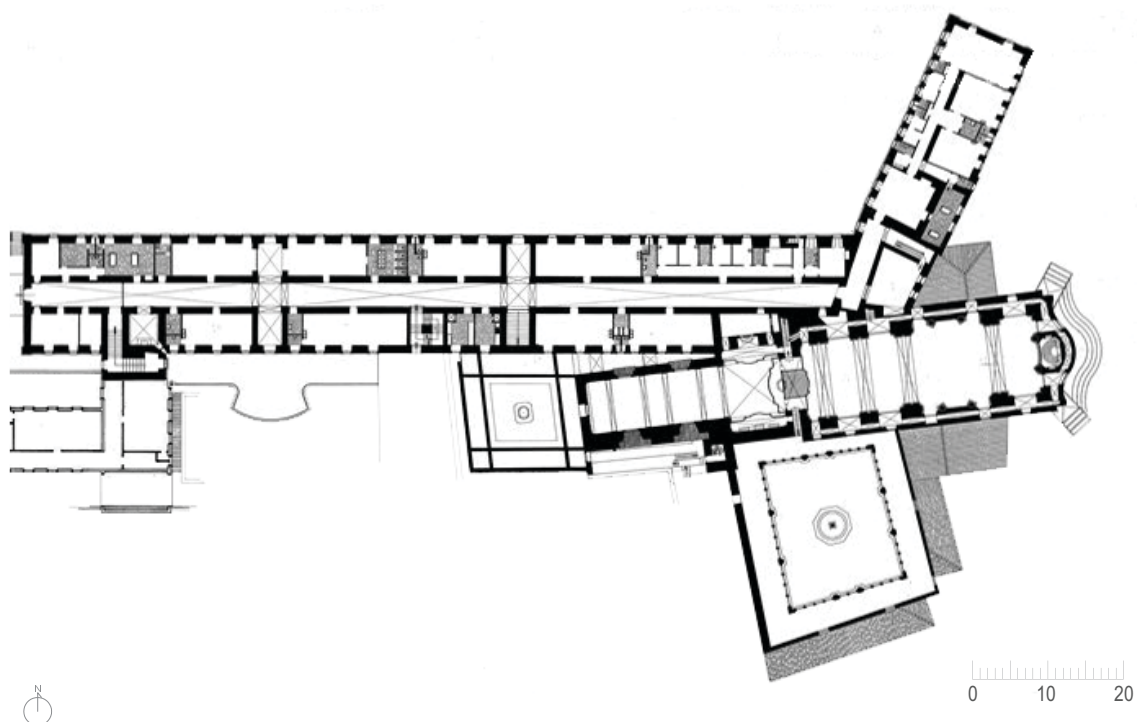






**Anexo II.III Planta do primeiro piso do mosteiro antes de ser adaptado a hospital psiquiátrico**

FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

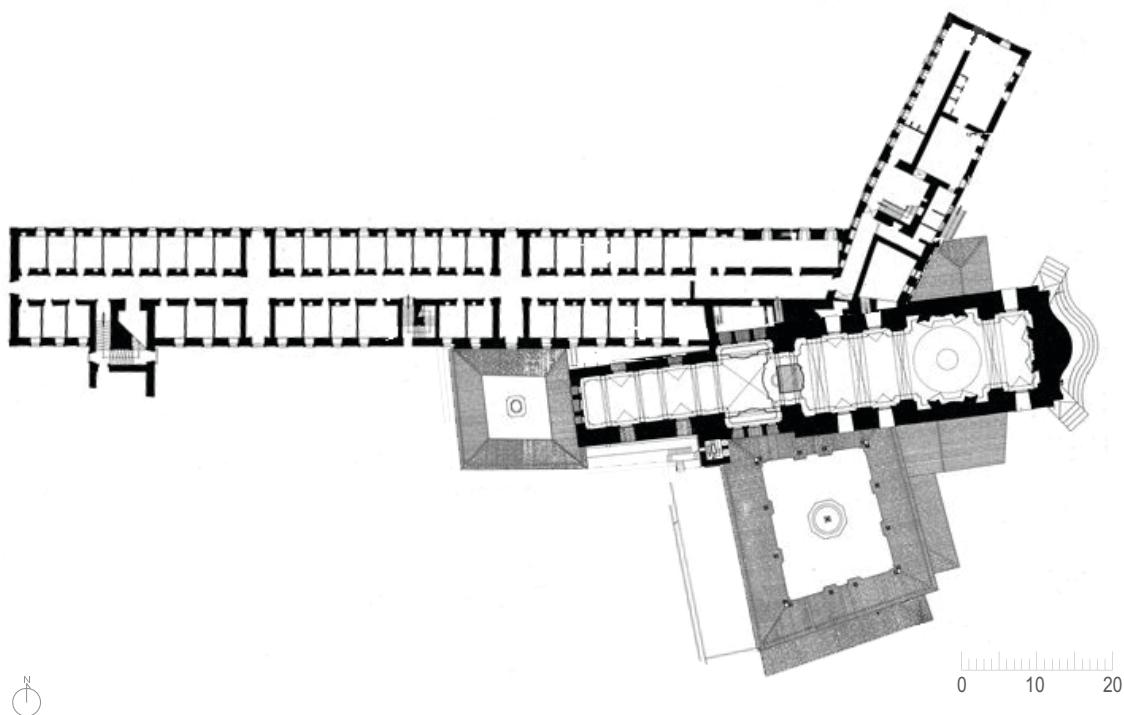


**Anexo II.III Planta do primeiro piso do mosteiro depois de ser adaptado a hospital psiquiátrico**

FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

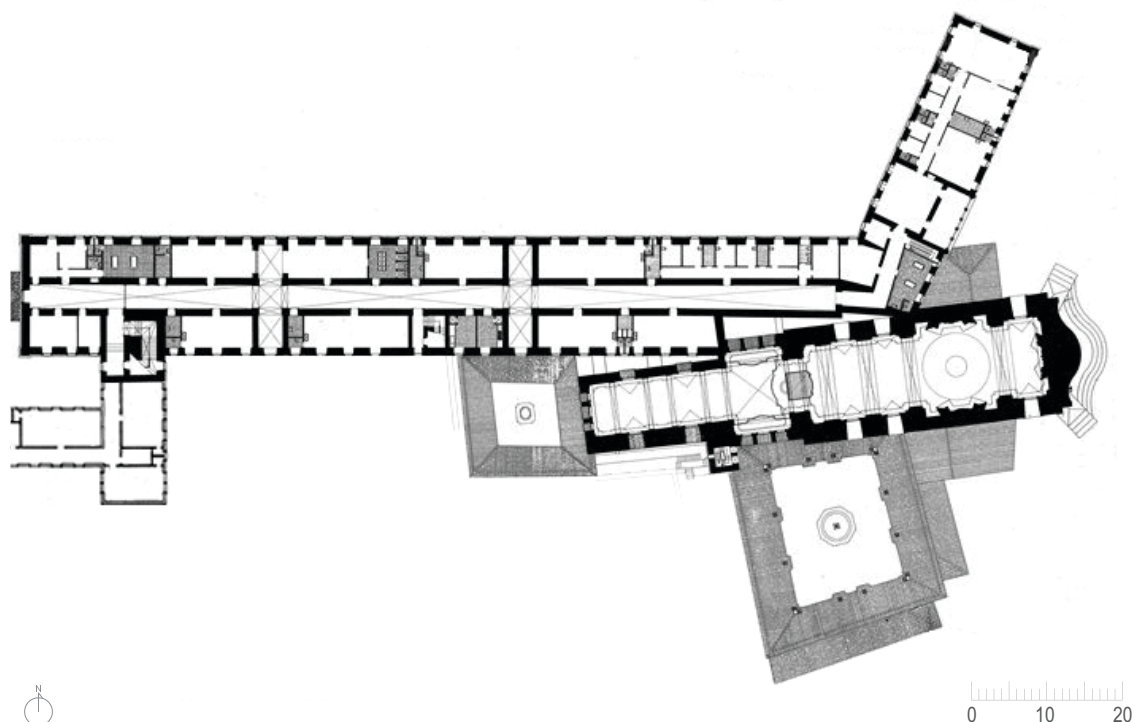






**Anexo II.III Planta do segundo piso do mosteiro antes de ser adaptado a hospital psiquiátrico**

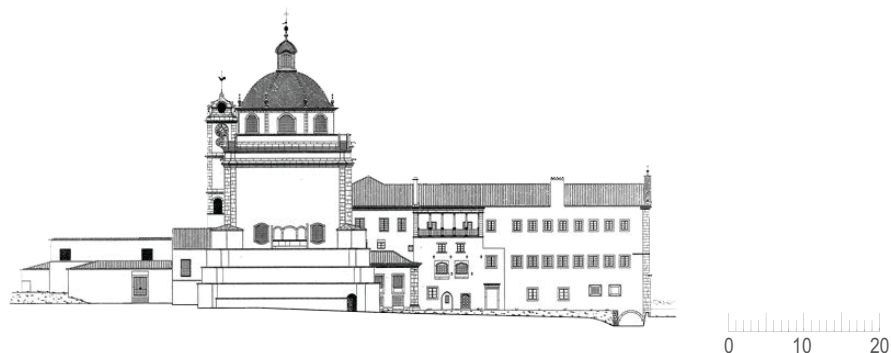
FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)



**Anexo II.III Planta do segundo piso do mosteiro depois de ser adaptado a hospital psiquiátrico**

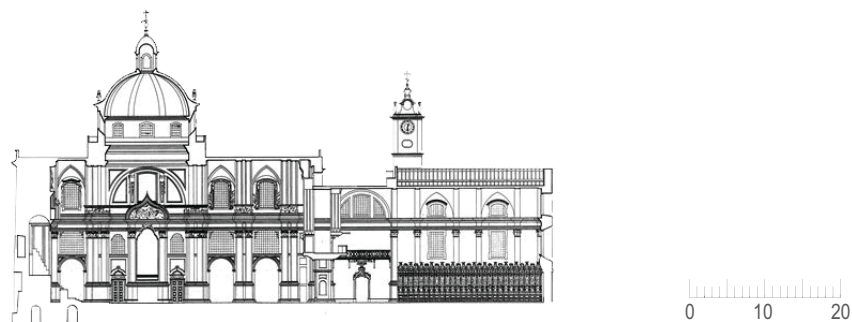
FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)





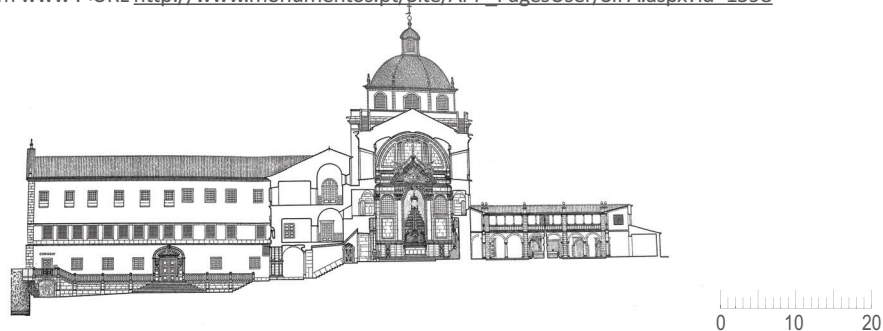
**Anexo II.IV Alçado nascente do mosteiro, 1960**

FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)



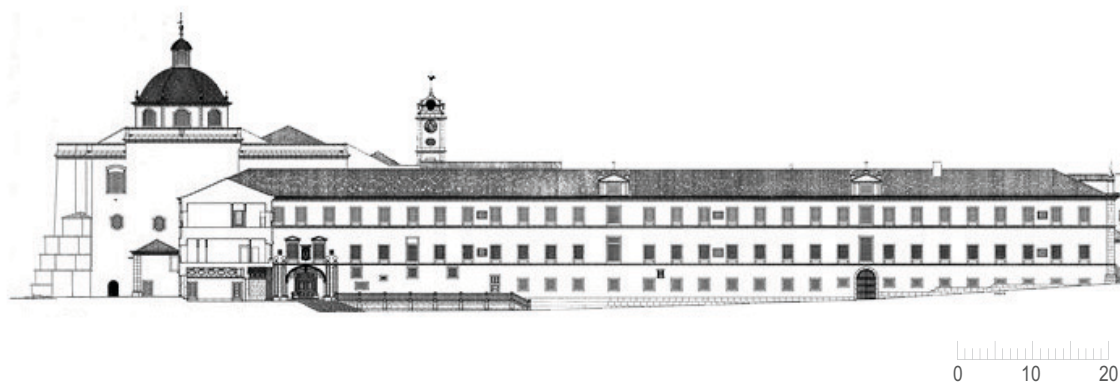
**Anexo II.IV Corte longitudinal pela igreja do mosteiro, 1960**

FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)



**Anexo II.IV Corte transversal pela igreja e claustro, 1960**

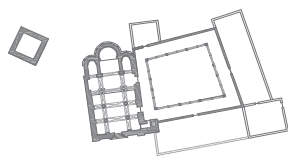
FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)



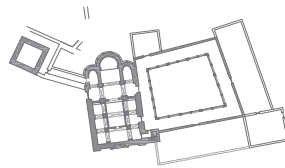
**Anexo II.IV Corte longitudinal pela zona dos locutórios e alçado norte, 1960**

FONTE: MOSTEIRO DE LORVÃO- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). [Em linha]. [Consult. 20 Março 2012]. Disponível em [www :<URL http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1598)

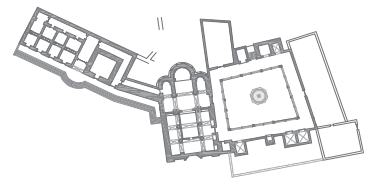




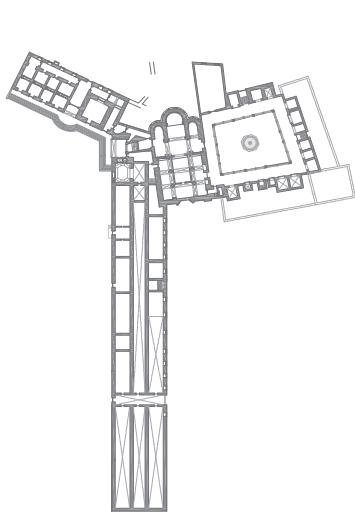
547-1200



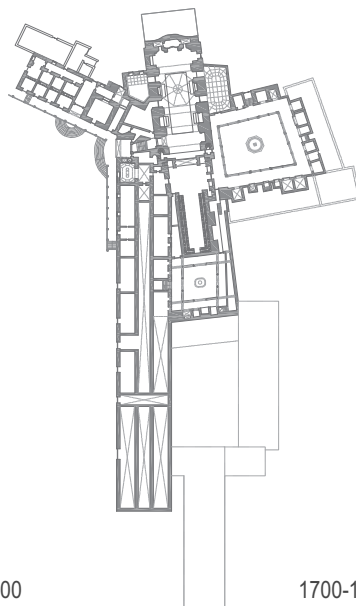
1200-1600



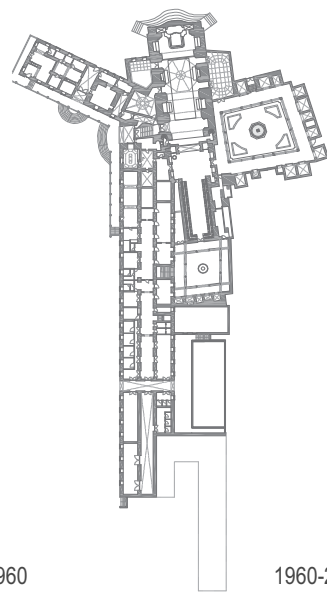
1600-1650



1650-1700



1700-1960

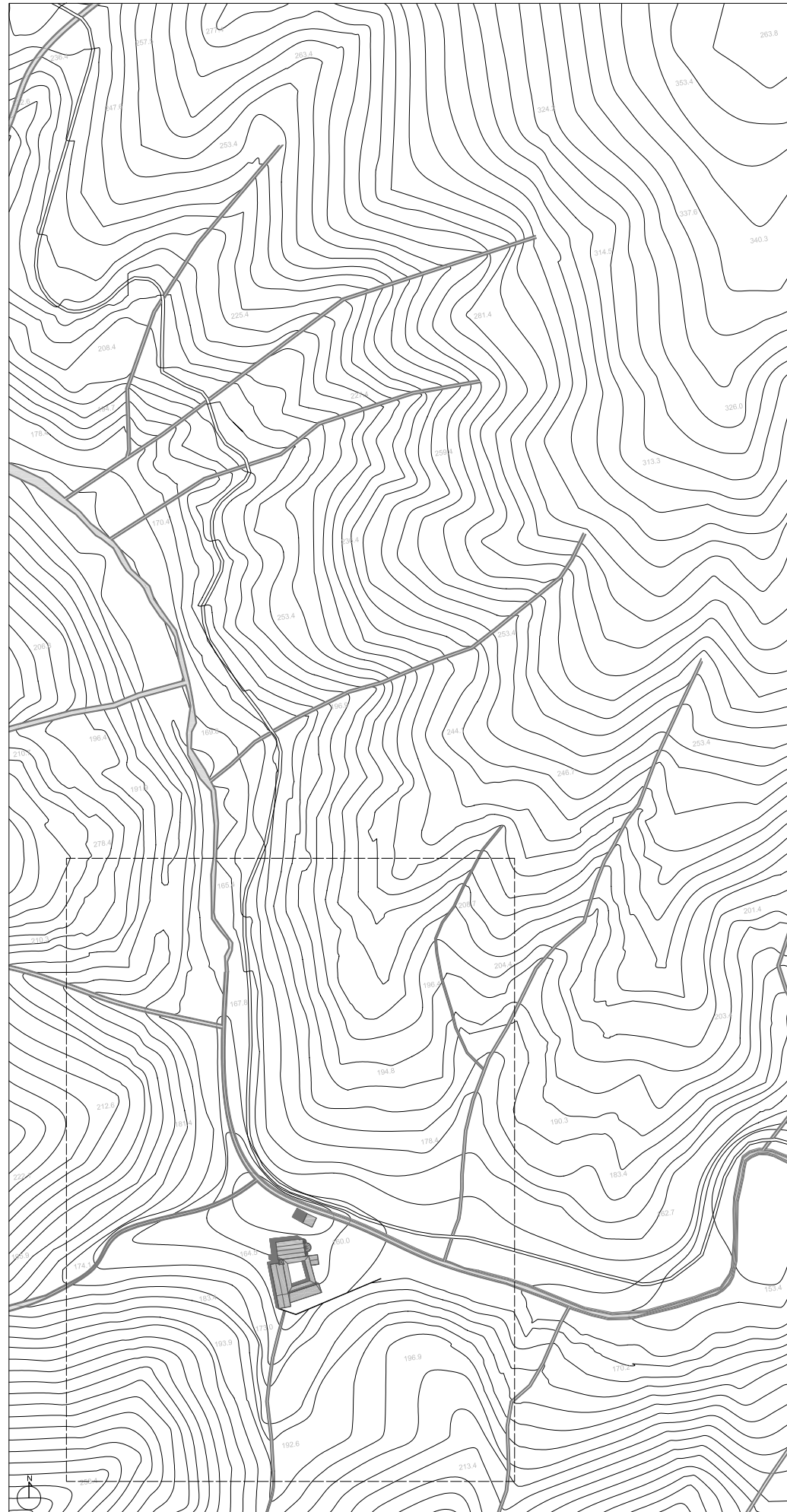


1960-2013

### III. Reconstituição do monumento e do lugar de Lorvão



MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO BENEDITINO [547-1200]



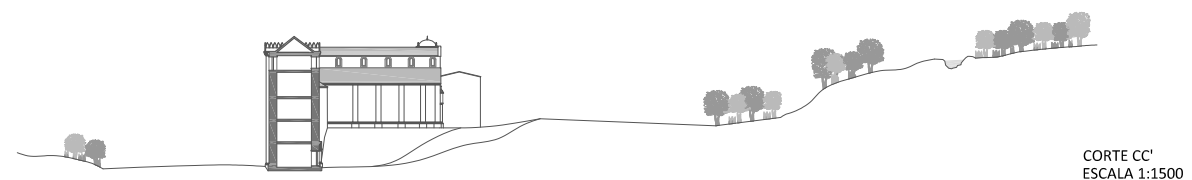
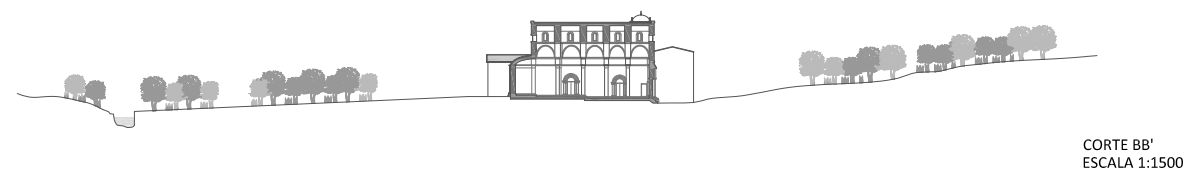
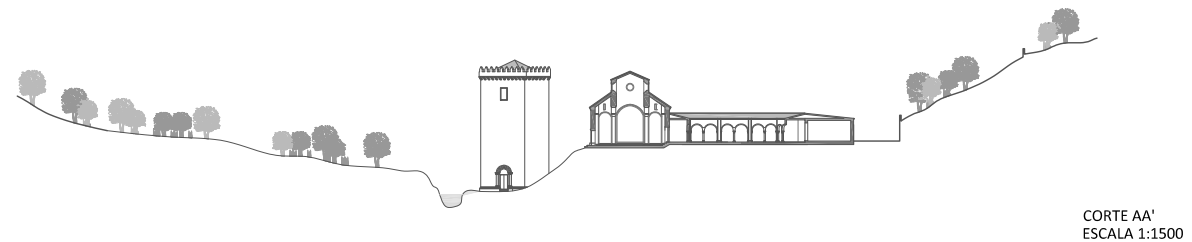
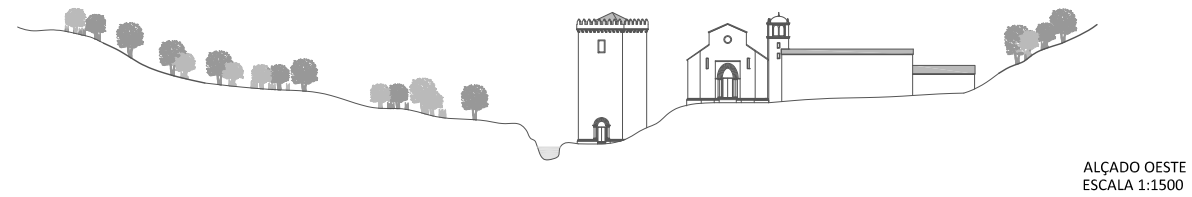
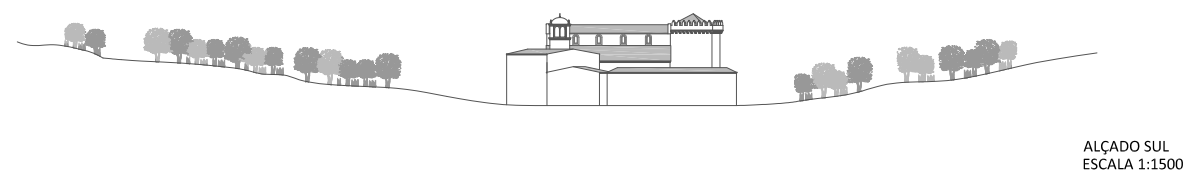
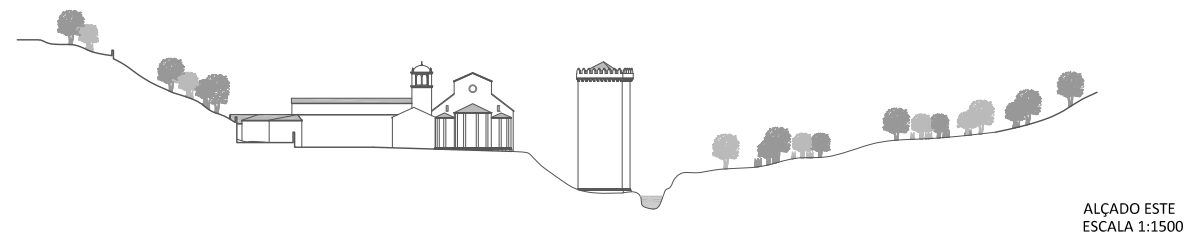
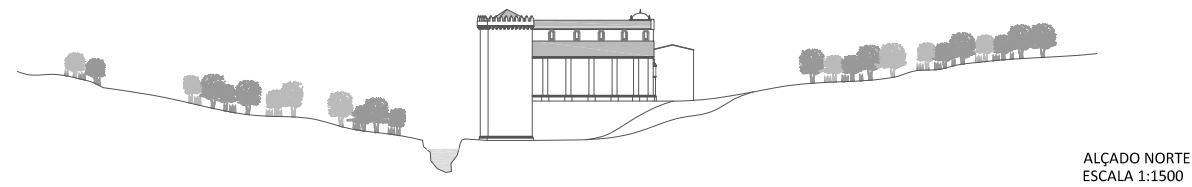
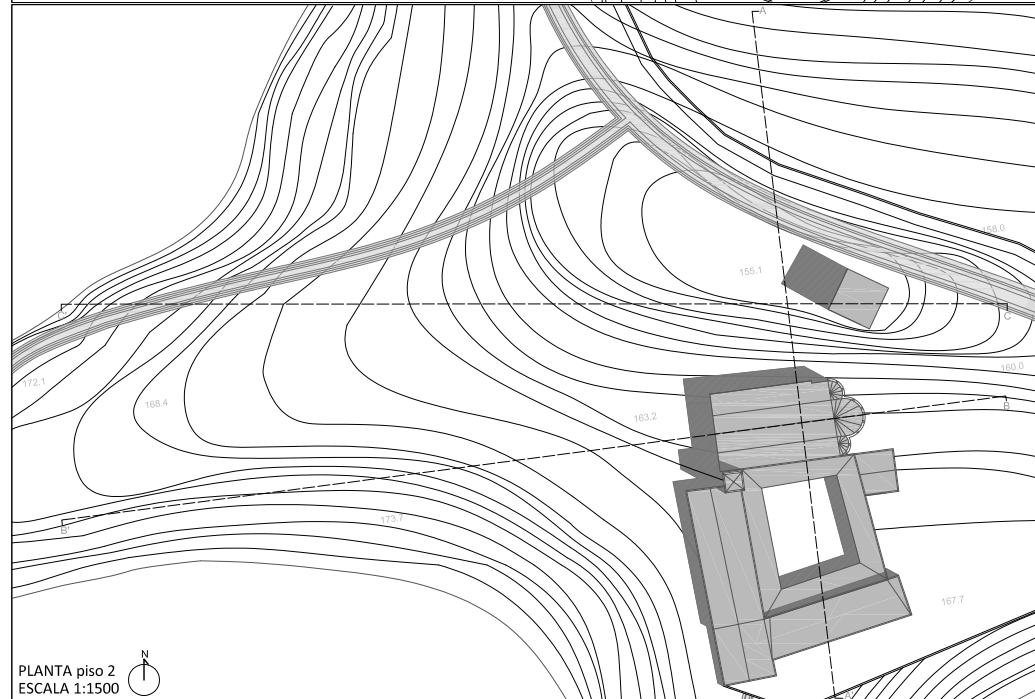
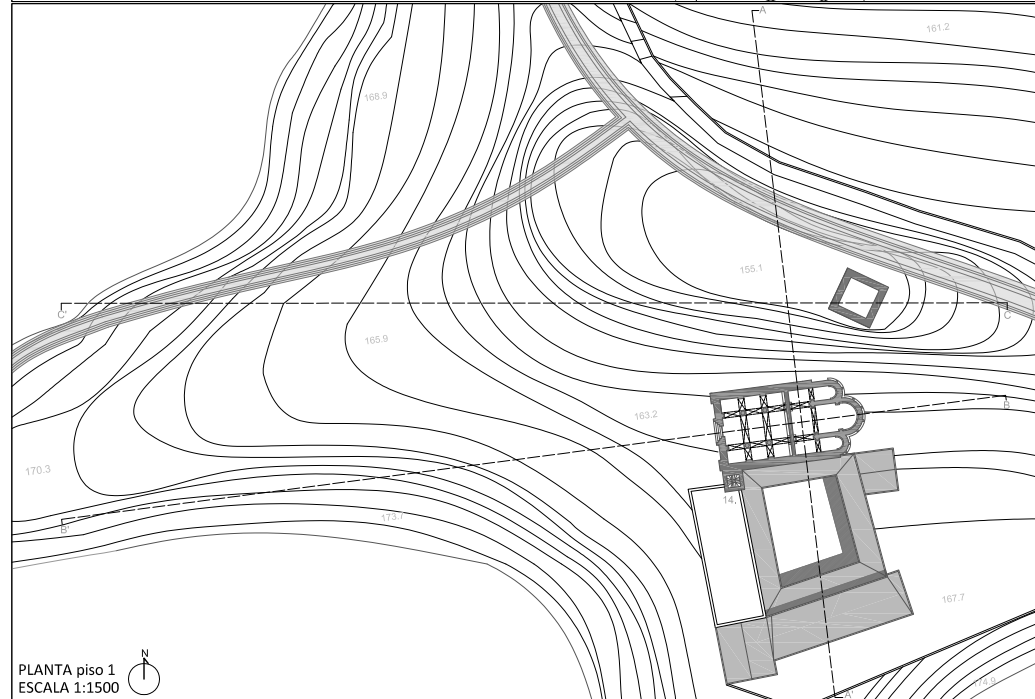
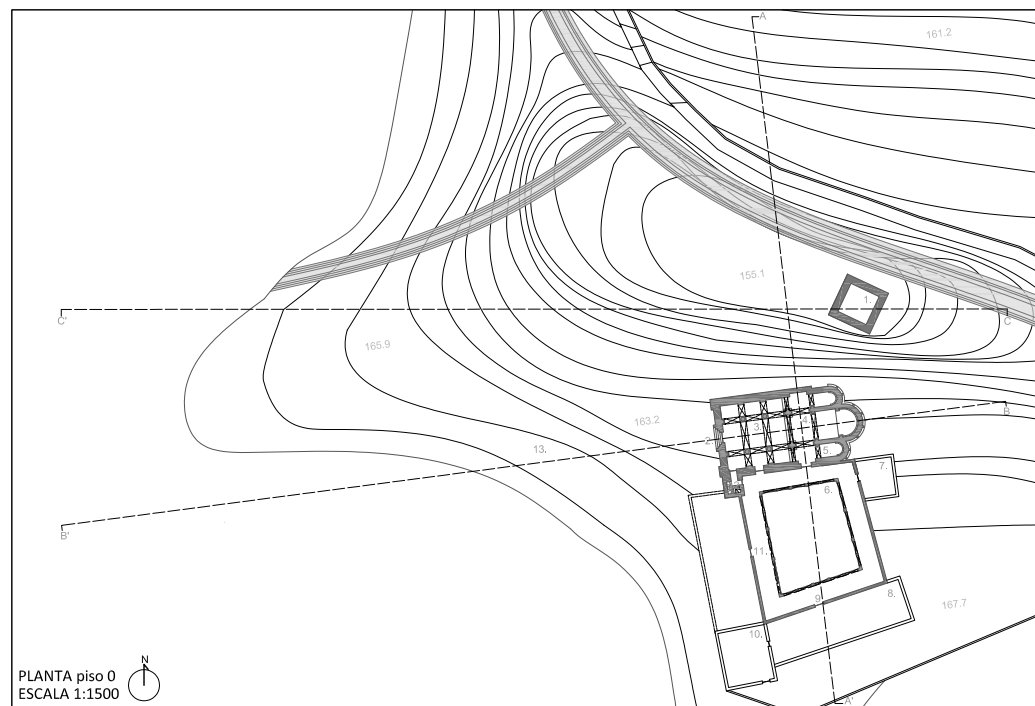
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:5000



PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:2000

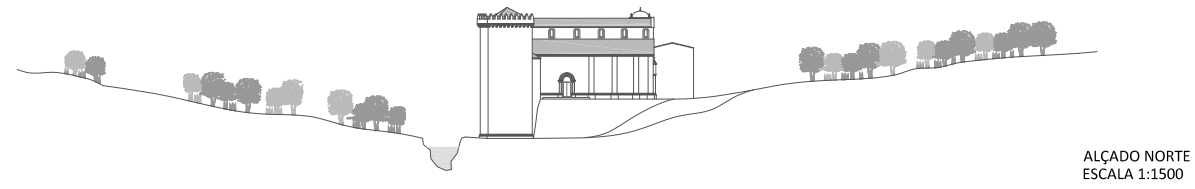
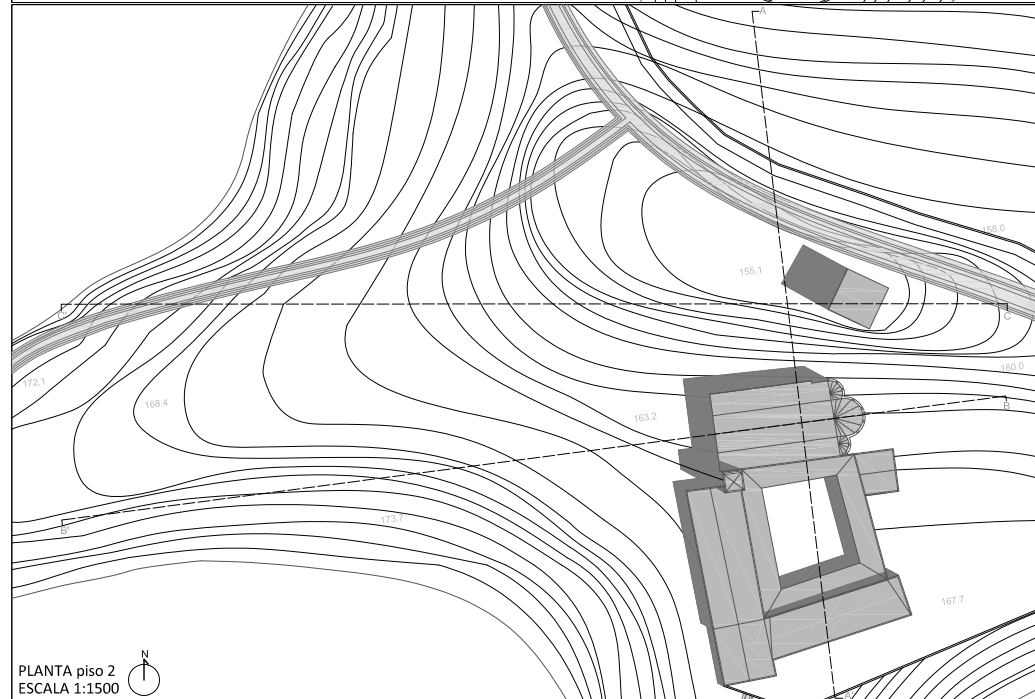
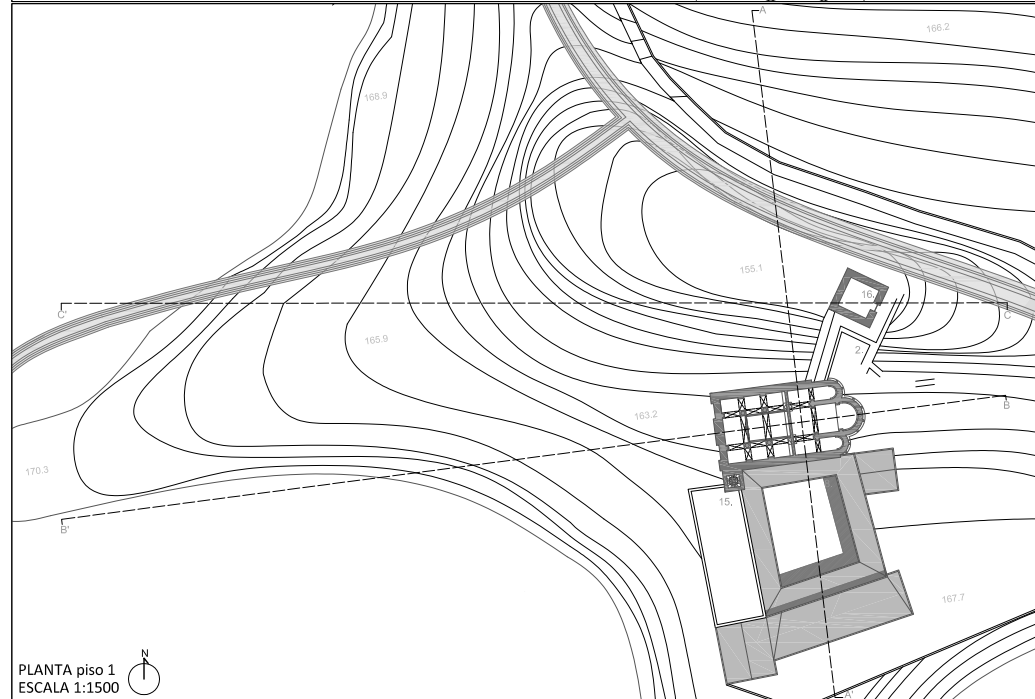
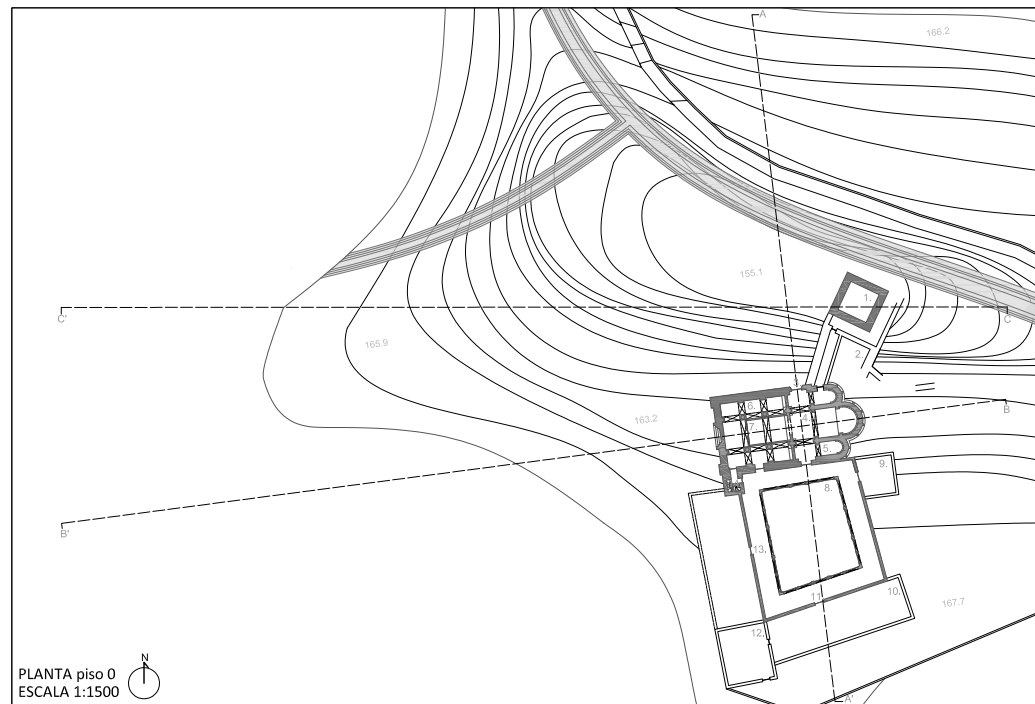
- LEGENDA:
1. Igreja Paroquial
  2. Cemitério dos monges
  3. Ribeira de Lorvão
  4. Riacho da Vidigueira



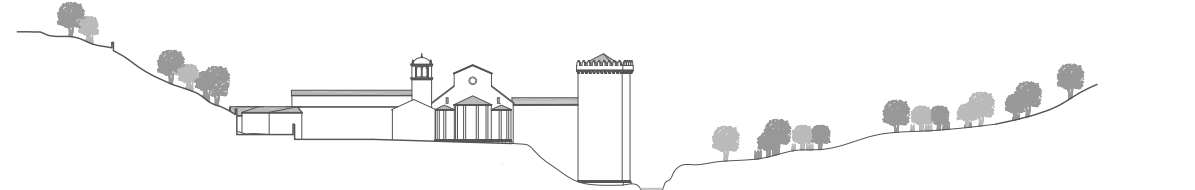


- LEGENDA:
1. Torre defensiva
  2. Entrada dos fiéis
  3. Coro dos fiéis
  4. Coro dos moges
  5. Capela paroquial
  6. Claustro
  7. Sala do capítulo
  8. Refeitório
  9. Acesso ao refeitório
  10. Cozinha
  11. Acesso ao dormitório
  12. Campanário
  13. Cemitério
  14. Dormitório

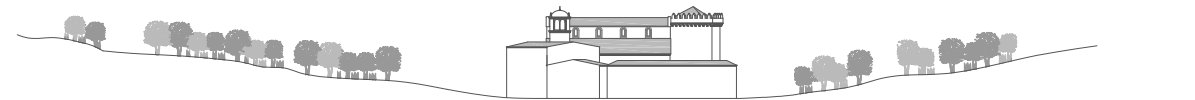




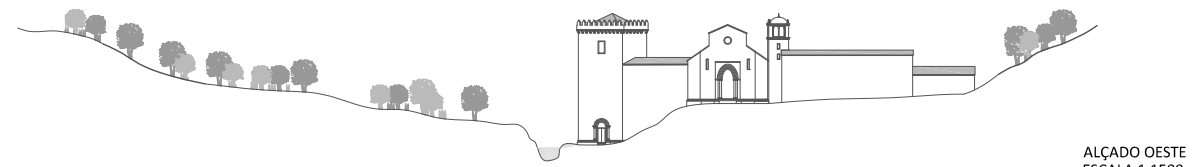
ALÇADO NORTE  
ESCALA 1:1500



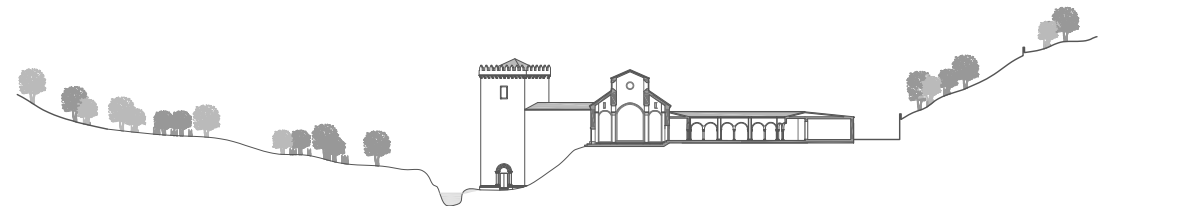
ALÇADO ESTE  
ESCALA 1:1500



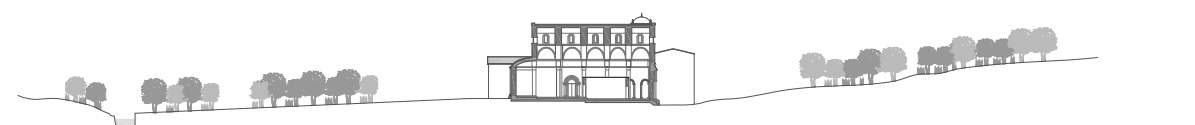
ALÇADO SUL  
ESCALA 1:1500



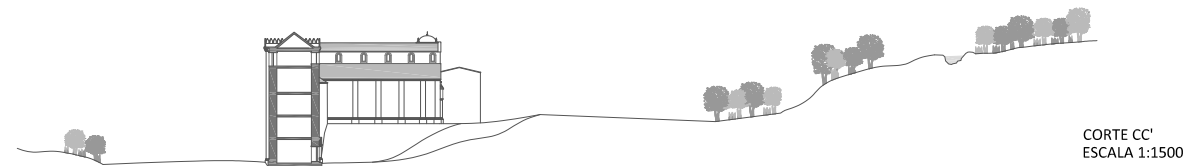
ALÇADO OESTE  
ESCALA 1:1500



CORTE AA'  
ESCALA 1:1500



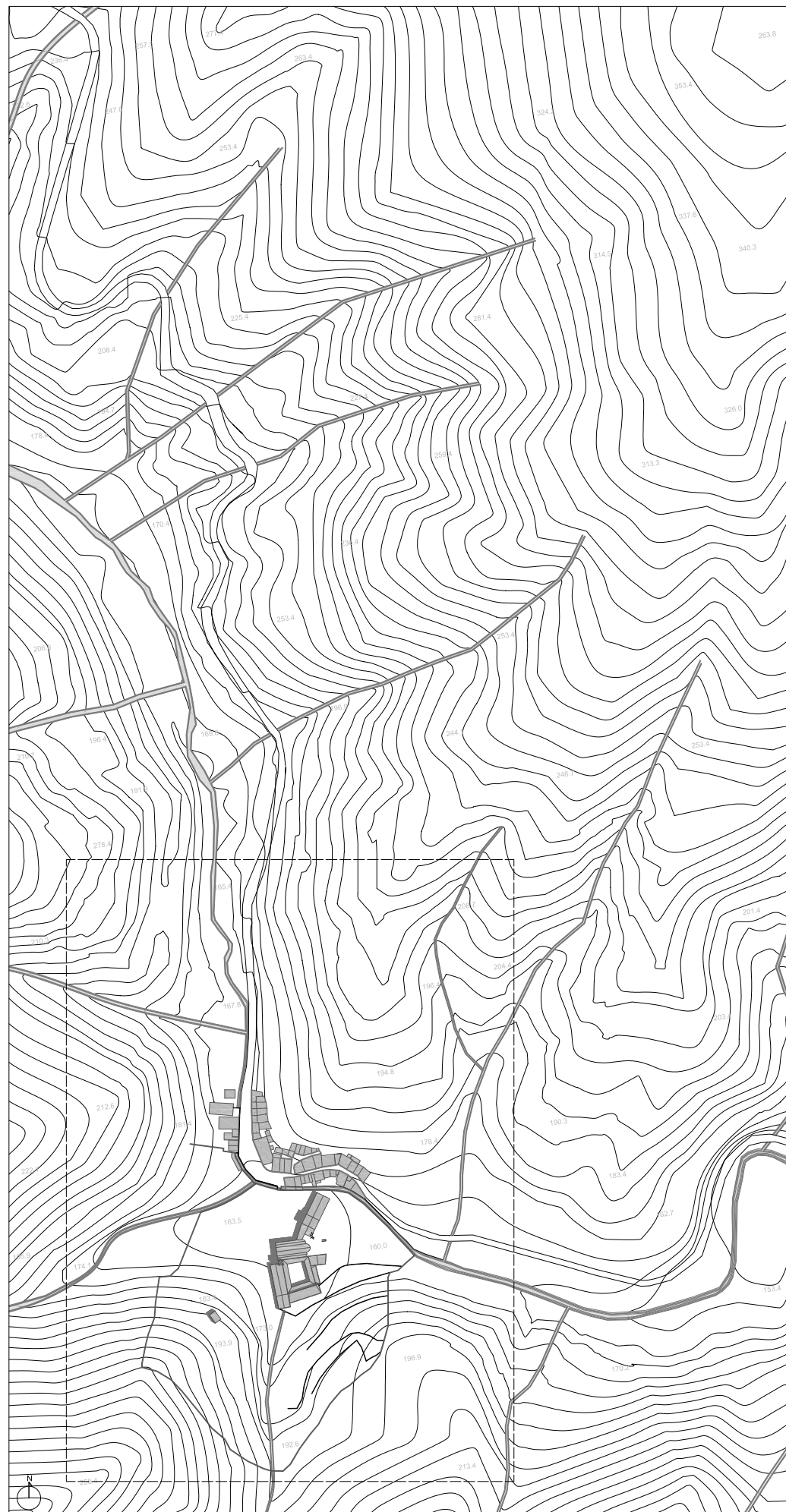
CORTE BB'  
ESCALA 1:1500



CORTE CC'  
ESCALA 1:1500

- LEGENDA:
1. Torre defensiva
  2. Paço de Lorvão
  3. Entrada dos fiéis
  4. Coro dos fiéis
  5. Capela paroquial
  6. Coro das conversas
  7. Coro das monjas
  8. Claustro
  9. Sala do capítulo
  10. Refeitório
  11. Acesso ao refeitório
  12. Cozinha
  13. Acesso ao dormitório
  14. Torre campanário
  15. Dormitório
  16. Cartório

MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO CISTERCIENSE [1600-1650]

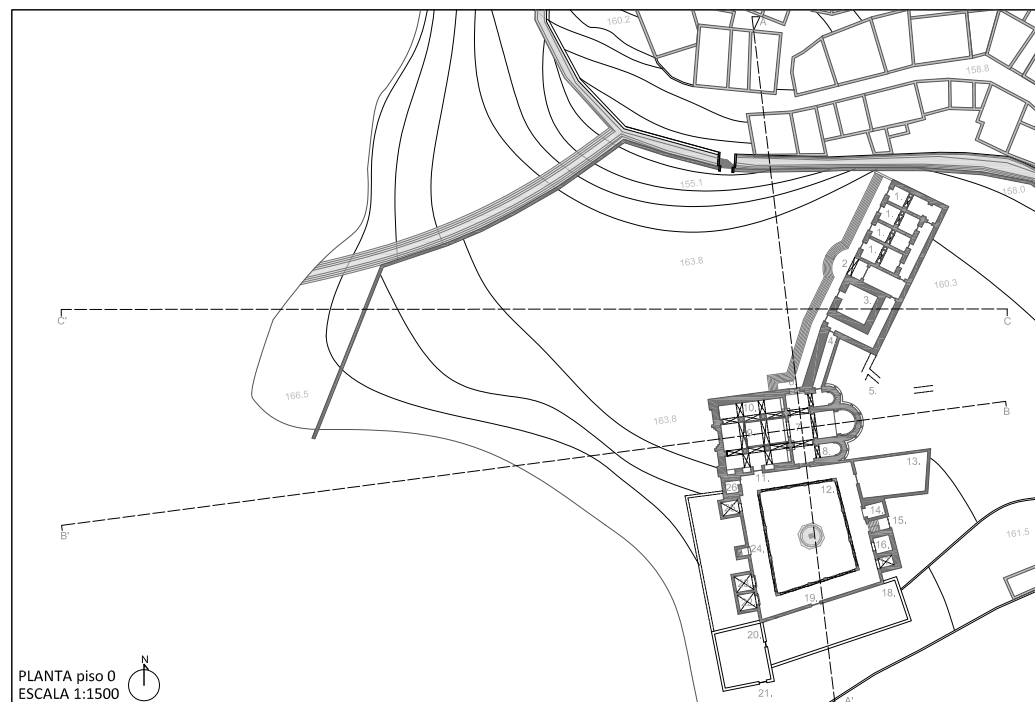


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:5000



PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:2000

- LEGENDA:
1. Igreja Paroquial
  2. Cemitério dos monges
  3. Porta da pátio
  4. Cerca monástica
  5. Riacho da Vidigueira
  6. Capela de St. António
  7. Zona de cultivo



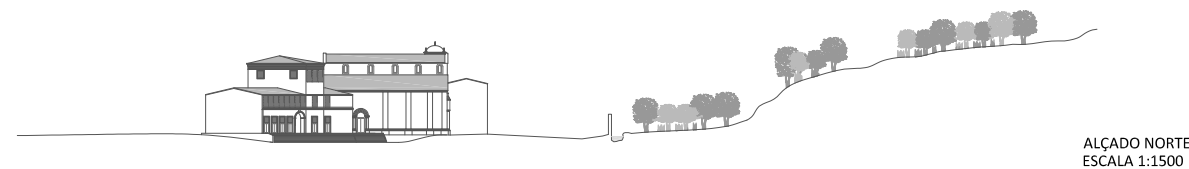
PLANTA piso 0  
ESCALA 1:1500



PLANTA piso 1  
ESCALA 1:1500



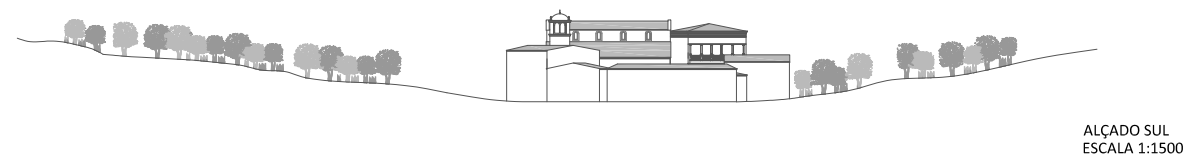
PLANTA piso 2  
ESCALA 1:1500



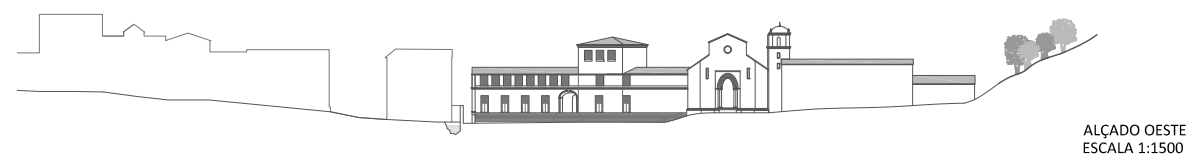
ALÇADO NORTE  
ESCALA 1:1500



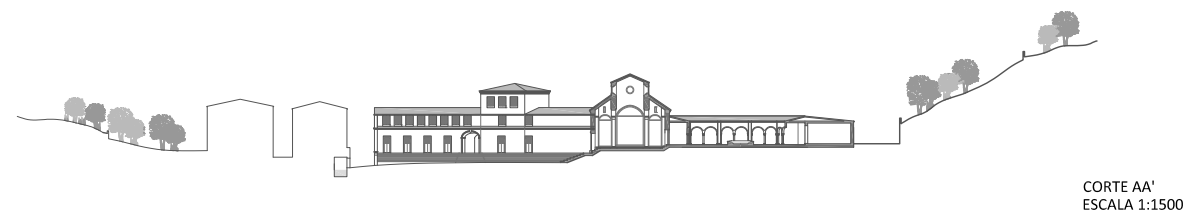
ALÇADO ESTE  
ESCALA 1:1500



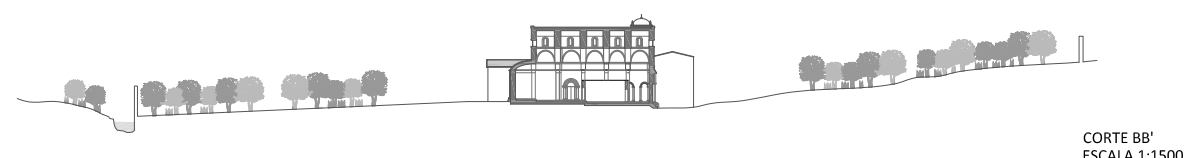
ALÇADO SUL  
ESCALA 1:1500



ALÇADO OESTE  
ESCALA 1:1500



CORTE AA'  
ESCALA 1:1500



CORTE BB'  
ESCALA 1:1500

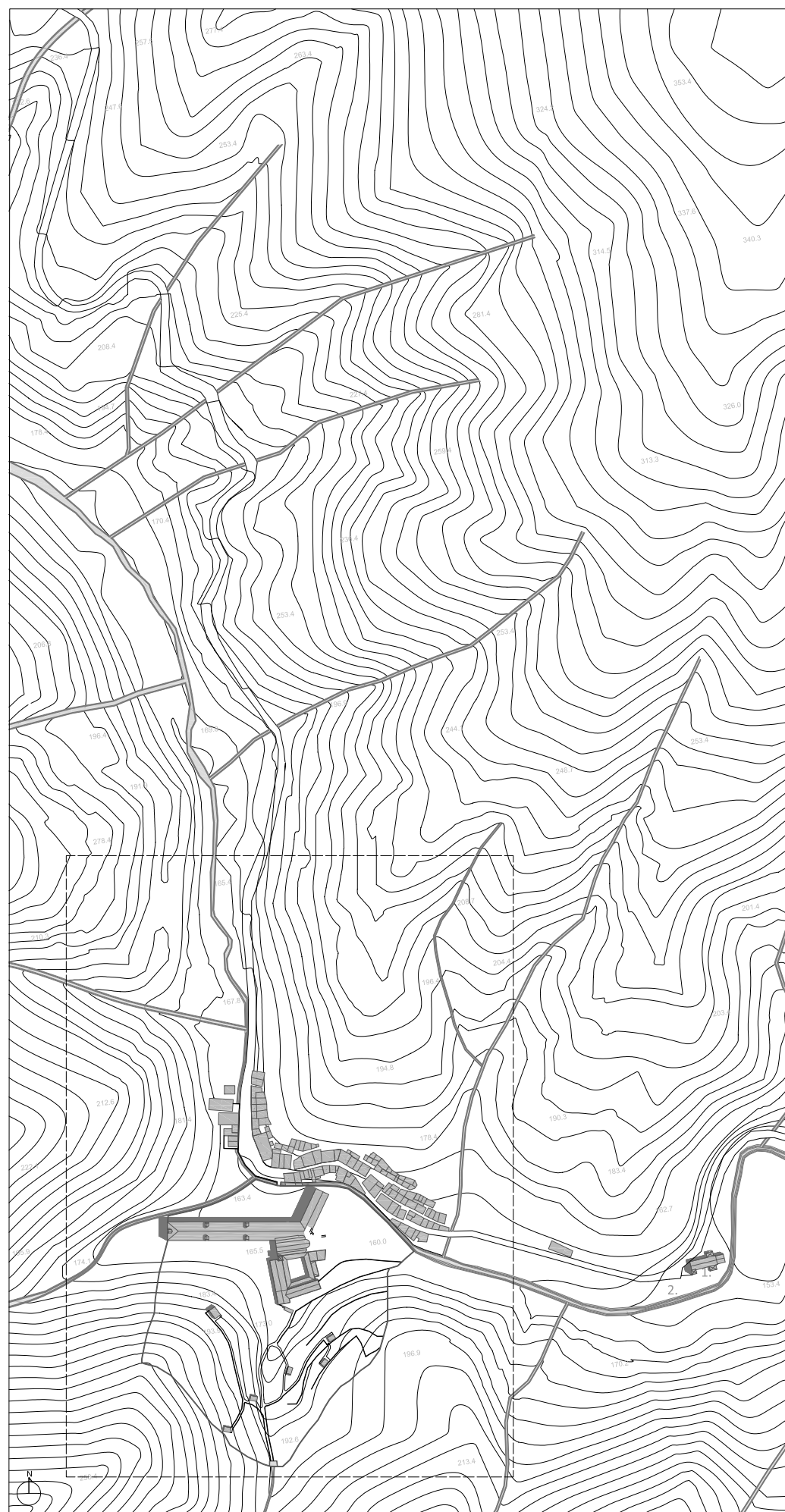


CORTE CC'  
ESCALA 1:1500

- LEGENDA:
1. Locutórios/grades
  2. Portaria
  3. Torre medieva [cartório]
  4. Corredor de acesso à igreja
  5. Paço de Lorvão
  6. Entrada dos fiéis
  7. Coro dos fiéis
  8. Capela paroquial
  9. Coro das monjas
  10. Coro das conversas
  11. Acesso ao claustro do silêncio
  12. Claustro do silêncio
  13. Sala do capítulo
  14. Capela da Nazaré
  15. Acesso às dependências a nascente
  16. Capela dos Santos Reis
  17. Capela da Santa Clara
  18. Refeitório
  19. Acesso ao refeitório
  20. Cozinha
  21. Acesso às dependências a sul
  22. Capela do Sr. do Calvário
  23. Acesso às dependências a sul
  24. Capela de N. Sr. da Coluna
  25. Capela de Sr. do Horto
  26. Torre dos sinos
  27. Enfermaria
  28. Mirante
  29. Dormitório



MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO CISTERCIENSE [1650-1700]

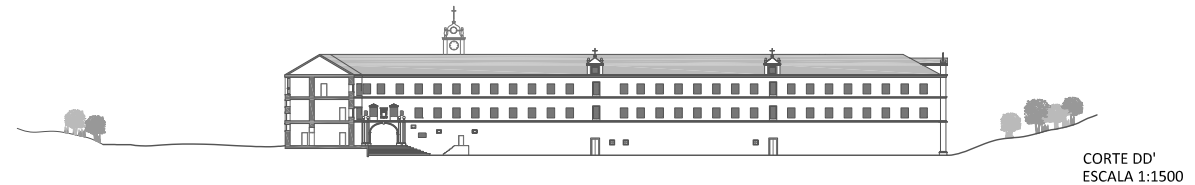
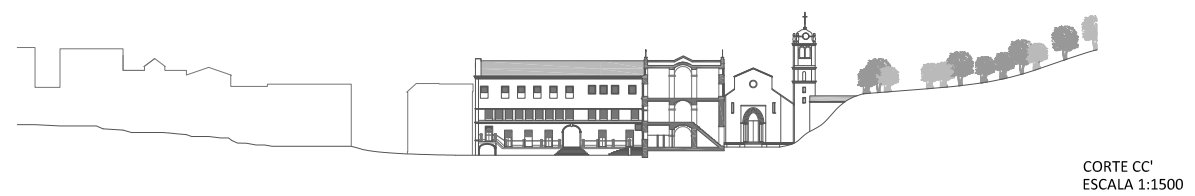
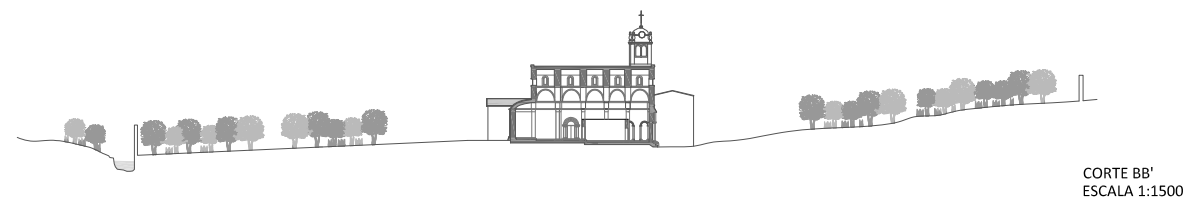
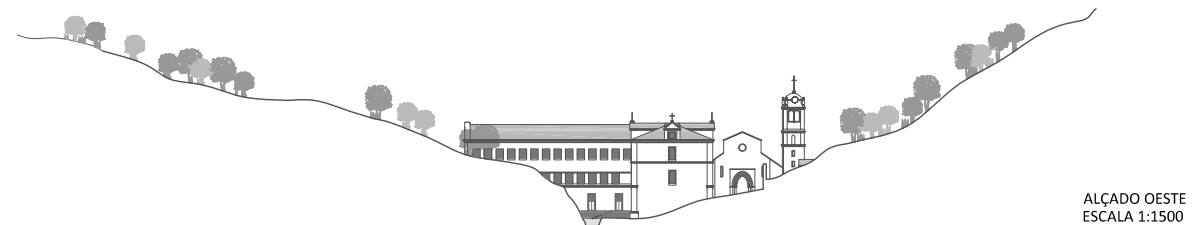
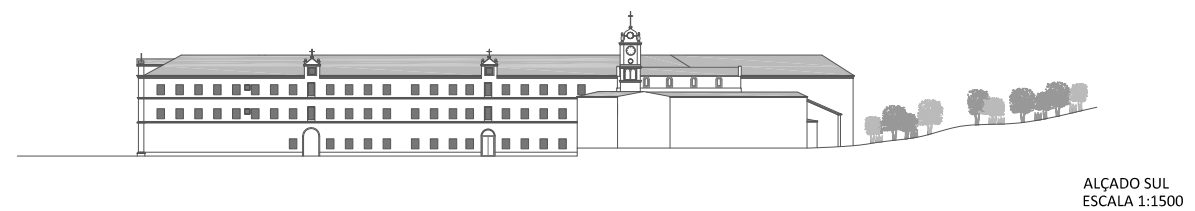
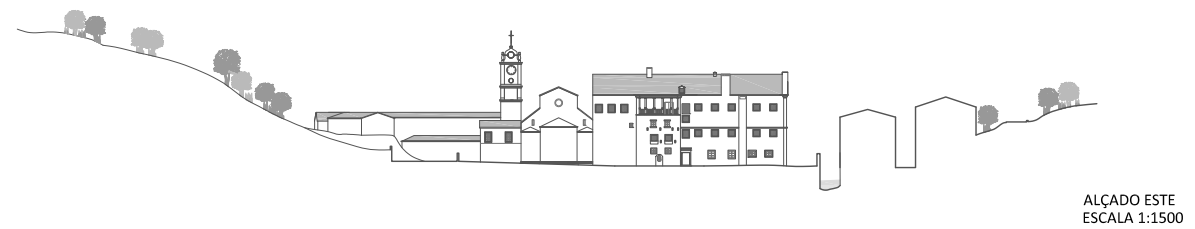
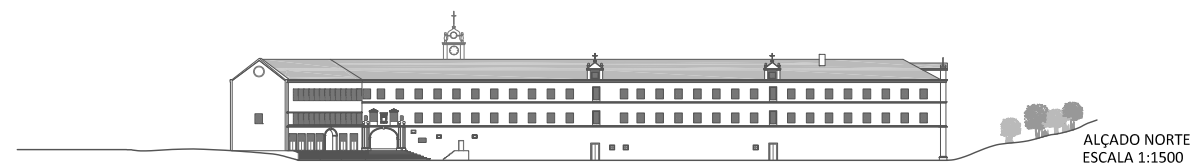
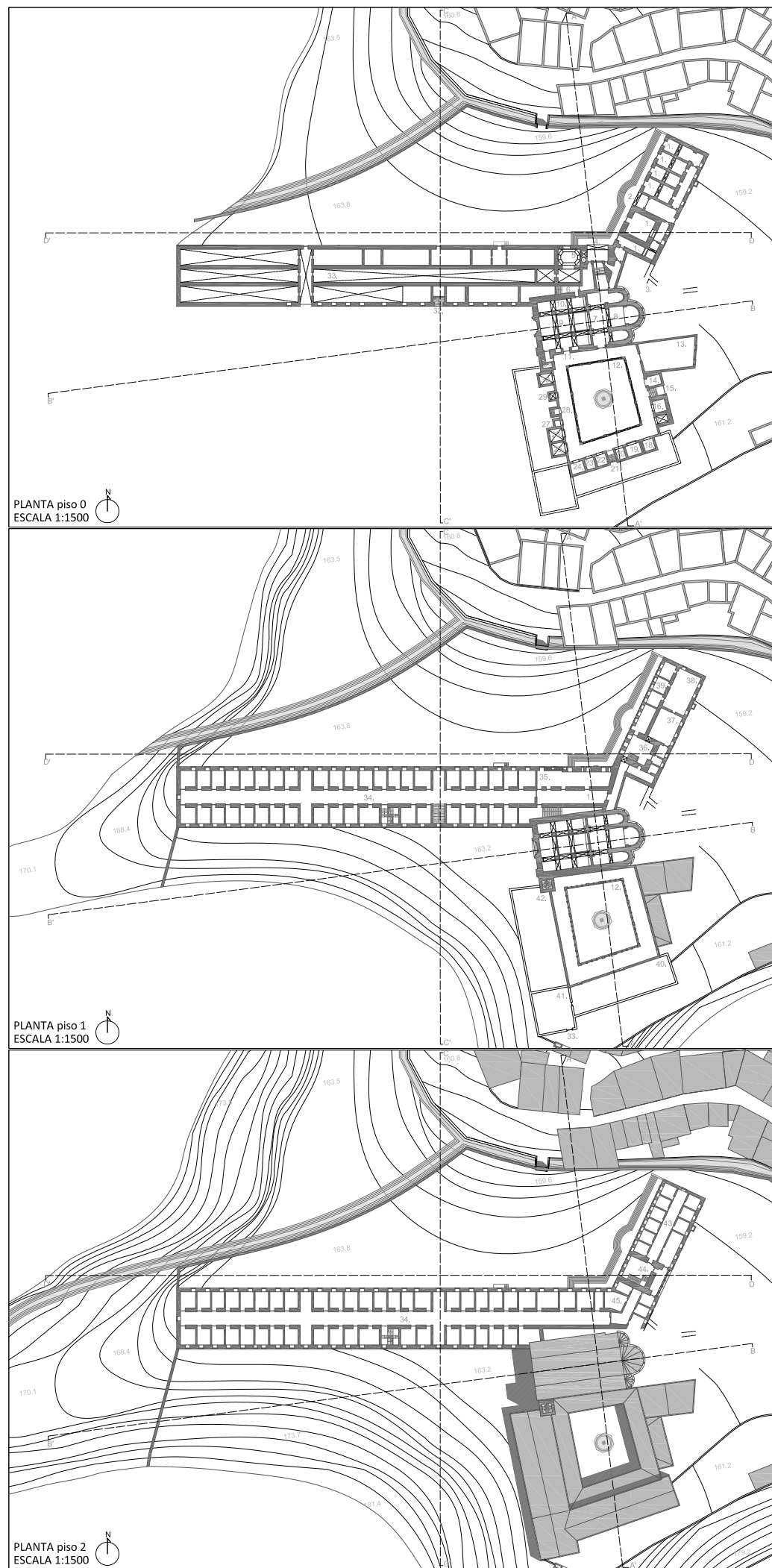


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:5000



PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:2000

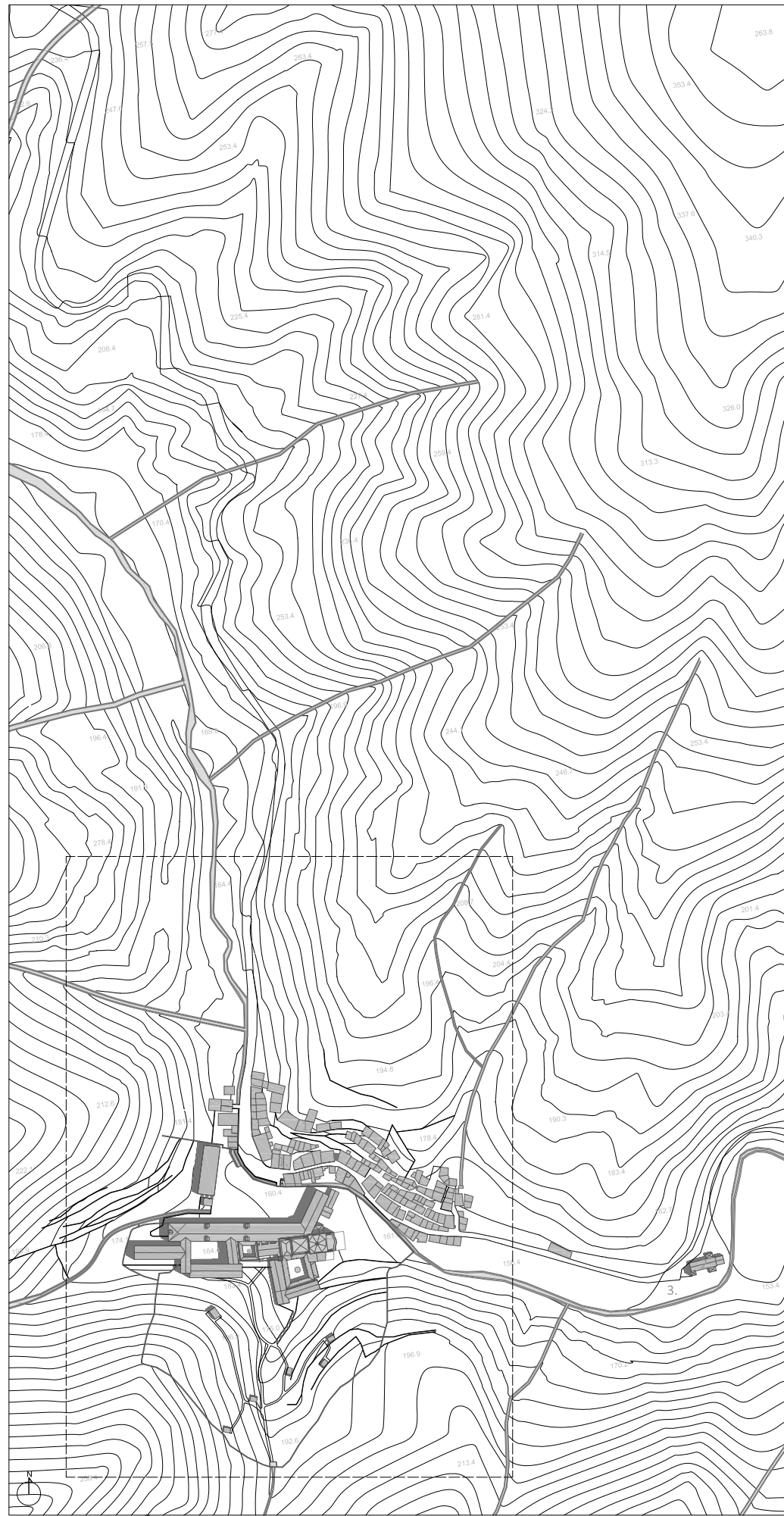
- LEGENDA:
1. Igreja Paroquial
  2. Cemitério
  3. Porta da pátio
  4. Cerca monástica
  5. Fonte
  6. Capela de St. António
  7. Percurso devocional entre as capelas
  8. Zona de cultivo



- LEGENDA:
1. Locutórios/grades
  2. Portaria
  3. Paço de Lorvão
  4. Portaria de entrada na igreja
  5. Locutório da abadessa
  6. Acesso ao dormitório novo
  7. Coro dos fiéis
  8. Altar da igreja monástica
  9. Coro das monjas
  10. Coro das conversas
  11. Acesso ao claustro do silêncio
  12. Claustro do silêncio
  13. Sala do capítulo
  14. Capela da Nazaré
  15. Acesso às dependências a nascente
  16. Capela dos Santos Reis
  17. Capela da Santa Clara
  18. Capela de N. Sr. do Amparo
  19. Capela do Sr. dos Passos
  20. Capela de N. Sr. da Soledade
  21. Acesso ao refeitório
  22. Capela de S. João de Deus
  23. Acesso às dependências a sul
  24. Capela de N. Sr. da Coluna
  25. Capela do Sr. do Calvário
  26. Capela de Sr. do Horto
  27. Capela de S. Maria Madalena
  28. Acesso ao dormitório
  29. Capela de S. João Baptista
  30. Capela de N. Sr. dos Remédios
  31. Torre dos sinos
  32. Acesso ao terrenos de cultivo
  33. Armazéns, cocheiras e azemeleiras
  34. Dormitório novo
  35. Câmara da abadessa
  36. Mirante
  37. Livraria
  38. Cartório
  39. Gabinetes de arquivo
  40. Refeitório
  41. Cozinha
  42. Dormitório antigo [das criadas]
  43. Enfermaria
  44. Sala de repouso/mirante
  45. Botica



MOSTEIRO DE LORVÃO SOB DOMÍNIO CISTERCIENSE [1700-1887]

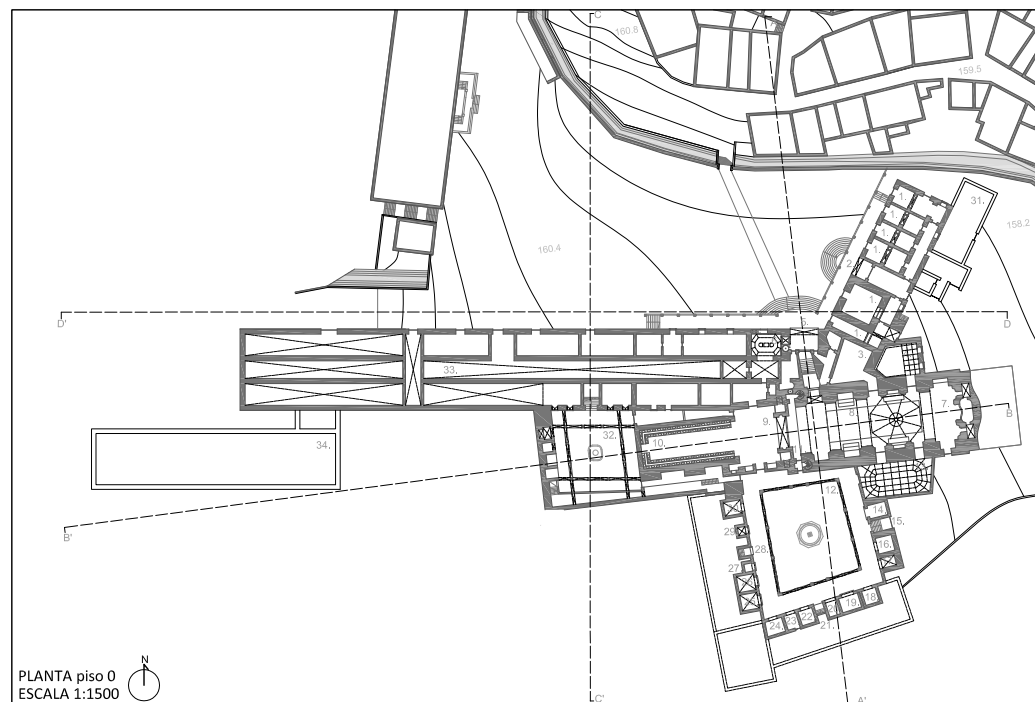


PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:5000

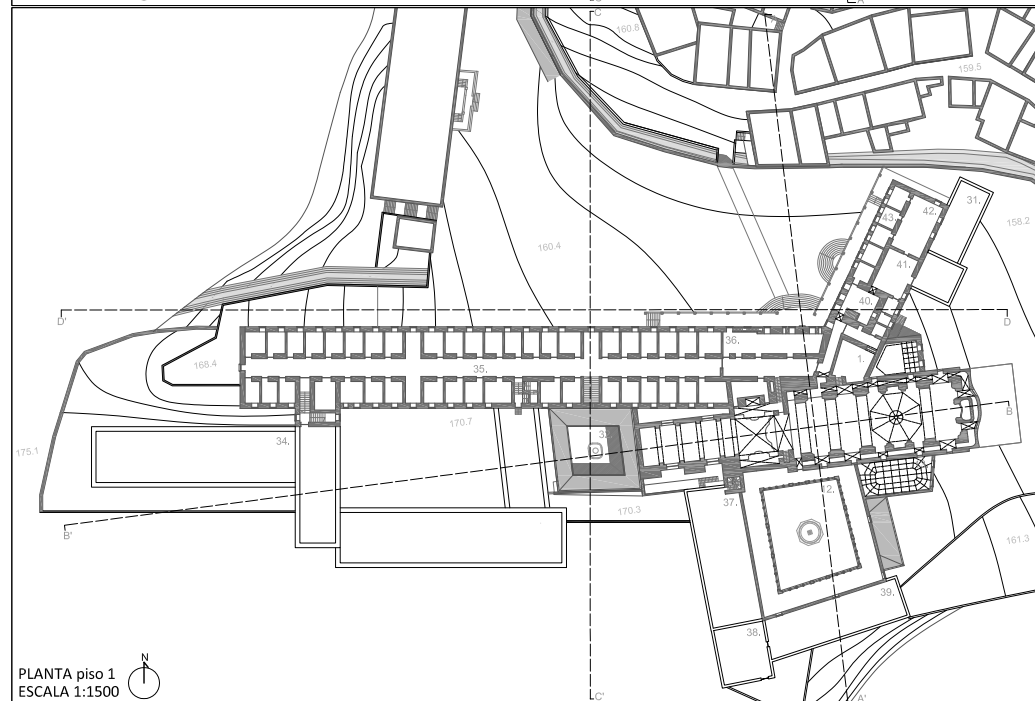


PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:2000

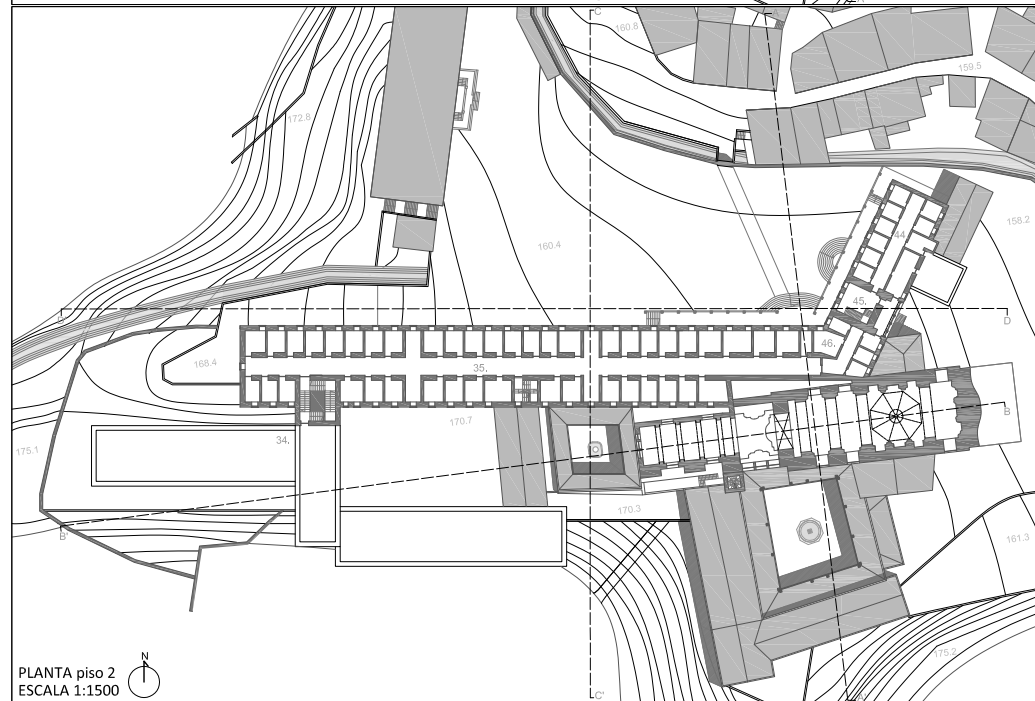
- LEGENDA:
1. Casas de hospedaria
  2. Igreja Paroquial
  3. Cemitério
  4. Casa dos padres
  5. Forno comunitário
  6. Porta da pátio
  7. Cerca monástica
  8. Cerca da noviciária
  9. Cerca do Vale de Fora
  10. Capela de St. António
  11. Percurso devocional entre as capelas



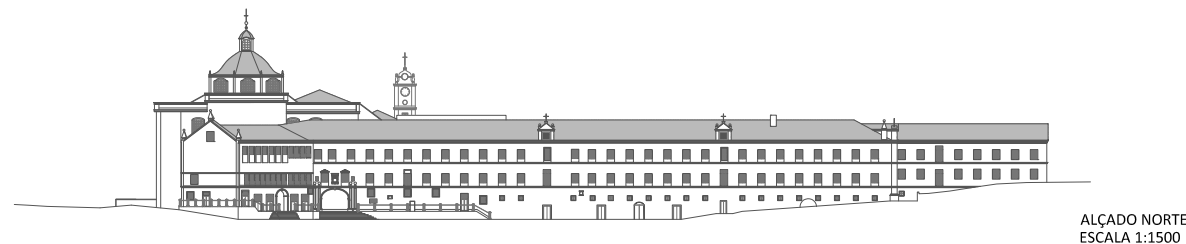
PLANTA piso 0  
ESCALA 1:1500



PLANTA piso 1  
ESCALA 1:1500



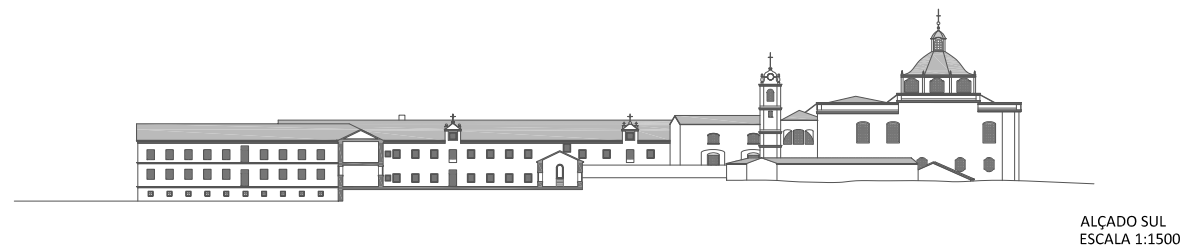
PLANTA piso 2  
ESCALA 1:1500



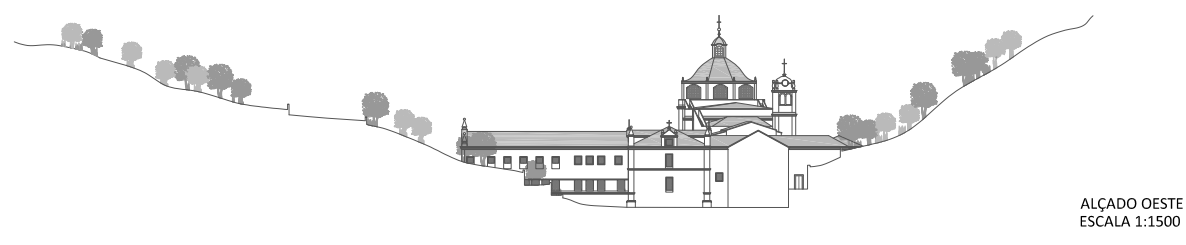
ALÇADO NORTE  
ESCALA 1:1500



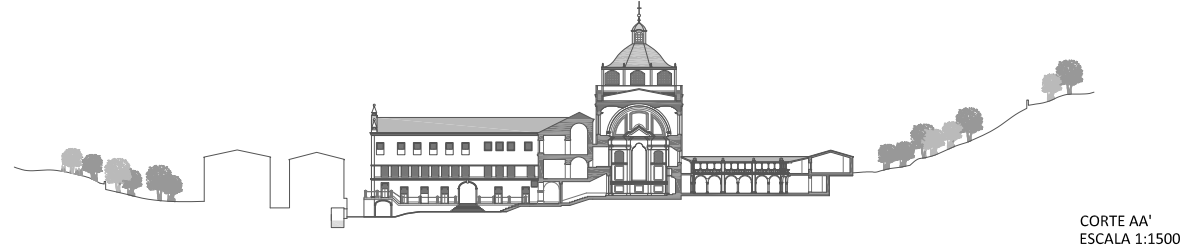
ALÇADO ESTE  
ESCALA 1:1500



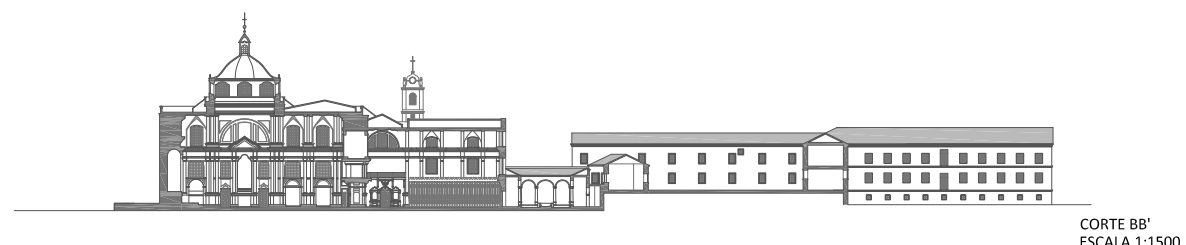
ALÇADO SUL  
ESCALA 1:1500



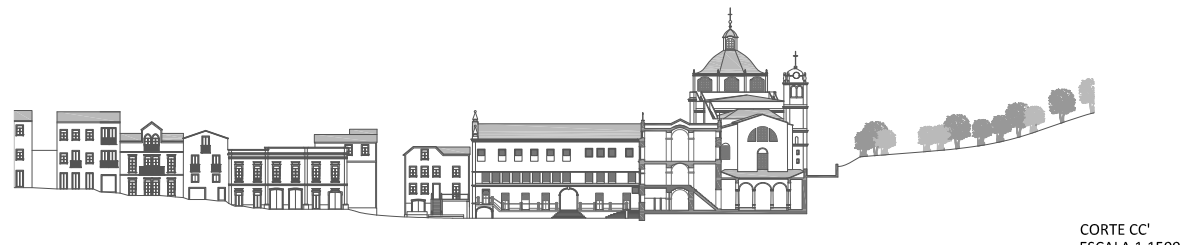
ALÇADO OESTE  
ESCALA 1:1500



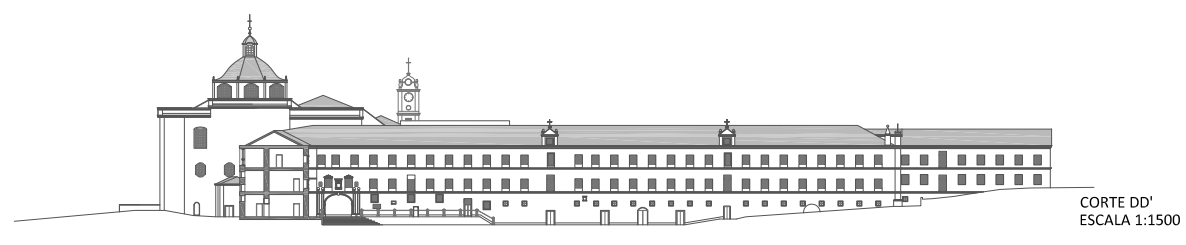
CORTE AA'  
ESCALA 1:1500



CORTE BB'  
ESCALA 1:1500



CORTE CC'  
ESCALA 1:1500

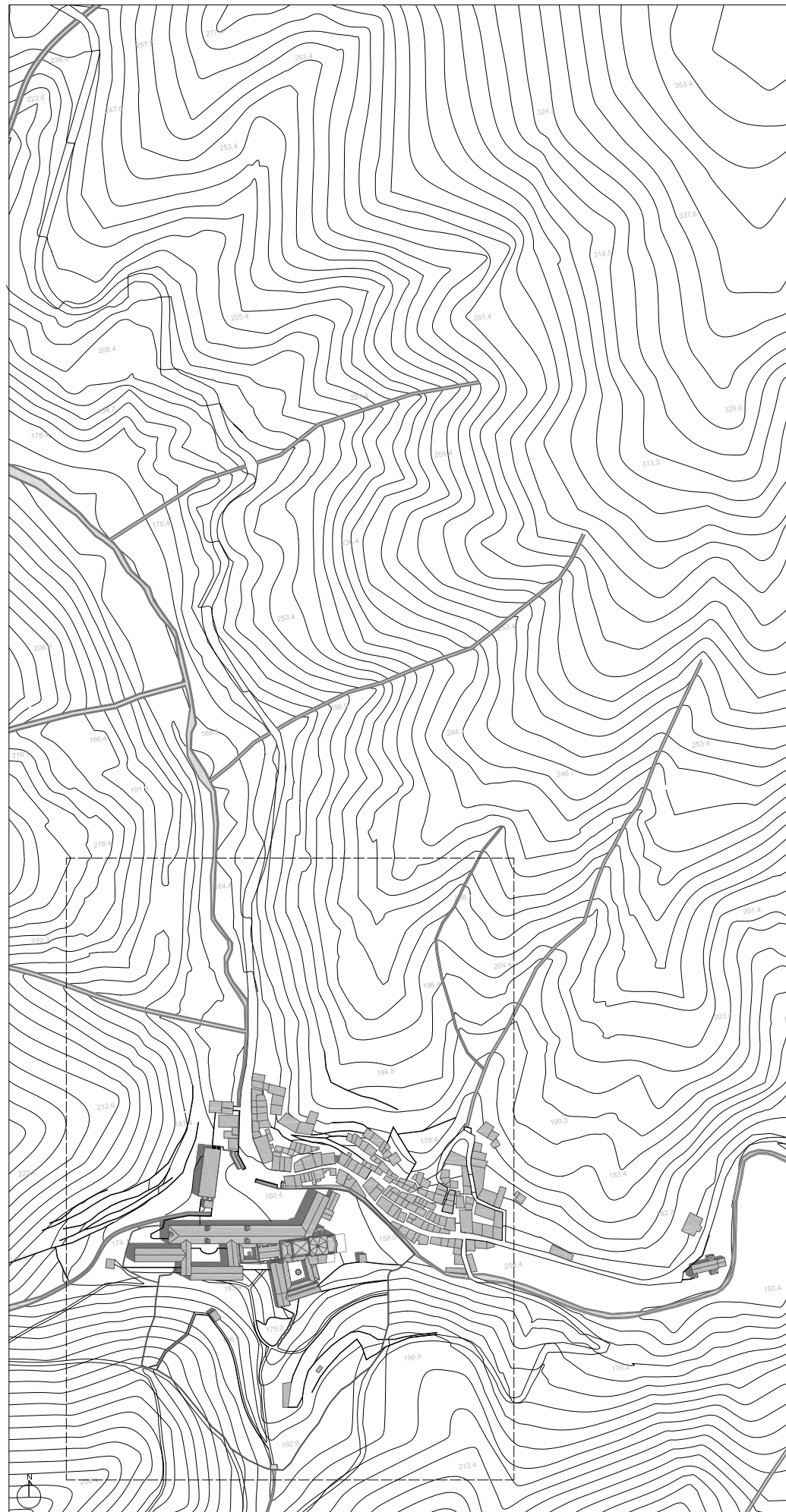


CORTE DD'  
ESCALA 1:1500

- LEGENDA:
1. Locutórios/grades
  2. Portaria
  3. Sacristia
  4. Sala do Tesouro
  5. Portaria de entrada na igreja
  6. Locutório da abadessa
  7. Igreja monástica
  8. Coro dos fiéis
  9. Antecoro
  10. Coro das monjas
  11. Confessionário
  12. Claustro do silêncio
  13. Sala do capítulo [museu]
  14. Capela da Nazaré
  15. Acesso às dependências a nascente
  16. Capela dos Santos Reis
  17. Capela da Santa Clara
  18. Capela de N. Sr. do Amparo
  19. Capela do Sr. dos Passos
  20. Capela de N. Sr. da Soledade
  21. Acesso ao refeitório
  22. Capela de S. João de Deus
  23. Acesso às dependências a sul
  24. Capela de N. Sr. da Coluna
  25. Capela do Sr. do Calvário
  26. Capela de Sr. do Horto
  27. Capela de S. Maria Madalena
  28. Acesso ao dormitório
  29. Capela de S. João Baptista
  30. Capela de N. Sr. dos Remédios
  31. Dependências de apoio ao mosteiro
  32. Claustrina
  33. Armazéns, cocheiras e azemeleiras
  34. Noviciária
  35. Dormitório novo
  36. Câmara da abadessa
  37. Dormitório antigo [das criadas]
  38. Cozinha
  39. Refeitório
  40. Mirante
  41. Livraria
  42. Cartório
  43. Gabinetes de arquivo
  44. Enfermaria
  45. Sala de repouso/mirante
  46. Botica



LORVÃO DEPOIS DA EXTINÇÃO DO SEU MOSTEIRO [1887-1940]



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:5000

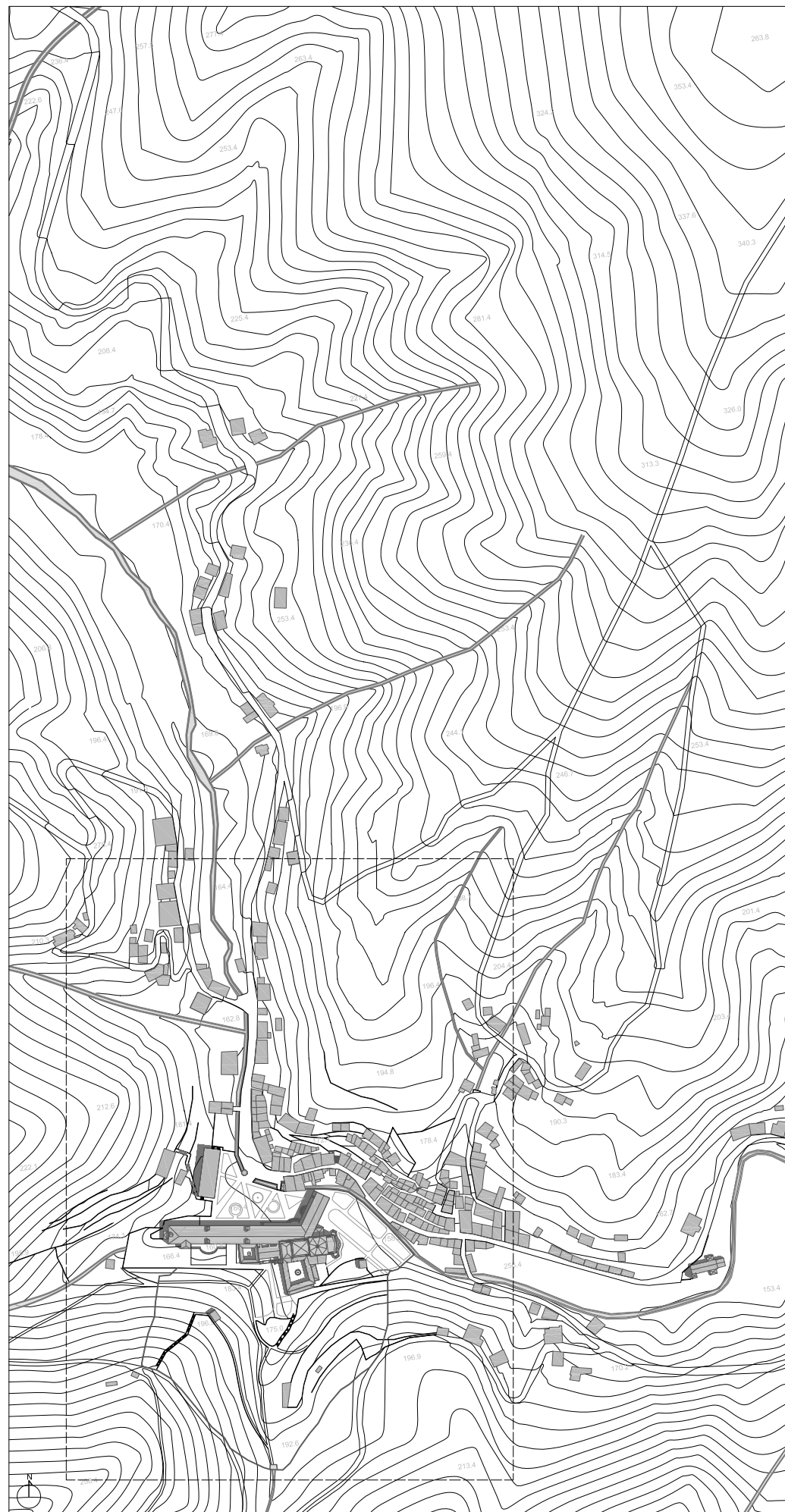


PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:2000

- LEGENDA:
1. Escola primária
  2. Forno Comunitário
  3. Porta do Pátio
  4. Mosteiro Cisterciense
  5. Igreja paroquial
  6. Capela de St. António



LORVÃO DEPOIS DA EXTINÇÃO DO SEU MOSTEIRO [1940-1960]



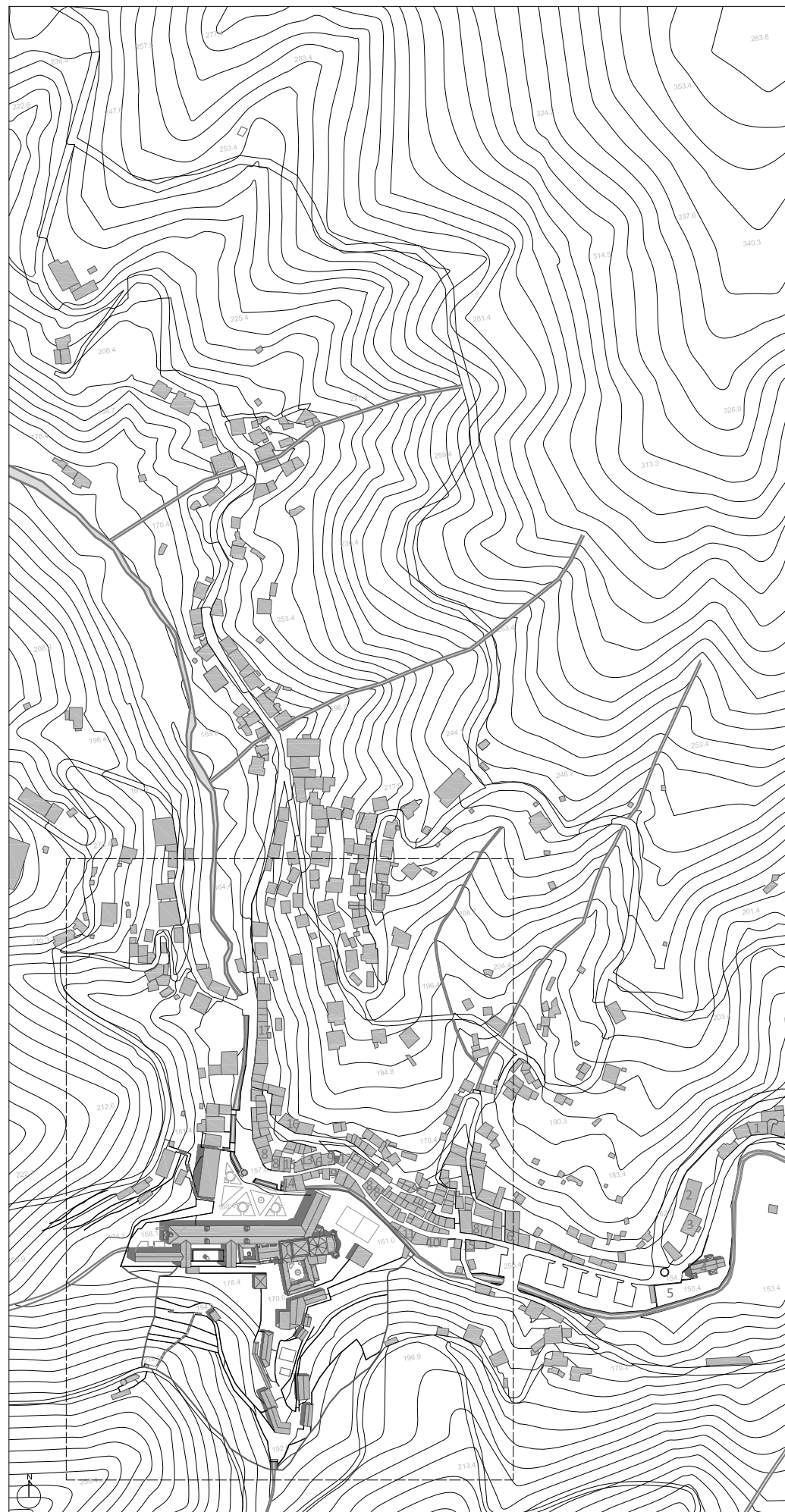
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:5000



PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:2000

- LEGENDA:
1. Escola primária
  2. Coreto
  3. Jardim público
  4. Igreja paroquial
  5. Capela de St. António

# LORVÃO DEPOIS DA EXTINÇÃO DO SEU MOSTEIRO [1960-2013]



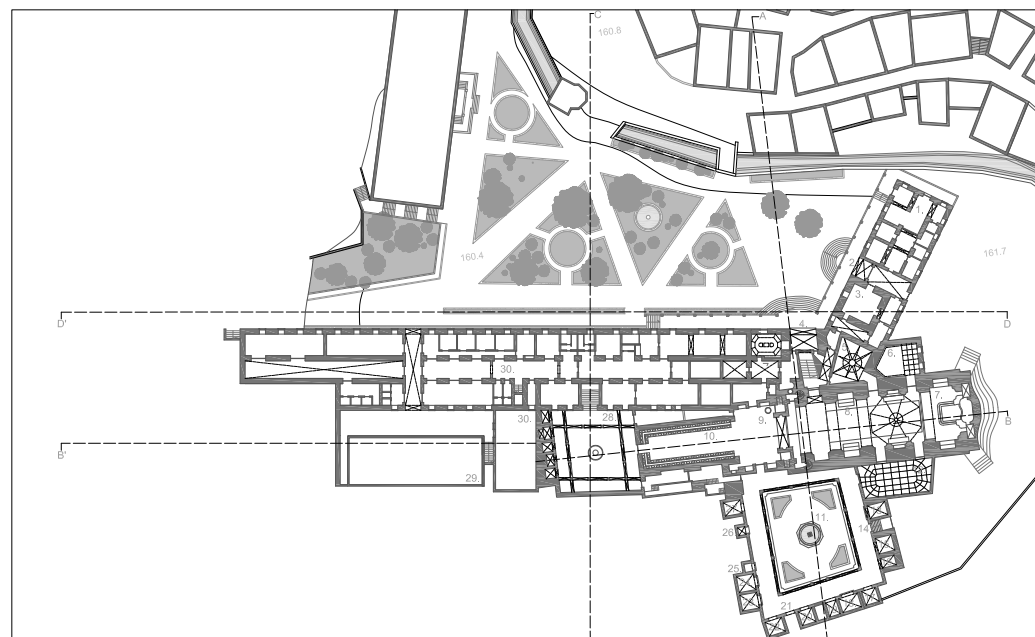
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1:5000



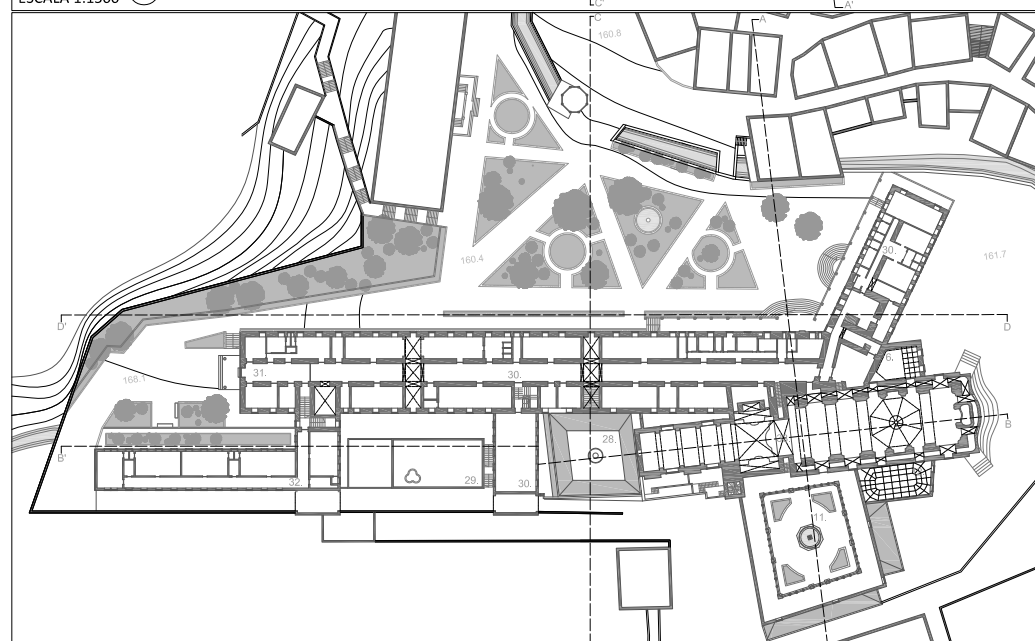
PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA 1:2000

- LEGENDA:
1. Oficina de mecânica
  2. Escola primária
  3. Infantário
  4. Capela
  5. Cemitério
  6. Cabeleireiro
  7. Análises clínicas
  8. Café
  9. Comércio não alimentar
  10. Gabinetes de advogados e contabilistas
  11. Filarmónio de Lorvão (1920)
  12. Agência Fidelidade Mundial
  13. Farmácia
  14. Agência Zurich
  15. Comércio alimentar
  16. Casa do monte
  17. Multibanco
  18. Junta de Freguesia de Lorvão
  19. Coreto
  20. Residência de médicos
  21. Jardim público
  22. Hospital Psiquiátrico
  23. Igreja Paroquial
  24. Zona desportiva do Hospital
  25. Armazéns
  26. Horto-Floricultura e Jardinagem
  27. Estufas
  28. Oficina de pintor
  29. Oficina de electricista
  30. Carpintaria
  31. Oficina de pedreiro
  32. Oficina de canalizador
  33. Oficina metalúrgica
  34. Capela de St. António
  35. Depósito de água

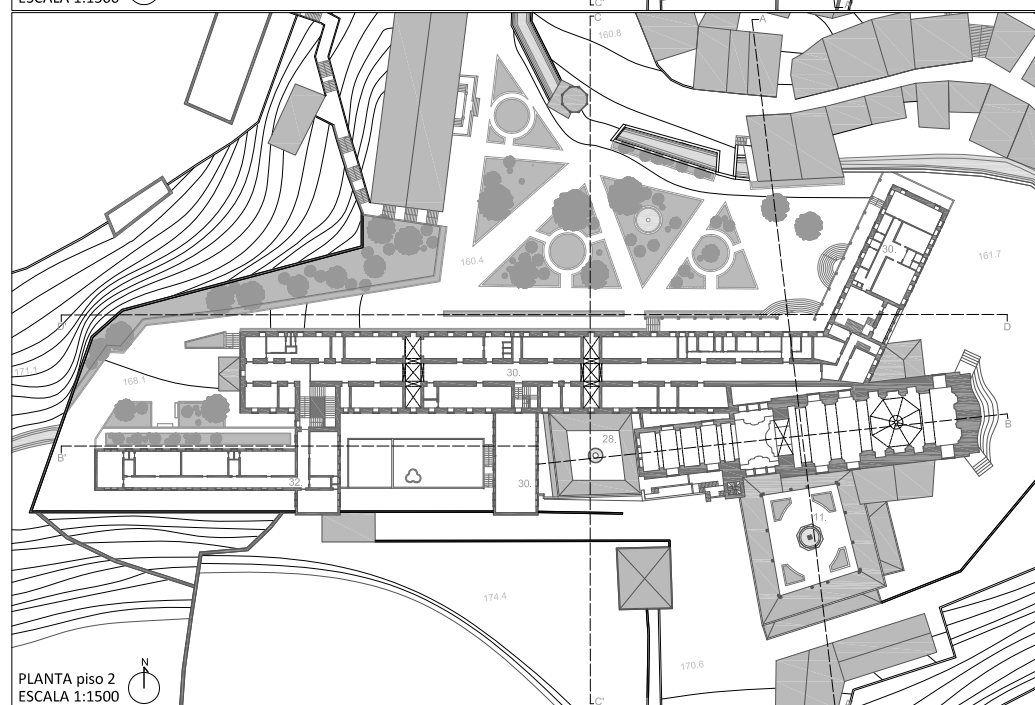




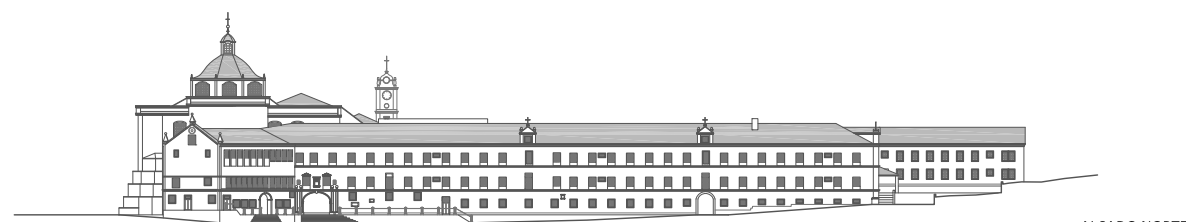
PLANTA piso 0  
ESCALA 1:1500



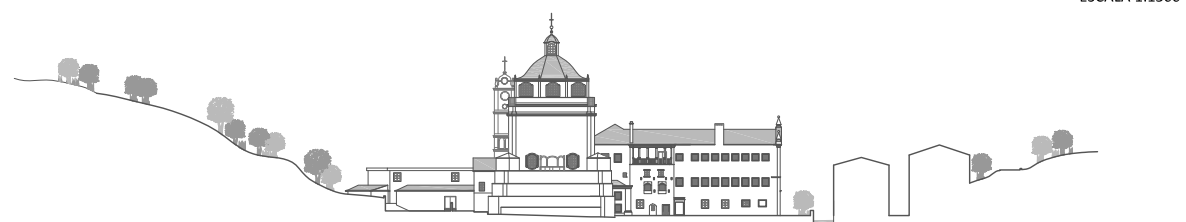
PLANTA piso 1  
ESCALA 1:1500



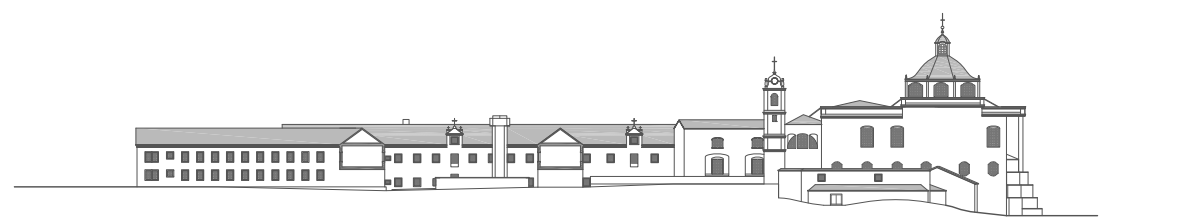
PLANTA piso 2  
ESCALA 1:1500



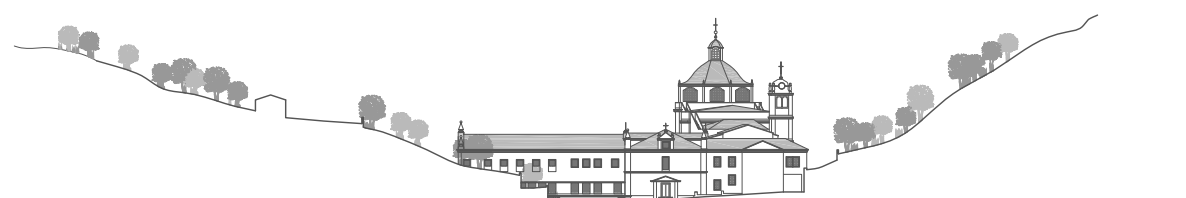
ALÇADO NORTE  
ESCALA 1:1500



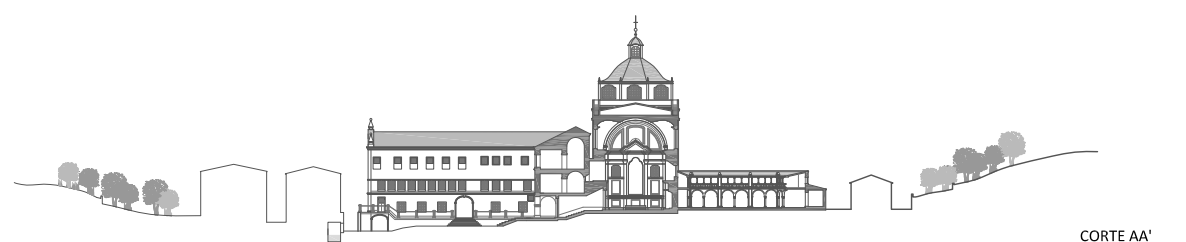
ALÇADO ESTE  
ESCALA 1:1500



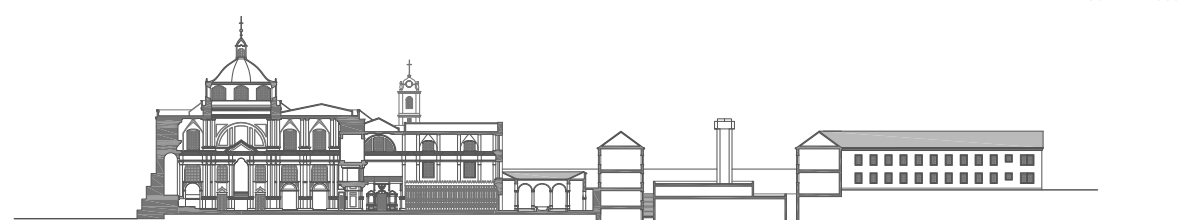
ALÇADO SUL  
ESCALA 1:1500



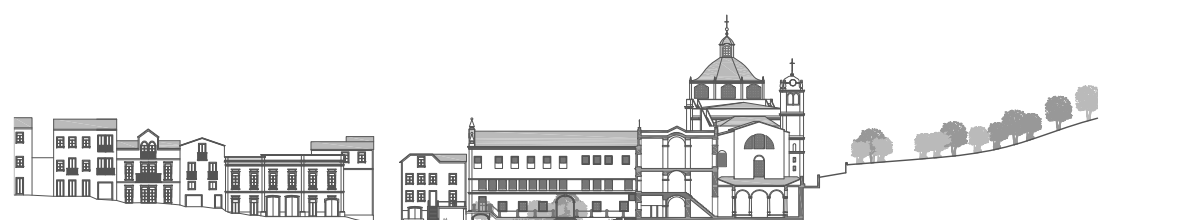
ALÇADO OESTE  
ESCALA 1:1500



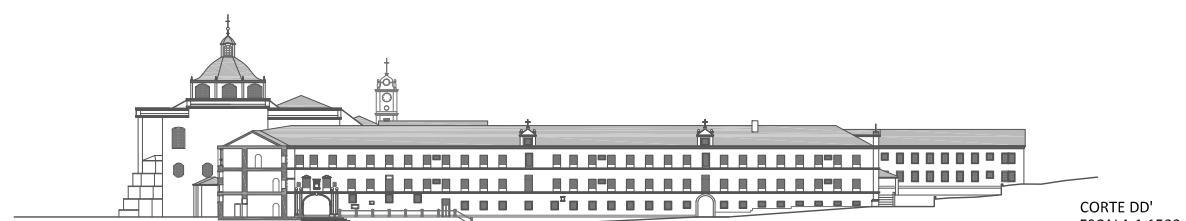
CORTE AA'  
ESCALA 1:1500



CORTE BB'  
ESCALA 1:1500



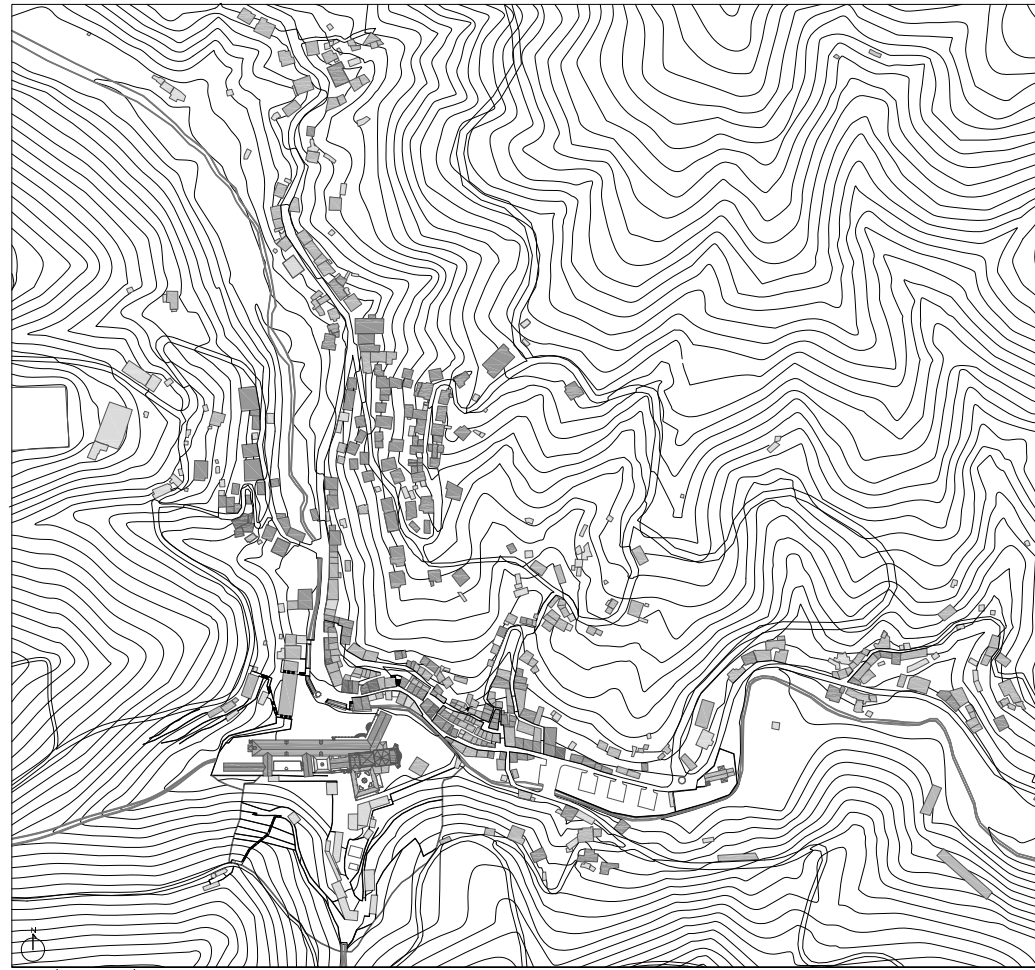
CORTE CC'  
ESCALA 1:1500



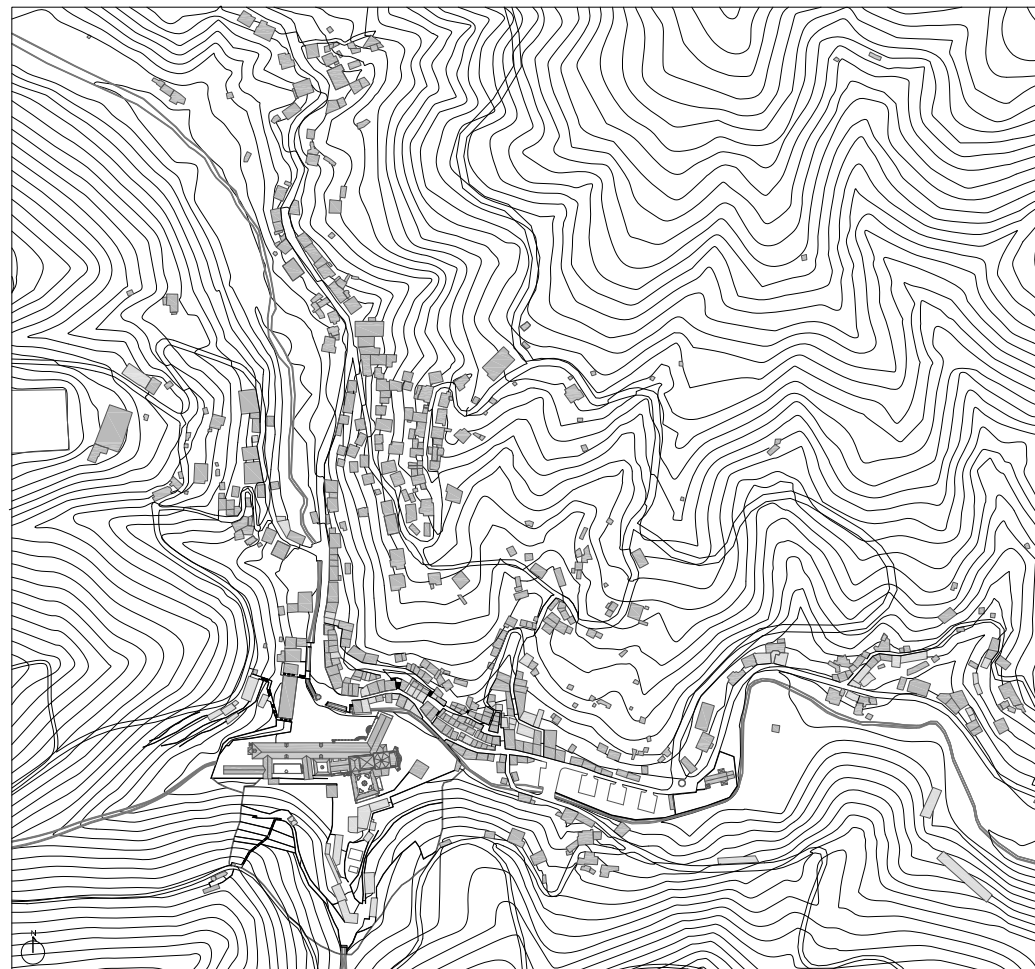
CORTE DD'  
ESCALA 1:1500

- LEGENDA:
1. Associação Pró-defesa do mosteiro
  2. Portaria
  3. Antiga Torre medieval
  4. Portaria de entrada na igreja paroquial
  5. Sacristia
  6. Sala do tesouro (museu)
  7. Igreja paroquial
  8. Coro dos fróis
  9. Antecoro
  10. Antigo coro das monjas
  11. Claustro do silêncio
  12. Sala do capítulo (museu)
  13. Capela da Nazaré
  14. Acesso às dependências a nascente
  15. Capela dos Santos Reis
  16. Capela da Santa Clara
  17. Capela de N. Sr. do Amparo
  18. Capela do Sr. dos Passos
  19. Capela de N. Sr. da Soledade
  20. Capela de S. João de Deus
  21. Acesso às dependências a sul
  22. Capela de N. Sr. da Coluna
  23. Capela do Sr. do Calvário
  24. Capela de Sr. do Horto
  25. Capela de S. Maria Madalena
  26. Capela de N. Sr. dos Remédios
  27. Capela de S. João Baptista
  28. Claustrina
  29. Zona técnica do Hospital Psiquiátrico
  30. Hospital Psiquiátrico
  31. Receção do Hospital
  32. Enfermaria
  33. Órgão Ibérico

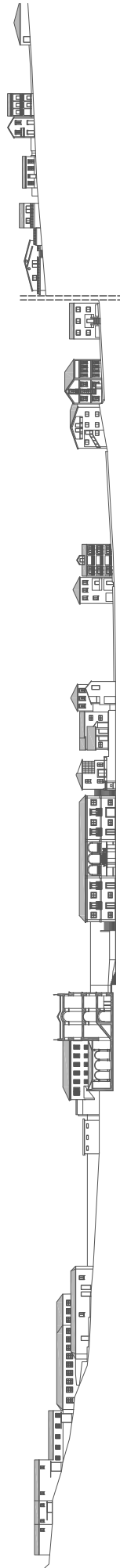
LORVÃO: UM MOSTEIRO E UM LUGAR  
8.1 LORVÃO DEPOIS DA EXTINÇÃO  
DO SEU MOSTEIRO [1960-2013]



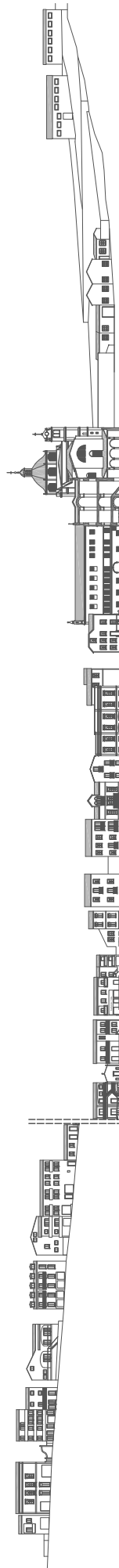
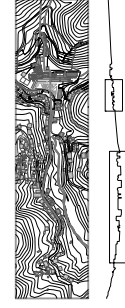
ANÁLISE DO NÚMERO DE PISOS



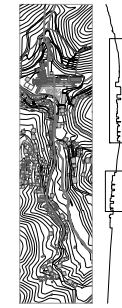
ANÁLISE DA QUALIDADE DAS CONSTRUÇÕES



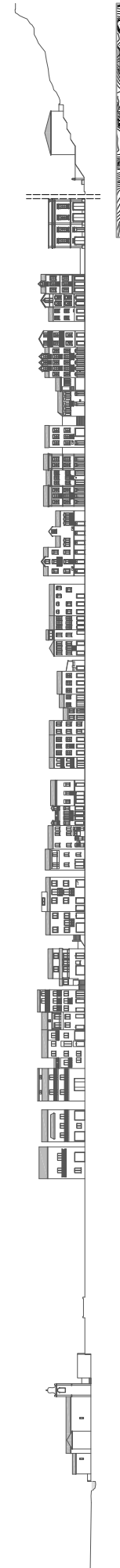
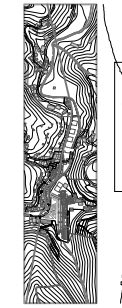
PERFILA  
ESCALA 1:2000



PERFIL B  
ESCALA 1:2000



PERFIL C  
ESCALA 1:2000



PERFIL D  
ESCALA 1:2000



ANÁLISE DO NÚMERO DE PISOS:  
 1 PISO  
 2 PISOS  
 3 PISOS  
 4 PISOS

ANÁLISE DA QUALIDADE DE CONSERVAÇÃO:  
 BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO  
 MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO